



Gelsom Rozentino de Almeida
Helenice Aparecida Bastos Rocha
Luís Reznik
Rafael Monteiro
(org.)

POR UMA
HISTÓRIA SOCIAL
DO TERRITÓRIO

Identities e representações, movimentos
sociais e relações de poder e ensino de História



Appris
Editora

POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DO TERRITÓRIO

IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E
ELAÇÕES DE PODER E ENSINO DE HISTÓRIA

Editora Appris Ltda.
1.ª Edição - Copyright© 2022 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010. Catalogação na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

P832p Por uma história social do território : identidades e representações,
2022 movimentos sociais e relações de poder e ensino de História /
Gelsom Rozentino de Almeida, Helenice Aparecida Bastos Rocha,
Luís Reznik, Rafael Monteiro (orgs.). - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2022.
253 p. ; 23 cm.

Inclui referências.

ISBN 978-65-250-3247-4

1. Cultura. 2. Arte. 3. Religião. 4. Políticas. 5. Imprensa. I. Almeida,
Gelsom Rozentino de. II. Rocha, Helenice Aparecida Bastos. III. Reznik,
Luís. IV. Monteiro, Rafael. V. Título.

CDD - 306

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br
Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida
Helenice Aparecida Bastos Rocha
Luís Reznik
Rafael Monteiro
(org.)

POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DO TERRITÓRIO

IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES, MOVIMENTOS SOCIAIS E
ELAÇÕES DE PODER E ENSINO DE HISTÓRIA

Appris
Editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL Augusto V. de A. Coelho

Marli Caetano

Sara C. de Andrade Coelho

COMITÊ EDITORIAL Andréa Barbosa Gouveia (UFPR)
Jacques de Lima Ferreira (UP)
Marilda Aparecida Behrens (PUCPR)
Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ)
Conrado Moreira Mendes (PUC-MG)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)
Fabiano Santos (UERJ/IESP)
Francinete Fernandes de Sousa (UEPB)
Francisco Carlos Duarte (PUCPR)
Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil)
Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL)
Maria Aparecida Barbosa (USP)
Maria Helena Zamora (PUC-Rio)
Maria Margarida de Andrade (Umack)
Roque Ismael da Costa Göllich (UFFS)
Toni Reis (UFPR)
Valdomiro de Oliveira (UFPR)
Valério Brusamolín (IFPR)

ASSESSORIA EDITORIAL Cibele Bastos

REVISÃO José A. Ramos Junior

PRODUÇÃO EDITORIAL Raquel Fuchs

DIAGRAMAÇÃO Jhonny Alves dos Reis

CAPA Renata Policarpo

COMUNICAÇÃO Carlos Eduardo Pereira
Karla Pipolo Olegário

LIVRARIAS E EVENTOS Estevão Misael

GERÊNCIA DE FINANÇAS Selma Maria Fernandes do Valle

Avaliadores ad-hoc:

Ana Paula Barcelos (Uerj); Andre Pereira Guiot (SMEC); Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (Uespi); Gelsom Rozentino de Almeida (Uerj); Helenice Rocha (Uerj); Jefferson de Almeida Pinto (IF - Sudeste MG); Joana D'arc do Valle Bahia (Uerj); Juçara da Silva Barbosa Melo (Puc - Rio); Luiz Reznik (Uerj); Marcelo de Souza Magalhães (Unirio); Ronald Apolinario de Lira (UFRRJ); Rui Aniceto Nascimento Fernandes (Uerj).

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Faperj e à Capes pelo financiamento parcial do livro e das bolsas de alguns dos mestres e doutores que tiveram artigos aprovados para este livro.

Sumário

UM MARCO NA HISTÓRIA DO PPGHS/Uerj

DIMENSÕES DA CULTURA: ARTE, RELIGIÃO E INTELLECTUAIS

O “GRANDE CANTOR NEGRO”: PROTAGONISMO E TENSÃO RACIAL NA TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE PATRICIO TEIXEIRA (1892-1972)

Carolina Moreira Vieira Dantas

O RIO DE JANEIRO E AS EPIDEMIAS: REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO CASA DE PENSÃO, DE ALUÍSIO AZEVEDO (1876-1884)

Jéssica Ramalho Crispiniano

ESTÉTICA E POLÍTICA: A RECEPÇÃO DO NEORREALISMO ITALIANO POR MONIZ VIANNA (1948-1959)

Thiago Turibio

PESCA DE XARÉU: BELEZA E MISTÉRIOS DO POVO NEGRO DA BAHIA

Bruno Rodrigues Pimentel

BRÂMANES DE CRISTO: O CLERO NATIVO NA EVANGELIZAÇÃO NO ORIENTE PORTUGUÊS (SÉCULOS XVII-XVIII)

Ana Paula Sena Gomide

O CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: IMPRENSA, ESFERA PÚBLICA E ENSINO RELIGIOSO

Grazyelle de Carvalho Fonseca

IAN SÃ E SANTA BÁRBARA: SOCIABILIDADES MERCANTIS EM SALVADOR

Debora Simões de Souza Mendel

JOSÉ DA SILVA LISBOA E JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES: IDEIAS E CONCEITOS CRUCIAIS NA ECONOMIA DO MUNDO LUSO-BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

Jônatas Roque Mendes Gomes

DIMENSÕES DA POLÍTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTIDOS E IMPRENSA

O REAPARECIMENTO DA FLORESTA COM O MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO: A EXPERIÊNCIA NO MORRO DE VIDIGAL
Caroline Souza

“SONHO DE JOVENS, INCENTIVADOS POR UM VISIONÁRIO”:
DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA, POLÍTICA CULTURAL
FLUMINENSE E O TOMBAMENTO DO LITORAL
Juliane Tardeli

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: AS DIFERENTES
VOZES E SUJEITOS NO INTERIOR DO PROCESSO ENTRE 2005 E
2014
Diego Deziderio

A PRIMEIRA VERSÃO DA BNCC COMO OBJETO DE DISPUTAS
ENTRE HISTORIADORES
Diogo Alchorne Brazão

ELEIÇÃO E O GOVERNO DEMOCRÁTICO DE GETÚLIO VARGAS:
PARTIDARISMO E CAMPO POLÍTICO (1950-1953)
Daiana Maciel Areas

TRABALHISMO VS. AMARALISMO: A DISPUTA ENTRE
VARGUISTAS NAS ELEIÇÕES FLUMINENSES DE 1958
Rafael Navarro Costa

O DISCURSO DO ÊXODO RURAL NOS PERIÓDICOS CORREIO DA
MANHÃ E EL MUNDO: UM ESTUDO SOBRE AS SECAS NO CEARÁ
E EM SANTIAGO DEL ESTERO (1932-1937)
Leda Agnes Simões de Melo

SOBRE OS AUTORES

ÍNDICE REMISSIVO

UM MARCO NA HISTÓRIA DO PPGHS/Uerj

A publicação do livro *Por uma história social do território: identidades e representações, movimentos sociais e relações de poder e ensino de História*, constituído por 15 capítulos escritos por egressos, marca um momento de reflexão do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/Uerj) sobre sua trajetória. O PPGHS-Uerj foi pioneiro na Faculdade de Formação de Professores (FFP), unidade localizada em São Gonçalo (RJ).

Criado em 2005, o curso de mestrado em História Social foi o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* de São Gonçalo e dos municípios próximos, com exceção de Niterói, e sua implantação significou um importante passo para a consolidação da FFP como unidade acadêmica universitária, na conjugação de ensino, pesquisa e extensão.

A formação do PPGHS foi resultado de um processo de amadurecimento intelectual do corpo docente do Departamento de Ciências Humanas (DCH), desde a criação da primeira pós-graduação *lato sensu* da Unidade, em 1997. O curso de especialização em História do Brasil tinha como público-alvo professores do ensino fundamental e médio que buscavam retomar o contato com a universidade e, também, recém-graduados que objetivavam um aprofundamento em sua formação. Egressos dos cursos de História e de outros cursos da área de Humanas, da Uerj e de outras universidades da região metropolitana, integraram o corpo discente. A situação propiciou a criação e a consolidação, por parte do corpo docente, de grupos de pesquisa, aliado à promoção de articulação com outros grupos de pesquisa de universidades brasileiras e do exterior. Criaram-se, então, as condições para a organização de um programa de pós-graduação *stricto sensu*.

O PPGHS tem por missão formar profissionais altamente qualificados para o desenvolvimento de atividades científicas e da docência em História, capazes de atuar de forma autônoma, seja no contexto científico, no espaço acadêmico ou em iniciativas culturais. Para realizar esses objetivos, foi concebido, de forma original, que as preocupações acadêmicas do programa, isto é, a sua área de concentração, teriam como eixo articulador o conceito de território. A proposta funda-se no entendimento do território enquanto espaço social que contempla desde o local até as redes globais, dos movimentos, dos agentes e das instituições até as formas de

construção, representação e apropriação simbólicas nos diversos tempos históricos. Nesse sentido, a noção de território é percebida e mobilizada por diversas perspectivas teóricas, que podem ser empregadas de forma complementar para a análise das configurações dos poderes e das relações sociais em suas diferentes dimensões. Numa concepção ampla, a configuração social do território, incluída a sua dimensão simbólica, permite colocar em questão o que venha a ser o social em seus variados níveis de agência e institucionalidade.

O entendimento do território social em sua dupla acepção como espaço de relações de poder e como representação social se configura, portanto, como eixo articulador do conjunto de pesquisas desenvolvidas no PPGHS-Uerj, sendo também a problemática subjacente ao entendimento das múltiplas dimensões que estas tomam como objeto, a saber: o local, a região, o Estado, a nação e as relações internacionais e transnacionais, entre outras. É o que permite, pois, o desdobramento da proposta do programa nas três linhas de pesquisa, que se apresentam de forma bem distribuída e equilibrada entre docentes e seus projetos, grupos de pesquisa e orientandos, considerando-se suas especificidades e o tempo de permanência desses últimos no PPGHS.

A linha *Território, relações de poder e movimentos sociais* compreende investigações históricas e/ou historiográficas relativas às formas de Estado, poder e grupos sociais formal ou informalmente organizados, considerando as interações políticas inter e intragrupais e identificando, no espaço e no tempo, as relações de poder como inerentes a qualquer forma de relação social. As pesquisas debruçam-se também sobre as instituições públicas e privadas, governamentais ou não, as relações cotidianas entre e no interior de diferentes movimentos e grupamentos sociais e suas formas de identidade, organização, demandas e contradições, focalizando manifestações rurais e urbanas em suas dimensões políticas, econômicas, culturais e religiosas.

A linha *Território, identidades e representações* compreende investigações que partem do pressuposto de que o território social é uma comunidade imaginada em todas suas dimensões espaciais: a internacional, a nacional, a regional e a local. Do ponto de vista do recorte do objeto, a linha proporciona uma abertura para a micro-história e os microtemas, como a história do cotidiano, de personagens, grupos e localidades sem aparente importância, e histórias de vida; para as constantes significações e ressignificações do espaço por parte de atores e sujeitos diversos; para os processos movedições de caracterização de identidades políticas e culturais que informam a própria constituição das territorialidades sociais.

Por fim, a linha *Historiografia e ensino de História* compreende investigações na área do ensino da História buscando contribuir para o enriquecimento e o aprofundamento de reflexões acerca desse campo de conhecimento, que merece uma crescente atenção nos meios acadêmicos. Nesse sentido, as investigações orientam-se para três direções prioritárias. A primeira busca historicizar e problematizar a elaboração e a veiculação de materiais e recursos didáticos relacionados à referida disciplina escolar – entre os quais se destacam os livros didáticos e paradidáticos –, produzidos a partir do século XIX. A segunda está pautada na preocupação em relação às condições de formação de professores de História em nossa sociedade, discutindo as especificidades e as complexidades dos saberes e das práticas no ensino de História. A terceira objetiva investigar a relação entre historiografia e memória, supondo que a historiografia, ao mesmo tempo que confere inteligibilidade à História, institui uma memória sujeita a silêncios e recalques. Sendo assim, o objetivo da última direção é explicitar as escolhas do trabalho historiográfico (situando-as também como escolhas políticas), de modo a compreender os diferentes usos do passado pelos historiadores. Em resumo, a linha de pesquisa tem como eixo o ensino da História, focalizando os saberes e as práticas pedagógicas, assim como os diferentes usos do passado presentes nos materiais didáticos, incluindo os chamados “livros de leitura escolar”.

A partir de 2018, com o acúmulo de experiência de diversas turmas do mestrado e já na terceira turma de ingresso do doutorado, incorporamos a meta de acompanhamento regular da trajetória e da produção de egressos do PPGHS, devido ao destaque conferido a esse grupo como expressão da formação oferecida aos alunos na pós-graduação.

Uma diretriz assumida, especialmente a partir da orientação da avaliação multidimensional em adoção pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi a da valorização da produção discente. Isso se traduziu na canalização de recursos para a participação em eventos, nacionais e internacionais, o que, por sua vez, resultou em publicações. Essa valorização também se traduziu no incentivo à produção de capítulos e artigos especialmente por alunos do doutorado. A diretriz adotada em relação aos egressos foi a do acompanhamento mais próximo de sua trajetória. Ela envolveu desde a realização de reuniões periódicas, até a criação de seminário de egressos, passando por busca de contato permanente com eles.

Já há muitos anos, o PPGHS realiza seminários internos discentes (em 2021 ocorreu a nona edição), em que são apresentadas as dissertações e teses em

desenvolvimento. O evento apresenta-se como um momento de avaliação do programa: os discentes se apresentam, os docentes, do PPGHS e de diversas universidades brasileiras, comentam e debatem os trabalhos. O seminário interno, ao longo do tempo, cresceu, abrangendo cada vez mais alunos e ganhando consistência na leitura de convidados externos. É um momento muito importante para todos, mas em especial para os alunos que estão se aproximando da qualificação (tanto do mestrado como do doutorado), constituindo oportunidade ímpar de apresentar os resultados parciais de suas pesquisas e ter os seus trabalhos lidos e debatidos pelos docentes. O programa apoia ainda a realização rotineira de seminários de linha ou de grupos de pesquisa internos, visando à consolidação da produção e ao conhecimento mútuo de alunos e professores em cada um desses grupos e dessas linhas.

A partir de 2020, foi criado o seminário de egressos, a se realizar de dois em dois anos, paralelamente ao seminário interno discente. Essa é mais uma estratégia entre outras para a aproximação com os egressos e com a sua produção intelectual, após sua saída do PPGHS. A realização do primeiro seminário de egressos cumpriu um papel fundamental de apresentação das teses e dissertações concluídas no programa entre 2014 e 2019. Os egressos tiveram a oportunidade de revisitarem seus temas, apresentar eventuais desenvolvimentos e desdobramentos das pesquisas e trabalhos publicados.

Essa primeira edição teve a adesão de mais da metade dos egressos, com a apresentação de 24 trabalhos. Nossos egressos estão em diferentes lugares do Brasil, como profissionais, professores do ensino básico e superior e doutorandos, que aprofundam suas pesquisas de mestrado em outras instituições, além dos que permaneceram no PPGHS.

O seminário teve como objetivo, a partir da leitura crítica de pareceristas internos e externos, estabelecer um debate profícuo para seu aprofundamento e os futuros trabalhos, por meio do contato e da reaproximação com uma parte de seus egressos. Diante desse rico material apresentado e do profícuo debate estabelecido, foi realizado um processo seletivo por intermédio de uma banca com professores do colegiado e membros externos para indicar os melhores trabalhos para uma publicação. Os autores selecionados tiveram um prazo para a revisão de seus textos, a partir dos pareceres da banca e, posteriormente, uma última revisão. E é este livro, de caráter autoral e original, que temos aqui.

Os quinze trabalhos selecionados estão alocados em duas partes temáticas: “Dimensões da cultura: arte, religião e intelectuais” e “Dimensões da política: políticas públicas, partidos e imprensa”.

Abrindo a primeira seção, “Dimensões da cultura: arte, religião e intelectuais”, o texto de Carolina Moreira Vieira Dantas, intitulado “O ‘grande cantor negro’: protagonismo e tensão racial na trajetória artística de Patricio Teixeira (1892-1972)”, aborda a trajetória do personagem-título, cuja experiência artística conferiu visibilidade às demandas por cidadania, ascensão social, respeito e conhecimento artístico, destacando a importância da sua voz no cenário musical brasileiro durante as décadas de 1920-1930, assim como o seu paulatino esquecimento na memória musical brasileira.

Jéssica Ramalho Crispiniano, no texto “O Rio de Janeiro e as epidemias: reflexões a partir do livro *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo (1876-1884)”, faz uma análise das epidemias do final do século XIX, no Rio de Janeiro, a partir da obra mencionada no título do capítulo. A autora destaca a ação do poder público e de outros agentes no que tange à saúde pública, assim como o reflexo dessas ações na dinâmica social.

Em “Pesca de Xaréu: beleza e mistérios do povo negro da Bahia”, Bruno Pimentel reflete sobre as representações da Pesca de Xaréu nas obras de Carybé, Wilson Rocha, Pierre Verger e Odorico Tavares. O autor demonstra a manifestação folclórica, cuja ação foi descrita como ordenada e tradicional, em que pescadores negros da Bahia desempenhavam a pesca por meio de uma revivescência de ritos africanos, com expressões de danças, gestos, poesia e canto, na relação com seus antepassados.

Ana Paula Sena Gomide, no texto “Brâmanes de Cristo: o clero nativo na evangelização no Oriente Português (séculos XVII-XVIII)”, analisa a formação do clero nativo nos territórios português no Oriente no decorrer dos séculos XV e XVIII, destacando a ordenação de nativos indianos, especialmente dos brâmanes pertencentes à Congregação do Oratório de Goa (1682), ao corpo eclesiástico católico na missão de difundir o cristianismo entre as populações locais.

Grazyelle de Carvalho Fonseca, em “O Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo em defesa da Escola Pública: imprensa, esfera pública e ensino religioso”, observa e analisa o posicionamento do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo acerca do projeto de Diretrizes e Bases da Educação (1959 e 1960), apresentando análises do posicionamento dos espíritas em relação aos católicos sobre a presença do ensino religioso na Educação Básica.

Ainda na temática religiosa, Débora Simões Mendel propõe uma análise de reportagens divulgadas nas décadas de 1970 e 1980 sobre a tradicional festa de Santa Bárbara e Iansã, em Salvador, no dia 4 de fevereiro. A autora problematiza certos aspectos dessa devoção, principalmente a construção da concepção de sincretismo, a importância das comidas votivas (caruru e acarajé) nessa celebração e a sua relação com o calendário de festas soteropolitanas.

No último texto dessa seção, “José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves: ideias e conceitos cruciais na economia do mundo luso-brasileiro no século XIX”, Jônatas Roque Mendes elabora uma comparação entre as obras desses dois juristas, historiadores, economistas e políticos do século XIX, destacando como apropriaram-se de autores como Adam Smith e Jean Baptista Say para pensar a economia e a política luso-brasileira.

A segunda seção deste livro, “Dimensões da política: políticas públicas, partidos e imprensa”, inicia-se com o texto de Caroline dos Santos Souza, intitulado “O reaparecimento da floresta com o Mutirão de Reflorestamento: a experiência no Morro do Vidigal”, no qual a autora reflete sobre a ação do Estado no mutirão de reflorestamento, entre os anos de 1986 e 2009, no Vidigal, Rio de Janeiro. A autora faz uma análise original sobre como essa política ambiental se relaciona com as questões sociais da favela carioca e os seus moradores.

No capítulo “Sonho de jovens, incentivados por um visionário: democratização brasileira, política cultural fluminense e o tombamento do litoral”, Juliene Tardeli analisa o processo de tombamento do litoral fluminense, realizado pelo Instituto do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (Inepac), a partir do ano de 1985. A autora está particularmente interessada na discussão sobre a ação de patrimonialização em relação ao cenário de abertura política no Brasil e o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Apresentando discussões acerca de políticas públicas que refletem diretamente no ensino de História, temos os capítulos apresentados por Diogo Alchorne e Diego Deziderio. Diogo Alchorne, no capítulo “A primeira versão da BNCC como objeto de disputas entre historiadores”, analisa a repercussão da primeira versão do componente História da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quando se tornou pública em 2015. O autor analisa cartas que criticam o material submetido à apreciação pública pelo Ministério da Educação, destacando os textos de apoio à BNCC de História e principalmente os contrários ao material, refletindo sobre as disputas no interior da construção dessa política pública.

Diego Deziderio, em “O Programa Nacional do Livro Didático: as diferentes vozes e sujeitos no interior do processo entre 2005 e 2014”, analisa o processo de avaliação dos livros didáticos de História, tendo como foco de análise a polifonia presente no programa a partir do olhar dos intelectuais que dele participam, desde a elaboração do edital até a publicação dos guias. O autor desenvolve reflexões sobre questões histórico-sociais da sociedade brasileira, interesses econômicos por parte do mercado editorial, os embates políticos em torno das políticas educacionais e os diferentes sujeitos que estão envolvidos nos processos de avaliação.

Rafael Navarro Costa, em “Trabalhismo vs. amaralismo: a disputa entre varguistas nas eleições fluminenses de 1958”, investiga o campo dos partidos políticos no Rio de Janeiro, analisando a disputa eleitoral no Rio de Janeiro em 1958, entre antigos aliados políticos no estado do Rio de Janeiro: o PTB, comandado por Roberto Silveira, e o PSD, comandado por Amaral Peixoto. O autor se interessa pela participação ativa de Alzira Vargas, herdeira de Vargas, no pleito, cujo objetivo foi manter a hegemonia pessedista no estado, embora a atuação da herdeira de Vargas não tenha sido suficiente para garantir a vitória dos amaralistas na eleição em análise.

No último capítulo da segunda seção e encerrando o livro, Leda Agnes Simões apresenta o capítulo “O discurso do êxodo rural nos periódicos *Correio da Manhã* e *El Mundo*: um estudo sobre as secas no Ceará e em Santiago del Estero (1932-1937)”, no qual destaca como a imprensa brasileira e argentina abordaram o êxodo rural durante as secas que acometeram o Ceará e Santiago Del Estero, em 1932 e 1937, respectivamente. A autora compreende o fenômeno de uma pesquisa não somente climática, mas também política.

O conjunto de capítulos apresentados nesta obra demonstra o acerto da promoção do seminário de egressos ocorrido em 2020, com todas as dificuldades e os desafios das atividades realizadas durante o primeiro ano da pandemia do coronavírus. Os organizadores do livro *Por uma história social do território: identidades e representações; movimentos sociais e relações de poder; ensino de História* sentem que sua missão foi plenamente cumprida. Agora se inicia uma nova fase, de divulgação e apreciação do público sobre as contribuições de nossos egressos e de nossas egressas. Que elas frutifiquem e que venham muitos outros seminários de egressos, com novas contribuições.

Os organizadores

**DIMENSÕES DA CULTURA:
ARTE, RELIGIÃO E INTELLECTUAIS**

O “GRANDE CANTOR NEGRO”: PROTAGONISMO E TENSÃO RACIAL NA TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE PATRICIO TEIXEIRA (1892-1972)¹

Carolina Moreira Vieira Dantas

“Preto bem preto”

Em 1926, o jovem intelectual pernambucano Gilberto Freyre, em visita ao Rio de Janeiro, foi levado por alguns colegas intelectuais a uma noite de violões. Sobre a ocasião, relembrou: “me iniciei noutra espécie desses brasileirismos: no Rio por assim dizer afro-carioca e noturno. O Rio de Pixinguinha e Patricio” (CARVALHO, 1988, p. 94). Muitas lembranças visuais e sonoras vêm à mente quando se aborda o grande maestro Pixinguinha, mas quem foi esse Patricio, também reverenciado por Gilberto Freyre? O relato traz à tona, entre outras coisas, a figura do cantor, compositor, violonista e professor de violão e canto Patricio Teixeira Chaves.

Naquela noite de violão proporcionada por Pixinguinha, Patricio Teixeira, Donga e outros músicos negros na cidade do Rio de Janeiro em 1926, outros elementos para análise se destacam, além da questão cultural. A descrição física dos músicos feita por Gilberto Freyre no dia seguinte ao encontro indica uma dimensão social da negritude desses artistas:

[...] ontem, alguns amigos passamos uma noite que quase fica de manhã a ouvir Pixinguinha, um mulato, tocar em flauta coisas suas de carnaval, com Donga, outro mulato, no violão e o preto bem preto Patricio a cantar (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, p. 3).

Freyre revelou suas impressões acerca das imagens dos músicos, matizando suas identificações raciais. É curioso o fato de Pixinguinha e Donga terem sido identificados como “mulatos”. Em razão da mestiçagem, a pigmentação da cor da pele poderia designar gradações na identificação racial, fenômeno recorrente no Brasil. Apesar de as classificações raciais serem arbitrárias e subjetivas, não parece haver diferenciações tão expressivas na tonalidade de cor da pele dos três músicos. O fato é que Freyre destacou a negritude de Patricio em relação aos demais, estabelecendo uma escala que ia de “mulato” a “preto bem preto”.



Fonte: O Malho (1935, p. 6)

Patricio Teixeira surgiu no cenário cultural carioca em meados dos anos de 1920. Atuou de forma emblemática, principalmente, como cantor de gêneros musicais populares, apresentando-se em palcos diversificados, do Teatro Lírico às antessalas de cinemas. Na radiofonia, que surgia naquele momento, passou por diversas emissoras, permanecendo por cerca de três décadas na rádio Mayrink Veiga, como cantor exclusivo. Gravou centenas de músicas entre as décadas de 1920 e 1950, tendo contratos assinados com a Odeon e a Victor, principais gravadoras do período, com passagens pela Parlophon e pela Columbia.

A partir de sua trajetória é possível investigar não apenas a sua experiência enquanto cantor com atuação profissional na fonografia e no rádio, mas analisar as relações sociais construídas no campo artístico-profissional, demarcando suas identidades e seu protagonismo. Revela ainda sua determinação pela construção de uma carreira artística, por ascensão social e pela conquista da cidadania naquele contexto histórico de exclusão, marginalização, hierarquizações e preconceitos raciais. Patricio foi muito marcante nos primórdios da carreira de cantor profissional de gêneros musicais populares, e suas vivências enquanto homem negro foram significativas para a compreensão das representações negras e dos conflitos raciais no ramo dos entretenimentos culturais.

Nomeado pelo cronista Vagalume como “o grande cantor negro” (GUIMARÃES, 1978, p. 140-142), Patricio Teixeira ganhou fama e sucesso, principalmente, por atuar na radiofonia. O rádio foi um importante meio de divulgação dos repertórios populares, englobando diversos gêneros e temáticas, mas também foi espaço de socialização, revelando tensões raciais no meio artístico.

Protagonismo negro e tensão racial

A investigação de fontes jornalísticas sobre a trajetória de Patrício Teixeira levantou problematizações com relação à atuação de artistas negros no mercado musical carioca, em especial, na radiofonia. Sua experiência profissional descortinou representações raciais depreciativas e preconceituosas sobre o músico negro. Levando em consideração o contexto de pós-abolição da escravidão, qual seria o lugar a ser ocupado pelos negros na sociedade brasileira? A história de Patrício, assim como de outros homens e mulheres negras, está inserida nessa problemática. O campo artístico-cultural fora uma possibilidade de inserção profissional para músicos negros, sendo as empresas fonográficas e as emissoras de rádio espaços ativos de atuação, mas não excluindo hierarquizações e preconceitos raciais, mesmo diante do sucesso artístico.

À luz dessas questões, a trajetória de Patrício é muito rica de reflexões no campo social, cultural e racial no Rio de Janeiro do período. A história profissional desse artista pode ser entendida como uma oportunidade de olhar uma experiência artístico-cultural bem-sucedida de um músico negro em termos de estabilidade, durabilidade e sucesso na carreira, tendo perpassado as duas mais promissoras esferas de atuação para músicos, a fonografia e o rádio.

Sua experiência como cantor pode ainda ser vista como uma tentativa de inserção profissional para um músico negro, diante das hierarquizações raciais construídas historicamente na sociedade brasileira, indicando seu protagonismo. O sucesso artístico não eliminou, contudo, as situações de preconceito racial a que fora submetido ao longo da sua carreira.

A expressão “alma branca” é comumente empregada no senso comum, ao longo do tempo, com objetivo de definir comportamentos e atitudes de sujeitos negros. Analisando as fontes jornalísticas, foi constatado que Teixeira foi identificado dessa maneira. Na década de 1930, encontrei o primeiro registro em uma legenda de foto com vários artistas brancos no estúdio da Rádio Mayrink Veiga, em que Patrício foi descrito como “a alma branca do samba” (A NOITE ILUSTRADA, 1931, p. 13). Foi o único dos músicos a receber uma qualificação. Em 1955, a expressão reapareceria, definindo Teixeira como detentor de “uma alma branca no embrulho negro do seu

corpo” (O CRUZEIRO, 1955, p. 86). Lamartine Babo, artista conhecido pelo humor, publicou, na década de 1930, um poema em homenagem a Patricio, cujo verso inicial dizia o seguinte: “Preto na cor... e branco nas ações” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1936, p. 8).

Para além das representações divulgadas sobre o músico, a partir das entrevistas que concedeu, é possível analisar como ele mesmo se identificava e que imagem de si ele desejava construir, percebendo o que é posto em destaque e o que é silenciado. Observando essas percepções, podemos projetar as imagens de Patricio em relação à sua identidade negra. Há indícios de que ele se reconhecia socialmente como negro e compreendia as restrições sociais estabelecidas por critérios raciais. Os indícios dessas suposições são evidenciados na reportagem da revista *O Malho* em 1933: “Patricio Teixeira, o querido cantor, anda furioso com todos os que votam ‘em branco’ no concurso para Príncipe do ‘broadcasting’ instituído pela ‘A Hora!’” (O MALHO, 1933, p. 8, grifos do original).

Era comum os jornais e as revistas realizarem concursos para que o público ouvinte de rádio escolhesse seus artistas preferidos. Assim, a citação anterior narra a suposta reclamação do cantor Patricio Teixeira em relação a um desses pleitos. Analisando o trecho, chama atenção o uso das aspas colocando em destaque a expressão “em branco”, provocando um duplo sentido na compreensão de quem lesse essa nota da revista. Não perdendo de vista o contexto social, é possível concluir que se tratava de uma queixa quanto à preferência do público pela escolha de artistas brancos, em detrimento de negros, tal como Teixeira.

Apesar do seu sucesso, evidenciado nos periódicos, o cantor parecia compreender os limites sociais demarcados para artistas negros, indicando que o seu lugar na sociedade estava condicionado a hierarquias raciais. Entretanto, aparentemente, o músico não acionava sempre a sua identidade negra.

Parecia mobilizar outras identidades em busca de aceitação social, como cantor de serestas e de música folclórica: “Fui o primeiro a cantar no rádio coisas regionais, ao violão” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1935, p. 12), muito embora cantasse gêneros e temáticas associados às culturas negras, como sambas, lundus, samba-jongo e “dança de pretos”, assim como orixás eram entoados em algumas canções.

“Que ‘negro’ é esse na cultura negra?” foi a pergunta feita por Stuart Hall (2006, p. 325-327), alertando sobre os riscos que envolvem a abordagem de identidades negras. Não existem formas puras dentro das chamadas “culturas negras”, sendo sempre produto de negociações, adaptações, contradições e hibridizações que atravessam as fronteiras culturais. Defender a existência de uma identidade negra

em sua essência distancia a percepção da luta e das contradições em torno das identidades culturais. As africanidades devem ser vistas como referenciais para lidar com elementos identitários, mas são frutos de construções políticas e culturais. Os indivíduos e os grupos sociais carregam consigo suas tradições, linguagens e histórias de sua origem, mas sua composição cultural resulta do encontro de elementos que se conectam em espaços e tempos variados (HALL, 2006).

Segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, a expressão pode revelar, por exemplo,

[...] que de um modo geral aqueles que são considerados “negros”, “pretos”, “mulatos”, “pardos” etc. têm também um modo subjetivo de se autodenominar e partilhar com outros a diferença racial em relação aos grupos nacionalmente dominantes (GUIMARÃES, 2003, p. 247).

Por outro lado, oculta “que os modos de se identificar racialmente, assim como as estratégias de abrigar-se na nacionalidade brasileira, podem ser múltiplas” (GUIMARÃES, 2003, p. 247).

Com essas ponderações, devemos estar atentos à diversidade das experiências negras, direcionando a compreensão para as construções e as ressignificações, no sentido de nos distanciar de explicações que passam pela ideia de sobrevivências africanas. Mais relevantes são os significados que assumem, encaminhando a percepção para as reinvenções, recriações e recomposições (CAPONE, 2004).

Importante frisar que as identidades negras são elementos fundamentais diante de relações de dominação cultural e política, observando os conflitos e as tensões sociais e raciais (HALL, 2006). A delimitação do conceito de cultura negra, assim como de cultura popular, necessita de um enfrentamento com exploração de fontes e uso de metodologias que percebam os atritos sociais. Nesse entendimento, coloca-se luz sobre “sujeitos sociais negros plurais com suas diversas expressões e representações artísticas, musicais, educacionais, políticas, ideológicas e identitárias” (ABREU *et al.*, 2018, p. 11). Para Abreu e Assunção (2018), o uso da categoria cultura negra corrobora o combate ao racismo, com a desconstrução da idealização da mestiçagem, e rechaça a concepção de que há uma integração cultural e racial no Brasil².

Seguindo esses direcionamentos teórico-metodológicos, compor, cantar, se apresentar publicamente, buscar alianças e estabelecer contatos sociais envolvem um processo ativo e dinâmico, que coloca no foco da cena musical da cidade do Rio de Janeiro no período abordado os sujeitos negros e os seus diálogos culturais. Essa questão foi passível de análise por meio da trajetória de Patricio Teixeira e de suas redes de sociabilidade, compreendidos numa relação multifacetada e complexa.

Para Hall (2006), a cultura pode ser entendida como um meio de ação social e de intervenção crítica, pois há relações de poder estabelecidas, mas potencialmente instáveis. O âmbito da música é particularmente relevante para pensar as ações de músicos negros como estratégias de reconhecimento e profissionalização artística, assim como de busca por respeito social.

Patricio marcava sua presença negra na radiofonia e nos demais espaços em que se apresentava, cantando percepções da realidade cultural e social. Se alargarmos os sentidos do conceito de cidadania, outros caminhos de análise são possíveis para comprovar o seu exercício por meio da arte (ABREU; MARZANO, 2009). Assim, a atuação de Teixeira, principalmente nas estações de rádio, setor cultural ocupado fundamentalmente por músicos brancos nos primeiros tempos, apontava para seu protagonismo, construindo novas possibilidades de exercer a cidadania, alcançando sucesso e prestígio social por meio do seu talento musical e ascendendo socialmente.

Músico e professor

Uma faceta de sua atuação foi o ofício de professor, iniciado ainda nos anos de 1920, e que o acompanhou ao longo de toda sua trajetória artística. Apesar de não haver registros de sua escolarização formal durante a juventude, Teixeira se tornou professor de canto e violão e se formou no Instituto Nacional de Música quando já atuava, com destaque, como cantor em estações de rádio, demonstrando investimento no seu aprendizado musical. As práticas educativas informais orientavam a experiência de músicos negros nas primeiras décadas do século XX, bem como, em alguns casos, o investimento em qualificação formal.

Patricio circulou por vários ambientes, conviveu com pessoas de diferentes classes sociais e origens, compartilhou experiências com grupos de orientações artísticas distintas. Segundo Brandão (2006), a prática educativa acontece onde há redes sociais de construção e transferência de saberes. Nesse sentido, é relevante pensar as relações de sociabilidade nos clubes carnavalescos, nas festas, nos bares, nos circos, nos teatros, nos saraus, nas serenatas, nas aulas particulares, nas rádios, nos estúdios fonográficos, nos momentos de composição e leitura musical como elementos constituintes da sua formação. Todos esses espaços proporcionaram a Patricio Teixeira vivências significativas com a língua portuguesa, na sua modalidade oral e escrita e, principalmente, na sua dimensão musical.

A dedicação com a formação musical foi notável, ingressando no Instituto Nacional de Música, importante instituição de ensino musical, quando já era um cantor conhecido, nos anos de 1930. Mesmo já dando aulas particulares, Patricio

Teixeira se formou nessa prestigiada escola de música, demonstrando investimento no seu aprendizado musical e na garantia de um respaldo para seu ofício como professor. Teixeira chegou a criar uma metodologia de ensino, publicando um *Método Único* de violão pela editora Irmãos Vitale em 1936.

Para justificar o ofício de Patricio como professor de violão, o cronista Jota Efegê contextualizou que o instrumento “passou a despertar o interesse das mocinhas” (O GLOBO, 1972, p. 5). Mariza Lira, pesquisadora da música popular, explicou que “em 1924 era elegante aprender violão e cantar trovas. E Patricio tornou-se professor da moda” (PRANÓVE, 1939, p. 8).

Essa atração pelo violão alcançou as moças ainda na década de 1920. Era comum fotografias de cantoras posando para fotos exibindo seus violões. Várias das que seguiram a carreira profissionalmente, gravando discos, cantando nas estações de rádio e se apresentando em teatros e outros espaços, estudaram com Patricio Teixeira, e ele não escondia seu orgulho de ter sido professor: “eu ensinei violão a essas meninas [...]” (O GLOBO, 1972, p. 5)³.

Como se pode notar na citação a seguir, a dimensão racial não passou despercebida na sua atividade de professor de violão. Jota Efegê notou que as “mocinhas bem-nascidas” aprendiam “com um professor preto” (O GLOBO, 1972, p. 5). Uma matéria, de 1933, enfocando o “Gosto do violão”, revelava percepções raciais da relação que envolvia Patricio, enquanto professor, e suas alunas. Tratava-se do aprendizado do instrumento por Lilian Paes Leme:

Um (1) a vez, com a *gaminerie* de quem pede uma boneca nova, pediu um violão. Deu-lh’o o seu papá. Em seguida foram buscar Patricio Teixeira para que o mestre da canção nacional se arvorasse em *nurse* dos dedinhos de Lilian. Os dedinhos de Lilian, bebês da arte, ensaiaram sobre as cordas retesas do violão o bailado do samba, dança de negro, cantiga retinta. E só os dedos de Patricio, mãos-pretas estilizadas, ensinaram à infância digital de Lilian os contos lindos do morro, como outrora *nêga véia* contava a *nhô branco* histórias encantadas (VIDA DOMÉSTICA, 1933, p. 71, grifos do original).

Mesmo sendo considerado “mestre da canção nacional”, a questão racial estava presente no professorado que exercia, impingindo marcas preconceituosas às relações entre Teixeira e seus alunos. Para o autor daquelas linhas, a imagem de Patricio Teixeira remetia aos tempos da escravidão. O ano era 1933, exatos 45 anos passados da abolição, e o professor de violão negro foi transmutado na figura de negras velhas que contavam “histórias encantadas” a senhores brancos.

Segundo o próprio Patricio, “aos 5 anos de idade já era ‘do violão’, e aos 15 começou a sua vida artística propriamente dita” (O GLOBO, 1966, p. 9). Sobre sua

formação musical, contou: “fiz curso de solfejo e teoria na Escola Nacional de Música. Violão aprendi a tocar sozinho” (REVISTA DO RÁDIO, 1962, p. 48-49).

Nessa entrevista, antes de se apresentar como professor, informou essas habilitações para ensinar, conferindo mais respeitabilidade à sua atuação como preceptor. Após apresentar sua formação, afirmou: “No momento tenho 20 alunos, em sua maioria do sexo feminino, e eu dou aula em suas residências. Muita gente importante aprendeu violão comigo” (REVISTA DO RÁDIO, 1962, p. 48-49), e enumerou uma longa lista de ex-alunos.

Teixeira investiu esforços na sua formação enquanto músico e também na construção de uma ação pedagógica para ensinar canto e violão. Suas ações indicam forte empenho em conquistar sua cidadania a partir da intervenção no mundo letrado por meio de suas habilidades musicais, dominando códigos sociais e linguísticos, a fim de ser reconhecido e de alcançar ascensão. O investimento na sua formação musical e na sua atuação como professor indica demandas por qualificação profissional, respeito social e reconhecimento artístico.

À guisa de conclusão

Um dos primeiros cantores de rádio no Brasil e, segundo o próprio, o primeiro a levar as modinhas para serem irradiadas, Patricio Teixeira preenche uma importante página da história da música brasileira. Quanto à atividade de professor de violão, se não foi um dos pioneiros, certamente colaborou para a difusão do instrumento e do cancionero popular.

Em que pese o esquecimento da figura de Teixeira no cenário musical ter sido processual e multifatorial, a partir do final da década de 1950, momento em que foi afastado da radiofonia, ocorreu um escasseamento de menções ao músico em periódicos. Esse panorama está diretamente associado aos mecanismos de seletividade da memória, o que faz com que haja investimento na preservação da memória de alguns e que outros não sejam lembrados. Como a memória social necessita ser constantemente avivada, a experiência de Patricio foi sendo apagada ao longo do tempo. Assim, memória e esquecimento são apreendidos como elementos de um mesmo processo (POLLAK, 1992).

Vinculada diretamente a isso estão as tensões raciais existentes nas representações de Teixeira. Afinal, abordar a trajetória de Patricio com profundidade é, inevitavelmente, encarar o debate racial no campo musical. Lembrar de sua experiência musical era constatar que havia preconceito de cor no chamado “paraíso racial”. Ele balizava as relações e as representações no campo

artístico e musical não poupando, inclusive, artistas negros famosos, o que comprometeria explicações baseadas na harmonia das raças e na mestiçagem nacional. Assim sendo, uma chave de entendimento atrelada ao caráter seletivo da memória seria o componente racial, que acompanhou a trajetória artística de Patrício, evidenciada a partir do destaque alcançado na radiofonia, reforçando sua identidade negra em contraposição aos demais artistas brancos.

Lembrado pela imprensa de sua época, Teixeira foi sendo gradativamente esquecido nos registros jornalísticos e memorialísticos. Esse processo de apagamento de sua imagem foi acentuado a partir de seu falecimento, mas ainda em vida, e ao longo de toda sua carreira, a forma como era tratada a sua imagem pública pelas colunas radiofônicas analisadas revelou desgastes provocados por depreciação, ridicularização, pilhéria e deboche mirando a sua “velhice” e associando-o aos estigmas raciais. Sua ascensão e seu prestígio social pareciam incomodar, afinal, imprimia sua presença negra em um ambiente predominantemente branco que construía ídolos musicais: a radiofonia.

Na década de 1930, não condizia com a realidade localizar músicos empenhados na construção de carreiras profissionais fora da modernidade. Eles souberam aproveitar as brechas abertas nos meios musicais modernos, reforçando a “dupla consciência” ao se apresentarem “ao mesmo tempo negros e modernos”, dialogando com as novas linguagens e comportamentos. Paralelamente afirmavam, da forma como foi possível, suas identidades culturais negras, caracterizadas pela historicidade e pela multiplicidade. O campo do entretenimento cultural foi local decisivo para a “cultura política negra” nos países que passaram pela experiência da escravidão (GILROY, 2001).

Conectando o Atlântico Negro, Gilroy (2001) propôs diálogos em torno das concepções de negritude, entendidas como híbridas e dinâmicas, reforçando que, mesmo com espacialidades, temporalidades e características particulares, as histórias de luta dos indivíduos negros têm semelhanças a partir da memória da escravidão, dos africanismos, das experiências religiosas e das vivências por meio da música.

A experiência do cantor Patrício Teixeira no cenário artístico conferiu visibilidade às identidades culturais negras. Seu papel foi fundamental no processo de profissionalização da carreira de músico, sendo um importante protagonista ao se inserir no mundo dos entretenimentos culturais, lidando com a ambiguidade de ser prestigiado pelo seu talento, mas discriminado enquanto sujeito negro. Se por um lado ocorria um processo de valorização social da sua música, por outro, os

mecanismos sociais de discriminação racial direcionados à população negra eram evidenciados nas relações tecidas no campo artístico-profissional, mesmo diante do seu sucesso artístico.

Com todas as dificuldades subjacentes a uma sociedade desigual e racista, alguns músicos negros vivenciaram as transformações culturais como oportunidades de se inserir no mercado musical, sendo crucial a profissionalização de suas carreiras para demarcar o lugar das identidades negras no campo cultural e artístico brasileiro, divulgando suas habilidades artísticas, cantando o seu cotidiano, suas identidades e seus vínculos de pertencimento.

Não foram poucos os legados de Teixeira para a “música popular brasileira”. Cantor pioneiro na radiofonia, levou ao ar, aos palcos e aos discos diversas musicalidades, colaborando para a difusão e a popularização do samba e de outros gêneros, lançando compositores e suas canções. Teve sua parcela de contribuição na consolidação da própria radiofonia ao atrair as atenções do público ouvinte. Ajudou ainda nas bases da construção da carreira de cantor de gêneros populares, atuando quando a função ganhava contornos profissionais e reconhecimento social. Além de sua atuação na produção e na ampliação de sentidos culturais para o ofício de professor de violão, ainda nos anos de 1920, contribuindo para a valorização social do instrumento.

Patricio Teixeira se esforçava para manter uma imagem de retidão profissional, contrapondo-se às imagens depreciativas, e não estava sozinho nas estratégias de enfrentamento por respeitabilidade, pois em variados tempos e espaços da diáspora negra (GILROY, 2001) outras histórias podem ser conectadas, demonstrando que os sujeitos negros lutavam para romper com visões estereotipadas e estigmas construídos racialmente na sociedade brasileira.

Referências

Fontes

- A NOITE ILUSTRADA, Rio de Janeiro, 1931.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 1926.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1935.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1936.
- O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, 1955.
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 1966.
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 1972.
- O MALHO, Rio de Janeiro, 1933.

O MALHO, Rio de Janeiro, 1935.
PRANÓVE, Rio de Janeiro, 1939.
REVISTA DO RÁDIO, Rio de Janeiro, 1962.
VIDA DOMÉSTICA, Rio de Janeiro, 1933.

Bibliografia

ABREU, M. *et al.* (org.). **Cultura Negra**. Trajetórias e lutas de intelectuais negros. Novos desafios para os historiadores. Niterói: Eduff, 2018. 2 v.

ABREU, M.; ASSUNÇÃO, M. Da cultura popular à cultura negra. *In*: ABREU, M. *et al.* (org.). **Cultura Negra**. Trajetórias e lutas de intelectuais negros. Novos desafios para os historiadores. Niterói: Eduff, 2018. 1 v.

ABREU, M.; MARZANO, A. B. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. *In*: CARVALHO, J. M. de; NEVES, L. M. P. (org.). **Repensando o Brasil dos Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. 48. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAPONE, S. **Os Yoruba do Novo Mundo**: religião, etnicidade e nacionalismo negro nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

CAPONE, S. **A busca da África no candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CARVALHO, H. B. de. **O canto do pajé**: Villa-Lobos e a música popular brasileira. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. Notas sobre raça, cultura e identidade negra na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Asia**, Salvador, n. 29-30, p. 247-269, 2003.

GUIMARÃES, F. (pseudônimo Vagalume). **Na roda do samba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

HALL, S. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MATTOS, H. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. *In*: GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). **O Brasil Imperial**. 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3 v.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

TEIXEIRA, P. **Método único**. Posições dos acordes. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Vitale, [1936].

¹ O presente capítulo relaciona-se à tese defendida no PPGHS-Uerj em 2019, sob a orientação da prof.^a dr.^a Joana Bahia, intitulada "Protagonismo Negro e Racismo na trajetória do músico e professor de violão Patricio Teixeira". A tese teve apoio de bolsa Capes.

² O emprego da categoria "negro" não ignora os conflitos e tensões em torno das designações de cor no Brasil, construídas a partir de hierarquizações e clivagens sociais. Com seu sentido contemporâneo evidenciado, o termo foi empregado seguindo a sua linha de construção pelos movimentos negros, indicando as marcas do passado da escravidão africana, as lutas identitárias e não ignorando as experiências com a liberdade (MATTOS, 2009).

³ Algumas cantoras e musicistas famosas que foram suas alunas: Stephania de Macedo (1903-1975); Olga Pragner Coelho (1909-2008); Linda Batista (1919-1988); Jesy Barbosa (1902-1987); Sylvinha Mello (1914-1978); Aurora Miranda (1915-2005), irmã de Carmen Miranda (1909-1955); Nara Leão (1942-1989), tendo sido seu primeiro professor de violão.

O RIO DE JANEIRO E AS EPIDEMIAS: REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO *CASA DE PENSÃO*, DE ALUÍSIO AZEVEDO (1876-1884)⁴

Jéssica Ramalho Crispiniano

Ao analisar algumas produções de Aluísio Azevedo, sobretudo, o livro *Casa de Pensão* (1884), com trabalhos historiográficos que se ocupam do tema da saúde na segunda metade do século XIX, é possível observar a grande relevância do tema para compreender um pouco mais sobre a história do Brasil oitocentista. Na busca pelo conhecimento sobre os desdobramentos causados por epidemias e doenças nesse período, uma série de questões, talvez não relacionadas a princípio, aparece associada ao trato da saúde no Brasil. A complexidade do tema se revela ao passo que questões culturais, políticas, de relações de trabalho e o desenvolvimento das ciências se entrelaçam do desenrolar dessa trajetória.

Não procuramos por meio deste capítulo inventariar o quadro de doenças, epidemias e teorias médicas decorrentes do período, mas buscamos incentivar uma breve reflexão a respeito desse tema, que nos é caro no tempo presente. Entre as diversas questões apontadas neste trabalho, destacam-se as dificuldades de lidar com doenças desconhecidas e a complexidade gerada pela gama de aspectos envolvidos.

O livro *Casa de Pensão* foi publicado em 1884 e baseia-se em um caso conhecido como Questão Capistrano, amplamente abordado pela imprensa por volta de 1876.

A utilização da literatura como fonte para os estudos historiográficos é uma questão em debate. Hollanda (2017) aponta para a tensão que paira em torno da legitimação do uso de um material fictício como documento. Neste trabalho, tratamos dessas questões partindo da premissa de que é possível investigar processos históricos por meio da apreciação da literatura. Ao fazer uma comparação do discurso historiográfico com o discurso da literatura, Sevcenko explica que o primeiro ocupa-se da realidade, enquanto o segundo “fornece uma expectativa do seu vir-a-ser” (1999, p. 27), em diálogo com as possibilidades de futuro. Outras perspectivas ainda nesse liame da comparação entre a literatura e história tendem a enxergar a própria história como a construção de possibilidades, embora não se trate de possibilidades do “vir-a-ser”, mas possibilidades do que já foi.

A obra *Casa de Pensão* nos conduziu a um recorte temporal que seria a segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, devido à Questão Capistrano. Segundo Dimas (1980), o caso aconteceu no Rio de Janeiro em 1876 na casa de uma senhora que morava com um casal de filhos e um pensionista. O pensionista se envolve com sua filha, dando origem a um escândalo de grande repercussão nos jornais.

Na obra *Casa de Pensão* há também, como na Questão Capistrano, uma pensão que é gerida por Mme. Brizard e Coqueiro, eles moram na pensão com Amélia, a jovem irmã de Coqueiro. Amâncio é o colega de Coqueiro que passa a ser pensionista em sua casa. Ele se envolve com Amélia, porém, nesse caso, foi uma armação da família de Coqueiro para que a jovem pudesse se casar com Amâncio, devido ao interesse que a família tinha em sua fortuna (CRISPINIANO, 2020).

Como demonstra Azevedo (2006), em sua obra, o plano não funcionou e terminou na justiça com a absolvição de Amâncio seguida de sua morte.

No último terço do século XIX, o desafio dos escritores como Aluísio Azevedo em desenvolver sua produção literária em meio a um Rio de Janeiro que mudava era grande. As doenças também eram motivos para mais transformações e elas aparecem com frequência em sua obra.

Entre os pontos mais importantes encontrados com a análise do livro, podemos citar não apenas a repercussão das doenças no comportamento, nos hábitos e nos costumes dos que habitavam a cidade, mas também no reflexo das atitudes dos agentes e das instituições responsáveis por resolver os problemas sanitários.

A constatação de uma grande quantidade de menções a doenças na obra *Casa de Pensão* (1884) motivou esta pesquisa. A repetição de algumas palavras como “moléstia”, “médicos” e “doente” pode ajudar a demonstrar a grande preocupação com esses temas na obra de Aluísio. A palavra “médico” aparece em torno de 31 vezes na obra, a palavra “moléstia” aparece cerca de 24 vezes e a palavra “doente” aparece aproximadamente 33 vezes.

Entre as doenças citadas estão a febre amarela, a beribéri, a tísica – indicando a tuberculose; a palavra “reuma” também aparece – indicando provavelmente o reumatismo, pois está relacionada em outro trecho a dores reumáticas; até mesmo a doença relacionada ao psicológico conhecida como histeria é mencionada no livro. Por fim, encontra-se também a palavra “catapora”, que também aparece como varioloide e bexigas – aparentemente havia uma confusão entre a doença da varíola e a catapora, pois o doente acometido pela catapora também é chamado de varioloso, bexigoso ou bexiguento.

Segundo Sigaud (1827 *apud* FERNANDES, 2003), varioloide seria uma forma mais branda da varíola. De acordo com Fernandes (2003), a varíola e a catapora foram confundidas. Alguns médicos defendiam que era a mesma moléstia, porém, com intensidade diferente, de menor duração e sem os sintomas assustadores da varíola.

Pode-se dizer que o discurso médico foi importante na consolidação de novas premissas, seus desdobramentos vão além do indivíduo e interferem em questões sociais.

O discurso médico, segundo Borges (2000), integrava o engajamento dos administradores públicos e dos intelectuais na luta pela transformação da paisagem urbana e social. Foi mais um fator que marcou o século XIX, várias medidas de ordenamento urbano e da vida social dos habitantes da cidade foram adotadas buscando atingir o que, segundo eles, seria a civilização e o progresso.

De acordo com Benchimol (1992, p. 113-114), a primeira epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro foi entre 1849 e 1850. Após a constatação de que a crise havia terminado, entendeu-se a necessidade de atitudes preventivas. Por isso, foi criada em 1850 a Junta Central de Higiene Pública, “com pouco pessoal, extensas funções, falta de unidade e recursos, a junta não resolveu o problema da saúde pública” (BENCHIMOL, 1992, p. 14). Somente em 1886, uma reforma nos serviços de saúde transforma a junta em Inspetoria Geral de Higiene.

A experiência de uma epidemia e o conseqüente medo se expressa de forma interessante na obra *Casa de Pensão*. O trecho a seguir é um conselho de um dos personagens para o rapaz que havia ficado doente:

Enfim, disse o marido de Hortênsia, despedindo-se - Acho que o senhor deve fazer o presente e tratar logo de sair daqui; já não digo pela questão da despesa, mas porque lhe convém à saúde. Escolha um arrabalde de bons ares ou então dê um passeio a Petrópolis; o médico afiançou-me que o senhor tem ameaços de uma febre paludosa, e isso é o diabo na época que atravessamos: a febre amarela grassa por aí que não é brinquedo! (AZEVEDO, 2010, p. 219).

Segundo Benchimol (1992), desde meados do século XIX o Rio de Janeiro era assolado pelas epidemias. Em 1850, após a epidemia de febre amarela, o Rio entrava em uma fase que modificaria mais do que o seu aspecto sanitário. As ações em prol da saúde se voltavam para a sociedade, institucionalizavam-se, buscando a prevenção no ambiente e na sociedade, ao passo que o conhecimento médico ganhava reconhecimento em detrimento das práticas populares.

Chalhoub (1996) destaca as dificuldades para lidar com a febre amarela. O autor aponta as tensões entre aqueles que buscavam explicações com base na religião, que

levavam em conta a possibilidade de a doença ser um castigo divino e os médicos “filosofos materialistas” que defendiam que a doença era um fenômeno natural e não sobrenatural.

Embora neste trabalho tomemos, principalmente, o Rio de Janeiro como referência, por meio do exame de outra obra de Aluísio Azevedo que se passa no Maranhão, é possível verificar atitudes similares nos personagens da província no que se refere às opiniões com relação ao aparecimento de doenças. Neste trecho do livro *O Mulato*, publicado em 1881, uma senhora idosa explica ao rapaz:

Meu caro senhor Mundico, hoje em dia já não se acredita em coisa alguma!... por isso é que os tempos estão como estão — cheios de febres, de bexigas, de tísicas e de paralisias, que nem mesmo os doutores de carta sabem o que aquilo é! Diz que é “beribéri” ou não sei quê; o caso é que nunca vi em dias de minha vida semelhante diabo de moléstia, e que o tal como-chama está matando de repente que nem obra do sujo, credo! Até parece castigo! Deus me perdoe! [...] se já não há tementes de Deus! Já poucos são os que rezam! Hoje, com perdão da Virgem Santíssima — e bateu uma palmada na boca - até podres! Até há padres que não prestam! (AZEVEDO, 2010, p. 57).

Entre os médicos havia teorias diferentes para o combate à febre amarela. O autor aponta duas como as principais: a teoria do contágio, “acreditava-se que a doença poderia ser transmitida de pessoa para pessoa” (CHALHOUB, 1996, p. 64) direta ou indiretamente independentemente da continuação da causa inicial; e a teoria da infecção, na qual a doença vinha “da ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção não atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais ‘miasmas mórbidos’” (CHALHOUB, 1996, p. 64).

Porém o próprio autor aponta que, com os desdobramentos provocados por causa das epidemias, alguns médicos adotavam posições defendendo tanto aspectos de uma teoria como de outra⁵.

É interessante observar como essas teorias se manifestam no comportamento dos personagens de *Casa de Pensão*, demonstrando, já no último terço do século XIX, certa familiaridade e talvez aceitação de alguns grupos da população com relação ao discurso médico. Neste trecho do livro, que descreve a reação dos hóspedes da casa de pensão ao saber que um dos hóspedes estava com catapora, o “guarda-livros” não se preocupa com a doença por acreditar que os miasmas não chegariam ao seu gabinete.

O Melinho, a pérola do n.º 9, também aparecera; e o Piloto, a saber, ainda na porta da rua, que havia um bexigoso no segundo andar, fez uma careta, benzeu-se comicadamente, desgalgou pelo mesmo caminho que trazia, afetando trejeitos exagerado de medo. O guarda-livros é que bem pouco se incomodou com a notícia, tinha lá o seu gabinete ao lado da sala de visitas, e aí com certeza não chegariam os miasmas (AZEVEDO, 1973, p. 184).

Embora a fala de Benchimol (1992) demonstre a prevenção como o objetivo das intervenções, Marques *et al.* (2018), ao fazer uma análise de vários trabalhos relacionados à saúde e à sociedade, como o trabalho organizado por Luz em 1982, destaca que os autores da obra concluem que na verdade apenas as doenças mais urgentes ou epidêmicas recebiam atenção mais enérgica do Estado, problemas de saúde crônicos como a tuberculose que necessitavam de prevenção e investimento, não.

Para Chalhoub (1996) essa escolha tinha a ver com o grupo atingido. O autor defende a ideia de que na década de 1870 a febre amarela passou a ser vista como uma ameaça ao projeto de imigração⁶, que se destinava a substituir a mão de obra escravizada. Segundo o autor, era também parte de uma tentativa de embranquecimento da população. Tais motivações teriam levado à priorização do combate à febre amarela em detrimento de outras doenças, como a tuberculose, que os próprios médicos entendiam como muito grave para a população negra do Rio de Janeiro.

Em uma página do jornal *Gazeta de Notícias*, encontra-se um informe intitulado “Febre Amarela”, que apresentava o relato de que o presidente da província de Alagoas recebeu comissões da câmara municipal. A febre amarela já havia feito 19 vítimas e estava “grassando com alguma intensidade” no distrito Casa Branca (FEBRE..., 1876, p. 1). Essas notícias, nas mesmas páginas em que a Questão Capistrano era tratada, auxiliam na compreensão do que a população lia naquele momento. Por meio da observação do que estava à sua volta, Azevedo concebeu seu trabalho. Dessa forma, o autor ofereceu ao leitor, por meio da sua ficção, um panorama rico e inventivo de seu contexto.

Neste trecho da obra *Casa de pensão* é possível observar que essas questões sanitárias já faziam parte do cotidiano da população: “O *gentleman* reclamava uma junta de higiene, rigorosa, que mandasse lançar a praia todos os gêneros deteriorados que encontrasse. ‘Era assim que faziam na Europa!’” (AZEVEDO, 1973, p. 123).

Como já citado, segundo Benchimol (1992), foi criada a Junta de Higiene Pública, demarcando a institucionalização da medicina social, que tinha entre as suas preocupações a questão da integridade do alimento e da qualidade do ar. Esse discurso infiltrou-se no senso comum das camadas dominantes e das camadas médias, culturalmente subalternas, que nos anos de 1970 já constituíam uma influente “opinião pública”, favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do império numa metrópole salubre e moderna.

A cidade do Rio vinha passando por uma série de problemas sanitários, como epidemias de febre amarela, tuberculose e varíola. Nestes trechos, Azevedo (1973) demonstra que os personagens da casa queriam aproveitar do momento de fragilidade de Amâncio, que estava doente. Eles pretendiam fazer com que Amelinha conquistasse o rapaz por meio de seus cuidados: “Minha filha, nem sempre há cataporas!” (AZEVEDO, 1973, p. 191). Depois, a menina recobre o doente de cuidados e carinhos, diferente dos outros hóspedes, que partiram em retirada com medo de contrair a doença de Amâncio: “[...] seu rostinho, mimoso e fresco como um jambo, não se contraía ao fartum insalubre das varioloides” (AZEVEDO, 1973, p. 194).

Como citado anteriormente, segundo o trabalho de Borges (2000), os ideais de civilização e progresso estavam na base do que seria o ideal de cidade no pensamento do final do século XIX, e os engenheiros e médicos se tornaram figuras importantes na tentativa de transformação da cidade. Estavam associadas a esses ideais as medidas de ordenamento urbano e da vida social

Para André Azevedo (2016), os engenheiros buscavam, pela criação do Clube de Engenharia, afirmar sua importância perante o Estado. Eles viram no cenário de epidemias uma oportunidade de se mostrarem como indispensáveis para a higienização da cidade, eles procuravam demonstrar que os médicos eram capazes de diagnosticar os problemas da cidade, porém eles é que poderiam, de fato, resolvê-los. Com efeito, até mesmo o próprio entendimento da importância do saneamento e da sua relação com as doenças adivinha da ideia de uma engenharia moderna⁷, que passara a ser uma preocupação básica em outros países.

Para Chalhoub (1996), imaginava-se que havia uma forma “científica” (ou seja, “neutra”) de gerir a cidade e as suas diferenças sociais. Nas palavras do autor:

Tal ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para ação “saneadora” dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano em 1889 (CHALHOUB, 1996, p. 35).

A importância dos engenheiros nessa trajetória se dá, especialmente, pela ligação entre saúde e cidade. Chalhoub (1996) aponta para os projetos de intervenção na cidade em busca de melhoria da saúde. Destaca-se, em particular, a questão das habitações. Os cortiços passam a aparecer frequentemente como alvo de políticas de ordenamento e regulamentação. O autor trabalha as diversas questões que permeiam a trajetória de “guerra” contra os cortiços, começando por ações voltadas à regulamentação de sua construção até a demolição desse tipo de habitação para alargamento de ruas e mudanças na cidade. Chalhoub (1996),

citando Abreu (1986), aponta para a mudança na maneira de tratar a questão das habitações, que passa de uma preocupação com a forma para uma preocupação com o espaço, e cita o ano de 1873 como marco devido à proibição da construção de cortiços em determinados espaços da cidade.

Em sua pesquisa, Benchimol (1992) destaca em meados do século XIX o relato de agentes responsáveis pela fiscalização da ordenação da cidade, como fiscais e oficiais de polícia, que relacionavam a falta de higiene das habitações coletivas, como cortiços, a epidemias como o cólera-morbo e a febre amarela. O autor demonstra que a responsabilidade da desordem urbana era atribuída não só à degradação física, mas também à moral da população.

Essa associação entre saúde e moral é apontada em alguns trabalhos. Para Chalhoub (1996), por exemplo, entre as justificativas para a condenação dos cortiços está a tentativa de dissimular um “sentido classista” de decisões políticas (CHALHOUB, 1996, p. 8). Sugerindo um “imaginário em gestação entre os políticos e governantes nas últimas décadas do século XIX” (CHALHOUB, 1996, p. 35). Chalhoub explica que existe uma ideia de “modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’ que teria validade para qualquer ‘povo’, sendo o dever de qualquer governante zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio” (CHALHOUB, 1996, p. 35).

As descrições encontradas nas análises do autor apontam para a associação dos cortiços e de seus habitantes com vícios e perigos. Os cortiços eram apontados como geradores da febre amarela, devido às condições de higiene encontradas em seu interior.

Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital “as classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, por que propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano (CHALHOUB, 1996, p. 8).

Aluísio Azevedo escreveu uma apresentação para sua obra quando a publicou em folhetim. Nessa apresentação fica claro o objetivo de Aluísio em abordar um tema em voga que fazia parte da realidade da população naquele momento. Ele explica que seu objetivo era demonstrar o que acontecia em uma casa de pensão. Assim como muitos, ele entende a habitação coletiva como o que gera a degradação humana. O autor se refere às casas de pensão como uma doença, demonstrando uma possível relação entre a habitação coletiva e a saúde, não só física, mas especialmente moral: “Desejo exhibir toda a hediondez dessa existência artificial e hipócrita, que corrompe nossa sociedade, como uma moléstia secreta e inconfessável corrompe o organismo humano” (AZEVEDO, 1883, p. 1).

As descobertas da medicina, assim como sua legitimação por meio dos métodos “científicos” são notáveis na obra *Casa de Pensão*. Um dos trechos do livro traz um personagem, hóspede da casa de pensão, que aconselhara os banhos de mar para a filha de Mme. Brizard, que sofria de histeria. Ele a aconselha a tomar banhos de mar, e após ouvir que tal recomendação não surtira efeito, ele acha muito estranho e cita Durand Fardel, autor de obras relacionadas ao cérebro. “É estranho, porque, segundo Durand Fardel, não há enfermidades nervosas que resistam a um bom regime de banhos marítimos” (AZEVEDO, 1973, p. 117). Fardel (1875) estudava as águas de Vichy, seu trabalho foi comparado ao de outros estudiosos do tema e publicado em um volume no ano de 1875.

Em um compilado de estudos médicos datado de 1848 encontramos algumas conclusões de Fardel (1848, p. 540) sobre congestão cerebral. No mesmo estudo há considerações de outros estudiosos sobre a histeria: “Essa excitabilidade indevida do sistema nervoso é uma das características mais importantes do distúrbio que, por falta de um nome melhor, denominamos histeria” (FARDEL, 1848, p. 540)⁸.

Segundo Azevedo (1973), de acordo com Mme. Brizard, mãe da personagem Nini, a menina “tinha o gênio mais alegre deste mundo e depois de alguns eventos mudou muito, tinha exigências e caprichos de uma criança e tinha crises e ataques caso fosse contrariada” (AZEVEDO, 1973, p. 116-117).

Os apontamentos de Forget (1848), encontrados em um dos estudos sobre histeria, demonstram a associação entre a doença e as populações marginalizadas e mais uma vez a questão moral vem associada a doenças. De acordo com esse estudo, a histeria atacava frequentemente as classes pobres e miseráveis, era rara em homens e poderia ser determinada por causas morais ou físicas. O estudo afirma que o caminho para a cura da doença estava na melhoria das condições higiênicas.

O tema das doenças teve bastante espaço na trama de Aluísio. Neste trecho de seu livro, o autor ressalta o medo da população com relação às doenças e as dificuldades econômicas ao demonstrar a evasão de clientes que a pensão sofria:

A casa de pensão de Mme. Brizard sofreu muito com as varioloides de Amâncio. Desmanavam-se hóspedes que era uma coisa por demais. O *gentleman*, o piloto e a pérola do n.º 9 “o estimável Melinho” desde a fatal noite das cataporas, não davam notícias. [...] apenas seis hóspedes restaram dos primitivos (AZEVEDO, 1973, p. 212).

Era compreensível que houvesse tal pensamento em fins do século XIX. Uma hospedaria foi o ponto de partida da primeira grande epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. É possível observar que houve relutância em reconhecer a gravidade do problema e a possibilidade de uma epidemia.

Adoeceram quase todos os seus inquilinos e os moradores de duas estalagens próximas. Quando em fevereiro de 1850, a Academia Imperial de Medicina, depois de alguma relutância, admitiu a existência da febre amarela na capital [...] (BENCHIMOL, 1992, p. 113).

O quadro da dispersão de doenças aparece novamente muitas vezes no Rio de Janeiro do livro *Casa de Pensão*; entre outros exemplos há um personagem tuberculoso que se hospeda na mesma pensão de Amâncio e que está prestes a morrer. “O tísico do n.º 7 há dias esperava o seu momento de morrer, estendido na cama, os olhos cravados no ar, a boca muito aberta, porque já lhe ia faltando o folego” (AZEVEDO, 2006, p. 172).

Segundo Benchimol, regular o crescimento urbano e ditar normas para as construções de moradias significavam também entrar nas casas, portanto, alterar relações sociais conectadas às disposições da casa. A mulher era encorajada a sair de seu confinamento, as casas passavam a ser mais planejadas, priorizando a ventilação, e até mesmo a relação com os escravizados sofria interferência: “[...] os médicos pontificaram sobre o lugar mais adequado para a construção das casas, [...] fixando minuciosamente a quantidade de ar e luz que o indivíduo necessitava respirar” (BENCHIMOL, 1992, p. 118).

Em uma cena de seu livro, Azevedo mostra que o personagem Coqueiro chama um empreiteiro para a reforma de sua casa, pois gostaria de transformar o velho prédio na Rua do Rezende em uma pensão. Depois de reformada, a descrição que o autor faz da casa demonstra a valorização da ventilação, do tamanho da casa e da chácara ao fundo. Esses trechos demonstram a importância das janelas: “Três largas janelas de sacada, guarnecidas de cortinas brancas, davam para rua; [...] imediato à sala, com uma janela igual aquelas outras, havia um gabinete cumprido e muito estreito” (AZEVEDO, 1973, p. 97).

Além das descrições da construção da casa em si, o asseio da pensão e a qualidade dos alimentos servidos são trazidos à tona, a limpeza da casa de pensão é comparada à república dos estudantes, na qual Amâncio passara a noite anterior e cujo estado era de total desmazelo e despreocupação com a higiene: “[...] a pandega da véspera, tudo isso dava aquela caminha fresca, de lençóis limpos, um encanto superior ao que houvesse de melhor no mundo” (AZEVEDO, 1973, p. 127).

Além da casa de pensão, outra menção ao estilo de casa e à limpeza é encontrada na descrição da casa de Campos, amigo do pai de Amâncio, que o recebera no Rio de Janeiro no momento de sua chegada. A descrição da casa, no que se refere ao asseio, é positiva e minuciosa: “O segundo andar vivia, pois, num brinco; [...] Campos sentiu-se bem no meio dessa ordem, desse método” (AZEVEDO, 1973, p. 33).

Segundo Azevedo (1973), o cuidado da limpeza da casa era atribuído a Hortência, mulher de Luís Campos, “muito amiga de poupar, muito presa aos interesses do marido, e limpa ‘limpa que fazia gosto!’ (AZEVEDO, 1973, p. 33). O sucesso de Campos era em parte atribuído a esse ambiente de ordem e limpeza: “Campos depois do casamento, principiou a prosperar de um modo assombroso” (AZEVEDO, 1973, p. 34).

Essa conexão entre ordem e sucesso também aparece no conselho de Coqueiro ao colega Amâncio, onde nota-se a valorização do trabalho e do método. Na obra de Azevedo (1973), o personagem Coqueiro tenta convencer o amigo de que uma vida boemia não é o melhor caminho: “O método, homem! O método é o segredo da existência! [...] Amâncio estava defronte de duas entradas; uma que conduzia a verdadeira felicidade e outra que conduzia a desordem, ao vício e a completa desmoralização!” (AZEVEDO, 1973, p. 67).

O personagem citado é estudante da Politécnica, o que poderia explicar sua valorização do método, pois é dessa escola que surgem “as bases do Clube de Engenharia”, que, em 1887, iria começar a estudar a viabilidade das propostas do relatório da Inspetoria Geral de Higiene. Essa valorização da ordem aparecia muito nesse período do século XIX, refletindo as ideias do século, como o pensamento positivista e o evolucionismo. O discurso médico reforçava isso ao criticar o desenvolvimento espontâneo da cidade.

De acordo com Freire (1979 *apud* BENCHIMOL, 1992), essas novas concepções atraíam a opinião pública para as questões de higiene e modificavam a relação da família com o escravizado. Este passa a ser visto como nocivo à saúde. As normas de higiene tendiam a retirada dos escravizados do ambiente doméstico, incentivando a sua substituição por trabalhadores assalariados. Entre os problemas relacionados aos escravos, estariam às doenças e à morte ou à infelicidade dos filhos, culpando a mulher.

No trecho a seguir do livro de Azevedo (1973), o médico de Amâncio aconselha que ele não seja amamentado por uma escravizada. Segundo ele, a ama escravizada teria reuma⁹ no sague. Vasconcelos, que é um homem tradicional do Maranhão, não dá ouvidos ao conselho do médico: “Esta mulher tem reuma no sangue – dizia ele – e o menino pode vir a sofrer para o futuro. Vasconcelos sacudiu os ombros e não quis outra ama. – O doutor que deixasse de partes!” (AZEVEDO, 1973, p. 43). Em outro trecho do livro, o personagem já adulto atribui à sua ama escravizada a sua doença.

Logo, porém, que deixou a cama, apareceram-lhe dores reumáticas na caixa do peito e nas articulações de uma das pernas. Era o sangue de sua ama-de-leite que principiava a rabear.

Bem dizia outrora o médico a seu pai, quando este a encarregou de amamentar seu filho (AZEVEDO, 1973, p. 41).

Sobre essa questão do aleitamento pela ama escravizada, Carula (2012), em seu trabalho, analisa o jornal *A Mãe de família*, em que o médico Carlos Costa buscava aconselhar as mães nos cuidados com seus filhos. A autora aponta para vários aspectos interessantes dessas publicações, sobretudo, a condenação da prática de aleitamento dos filhos por uma ama de leite. Analisando um trecho do jornal de 1879 e citando especificamente o caso do aleitamento feito por negras, fossem elas livres ou escravizadas, a autora explica que o médico, em consonância com a maioria dos médicos, faz associações com questões morais. A amamentação feita pela própria mãe da criança seria sempre melhor e tinha garantia da qualidade moral, pois esta também seria transmitida pelo aleitamento.

O discurso médico era visto em práticas da sociedade. Segundo Mastromauro (2011), o clima, a circulação do ar e os pântanos considerados produtores de “miasmas” eram citados como problemas para a manutenção da salubridade.

Essa questão do ar aparece na produção de Azevedo: “Os ares tonificantes de Santa Teresa produziam-lhe efeitos miraculosos” (AZEVEDO, 1973, p. 237). Segundo Borges (2000), a população acreditava que mudar para as partes mais altas da cidade evitaria doenças no verão por causa das epidemias, assim os indivíduos das classes mais altas mudavam-se para Petrópolis, ou para a Tijuca, já as pessoas da classe média recorriam temporariamente ao bairro de Santa Tereza.

Benchimol (1992) sinaliza que a influência do discurso médico sobre a percepção a respeito dos escravizados acaba por auxiliar a afirmação do sistema capitalista por meio do incentivo à mudança cultural. A racionalização do trabalho e o planejamento também foram heranças dos projetos higienistas. O discurso em favor da “cura” ou “regeneração” da cidade justificava o cerceamento da espontaneidade e o controle e o direcionamento do desenvolvimento urbano.

Chalhoub (1996) aponta para outro aspecto da associação entre doenças e escravizados, o autor compreende que o discurso médico estava relacionado a ideias de civilização que tinham como fundamento a suposta superioridade das raças europeias. O autor demonstra em seu trabalho, a diversidade de teorias e as disputas entre elas. Percebe-se que várias tinham em comum o apontamento de aspectos raciais ou características relacionadas ao clima dos diferentes países. Entre essas discussões está a origem de determinadas doenças, como a febre amarela, que era apontada por alguns como originária das condições de insalubridade no Brasil e por outros como uma doença transferida do “estrangeiro”. Alguns ainda associavam a doença especificamente aos navios que transportavam escravizados; havia

discussões também a respeito da reação dos indivíduos às doenças, mais uma vez o autor aponta a questão racial e do clima como cerne dos debates.

No que diz respeito à historiografia da saúde, Marques *et al.* fala sobre uma tensão entre o presente e o passado:

Tensão que se dá não pela pretensa evolução científica da medicina e da epidemiologia, mas pela relação (muitas vezes, conflituosa) entre saber científico, intervenção social, controle social, cultura popular, interesses de classe e dominação econômica (MARQUES *et al.*, 2018, p. 356).

Chalhoub (1996), assim como Marques *et al.* (2018), também ressalta as tensões em torno do saber científico, da cultura popular e do sentido classista aplicado pelos agentes do poder. Ele ilumina os debates científicos que se concentravam na disputa entre a teoria do contágio e a teoria da infecção; destaca as dificuldades de legitimação do saber médico, apontando para ações no âmbito do poder público, como construções de mais igrejas com intuito de diminuir o problema da “peste” (febre amarela); e demonstra que muitas vezes as razões que encorajaram o desenvolvimento de políticas públicas foram preocupações com interesses da classe dominante.

Segundo Chalhoub (1996) a partir da década de 1870 a “ideologia da higiene” se tornava patente pela atuação dos órgãos da imprensa.

Em outra publicação do jornal *Gazeta de Notícias*, em 1877, encontram-se as recomendações do médico Carlos Costa no que se refere à alimentação das crianças. A publicação destaca-se pelo título: “Higiene” com letras maiores do que o padrão da referida página. O texto é direcionado às mulheres, sobretudo às das famílias abastadas, pois, segundo o médico, as classes pobres tinham na falta de recursos a justificativa para o desmazelo com a alimentação das crianças. A publicação aborda alguns pontos, entre eles se destaca a advertência quanto à alimentação sem regulagem de horário e repleta de doces, especialmente, os doces vendidos pelas escravizadas, questionando costumes antigos e colocando em dúvida a qualidade dos produtos vendidos por elas:

Entretanto causa repugnância ver-se essas cocadas, pés de moleque, mãos bentas, nomes que perfeitamente conheceis, xícaras em arroz de leite, os celebérrimos amendoins (mendubis como apelidam) e mil outras coisas tão inúteis e impróprias, que são vendidas igualmente, cobertas de moscas, pelas pretas velhas [...] (COSTA, 1877, p. 2).

Nota-se também a questão da alteração de costumes tradicionais. A mulher é aconselhada a repensar os costumes antigos, como o das refeições em família, que poderiam afetar a saúde das crianças:

Por outro lado é costume entre nós, as crianças comerem a mesa com os pais; nessa prática não encontro senão desvantagens. As crianças não podem sujeitar-se as necessidades dos

chefes de famílias que por suas ocupações são forçados a almoçarem cedo e a jantarem tarde (COSTA, 1877, p. 2).

Neste outro trecho do jornal citado, foi demonstrada a preocupação do médico em mudar a mentalidade das famílias brasileiras que resistiam à total mudança de costumes:

Compreendo que as famílias necessitadas encontrem embaraços na execução das medidas higiênicas que aconselho, por que não podem ter criadas a sua disposição, porém o mesmo não acontece aos ricos, que, na maioria, entendem seguir os antigos maus hábitos não querendo as novidades europeias (COSTA, 1877, p. 2).

Tanto o livro *Casa de Pensão*, quanto os trechos dos jornais da época, corroboram algumas análises de Benchimol. Para ele, a associação do escravizado à falta de higiene e às doenças tornava desejada a substituição dele por trabalhadores livres. Por mais que muitas famílias brasileiras tivessem a Europa como matriz, a pressão para o abandono de alguns costumes criava certa tensão com relação ao que vinha da Europa. O médico Carlos Costa tenta em sua publicação incentivar o abandono de certos costumes que ele chama de “maus hábitos” em detrimento das “novidades europeias”. O Rio de Janeiro no último terço do século XIX era uma cidade em processo.

Uma cidade com uma burguesia em ascensão, mas com remanescentes coloniais. A opinião pública modificava-se paulatinamente, a modernidade capitalista englobava uma série de transformações em vários setores, esses processos não se davam todos juntos, portanto, assim como explicitado por Abreu (2013, p. 31), nesse período os dois sistemas conviviam. No livro *Casa de Pensão*, enquanto o médico de Amâncio aconselha que ele não seja amamentado pela escrava, Vasconcelos não se importa, sua mentalidade é de um senhor apegado a costumes antigos.

No livro, também é possível identificar um pouco do que o próprio autor pensava, ou gostaria de passar para o seu leitor, pois é importante lembrar-se da historicidade do pensamento do escritor.

O discurso médico aparece muitas vezes no livro *Casa de Pensão*. Os conselhos já estavam “na ponta da língua” dos personagens que sugerem banhos de mar como indicado por Fardel e como se faz na Europa; os ares de Santa Teresa que garantiriam pronta recuperação, além da preocupação com a limpeza, descrita muitas vezes. Isso tudo catalisado pelo medo das doenças que assolam os personagens do livro. Amâncio se recupera de uma enfermidade e outra aparece e com elas novos conselhos e diagnósticos que vêm antes mesmo da chegada do médico.

Como demonstrado no jornal, as atenções do médico Carlos Costa no trecho do jornal estavam direcionadas às famílias abastadas. Quanto às classes pobres, estas estavam justificadas pela impossibilidade de se adaptar. Dessa forma, o médico reconhece a dificuldade e não apresenta nenhuma solução para o problema, excluindo essa classe dos “benefícios” de seus conselhos. É como se fossem simplesmente apagados. Ao mesmo tempo, o médico desencoraja a compra dos produtos vendidos na rua, ou seja, ele exclui novamente essas pessoas, em destaque os “pretos e pretas de ganho”.

Para Chalhoub (1996), as preocupações que levavam a atitudes práticas no que diz respeito à saúde e à higiene da cidade direcionavam-se para apenas certos grupos da população e estavam associadas a concepções racistas. Nas palavras do autor:

A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater as doenças hostis a população branca, e esperar que a miscigenação - promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia - e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira (CHALHOUB, 1996, p. 9).

O trabalho do autor permite perceber que, dentro do arcabouço ideológico que fundamentava as ideias de civilização e progresso, havia diversas “teorias” ditas “científicas”, mas que na verdade ancoravam-se em ideias racistas, na tentativa de justificar uma “superioridade europeia”.

Ao refletir sobre a realidade do Brasil, Pechman (2002, p. 17, grifos do original) observa que “Numa sociedade que não reconhecia a *questão social*” o urbanismo não se desenvolveu de forma a abrir caminho para “os excluídos do direito a cidade”.

Pela análise de diversos trabalhos é possível compreender que, ao passo que a cidade cresceu e se adaptou à modernidade capitalista, ela excluiu os que estavam à margem. A industrialização e a migração atraíram trabalhadores para o centro, o desenvolvimento dos transportes encorajou o afastamento desses trabalhadores e o discurso higienista encorajou a aversão às casas coletivas, mais uma vez tentando afastar os mesmos trabalhadores. A necessidade do mercado ajudou a encorajar a libertação dos escravizados e o discurso médico encorajou a sua substituição por trabalhadores assalariados, porém com essa mudança de sistema um grande contingente que antes morava no local onde trabalhava passou a carecer de moradia. Dessa maneira nota-se que aqueles que estão à margem da sociedade são, de certa forma, apontados como culpados e a questão social não é reconhecida (CRISPINIANO, 2020).

Ao refletir sobre os materiais analisados neste trabalho é importante considerar as dificuldades geradas pela necessidade de lidar com enfermidades novas, dentro de um contexto muito diferente do que podemos observar no tempo presente. É importante destacar as outras formas de produção de saberes nas diversas áreas que se desenvolveram ao longo do tempo. Pode-se dizer, com base na análise dos materiais citados neste trabalho, que a mudança para a produção do saber médico com base científica estava em processo. Essa transformação na maneira de produzir o conhecimento exigiu rupturas com métodos anteriores, essas rupturas se deram de maneira gradual, de modo que, ao analisar os novos conhecimentos e métodos que surgiam no período, é possível observar tanto inovações como também permanências, demonstradas por procedimentos e conclusões com base em práticas anteriores.

Entre as questões a serem consideradas, como o próprio desenvolvimento da Ciência, estão também outros aspectos que tornavam o desafio de combate às epidemias e doenças ainda mais complicado. De acordo com as análises aqui desenvolvidas, destacam-se as tensões entre os agentes de poder, questões culturais — como aquelas relacionadas aos ideais de civilização e à eugenia, e o não reconhecimento da questão social. Além disso, outras questões como procedimentos coercitivos, muitas vezes com medidas drásticas, especialmente contra as populações marginalizadas, geravam dificuldades, como no caso de políticas relacionadas aos cortiços.

Com efeito, as permanências, como o pensamento religioso, interesses políticos e os ideais de civilização, podiam ser decisivas para a legitimação de determinado conhecimento em detrimento de outros. As desigualdades no acesso aos serviços médicos também precisam ser destacados, pois dificultavam o combate as doenças e endossavam a resistência ao discurso médico.

Referências

Fontes

AZEVEDO, A. **Casa de Pensão**. São Paulo: Editora Três, 1973.

AZEVEDO, A. Casa de Pensão. **A Folha Nova**, Rio de Janeiro, 1883.

AZEVEDO, A. **Casa de Pensão**. São Paulo: Editora Escala Educacional, 2006.

AZEVEDO, A. **O Mulato**. São Paulo. Editora Ciranda Cultural, 2010.

COSTA, C. Educação física das crianças pelo Dr. Carlos Costa. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1877.

FEBRE amarela. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1876.

Bibliografia

- ABREU, M. de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- AZEVEDO, A. N. de. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2016.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BORGES, V. R. **Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis**. Uberlândia: Aspectus, 2000.
- CARULA, K. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 197-214, dez. 2012.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRISPINIANO, J. R. **Casa de Pensão**: percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.
- DIMAS, A. **Aluísio Azevedo**: Literatura comentada. São Paulo. Abril Educação, 1980.
- FARDEL, Durand. On cerebral Congestion in relation to hemorrhage and ramollissement of the brain. **British and Foreign Medico-chirurgical Review or Quarterly journal of practical medicine and surgery**, London, v. 2, n. 4, p. 540-541, 1848.
- FARDEL, D. **Medical Study on the mineral waters of Vichy**. Vichy: A. Wallon, 1875.
- FERNANDES, T. M. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 461-474, 2003.
- FORGET, Prof. *On hysteria*. **British and Foreign Medico-chirurgical Review or Quarterly journal of practical medicine and surgery**, London, v. 2, n. 4, p. 536, 1848.
- HOLLANDA, B. B. de. Afinidades eletivas? A literatura nos pródromos da História. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 525-533, set. 2017.
- MARQUES, M. C. da C. *et al.* A importância da perspectiva histórica para o pensamento social em saúde: a contribuição de Madel Luz e Emerson Merhy. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 353-369, abr./jun. 2018.
- MASTROMAURO, G. C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-14.
- PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Ed. Casa da palavra, 2002.
- RABELO, F. Entre o Carlo. R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro. 1893-1907. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 765-796, jul./set. 2013.
- SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
-

⁴O presente capítulo relaciona-se com a dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2020, sob a orientação da prof.^a dr.^a Márcia de Almeida Gonçalves, intitulada “Casa de Pensão: percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX”. A dissertação teve apoio de bolsa Capes.

⁵A hipótese de que o mosquito seria o vetor da febre amarela só foi sugerida pelo médico cubano Carlos Finlay em 1881, mesmo assim a confirmação dessa hipótese só ocorreu em 1900 pela comissão norte-americana de Walter Reed e Ronald Ross (BENCHIMOL, 1999 *apud* RABELO, 2013).

⁶Segundo as análises de Chalhoub (1996), na época os doutores defendiam a hipótese de que a população imigrante branca era atingida de maneira mais grave pela febre amarela, já os africanos estariam protegidos de desenvolvimentos mais graves da doença por já possuírem experiência anterior com a enfermidade.

⁷Adotamos a definição de Azevedo (2016, p. 67), em que “Moderno é entendido como o que é atual”.

⁸“*This undue excitability of the nervous system is one of the most prominent features of the disorder which, for want of a better name, we term hysteria*” (tradução nossa).

⁹Mais à frente, Amâncio sofre com dores reumáticas e atribui ao sague da escravizada, por isso entendemos que reuma refere-se ao reumatismo.

ESTÉTICA E POLÍTICA: A RECEPÇÃO DO NEORREALISMO ITALIANO POR MONIZ VIANNA (1948-1959)

Thiago Turibio

Como à época afirmava Paulo Emilio Sales Gomes (1981), Moniz Vianna foi o crítico mais lido e influente dos anos de 1950¹⁰. No entanto, à exceção do livro de Leandro Mendonça (2009), praticamente não há trabalhos acadêmicos publicados sobre ele. Além disso, consideramos analisar Moniz Vianna porque seus textos nos permitem colocar em perspectiva concepções que a longa disputa histórica hoje deitou sob o plácido do consenso. É evidente, por exemplo, que o neorrealismo foi um movimento decisivo na ampliação do cinema como meio estético e como prática social, influenciando cineastas em todo o mundo. Mas essa evidência não se constituiu sem conflito. Afinal, como qualquer movimento ascendente, o neorrealismo questionava competências estabelecidas. Os textos de Moniz Vianna, pelo tom de combate típico de sua militância de gosto (não por acaso uma de suas alcunhas é a de crítico de choque), são uma ótima entrada para a compreensão dessas controvérsias¹¹.

De acordo com Mariarosaria Fabris (2003), não caberia falar em escola no caso do neorrealismo. A despeito de aspectos semelhantes, nele teria prevalecido uma multiplicidade temática e formal que remeteria, antes, à particularidade de cada autor. Nesse caso, seria mais correto falar em disposição ética comum, não simplesmente em estética. André Bazin (1991), por sua vez, ao descrever a técnica do relato que o neorrealismo compartilhava com o novo romance norte-americano, permite-nos vê-lo fundamentalmente como uma estética cinematográfica apta a trazer mais realidade à tela. Neste capítulo, enfatizamos as controvérsias que são, ao mesmo tempo, políticas e estéticas por meio da recepção crítica do neorrealismo por Moniz Vianna.

Os primeiros filmes neorrealistas chegaram ao Brasil em 1947. Como afirma Jean-Claude Bernardet (2009), além de agitar o debate estético, o neorrealismo serviu a uma fração de esquerda, então sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como programa de produção. Filmes como *Agulha no palheiro* (Alex Vianny, 1953); *Rio, 40 graus*; *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1955, 1957); *O grande momento* (Roberto Santos, 1958), em maior ou menor medida, foram influenciados pelo cinema italiano do pós-guerra. Por seu caráter exemplar,

novidade estética e forte carga política, os filmes do neorrealismo exigiram dos críticos tomadas de posição incisivas. Sendo assim, a recepção do movimento nos permite cartografar as posições constituintes do subcampo da crítica¹².

Partindo de alguns pressupostos dos estudos de recepção, pretendemos entender não apenas como os filmes estão estruturados internamente, mas, sobretudo, os usos que diferentes grupos sociais fazem deles. Neste capítulo, portanto, não partimos da concepção imanente que toma os filmes como um continente semântico estável, que caberia a um espectador ideal, em geral crítico e/ou acadêmico, explicar. Nesse sentido, a construção do objeto deste trabalho se valeu da concepção teórica avançada por Janet Staiger (1992). Mais que interpretar os filmes, são os modos de interpretação correntes em um determinado campo historicamente constituído o que nos interessa. Por meio da análise das distintas formações discursivas mobilizadas pelos críticos, acreditamos ser possível compreender, ao menos em parte, conflitos estéticos e ideológicos implicados na recepção do cinema, arte que então mobilizava atenção e afeições em todo o espectro social. Com isso, pretendemos oferecer, igualmente, explicações sociais para as tomadas de posição de Moniz Vianna. Aqui argumentamos que a recusa do neorrealismo por ele pode ser compreendida, entre outros motivos, como uma tentativa de manter sua posição (dominante) no subcampo da crítica em contraposição à crítica de esquerda recém-chegada.

Para alcançar os objetivos propostos nos valem, sobretudo, de artigos publicados no *Correio da Manhã* por Moniz Vianna. Foram consultados, assim, os arquivos do jornal disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional, bem como a coletânea organizada pelo jornalista Ruy Castro. Cabe assinalar, por fim, que a análise de Moniz Vianna foi feita inicialmente como parte de uma pesquisa de doutorado sobre o subcampo da crítica de cinema brasileira nos anos de 1940 e 1950.

Breve delimitação do subcampo da crítica

O período que seguiu ao fim da Segunda Guerra até meados da década de 1950 pode ser visto como o de ampliação e institucionalização da crítica de cinema no Brasil (LUCAS, 2008). Nesse momento, apareceram algumas revistas, sejam especializadas em cinema ou de interesse intelectual mais amplo¹³. O impulso foi ainda mais intenso na crítica diária dos principais jornais do país. Nos anos de 1940, quase todos passaram a manter espaços para a avaliação fílmica. Foi nesse momento que críticos reconhecidos ainda hoje como os mais importantes do Brasil,

como Antonio Moniz Vianna, Ely Azeredo, Francisco Luiz de Almeida Salles, Cyro Siqueira, fizeram a sua estreia (CATANI, 2000; SOUZA, 2017).

São Paulo foi o epicentro desse processo. Além do relativo pioneirismo na retomada do movimento cineclubista em 1940, foi ali que a mais ambiciosa proposta de industrialização do cinema brasileiro se realizou. A Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949-1954), embora brevemente frustrada, permitiu que se costurasse em torno da burguesia paulista uma série de instituições e eventos, como a Filmoteca (1949), que, mais tarde, se desdobraria em Cinemateca (1956), o I Festival Internacional de Cinema (1954) e o Seminário de Cinema (1949), pelo que a cinefilia local se modernizava segundo o modelo europeu. No Rio, com a participação de Moniz Vianna, também foi fundada uma cinemateca no Museu de Arte Moderna (1959). Outra capital com intensa cinefilia foi Belo Horizonte, organizada, inicialmente, pelo Centro de Estudos Cinematográficos (1951). Já na Bahia o cineclubismo teve lugar no Clube de Cinema fundado pelo crítico Walter da Silveira em 1950.

Nesse contexto, parte da crítica busca definir os métodos legítimos para uma abordagem estética do cinema. Para tanto, foi preciso correlacioná-lo às artes estabelecidas como também afirmar a sua especificidade¹⁴. Assim, por exemplo, se tornou bastante frequente por parte da crítica cineclubista no Brasil dos anos de 1950 a desqualificação da crônica dos jornais e revistas populares¹⁵. Com a segmentação do campo cinematográfico ocorreu uma diferenciação entre a nova crítica, cineclubista e esteticamente orientada, e a “velha” crônica pautada no enredo e no comentário do estrelismo.

A diferença corresponde à modificação da paisagem institucional descrita, mas está igualmente relacionada à segmentação social da crítica. Os novos críticos, ao menos aqueles simbolicamente dominantes, eram portadores de diploma superior (sobretudo de direito), provinham de famílias das média e alta burguesias e atuavam como profissionais liberais ou funcionários públicos. Francisco Luiz de Almeida Salles é oriundo de tradicional família campineira em que se destacam funcionários públicos e políticos locais, sendo ele mesmo procurador do estado de São Paulo; B. J. Duarte, irmão do influente jornalista Paulo Duarte, após longa temporada na França em casa de seu tio Gui, em que aprende o ofício de fotógrafo, atua como chefe do Departamento de Cultura de São Paulo (CATANI, 2000); Vinicius de Moraes, por seu turno, desde 1943 compõe o quadro de funcionários do Itamaraty, enquanto Moniz Vianna exerce a medicina ao mesmo tempo que escreve no *Correio*¹⁶.

Falamos em uma fração simbolicamente dominante, mas reconhecemos a dificuldade em estabelecer parâmetros inequívocos para um subcampo ainda precariamente institucionalizado como o da crítica. Nesse sentido, podemos invocar os critérios mobilizados por Arthur Autran (2003) em sua análise do subcampo da crítica cinematográfica dos anos de 1950, embora discordemos que seja possível dividi-la entre “esteticistas” e “críticos-históricos”. Autran destaca três fatores: o espaço ocupado na imprensa da época; a participação na organização das cinematecas e nas comissões de cinema governamentais; e a homologia dos críticos em relação à Vera Cruz e, após esta entrar em colapso, com o setor descrito por Mário Ortiz como “universalista” (AUTRAN, 2003). Por esses critérios, Autran (2003) conclui que Moniz Vianna, Ely Azeredo, B. J. Duarte, Décio Vieira Ottoni comporiam o polo dominante, enquanto Alex Viany, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Carlos Ortiz e Noé Gertel, enfim, a crítica de esquerda próxima ao PCB, seriam o polo dominado. De nossa parte, estamos de acordo com essa divisão.

De fato, uma das frações da crítica mais atuantes à época era a dos comunistas, cujas ambições estética e política se amalgamavam em um único projeto (CATANI, 2003). Tendo sido uma das principais responsáveis pela vitória sobre o Eixo, a URSS emerge com grande legitimidade no pós-guerra. Sua influência, mais ou menos, se impõe sobre países periféricos que passam a implementar projetos de desenvolvimento nacional (SILVA; SANTANA, 2007). É o caso do Brasil. O PCB nos pleitos de 1945 e 1947 se tornou a quarta força eleitoral do país. Em dois anos, saía da condição de pequeno partido de quadros, contando com mais ou menos 3 mil militantes, para se tornar um partido de massas, com aproximadamente 200 mil filiados. Imerso nas atividades práticas que uma democracia em construção exige, o PCB buscou alianças em torno de uma ampla frente nacionalista, atuando em manifestações de rua, sindicatos, associações e casas legislativas. Essa ascensão, contudo, foi interrompida com a cassação do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) logo após as eleições de 1947 (SILVA; SANTANA, 2007). Apesar da perseguição, os comunistas continuaram a atuar na vida política brasileira por meio de outras instituições, como a imprensa.

Como estratégia na luta pela hegemonia, os intelectuais comunistas apresentaram um rígido programa estético, o realismo socialista, em que condenavam a experimentação formal como desvio burguês e afirmavam a ascendência do conteúdo sobre a forma (MORAES, 1994). Nesse momento, a crítica comunista se preocupava sobretudo com o cinema brasileiro e buscou definir, por meio de realizações como *Agulha no Palheiro* (1953) e *Rio, 40 graus* (1954), uma

produção “independente” em contraponto aos projetos industriais como os da Vera Cruz e Maristela.

O perfil social da crítica de esquerda, ao menos a que atuou em *Fundamentos e* manteve relações orgânicas com o PCB, revela sugestivas diferenças quando comparado ao do polo simbolicamente dominante. Os que escreveram em *Fundamentos* eram provindos de famílias de imigrantes, proletários e pequenos comerciantes, como o filho de alfaiate e neto de italianos Nelson Pereira dos Santos (SALEM, 1987) e o filho de italianos cujo pai era dono de armazém de secos e molhados, Rodolfo Nanni (BARBOSA, 2004), ou mesmo de agricultores, como Carlos Ortiz (CATANI, 2012). Alex Viany, apesar de pertencer a uma família de profissionais liberais, passou por problemas econômicos devido à cegueira precoce do pai, que então atuava como médico¹⁷. Além disso, à exceção de Nelson Pereira dos Santos, ele é o primeiro da família a ter acesso a um diploma superior, os outros três não frequentaram a Faculdade de Direito, quase obrigatória à elite local.

Essa condição os posicionava em lugares diferentes no subcampo da crítica. Enquanto o polo dominante atuava como funcionários públicos ou profissionais liberais, a crítica filiada ao PCB buscou se consolidar como técnicos e cineastas, assumindo as incertezas econômicas implicadas nessa tomada de posição. Por sua vez, a inserção prática no campo como críticos, técnicos e cineastas, favorecia a recepção do neorrealismo sobretudo como programa de produção (BERNARDET, 2009) e uma nova sugestão de abordagem do problema das classes populares, que, à época, interessava aos setores nacionalistas de esquerda (FABRIS, 1994). Sendo assim, entre o polo simbolicamente dominante e o dominado há uma homologia que compreende a posição social e as tomadas de posição ideológica e estética, o que Bourdieu (2008b) afirma ser, guardadas as devidas mediações, característica estrutural de todo campo cultural.

Considerando tal estado do subcampo, parte da fração simbolicamente dominante da crítica mobiliza uma concepção específica do cinema como arte tanto contra a crítica política quanto contra a crônica dos jornais populares e das revistas de fã.

Neorrealismo visto por Moniz Vianna

Antonio Moniz Vianna nasceu na Bahia em 1924. Como conta, na infância cresceu aos pés de três bibliotecas em uma casa onde morava não apenas com o pai e a mãe, mas também com tios e avós. Alguns dos livros fundamentais para sua sólida formação literária, decisiva na feitura de seus textos críticos, foram descobertos no acervo doméstico do tio Edmundo Moniz, outros vieram do acervo

da avó. Aos 11 anos o garoto Antonio abandonou a casa cheia baiana e foi viver no Rio de Janeiro com seus pais. Ali se formou médico. Ainda bastante jovem, 21 anos, em 1946, assumiu a cadeira de crítico cinematográfico no *Correio da Manhã*, à época um dos mais prestigiados jornais do Brasil.

No Brasil do pós-guerra o perfil dos filmes exibidos era bastante restrito, dado o amplo controle das produtoras norte-americanas sobre o mercado. No mais, exibiam-se alguns filmes europeus de destaque, sobretudo os dos cineastas de renome, e algumas outras fitas mexicanas e argentinas, além das poucas brasileiras, que contavam com cota de tela¹⁸.

Foi também em finais de 1940 que os primeiros filmes neorrealistas começaram a ser exibidos, sobretudo nas principais capitais (BERNARDET, 2009). Se em 1940 as disputas que cindiam a crítica eram entre defensores do cinema mudo e os do falado (CATANI, 1984), ao longo dos anos de 1950, com a entrada em cena de uma crítica de esquerda e a chegada dos filmes neorrealistas, uma das oposições no subcampo foi a entre os defensores do cinema como arte autônoma e os defensores do cinema como arte política. Nesse quadro, Moniz Vianna atua como um hollywoodófilo¹⁹ e defensor do cinema como arte autônoma. Sendo assim, a sua filiação a Hollywood não o tornou absolutamente indiferente à impostura contra a arte, tal como ele a entendia, vigente no pragmatismo comercial com que os chefes de estúdio programavam seus investimentos. Não poucas vezes ele acusou os estúdios da Califórnia de serem “uma *jungle* de anárquico oportunismo” ou os comparou a fábricas de sabonetes e refrigerantes (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 207).

Ainda assim, acreditava, era lá que se encontravam, “em número consideravelmente mais elevado do que o desejam seus detratores, os artistas e técnicos sinceros e idealistas” (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 31). Sua adesão também não o levava a ignorar os interesses políticos dos estúdios e do próprio governo norte-americano, mas pensava que Hollywood, em comparação, seria mais tolerante e liberal: *A um passo da eternidade* (1953), filme em que Fred Zinnemann critica o exército estadunidense, “não poderia ter sido feito em outro centro cinematográfico” (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 81).

Isso leva, e talvez seja curioso para quem se acostumou com a imagem de Moniz Vianna como um crítico severo dos novos cinemas europeus e latino-americanos (neorrealismo, *nouvelle vague*, cinema novo), a uma defesa de um tipo de cinema independente que atuaria no interior da própria Hollywood. De acordo com ele, “as maiores provas de audácia, no cinema americano, têm sido dadas pelas unidades

independentes” (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 182). Mas o que seria uma unidade independente? Basicamente, seria aquela em que o diretor se torna também produtor. Joseph L. Mankiewicz, por exemplo, ao se tornar dono de uma empresa, a Figaro, “pode, sem risco de que lhe atem as mãos, tentar fazer com os magnatas de Hollywood o que Orson Welles fez com Hearst, o magnata da imprensa” (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 101).

Tal como ele vê, o problema da restrição nos Estados Unidos sobre a produção pode ser contornado economicamente. Montar uma produtora seria o suficiente para que o cineasta se dedicasse aos temas que realmente lhe importavam. Mesmo o código de produção se mostraria cada vez mais caduco quando confrontado pelo princípio de mercado, já que, segundo o crítico, os filmes que passavam por restrições da censura despertavam a curiosidade do público, que os transformavam rapidamente em sucessos de bilheteria. Afinal, argumenta, os Estados Unidos são uma democracia e, portanto, admitem a autocrítica, diferente dos “países totalitários”, como os que defendem críticos que acusam Hollywood de cosmopolitismo, ou seja, os críticos nacionalistas (CORREIO DA MANHÃ, 1959). Refratada pela lógica do subcampo da crítica, a defesa de Hollywood era uma maneira de se opor à crítica de esquerda.

Além da dicotomia, bastante comum, aliás, entre artistas idealistas e produtores venais, Moniz Vianna operava com uma oposição entre arte e política. Ao comparar o estilo de Joseph L. Mankiewicz ao de Billy Wilder, Moniz atribuiu ao primeiro a ironia e o sarcasmo, enquanto o último seria incisivo e direto: “um fere, outro arranha” e “nenhum dos dois, felizmente, quer passar de artista a reformador, e a validade de suas obras nunca é enfraquecida pela demagogia” (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 100). Na leitura de Moniz Vianna, o cinema como arte autônoma seria portador de valores estéticos específicos e, dessa forma, não admitiria a interferência direta da política sem decair em demagogia. Essa compreensão, bem como a sua ligação com o contexto ideológico interno, pode ser melhor compreendida pela maneira com que o crítico carioca recebeu os filmes do neorealismo italiano.

Quando em 10 de janeiro de 1948 escreveu sobre *Roma, cidade aberta* (1945), Moniz elogiou o filme e, por conseguinte, Roberto Rossellini, quase sem restrição. O único defeito da fita seria circunstanciais faltas técnicas, no mais, sem grande importância. O filme ostentaria naturalidade e concisão que o fariam despido de todo artifício e efeito preconcebido, sendo um testemunho “da vida trágica dos italianos atingidos pela guerra” (CORREIO DA MANHÃ, 1948, p. 11). A postura

antifascista do diretor representada pela personagem comunista, que sob tortura mantém “posse plena de consciência”, suscita a admiração do crítico. Assim, o filme iria além de qualquer termo simplista porque “levanta a ideia da resistência à coação, à violência. Vai além porque prega o amor à liberdade. Vai além porque se lança contra os recursos fascistas e fascistoides ainda hoje tão contraditórios em todo mundo” (CORREIO DA MANHÃ, 1948, p. 11). E mais, ainda argumentava que as situações cruas expostas por Rossellini, como a homossexualidade de um comandante alemão, o amor lésbico, o vício em cocaína e uma viúva grávida, seriam uma “temeridade” nos Estados Unidos e uma “impossibilidade” no Brasil, dada a “censura caótica, atrasada, como a brasileira, má discípula da americana, já tão entranhadamente idiota” (CORREIO DA MANHÃ, 1948, p. 11). Provavelmente, qualquer crítico de esquerda, à época, concordaria com Moniz Vianna, mas o próprio Moniz Vianna anos mais tarde repudiaria esse tipo de “afetação” política.

Com efeito, desde a recepção de *Paisà* (1946), em abril de 1950, os termos se invertem. Em *Paisà*, para Moniz Vianna, Rossellini antes de ser um artista seria um jornalista e, pior, um jornalista limitado. Todo elogio anterior feito a *Roma, cidade aberta* agora quase se reduz ao poder do filme de chocar emocionalmente o espectador. Em sua primeira crítica, ele disse que de *Roma, cidade aberta* se desprende “uma realidade clara, crua, nada chocante” (CORREIO DA MANHÃ, 1948, p. 11). Portanto, a fita passaria a valer sobretudo por um efeito externo. Já *Paisà* seria uma decepção:

Rossellini não acusa o mínimo progresso em relação à “Roma, Cidade Aberta”; ao contrário, retrocede e cai num primitivismo lamentável. “Paisà” tem erros gravíssimos de ritmo e continuidade e os mesmos defeitos, no que tange à plástica, de outra fita italiana muito elogiada, “Sciuscià”, de Vittorio De Sica (CORREIO DA MANHÃ, 1950b, p. 15).

Podemos, evidentemente, argumentar que as oscilações na recepção estética se submetem à ordem imponderável, porquanto subjetiva, do gosto. No entanto, partindo de Pierre Bourdieu (2009), consideramos que o gosto, como qualquer outra propriedade social, existe apenas em relação. Assim, pensamos que um dos fatores importantes para a compreensão da mudança na recepção do neorrealismo foi o acirramento ideológico que a crítica de esquerda, em atuação mais incisiva na imprensa desde inícios da década de 1950, impôs ao campo cinematográfico. As teses defendidas na revista *Fundamentos* e, de lá, por críticos em alguns jornais diários, criavam uma dicotomia entre, de um lado, a crítica social, honesta e sadia e, de outro, a crítica formalista, degenerada e cosmopolita, que exigia uma clara tomada de posição, sem nuances ou conciliações, por parte dos críticos ocupados na imprensa²⁰.

Se “o real é relacional” (BOURDIEU, 2009, p. 28), tomemos rapidamente alguns textos de Alex Viany²¹. Para ele, a crítica no Brasil do início de 1950 estaria dividida em três grupos: os “desonestos”, os “fósseis” e os “formalistas” (FUNDAMENTOS, 1952). Os desonestos seriam os que publicam notinhas anônimas a partir de folhetos de publicidade vindos dos Estados Unidos como se tratasse de livre opinião. Já fósseis fariam parte do grupo de estudiosos de cinema, se dedicariam à literatura especializada, frequentariam cineclubes, mas teriam parado no tempo em sua idolatria do cinema mudo. Já a outra parte de estudiosos do cinema, a dos “críticos formalistas”, demandaria “máxima atenção”, posto ser mais ativa e exercer “uma influência maléfica através dos jornais e de sua atuação nos cineclubes e cursos de cinema” (FUNDAMENTOS, 1952, p. 27). Diferentes dos fósseis, eles admitiriam o cinema falado como um fenômeno estético legítimo, mas insistiriam

[...] no princípio superado – e superado há tantos séculos – da arte pela arte, condenando tudo que haja conteúdo humano e positivo, afirmando que a arte só deve servir à Arte [...] e lamentando cada passo que o cinema dá para diminuir o abismo que o separa do povo (FUNDAMENTOS, 1952, p. 27).

Viany, evidentemente, não reivindica quaisquer das posições anotadas anteriormente. Ele busca assinalar uma nova posição:

Ainda hoje, passados muitos anos, quase que podem ser contados nos dedos das mãos os críticos conscientes, que, reconhecendo a sua grande responsabilidade para com as plateias, sabem pesar com justeza as qualidades positivas e negativas de cada filme, julgando não somente seu valor intrínseco como obra de arte, mas sobretudo seu impacto extrínseco como influência moral, social e política (FUNDAMENTOS, 1952, p. 27).

Visto por Viany, a responsabilidade do crítico excederia os limites de orientação para o consumo distintivo da arte. Mais que objeto estético, ao crítico, sendo ele consciente de suas responsabilidades, deveria interessar o papel do cinema como instrumento pedagógico e político. Nessa concepção, o cinema é entendido prioritariamente como prática cognoscitiva e ideológica, a que caberia ao crítico mapear, julgar e denunciar. Quando Viany fala sobre a crítica e as suas tarefas, portanto, é de outra instância de enunciação, que institui responsabilidades e pretensões distintas das que reivindicavam, por sua vez, Moniz Vianna.

Não é por acaso que a sua leitura de *Paisà* é quase o anverso da do crítico do *Correio*. Para Viany, a “falta de método” de Rossellini, “que tanto irrita os puristas do cinema”, seria, na verdade, “um estilo revolucionário por devolver ao cinema um bom bocado de sua autenticidade perdida dentro dos estúdios” (CORREIO DA MANHÃ, 1950, p. 10). Desse modo, na maneira de trabalhar de Rossellini:

[...] não há preocupação de forma e plástica. O que há é um descaso propositado pelas composições arrumadinhas – sempre em benefício do conteúdo e da simplicidade.

Rossellini é um primitivo convicto. Vê-se que conhece as leis básicas do cinema, das quais os cineastas mais ortodoxos não ousam separar-se, mesmo quando um efeito desejado só pode ser obtido através da desobediência às mesmas. No entanto, ele é como um pianista que depois de tocar por música durante muitos anos, resolve dedicar-se às improvisações atonais: para alguns, seu cinema pode parecer incorreto e incerto; para nós, é um excelente método de obtenção de um realismo talvez primário – mas concludente e convincente (CORREIO DA MANHÃ, 1950, p. 10).

O objeto das críticas de Viany seriam os “puristas de cinema” que submetem a avaliação a um conjunto de regras formais pretensamente universais, mas que, na prática, remontam a um cinema nacional bastante particular: Hollywood. As “leis básicas do cinema”, que, aliás, serviam de fanal à crítica simbolicamente dominante em seus arrazoados cotidianos (unidade, continuidade rítmica, integração entre forma e conteúdo, coerência psicológica etc.), são vistas aqui como risco ao desenvolvimento estético da arte cinematográfica. Em resposta, o “espontaneísmo” de Rossellini, aproximando o cinema da liberdade das experiências de vanguarda, é celebrado, já que implicaria renovação de uma arte prestes a se museificar devido às normas estabelecidas pelo cinema de estúdio.

Voltemos aos textos de Moniz Vianna. O seu deslocamento da posição de simpatizante para a de franco opositor de Rossellini se realiza quando ele define *Stromboli* (1950) como uma monstruosidade criada por um diretor cuja postura desde *Roma, cidade aberta* “tem sido a de um diletante que faz cinema sem conhecimento perceptível do assunto ou a de um indivíduo que teima em contrariar, por atitude, os princípios mais elementares da realização de um filme” (CORREIO DA MANHÃ, 1950c, p. 9), acreditando que assim traria uma verdadeira renovação da arte cinematográfica. Moniz Vianna lamenta que até o momento a última hipótese tenha angariado apoio de diversos críticos, como seria o caso de Alex Viany, embora ele não o cite expressamente.

A “falta de método” reconhecida em Rossellini desde então vai servir de baliza à recepção dos filmes de outros diretores italianos, permitindo situá-los tanto em relação ao neorrealismo quanto em relação ao cinema como arte, tal como preconizada pelo crítico do *Correio da Manhã*. Já em 1949, quando comentava a obra de Alessandro Blasetti, a dicotomia se insinuava. Para o crítico, *Um dia na vida* (1946), de Blasetti, seria um filme muito mais denso e equilibrado que *Roma, cidade aberta*. A fita de Rossellini teria o mérito de ser sociologicamente mais profunda e áspera, mas como obra de arte seria menor que a do seu compatriota “por não saber Rossellini manter-se num plano cinematográfico elevado, talvez por desconhecimento da intimidade rítmica que condiciona tanto a beleza superficial de um filme como o seu conteúdo emocional” (CORREIO DA MANHÃ, 1949a, p. 17).

Moniz Vianna delimita, ao menos idealmente, aquilo que pertence ao cinema, que estaria ligado a aspectos estritamente formais responsáveis pelo “ritmo cinematográfico”, e os aspectos episódicos a que atribui à “ideia”. Assim, o filme de Rossellini seria “uma grande ideia que no cinema não se perdeu; porém, é mais uma ideia do que um filme. ‘Um dia na vida’ é, e não sei se estou sendo rígido, mais um filme que uma ideia” (CORREIO DA MANHÃ, 1949a, p. 17).

É também nesse momento que a defesa do neorealismo passa a ser compreendida como crítica ao cinema de Hollywood. *Sciuscià* seria uma obra falha e o entusiasmo que ela despertava não teria outra razão que não a oposição feita por parte da crítica ao cinema norte-americano, “reputado ilógico e preconcebidamente falso” ao que, em contraposição, o cinema italiano do pós-guerra seria visto como “verdadeiro cinema, cinema honesto e puro” (CORREIO DA MANHÃ, 1949, p. 15). Trata-se, então, da “apologia do cinema mal feito, sem planejamento (e quem sabe se sem cenário?), não raro nascido ilegitimamente” (CORREIO DA MANHÃ, 1949, p. 15). Nesse sentido, também De Sica é acusado de menosprezar a composição artística em favor de um realismo fotográfico que permaneceria no plano estético sem nenhum valor.

Novamente em comentário sobre um filme de Blasetti, agora em 1954, portanto, em um momento de forte polarização ideológica devido à atuação mais incisiva da crítica de esquerda, que, inclusive, passava à produção inspirada na cinematografia italiana, o neorealismo foi acusado pelo crítico do *Correio da Manhã* de “invadir” o cinema italiano e ali introduzir o tumulto e a subversão de valores, a que *Prima Comunione* (Primeira Comunhão, 1950) seria uma resposta (CORREIO DA MANHÃ, 1954). Blasetti teria mantido a sua dignidade porque se recusou a integrar o neorealismo, naquela altura desfalcado, segundo Moniz Vianna, dos seus principais nomes (Rossellini, De Sica, Visconti) e entregue ou à demagogia ou à incapacidade criadora dos “Lizzanis”, dos “Pletrangellis”, dos “Zampas”, dos “Germis” e de muitos outros (CORREIO DA MANHÃ, 1954).

A alternativa entre demagogia e incapacidade criadora é sintomática da maneira como Moniz Vianna comentava os filmes posicionados à esquerda. Gosta, por exemplo, de *Ladrões de Bicicleta* (1948), mas não deixa de assinalar que o filme cresce e ganha espontaneidade apenas quando “o diretor se esquece ou se vê na impossibilidade de submeter os incidentes a um processo de crítica social previamente planejado” (1950a, p. 11), enquanto *Umberto D.* (1952) carregaria demais nas tintas, transformando todos os personagens em seres moralmente repugnantes, à exceção de uma menina grávida, como se o mundo todo quisesse

empurrar o velho aposentado contra a parede (VIANNA; CASTRO, 2004, p. 37-39). Já Nicholas Ray mereceria elogios. Em *Juventude transviada* (1955), ainda que ele identifique na negligência familiar a origem da “delinquência juvenil”,

[...] o filme não derrama uma mensagem, Ray não é Cayette (ou Moguy), e *Rebel without a cause*, porque Ray é essencialmente um artista, não faz sociologia de bolso: a interpretação que dá ao problema é sempre menos sociológica que poética (CORREIO DA MANHÃ, 1956, p. 13).

Se ainda há os que negam a Ray um lugar de destaque são os que, em contrapartida, reconhecem “indebitamente” qualidades excepcionais nos “mediócrs fazedores de ‘neo-realismos”” (CORREIO DA MANHÃ, 1956, p. 13). Como em outras situações, a oposição entre estética e política foi transmutada na dicotomia entre poética e sociologia.

Em crítica do filme de Federico Fellini, *A estrada da vida*, a posição de Moniz Vianna diante do neorealismo está totalmente definida. De começo, afirma ser Fellini o grande diretor que há anos esperava o cinema italiano e que apenas os “desavisados” ainda o colocavam entre os realizadores do neorealismo. De comum, comenta ironicamente, as fitas também eram faladas em italiano (inclusive, dubladas) e filmadas em ambientes reais e pobres, mas “Fellini repele a ‘mensagem’, a que se agarram os adeptos do ‘neorealismo socialista”” (CORREIO DA MANHÃ, 1957, p. 15). Com efeito, a imbricação entre neorealismo e socialismo revela a superposição entre estética e política que permeia os textos de Vianna nos anos de 1950, enquanto a recusa da “mensagem” desvela a crítica latente aos filmes de esquerda que, mesmo quando bem-sucedidos, arriscariam demagogicamente sacrificar a arte em nome da política.

Evidentemente, as principais contendas da crítica não são diretamente políticas, são estéticas. Seria um equívoco reduzirmos uma esfera à outra. Assim, Moniz Vianna identifica em Rossellini especificamente, mas, por extensão, em grande parte do neorealismo, a apologia de um cinema tecnicamente descuidado, presente, por exemplo, na integração de atores não profissionais, na tomada longa e na filmagem direta, que se contrapõe aos valores tradicionais de unidade, decupagem dramática e cadência rítmica, considerados centrais para a crítica dominante, que os pensa no quadro do cinema clássico. Sendo assim, a reação de Moniz Vianna é também uma forma de preservar a sua posição (dominante) no subcampo da crítica contra os defensores do neorealismo, já que o movimento italiano se construiu em oposição à concepção do cinema clássico que estruturava a grade de valores com que desde sua estreia ele mediu os filmes do presente e do passado.

Por outro lado, considerando o forte caráter político do neorrealismo, Moniz Vianna reivindicava a autonomia da arte em defesa de sua posição. No entanto, diferente do caso francês descrito por Bourdieu (2008b), em que a tomada de posição em favor da “arte pela arte” feita por romancistas como Gustave Flaubert pretendia recusar ao mesmo tempo a “arte social” e a “arte burguesa”, no cinema, à falta de uma posição relativamente autônoma, dado seu caráter industrial, o argumento servia à defesa de posições conservadoras contra movimentos que, ao final, estavam promovendo uma renovação de repertório formal e político. Afinal, o cinema norte-americano dos anos de 1950, como o de sempre, está longe de recusar a “mensagem”.

O neorrealismo, assim, foi acusado por ele de infringir princípios artísticos básicos. No entanto, essa crítica ao mesmo tempo refratava uma condenação à tomada de posição à esquerda presente na maior parte dos seus realizadores e simpatizantes, inclusive entre a crítica e os realizadores brasileiros. O que corresponde ao esquema proposto por Gisèle Sapiro quando afirma que,

[...] quanto mais o crítico ocupa a posição dominante, mais ele tende a adotar um discurso acadêmico eufemístico e despolitizado – na forma -, de acordo com as regras de conveniência do debate intelectual. Por outro lado, quanto mais ele ocupa uma posição dominada, mais seu discurso tende a se politizar e a denunciar o conformismo e o academicismo dos pontos de vista dominantes (SAPIRO, 2019, p. 115).

Enfim, estética e política não são dimensões meramente contrapostas. Na prática, mesmo para um crítico como Moniz Vianna, que buscou definir fronteiras rígidas entre elas, essas dimensões se relacionam, derivam afinal de um mesmo *habitus* como princípio gerador de disposições sociais e se inscrevem no espaço dos possíveis dos campos culturais (no nosso caso, Hollywood *vs.* neorrealismo; forma *vs.* conteúdo; ideal *vs.* realidade; poética *vs.* sociologia). Afinal, como nos diz Bourdieu, “não há luta a propósito da arte cujo pretexto não seja, também, a imposição de uma arte de viver, a transmutação de determinada maneira arbitrária de viver em maneira legítima de existir” (BOURDIEU, 2008, p. 57).

Referências

Fontes

- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1948.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1949.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1950a.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1950b.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1950c.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1954.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1956.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1957.
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1959.
FUNDAMENTOS. São Paulo, 1952.
O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1948.

Bibliografia

ADAMATTI, M. M. **A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãs: A Cena Muda e Cinelândia (1952-1955)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

AUTRAN, A. **Alex Vianny: crítico e historiador**. São Paulo: Perspectivas. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.

BAECQUE, A. de. **Cinefilia**. Invenção de um olhar, história de uma cultura: 1944-1968. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BARBOSA, N. **Rodolfo Nanni: um realizador persistente**. São Paulo: Cultura, Fundação Padre Anchieta; Imprensa Oficial, 2004. (Coleção Aplauso Cinema Brasil).

BAZIN, A. O realismo cinematográfico e a escola italiana da Liberação. In: BAZIN, A. **O cinema**. Ensaios. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 223-257.

BERNARDET, J. C.; GALVÃO, M. R. **Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica (as ideias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERNARDET, J. C. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CATANI, A. M. **Vinicius de Moraes, crítico de cinema**. São Paulo: Perspectivas, 1984.

CATANI, A. M. **Anhembi e a crítica de cinema (1950-1962)**. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE CINEMA (org.). **Estudos de Cinema: Socine II e III**. São Paulo: Annablume, 2000. p. 171-188.

CATANI, A. A revista fundamentos e a crítica de cinema (1948-1954). In: FABRIS, M. *et al.* (org.). **Estudos Socine de Cinema**, ano III. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 89-95.

CATANI, A. O romance do gato preto: Carlos Ortiz e a história do cinema brasileiro. In: MACHADO JR, R.; SOARES, R.; ARAÚJO, L. C. de. (org.). **VIII Estudos de cinema e audiovisual Socine**. São Paulo: Socine, 2012. p. 372-384.

FABRIS, M. **Nelson Pereira dos Santos: um olhar neo-realista?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FABRIS, M. Vendo e revendo o neorealismo: uma reflexão sobre as ideias de Jean-Claude-Bernardet. In: CATANI, A. F. *et al.* (org.). **Estudos Socine de Cinema**: ano IV. São Paulo: Editora Panorama, 2003. p. 89-95.

GOMES, P. E. S. **Crítica de cinema no suplemento literário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 2 v.

LUCAS, M. R. de L. Ver, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem no cinema brasileiro da década de 1950. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 19-40, jun. 2008.

MENDONÇA, L. J. L. R. de. **A crítica de cinema em Moniz Vianna**. Rio de Janeiro: Edições LCV, 2009.

MICELI, S. **Intelectuais à Brasileira: intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-45)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, D. de. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SALEM, H. **Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SALLES, F. L. de A. **Cinema e verdade: Marilyn, Buñuel, etc. por um escritor de verdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SAPIRO, G. **Sociologia da literatura**. Belo Horizonte: Moinhos; Contrafios, 2019.

SILVA, F. T. da.; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 2 v.

SOUZA, J. I. de M. **A carga da brigada ligeira: intelectuais e crítica cinematográfica, 1941-1945**. São Paulo: Mnemocine, 2017.

STAIGER, J. **Interpreting films**. Studies in the historical reception of American cinema. Princeton: Princeton University Press, 1992.

VIANNA, A. M.; CASTRO, R. **Um filme por dia: crítica de choque (1946-73)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁰ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2020, sob orientação da prof.^a dr.^a Sônia Maria Wanderley, intitulada “O novo por escrito: crítica, cinema, nacionalismo (1960/1964)”.

¹¹ O termo “crítico de choque” foi atribuído a Moniz Vianna por Paulo Perdigão em 1985 e recuperado por Ruy Castro como subtítulo do livro em que compilou parte de suas críticas.

¹² Falamos em subcampo da crítica porque a sua dinâmica está estruturalmente determinada pelos campos abrangentes do jornalismo e do cinema.

¹³ De escopo cultural amplo, podemos citar *Fundamentos: revista de cultura moderna, Anhembi, Iris*. Já entre as revistas especializadas se destacam as mineiras *Revista de Cinema* e *Revista de Cultura Cinematográfica*.

¹⁴ Como Souza (2017) demonstra, uma das obsessões dos críticos desde os anos de 1940 era determinar o “específico cinematográfico”, aspecto que, uma vez definido, serve como baliza às análises críticas rotineiras. A essa busca pela caracterização do específico seguia a defesa de que o cinema seria uma arte como qualquer outra, capaz de produzir “sentimentos estéticos” à altura. Ver, por exemplo, artigo do crítico Almeida Salles (1988).

¹⁵ Sobre a crítica nas revistas de fã, ver Adamatti (2008).

¹⁶ Sobre a condição dos intelectuais na sociedade brasileira nos anos 1920 a 1945 ver Miceli (2001).

¹⁷ As informações biográficas sobre Viany foram tomadas da nota escrita por Arthur Autran para o *site* que abriga o acervo do crítico: <https://www.alexviany.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2021.

¹⁸ Octávio de Faria, por exemplo, fala em enclausuramento cinematográfico: “assim, não creio que seja exagerado falar em enclausuramento cinematográfico. Se não podemos falar num coeficiente cem de fitas norte-americanas – o que representaria o total enclausuramento – as janelas que nos abrem não são sobre o horizonte limpo e fértil da nova e boa produção europeia, mas sobre um rio de impurezas onde se reúnem águas turvas de uma falsa produção francesa e de mediocridades argentinas, mexicanas e até mesmo nacionais” (O ESTADO DE S. PAULO, 1948, p. 8).

¹⁹ O termo aparece em Antoine de Baecque (2010), que o recupera da crítica francesa de 1950 para qualificar a *politique des auteurs* dos jovens turcos, grupo composto por François Truffaut, Éric Rohmer, Jean-Luc Godard, Claude Chabrol, Jacques Rivette.

²⁰ Segundo Arthur Autran (2003), os próprios críticos à época se entediavam como divididos em dois grupos, que poderiam remontar à oposição entre favoráveis ao cinema europeu ou a Hollywood, os favoráveis à preeminência do conteúdo ou da forma ou, mais diretamente, entre esquerda e direita. Sobre as controvérsias entre a crítica e suas divisões internas, ver também Bernardet e Galvão (1983).

²¹Um dos principais nomes da crítica de esquerda do período é visto como antípoda de Moniz Vianna.

PESCA DE XARÉU: BELEZA E MISTÉRIOS DO POVO NEGRO DA BAHIA²²

Bruno Rodrigues Pimentel

Introdução

O principal propósito deste trabalho é refletir sobre as representações²³ da pesca de xaréu desenvolvidas por Carybé²⁴, Wilson Rocha²⁵, Pierre Verger²⁶ e Odorico Tavares²⁷. Para cumprir esse objetivo, analisamos a fotorreportagem intitulada *A Pesca de Xaréu*, com texto de Odorico e fotografias de Pierre Verger, publicada na revista *O Cruzeiro*, em 18 de outubro de 1947, e o número 1 da Coleção Recôncavo, intitulado “Pesca de Xaréu”, publicado em 1951, com texto de Wilson Rocha e desenhos de Carybé. Demonstramos que o ciclo do xaréu foi construído, sobretudo, como uma manifestação folclórica dos pescadores negros da Bahia.

Para analisarmos as representações das obras mencionadas, é necessário ter consciência das distintas mudanças socioeconômicas que influenciaram o desenvolvimento das construções desses intelectuais e artistas. O Recôncavo Baiano passou de apenas região agroexportadora para região de exploração petroquímica no decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950. O Recôncavo teve o surgimento de um parque industrial ligado direta e indiretamente a esse setor. Esse fato influenciou nas relações socioculturais da região e motivou a preocupação de que aspectos específicos da cultura popular local poderiam se perder em meio ao desenvolvimento industrial e à modernização dos espaços públicos, principalmente, da capital baiana.

A ascensão do discurso folclorista ocorreu em meio às mudanças que aconteceram na região do Recôncavo Baiano, mas cabe salientar que esse discurso estava ligado ao contexto internacional²⁸. A narrativa folclorista influenciou o desenvolvimento de temáticas específicas da cultura popular, entre elas a pesca de xaréu. No contexto baiano, os folcloristas tinham o receio de que aspectos específicos da cultura popular poderiam desaparecer por causa da modernização e do crescimento industrial da região do Recôncavo. É justamente nesse ponto que podemos estabelecer uma interseção entre as transformações socioeconômicas do Recôncavo e a elaboração das obras que analisamos²⁹.

Pesca de xaréu

O primeiro caderno da Coleção Recôncavo³⁰, “Pesca de Xaréu”, teve o seu texto de apresentação escrito por Wilson Rocha e é composto por 21 desenhos de Carybé. Rocha defendeu em sua narrativa que a pesca do xaréu é um dos episódios mais ricos e emocionantes. De acordo com ele, é o que talvez “revele com maior nitidez a pura beleza da vida do seu povo” (CARYBÉ, 1951, s/p). A pesca de xaréu figurava, na sua construção, entre os muitos aspectos folclóricos, “em que a Bahia permanece viva e por vezes misteriosa, solicitando estudo, pesquisa e interesse artístico” (CARYBÉ, 1951, s/p).

As obras destacaram que a pesca acontecia durante o período que ia de outubro a abril³¹, quando os peixes visitavam as praias para a desova. Eles iam em busca de águas mais quentes para a sua procriação. Quando os grandes cardumes iam em direção ao norte, os pescadores já estavam prontos para lançar-se ao mar para desempenharem a sua tarefa, que, nas palavras de Wilson Rocha, era árdua (CARYBÉ, 1951).

O ciclo do xaréu foi construído como uma verdadeira manifestação folclórica. A ação foi descrita como sendo ordenada e tradicional, na qual os pescadores negros da Bahia desempenhavam a pesca por meio de uma revivescência de ritos africanos, com expressões alegres de danças, gestões, poesia e canto. Os pescadores executavam, de acordo com os autores, os mesmos cerimoniais com que procediam os seus antepassados (TAVARES, 1947). Mantinham, assim, a tradição desempenhando seu trabalho, que é “um impressionante espetáculo de força, movimento e ritmo” (CARYBÉ, 1951, s/p).

A pesca tinha um ordenamento e todos sabiam o papel que precisavam realizar para a obtenção do êxito. A atividade contava com mais de 60 homens, de acordo com a descrição de Rocha e Tavares (CARYBÉ, 1951; TAVARES, 1951). Cabe destacar que a rede utilizada era confeccionada pelos próprios pescadores com o auxílio de suas mulheres e seus filhos. Sendo assim, a pesca de xaréu envolvia ainda mais pessoas.

Os homens que viviam da pesca de xaréu eram, em sua maioria, pescadores negros, conforme foi destacado nos textos de Wilson Rocha e Odorico Tavares, nos desenhos de Carybé e nas fotografias de Verger (CARYBÉ, 1951; TAVARES, 1951). Os pescadores aparecem, nas representações, usando calções e chapéus de palha, que tinham o propósito de protegê-los do sol quente, característico do período que a pesca era realizada.

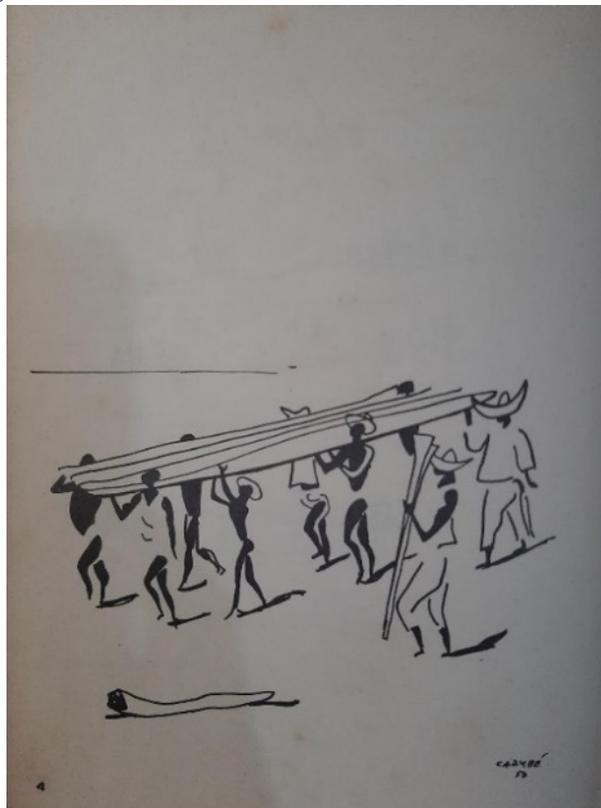
As pesadas redes eram essenciais para a pesca. Wilson Rocha destacou que “para sua confecção eram necessários materiais diversos. Mil metros de corda, tonelada e

meia de fio grosso e forte, meia tonelada de chumbo que será derretido e trabalhado” (CARYBÉ, 1951, s/p.). Eram necessários muitos meses de trabalho para que a grande malha estivesse pronta para pescar.

O ordenamento da pesca ocorria da seguinte maneira: o chefe comandava o serviço dando as ordens, que eram cumpridas pelos mestres da terra e do mar, que, por sua vez, transmitiam para os seus homens. Os atadores ficavam sempre atentos para qualquer avaria que a rede, porventura, pudesse sofrer. Antes de a rede ser levada para o mar, formava-se um círculo de jangadas. Os pescadores faziam a junção das redes, formando uma única e grande rede, que era conduzida para ser lançada ao mar cuidadosamente.

Nas figuras 1 e 2, Carybé representou momentos iniciais da pesca. Na Figura 2, podemos observar os pescadores transportando uma das jangadas para o mar. Eles tinham como função posicionar e lançar a rede corretamente e depois verificar se estava tudo bem para o desempenhar da pesca. Esses homens eram os mergulhadores, que nas pequenas jangadas sondavam e calculavam quantos peixes estavam no cerco da rede, mas era o mestre do mar que transmitia ao mestre da terra a quantidade de peixes e a ordem para iniciar a puxada.

Figura 1 – Jangada dos mergulhadores



Fonte: Coleção Recôncavo (CARYBÉ, 1951, s/p)

Figura 2 – Os mergulhadores



Fonte: Coleção Recôncavo (CARYBÉ, 1951, s/p)

Wilson Rocha não destacou um fato relevante para que a pesca de xaréu ocorresse. Como expôs Júlio Santana Braga,

A rigor, o trabalho da pesca do xaréu começa com os preparativos iniciais que consistem, sobretudo, em **fazer pedras**, isto é, providenciar os blocos que serão dispostos no fundo do mar, no local previamente conhecido onde geralmente se realiza a pesca; uma revisão geral da rêde é feita no sentido de se emendar alguma malha por acaso rompida, para que o peixe não possa por ela evadir-se na hora do **côpe**. Depois dêstes trabalhos, segue-se o fundeamento das pedras, dispondo-as em lugares cuja distância de uma para outra é calculada de acordo com o tamanho da rêde com que se vai pescar (BRAGA, 1970, p. 49).

O trabalho realizado previamente com as pedras é considerado por Braga como sendo um dos mais árduos da pesca de xaréu, por causa do tamanho dos blocos a serem transportados para o fundo do mar. Depois de cumprida essa tarefa é que começa efetivamente “o trabalho coletivo conjugado ao ritmo, permitindo uma total sincronização de esforços para que se torne mais leve a tarefa de lançar ao mar algumas toneladas de rêde” (BRAGA, 1970, p. 50).

Odesio Tavares, embora tenha mencionado as pedras, não enfatizou a sua

Odorico Tavares, embora tenha mencionado as pedras, não enfatizou a sua importância para o desenvolvimento da pesca. Tanto a Coleção Recôncavo quanto a fotorreportagem privilegiaram momentos do trabalho coletivo, principalmente os que eram compreendidos como folclóricos. Dos 21 desenhos que compõem o primeiro número da coleção, Carybé representou: os homens do mar, os homens da terra, a jangada da rede, a jangada dos mergulhadores, os mergulhadores, a puxada de rede, as mulheres dos pescadores, a chegada do xaréu, os pescadores, o recolhimento dos cordões, o recolhimento das redes, o atador e, por último, o descanso. Os temas que tiveram mais representações na coleção foram: puxada de rede e mulheres de pescadores. Cada um desses temas contou com quatro desenhos. Muitos desses motivos estão presentes no artigo de Tavares e Verger (O CRUZEIRO, 1947).

A puxada de rede foi destacada nos textos de Odorico Tavares e Wilson Rocha. A fotorreportagem tem uma fotografia desse momento da pesca na sua primeira página (ver Figura 3). Braga (1970) afirmou que a puxada de rede é o aspecto mais focalizado nos estudos realizados sobre a pesca de xaréu. Na literatura a respeito da pesca do xaréu, dirigida aos turistas ou que enfoca o aspecto folclórico, é abordada quase que exclusivamente a puxada de rede, que aparece como episódio árduo dos negros pescadores baianos permeados de poesia, música e dança.

Figura 3 – “Ballet de negros? Não. Puxada de rêde”



Fonte: fotografia de Pierre Verger em *O Cruzeiro* (1947)

A puxada de rede inspirou pintores, compositores, *joiçioristas*, cineastas e poetas e foi compreendida, por muitos deles, como sendo uma manifestação folclórica. A puxada de rede passou a ser encenada em espetáculos nas décadas que se sucederam e integrou eventos folclóricos de várias regiões do país. Uma reportagem sobre um espetáculo que encenava a puxada diz o seguinte:

[...] os três números montados por mestre Suassuna são expressões do mais legítimo folclore brasileiro. “Puxada de Rede do Xaréu” é uma representação do paciente trabalho dos pescadores de arrastão, acompanhada de cantigas populares referentes a essa atividade (SUASSUNA..., 1983, s/p).

As representações transformaram a puxada de rede do xaréu em um espetáculo folclórico fascinante para quem passasse quando ela estivesse sendo realizada. A trabalhosa fonte de sustento dos pescadores passou a ser representada e compreendida como um misto de trabalho e festa. Trabalho coletivo, conjugado ao ritmo. Festa colorida e sonora quando se ouvem antigas canções para divindades africanas, especialmente para Iemanjá, a Rainha do Mar.

A puxada de rede do xaréu foi destacada como um momento de esforço conjugado e harmônico. Mas a puxada ocorria somente depois que o mestre do mar, responsável por verificar se os peixes estavam sendo capturados pela rede, dava o seu aval. Segundo Rocha:

O mestre faz a sua sondagem. Quando percebe que o xaréu está penetrando êle mergulha, conta os peixes. Quantos? Emerge e toma então do seu belo apito enfeitado com as cores da Rainha do Mar, Iêmanjá, Senhora das águas. Sopra forte o apito e agita no ar o grande chapéu. O mestre da terra compreende o aviso. Assim vão se sucedendo os mergulhos até acabada a contagem, quando há o apito característico para dar início a ‘puxada’ de rêde. O mestre da terra também apita para reunir o pessoal e começar o serviço. São cortadas as cordas de junção das redes. Tudo está pronto. O grande círculo de corda ao redor da rede começa a ser puxada. Os 20 homens da terra iniciam a sua árdua tarefa (sic) (CARYBÉ, 1951, s/p).

Figura 4 – Puxada de rede

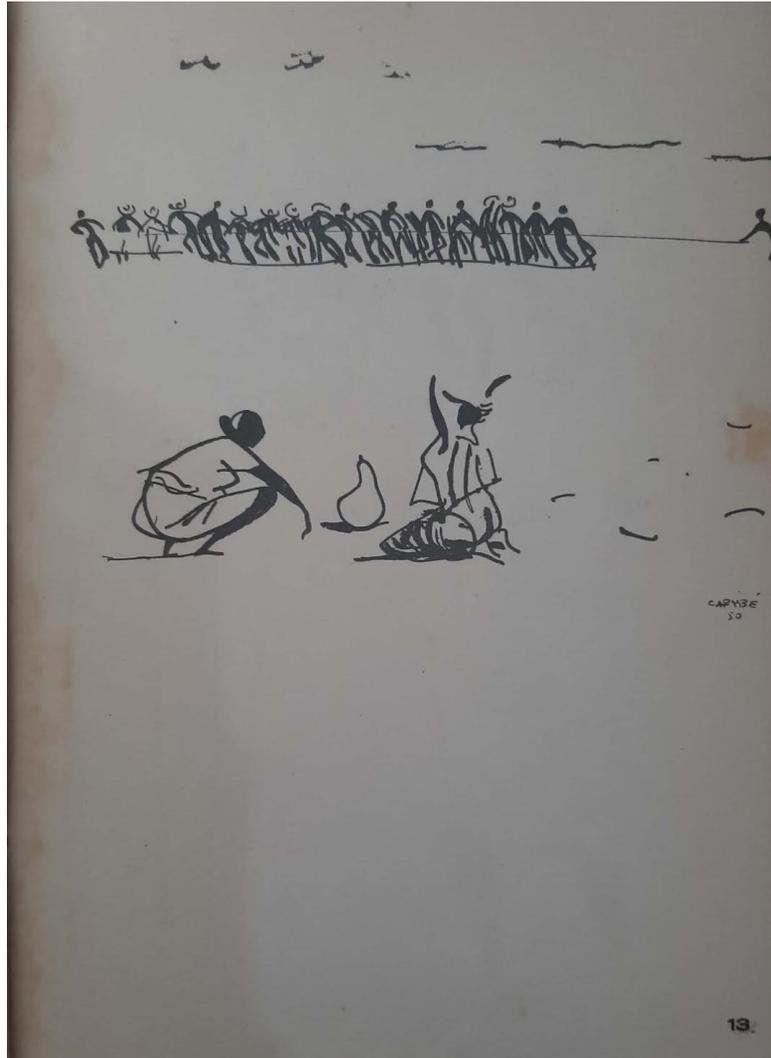


Fonte: Coleção Recôncavo (CARYBÉ, 1951, s/p)

Quando os pescadores puxavam a rede começava o canto crescente (ver Figura 4). Wilson Rocha afirmou que era um canto coral estranhamente belo. Os pescadores negros da Bahia elevavam as suas vozes diante do mar. Os cânticos iniciavam com agradecimentos às divindades. A pesca de xaréu estava ligada ao universo mítico. De acordo com o discurso, os pescadores transportaram para essa atividade “o seu ritmo, as suas cantigas, a fé nas suas divindades, que são capazes de tornar a pesca abundante desde que convenientemente atendidas” (BRAGA, 1970, p. 43). Braga acrescentou que não era raro encontrar um pescador que atribuía a escassez de peixe na rede ao descontentamento dos deuses africanos conhecidos e cultuados na Bahia. As divindades não eram mais agradadas como antigamente, sendo assim, a explicação para a decadência da pesca de xaréu na década de 1970 era atribuída a esse fato.

Entre as canções citadas por Wilson Rocha e Tavares está um canto de saudação à Rainha do Mar, que, como eles explicam, tem muitos nomes em águas e terras da Bahia. Ela é chamada de Janaina, Iemanjá, Dandalunda, Inaê, Moça que habita as ondas, Senhora de todas as águas (CARYBÉ, 1951; TAVARES, 1947).

Figura 5 – Mulheres de pescadores



Fonte: Coleção Recôncavo (CARYBÉ, 1951, s/p)

Na Figura 5, Carybé representou, em primeiro plano, mulheres de pescadores. Era comum que mulheres e filhos dos pescadores acompanhassem seus maridos e pais da areia branca da praia. Ao fundo vemos justamente o momento da puxada de rede. Quando os pescadores negros da Bahia entoavam cânticos para os deuses africanos. Na representação podemos observar a força, o movimento e o ritmo despendidos pelos pescadores no desempenhar do árduo trabalho. O trabalho, embora pesado e que exigia o empenho de muita força, foi representado por meio

de uma visão harmoniosa da beleza humana e foi destacado como sendo um episódio do folclore baiano, em que predominavam a poesia, os cantos e a alegria.

Nesse sentido, as representações mencionadas destacaram os aspectos tidos como folclóricos e as relações da pesca com o comportamento religioso dos pescadores. As representações difundiram a ideia de que a tradicional pesca do xaréu realizada ao longo das praias da Baía de Todos os Santos, além de folclórica, estava ligada às manifestações religiosas dos pescadores. Esse momento é descrito como sendo de muita festa, quando os mistérios descem para as praias e ruas e se revelam na vida dos negros baianos (TAVARES, 1947).

Na Figura 5, também podemos observar no meio das mulheres de pescadores abaixadas na areia da praia uma cabaça e do lado da que está à direita podemos observar o que pode ser compreendido como sendo um fardo de roupa ou um embrulho com diferentes objetos, inclusive, pode ser um embrulho com alimentos e a cabaça pode conter água ou outra bebida qualquer.

No entanto devemos nos atentar ao fato de que a cabaça é um fruto vegetal que tem várias finalidades e representatividades nos candomblés. Sua utilização é ampla nos ritos do candomblé e, de acordo com seu uso, o fruto recebe diferentes nomes. A cabaça inteira é denominada *Àkèrègbè* e a cortada em forma de cuia recebe o nome de *Ìgbá*. Cortada verticalmente é chamada de *Ìgbáje*. Cortada acima do meio, forma uma vasilha com tampa, tomando o nome de *Ìgbase*, ou cuia do *Àse*, e é utilizada para colocar os símbolos do poder após a obrigação de sete anos de uma *Ìyàwó*, que permitirá à pessoa ter o seu próprio terreiro.

Cabaças pequenas são colocadas no *Sàsàrà* de Omolu, com depósito de seus remédios. No *Ógò* de Exu as cabaças representam os testículos. Uma das partes da cabaça cortada ao meio pode ser usada para ser colocada na cabeça das pessoas que serão iniciadas e que não podem ser raspadas por serem *Àbikú*, com isso são feitas as obrigações necessárias. Inteira e revestida de uma rede de malha será o *Agbè*, instrumento musical usado pelos Ogans. Uma cabaça com o pescoço comprido em forma de chocalho é agitada com as suas sementes, fazendo assim o som do *Séré*, forma reduzida de *Sèkèrè*, instrumento por excelência de Xangô.

Além das que foram citadas anteriormente, a cabaça tem outras designações, significados e serventias dentro do candomblé. Inclusive, ela pode representar o *orun* e o *ayé*. De acordo com Cacciatore (1977, p. 72) “a metade superior é Obatalá – o Ceú. A inferior é Odudua, sua esposa – a Terra”. Sobre isso Prandi conta que:

No princípio de tudo,
Quando não havia separação entre o céu e a terra,

Obatalá e Oduduwa vivem juntos dentro de uma cabaça.
Viviam extremamente apertados um contra o outro,
Oduduwa em baixo e Obatalá em cima.
Eles tinham sete anéis que pertenciam aos dois.
À noite eles colocavam os anéis.
Aquele que dormia por cima sempre colocava quatro anéis
E o que ficava por baixo colocava os três restantes.
Um dia Oduduwa, deusa da terra, quis dormir por cima
Para poder usar nos dedos quatro anéis.
Obatalá, o deus do céu, não aceitou.
Tal foi a luta que travaram lá dentro
Que a cabaça acabou por se romper em duas metades.
A parte inferior da cabaça, com Oduduwa, permaneceu embaixo,
Enquanto a parte superior, com Obatalá, ficou em cima,
Separando-se assim o céu da terra (PRANDI, 2001, p. 424).

Tendo em vista a importância da cabaça dentro do universo do candomblé, Carybé pode ter representado esse objeto, de muitas funções dentro do conjunto de cerimônias que se pratica nessa religião, com o propósito de estabelecer uma marca distintiva. Ele representou a cabaça justamente no momento que os pescadores entoavam cânticos às divindades africanas conhecidas e cultuadas por eles. Nas representações da pesca de xaréu, a puxada é o momento mais relacionado à tradição religiosa do negro baiano, aos ritos dos candomblés.

Numa retesada só os músculos parecem querer sair da pele, parecem peixes reluzindo e pouco a pouco a rede vem a sêco com a carga prateada e vivente que Iemanjá oferece aos pescadores negros, netos dos que vieram de Abeokutá, que ainda cantam seus cantos antigos, que têm o privilégio de vê-la nas noites de lua cheia, zelam seu culto nos singelos *pegís* de suas casas de palha de coqueiro (BRAGA, 1970, p. 54).

Na citação, o autor destacou aspectos religiosos. O pescado apareceu como sendo um presente de Iemanjá para os pescadores que mantêm a tradição e os cânticos antigos que vieram com os seus ancestrais de *Abeokutá*, hoje capital do estado de Ogun, na Nigéria. Os pescadores que ainda cantam para a Rainha do Mar, conforme destacado, têm o privilégio de vê-la nas noites de luar.

De acordo com a citação, o culto a essa divindade era zelado nos singelos *pegís* das casas de palha de coqueiro. Wilson Rocha mencionou as casas ao dizer: “na planura branca da praia as casas de palha estão desertas. As mulheres e os filhos vêm para junto do mar. [...] Uma corola imensa, fantástica, flutua no oceano” (CARYBÉ, 1951, s/p.). Odorico Tavares também mencionou esse fato. Segundo ele:

No horizonte da praia, estão abandonadas as casas de palha, porque, na alvura da areia, aguardam as mulheres e os filhos dos pescadores, os resultados dos seus trabalhos. Participam desta festa de trabalho, onde se há suor, não há lágrimas nem sangue, porque há canto, o canto forte e coral dos negros baianos (TAVARES, 1947, p. 54).

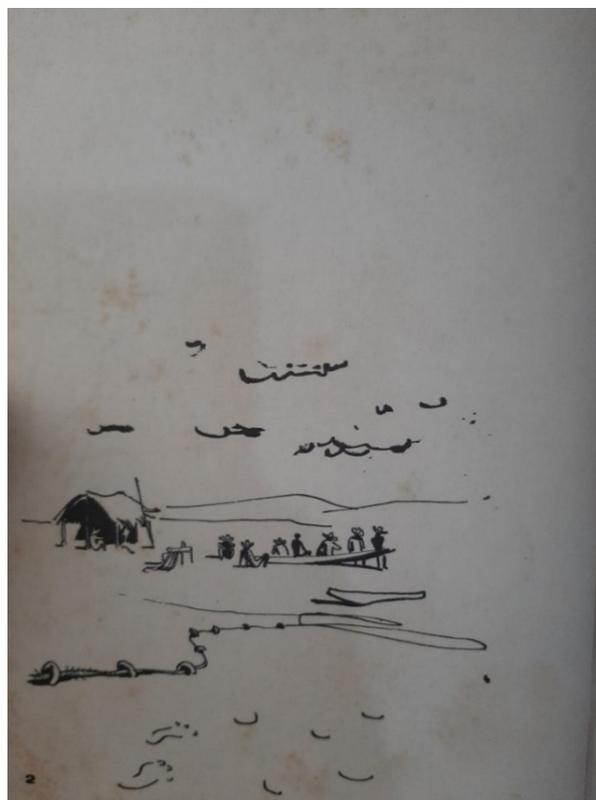
Os autores destacaram as casas de palha dos pescadores e um deles salientou os singelos *pegís*, nos quais eram rendidos cultos à Iemanjá. Nas figuras 6 e 7, podemos observar como eram as casas mencionadas por Wilson Rocha, Odorico Tavares e Braga.

Figura 6 – Casas de pescadores



Fonte: fotografia de Pierre Verger em O Cruzeiro (1947)

Figura 7 – Homens da Terra



Fonte: Coleção Recôncavo (CARYBÉ, 1951, s/p)

Na fotografia é possível observar o momento de preparo da rede. Já o desenho representou o momento anterior à puxada de rede, quando os homens da terra, responsáveis pela puxada, estavam reunidos, provavelmente se preparando para a árdua tarefa. Não é possível identificar se dentro das casas de palha, representadas nas imagens anteriores, existia algum *pegí* para Iemanjá. Pejís são os altares dos orixás, nos quais ficam os símbolos, *otás*³², fetiches, comidas, entre outras coisas que pertencem ou fazem alusão aos orixás.

Outros orixás também eram saudados nos cânticos dos pescadores. Ogun, por exemplo, é citado por Odorico Tavares e por Wilson Rocha, mas entre as divindades Iemanjá sobressaía. Algumas músicas lembravam as obrigações que os pescadores tinham com ela.

Que é que me dão
Pra levar
A dona Janaina
Lá no fundo do mar
Buquê de flô
Pra levar
A dona Janaina

Lá no fundo do mar (BRAGA, 1970, p. 60).

Na literatura é possível encontrar histórias de pescadores que tiveram a experiência de tê-la avistado (AMADO, 1978). Casos assim também foram contatos por interlocutores de trabalhos sociológicos e antropológicos realizados no período (BRAGA, 1970). A canção a seguir faz alusão ao encontro dos pescadores com a Rainha do Mar.

No mar, no mar, no mar

No mar eu vi cantar

No mar, no mar

Minha sereia

Ela é uma sereia (BRAGA, 1970, p. 60).

Algumas músicas faziam referências às divindades do panteão africano cultuadas no candomblé angola. Outras canções referiam-se às origens dos filhos ou netos de africanos que chegaram à Bahia para trabalhar no plantio de cana-de-açúcar, no período da escravidão. Ogum e Oxóssi são saudados em algumas canções. Outras cantigas fazem referências a fenômenos atmosféricos que poderiam interferir no desenvolvimento das atividades dos pescadores.

Considerações finais

Dessa maneira, nas construções analisadas, a pesca de xaréu foi representada, primeiramente, como um aspecto folclórico, como um episódio rico e emocionante em que era revelada a beleza da vida do povo negro da Bahia. A vida do pescador negro era permeada pelas divindades dos candomblés. Os autores não dissociavam, nas representações textuais e imagéticas, o mundo transcendente e o mundo imanente. Ou seja, eles não conceberam nenhuma separação espiritual entre o *orun* e o *ayê*³³, assim como a concepção dos iorubás.

O sagrado não estava separado da vida cotidiana dos pescadores de xaréu, que mantinham a tradição de séculos, conforme defenderam os autores analisados. O bom andamento da pesca estava ligado principalmente às boas graças de Iemanjá, a Rainha do Mar. Mas também a Ogum, orixá guerreiro, e a Oxóssi, orixá da caça, aquele que não deixa nada escapar.

Referências

Fontes

CARYBÉ. **A pesca do Xaréu**: 21 desenhos. Salvador: Turista, 1951. (Coleção Recôncavo; n. 1)

SUASSUNA leva espetáculo folclórico ao interior. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 25 maio 1983.

TAVARES, O.; VERGER, P. A Pesca de Xaréu. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 52, 18 out. 1947.

Bibliografia

ABIMBOLA, W. A concepção iorubá da personalidade humana. **Centre National de la Recherche Scientifique**, Paris, n. 544, p. 1-21, 1981.

AMADO, J. **Mar Morto**. 47. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

BRAGA, J. S. Notas sobre a pesca de xaréu: folclore e compromisso religioso. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 10, p. 43-65, 1970.

CACCIATORE, O. G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**: com origem das palavras. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1977.

CHARTIER, R. O mundo como representação. Tradução de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.

PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANSI, R. A vida oculta das pedras: historicidade e materialidade dos objetos no candomblé. *In*: GONÇALVES, J. R. S.; SAMPAIO, R.; BITAR, N. P. (org.). **A Alma das coisas**: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013. p. 105-122.

TAVARES, O. **Bahia**: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1947.

VILHENA, L. R. da P. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getulio Vargas, 1997.

²² O presente capítulo relaciona-se à tese defendida no PPGHS-Uerj em 2020, sob a orientação da prof.^a dr.^a Joana D'Arc do Valle Bahia, intitulada "Coleção Recôncavo: aspectos da cultura baiana através da (re)construção de Carybé e seus colaboradores". A tese teve apoio de bolsa Faperj.

²³ O conceito de representação nos possibilita indicar de que maneira uma determinada realidade foi construída, refletida e dada a compreender. Como veremos, para operar esse conceito, nos alicerçaremos nas formulações de Roger Chartier (1991).

²⁴ Hector Julio Páride Bernabó, mais conhecido como Carybé, nasceu na Argentina em 1911. Ao longo da sua vida se dedicou a representar a cultura popular baiana, com destaque para as manifestações religiosas do candomblé. O artista desenvolveu suas temáticas por meio de distintas técnicas.

²⁵ Wilson Rocha, responsável pela redação que inicia o volume 1 da Coleção Recôncavo, intitulado "Pesca de Xaréu". Foi um dos fundadores da revista *Cadernos da Bahia*, nasceu em Cochabamba, Bolívia, mas bem cedo veio para a Bahia. Ele foi poeta no decorrer de sua trajetória, adepto da poesia social.

²⁶ Pierre Verger, fotógrafo e etnólogo, nascido na França, também se sensibilizou pelos temas da cultura popular baiana. Verger participou da Coleção Recôncavo, ele foi o responsável pelo texto que inicia o número 10 da coleção, intitulado "Orixás".

²⁷ Odorico Tavares, responsável pela redação que inicia o volume 2, 5 e 6, respectivamente, "Pelourinho", "Festa do Bonfim" e "Festa da Conceição da Praia" - da Coleção Recôncavo. Ele chegou a Salvador em 1942, aos 29 anos de idade. Vinha do Recife, a pedido de Assis Chateaubriand, para dirigir os Diários Associados na Bahia. Lá, entusiasmou-se com a Bahia, tornou-se um promotor da cultura baiana e atuou como crítico de arte.

²⁸ A constituição da Unesco, no pós-guerra, tinha como propósito a promoção da paz e da segurança, por meio da colaboração entre as nações por intermédio da educação, da ciência e da cultura. O propósito era fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, afirmados para os povos do mundo pela Organização das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. Para isso, a Unesco deveria promover o entendimento mútuo entre os povos, a disseminação da cultura e a colaboração entre as nações. De acordo com Vilhena (1997, p. 95), a Unesco "definiu que cada um dos seus países membros deveria igualmente criar 'Comissões Nacionais ou Organismo Nacionais de cooperação'", que, além de funcionarem como entidades consultivas para as delegações que fossem à Conferência Geral, também deveriam funcionar como agentes de ligação em todos os assuntos que a eles se referirem. O Brasil atendeu imediatamente à recomendação da Unesco e, em 1946, instituiu por meio de um decreto-lei o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. De acordo com o estatuto do instituto, a função de subsecretário-geral seria exercida pelo chefe do Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores, que na

ocasião era Renato Almeida, personagem central nos assuntos referentes à Comissão Nacional do Folclore, que esteve presente na diretoria da IBECC desde a sua fundação.

²⁹ O receio de que aspectos culturais autênticos da cultura poderiam desaparecer, ou já estavam em meio a esse processo, fazia parte do discurso folclorista daquele período. Esse discurso serviu para defender e justificar o pedido de concessão de uma bolsa para Carybé desenhar as temáticas que corriam risco de desaparecer. Assim, é possível observar consonâncias entre os discursos dos folcloristas e as representações de Carybé para a coleção.

³⁰ A Coleção Recôncavo, lançada em 1951, é composta por 10 cadernos, cada um desenvolve um aspecto da cultura popular baiana. Cada um dos cadernos, além de um conjunto temático de desenhos, tem um texto introdutório. Títulos: 1) “Pesca de Xaréu”; 2) “Pelourinho”; 3) “Jogo da Capoeira”; 4) “Feira de Água de Meninos”; 5) “Festa do Bonfim”; 6) “Conceição da Praia”; 7) “Festa de Yemanjá”; 8) “Rampa do Mercado”; 9) “Temas do Candomblé”; 10) “Orixás”.

³¹ Não foi por acaso que a fotorreportagem de Odorico Tavares e Pierre Verger foi publicada no mês de outubro. Esse mês era quando tinha início o ciclo do xaréu.

³² *Otás* é o plural de *otá*. De acordo com Olga Cassiatiore (1977), é pedra-fetice em que é fixada, por uma cerimônia ritual especial, a força mística do orixá, seu axé, e que constitui o “assentamento” principal do deus, cada orixá tem seu *otá* específico – pedra de rio, de mar, de mata, de minério de ferro, de mármore, meteorito etc. – podendo ser clara ou escura, lisa ou rugosa, conforme o caráter específico do orixá. Fica no *peji* do Ilê Axê, dentro de vasilhas especial, de louça ou barro, mergulhada em mel, azeite doce, ou dendê, junto a outros fetiches – símbolos, espadas, cobras, *oxê*, *ibiri* etc. defronte a essa vasilha, tampada (e às vezes vestidas com as roupas do orixá), são colocadas oferendas das votivas – comidas e os *exés* dos animais sacrifícios etc. (CACCIATORE, 1977; SANZI, 2013).

³³ De acordo com Wande Abimbola, “Os iorubá concebem o mundo como formado por elementos físicos, humanos e espirituais. Os elementos físicos amplamente divididos em dois planos de existência: ayé (terra) e òrun (céu). Ayé, que é também algumas vezes conhecido por isálaye, é e o domínio da existência humana, das bruxas, dos animais, pássaros, insetos, rios, montanhas, etc. Òrun, que é outras vezes conhecido como isálórun, e o lugar de Ólodùmarè (O Deus Todo-Poderoso), que é também conhecido como Òlórún significando literalmente ‘o proprietário dos céus’; o òrun é também o domínio dos Òrísá (divindades), que são reconhecidas como representantes de Ólodùmarè; e dos ancestrais” (1981, p. 2).

BRÂMANES DE CRISTO: O CLERO NATIVO NA EVANGELIZAÇÃO NO ORIENTE PORTUGUÊS (SÉCULOS XVII-XVIII)³⁴

Ana Paula Sena Gomide

A expansão do catolicismo no Oriente Português: a formação do clero nativo

Entre as muitas ambições do império português no decorrer dos séculos XVI ao XVIII, a organização religiosa cristã, ao longo da vasta extensão de territórios “atingidos” pela coroa portuguesa, foi uma das maiores questões postas para a cristandade moderna. Foi, principalmente, a partir do reinado de D. João II que a preocupação em alargar os espaços cristãos nas terras asiáticas e africanas assumiu um contorno mais evidente na agenda política portuguesa: era preciso difundir e divulgar a religião cristã entre os povos nativos do Oriente.

Ao lado dos aspectos políticos e comerciais, a expansão portuguesa teve uma dimensão religiosa importante e essencial para o desenvolvimento do contexto de “dominação” imperial. A faceta religiosa da expansão portuguesa operacionalizada no Oriente trouxe demandas e desafios para a Igreja Católica e, não menos, para a coroa lusitana. Desse modo, era necessário estabelecer meios para o pleno desenvolvimento da presença católica no Oriente.

As missões católicas na Índia, recorte espacial da pesquisa, tiveram em Goa seu centro de convergência. Principal ponto de interferência política e econômica portuguesa no Oriente, Goa recebeu a maior concentração de missões evangelizadoras vindas de Portugal (BOSCHI, 1998).

A instalação de aparatos e instituições católicas na Índia foi fruto dos processos religiosos vivenciados na Europa: a contrarreforma. Se no início do século XVI o espírito de “tolerância” religiosa conduziu as principais ações dos missionários europeus perante as sociedades locais, tal como foi a atuação de Francisco Xavier na Costa da Pescaria em 1540, o Concílio de Trento inaugurou um modelo de combate direto à religiosidade não cristã. Templos e objetos da cultura asiática foram invadidos e destruídos. A separação física entre convertidos e não convertidos foi uma medida adotada, embora a ruptura total dos neófitos com a tradição antiga não fosse realizada em sua totalidade. Vale ainda destacar que foi nesse contexto que

ocorreu a instalação da Inquisição de Goa, importante instituição de vigilância e de controle religioso.

A fim de dar continuidade aos trabalhos missionários na Índia portuguesa e, de forma geral, em todo império português, era fundamental o enquadramento de nativos na estrutura eclesiástica. O recrutamento de clero nativo foi decisivo para a Igreja Católica atingir de forma mais direta as comunidades locais. A primeira tentativa de formação de clero nativo foi nas Molucas, entre os anos de 1536 e 1539, a partir das ações do capitão António Galvão, que buscou criar um modelo de escola, conforme indicou Thomaz (1994). A fundação do Seminário da Santa Fé na cidade de Goa em 1541, obra conjunta do vigário-geral Miguel Vaz e do mestre Diogo Borba, inaugurou o início da formação de um clero nativo goês.

Dessa forma, com a intenção primeira de propagar a fé católica entre os cristãos, o seminário voltou-se, também, para a formação religiosa dos nativos e para a introdução destes na estrutura eclesiástica por todo o Oriente. Com a chegada dos jesuítas à Índia em 1542, o seminário, que fora integrado ao Colégio de São Paulo, ficou sob a direção da mais nova ordem missionária, considerada mais bem preparada para cuidar dos assuntos da fé e da preparação de novos religiosos e que acabou sendo a mais responsável pela formação do clero goês (GOMIDE, 2018).

Importante para o desenvolvimento da expansão religiosa, a ordenação de clero nativo tinha suas limitações, como os processos de restrições aos mestiços e indianos no interior das ordens missionárias. Jesuítas, dominicanos, franciscanos e agostinhos levavam em consideração, para a formação do clero nativo no Oriente, as qualidades desses indivíduos. As qualidades – local de origem, prática religiosa, ascendência nobre, limpeza de sangue, bons hábitos – eram os traços levados em consideração pelos religiosos na admissão de nativos e mestiços no exercício das atividades religiosas.

Nos territórios portugueses na África, a formação do clero nativo no decorrer dos séculos XV e XVIII obedeceu a uma série de motivações e foi realizada por meios institucionais. Segundo Alexandre Marcussi (2012), a ordenação de nativos foi uma solução encontrada para o enfrentamento do domínio das línguas africanas, uma vez que seriam proficientes nelas, apesar de não ser consenso entre os eclesiásticos europeus e, até mesmo, entre os locais. Ainda de acordo com o autor, para alguns padres europeus havia certo receio na “eficiência” moral e religiosa dos africanos como representantes oficiais da Igreja Católica (MARCUSSE, 2012).

Outra questão apontada por Marcussi (2012) é que, para muitos missionários, os africanos seriam naturalmente inclinados ao pecado e não abandonariam as suas

práticas religiosas tradicionais. Além disso, era também colocada a questão da poligamia, que, segundo o autor, era um dos aspectos fundamentais dos sistemas de parentesco de vários povos africanos, entendido pelos europeus como manifestação de um vício moral decorrente da luxúria, e não como uma forma de organização da sociedade africana. Havia, nesse sentido, uma intensa preocupação que os africanos, negros ou mestiços, tenderiam naturalmente à idolatria e à sensualidade, o que prejudicaria, e muito, na adequação à moralidade cristã.

Algo próximo acontecia com a formação do clero japonês. De acordo com Maria de Deus Beites Manso e Lúcio de Souza (2007), as diferenças culturais colocavam os japoneses em posição inferior aos europeus, que os consideravam inaptos à prática do sacerdócio. Segundo os autores, os jesuítas consideravam a alimentação japonesa insuficiente para o exercício da evangelização, que consistia em um árduo trabalho, difícil de ser feito por pessoas que viviam de remédios. Fracos fisicamente, o caráter dos japoneses era descrito por meio de grandes alterações de humor, da falta de perseverança e na forma superficial com que a doutrinação à religião católica era realizada, além de outros costumes, como o suicídio e a sodomia, que eram contraditórios aos preceitos cristãos (MANSO; SOUZA, 2007).

Para o caso da Índia portuguesa, a recomendação era que não se recebessem no interior da Companhia de Jesus pessoas de origem mestiça e castiça ou mesmo os indianos, uma vez que estes tinham más qualidades e pouca capacidade para os assuntos da religião, tal como aconselhou Valignano em 1577:

Dopo questi non si há de ricevere niuna persona naturele della terra (excetuando il Giappone), si perché, como si è detto, è gente negra di mala qualità et di basissimo ingenio et poco capaci per la perfettione della religione, come anchora perchè quei che vi fussero capaci et buoni sono tenuti in basissimo concetto no solo tra gli portuguesi ma anchora fra gli istessi naturalli della terra. Si hanno da excludere li mestici et casticci (misticci chiamano quelli che sono di padre portugese et di madre che è moglier della terra, o al contrariom benché di questi secondi si ritrovano molto pochi; et casticci sono quelli che sono figli di portugese el di mesticcio). Et se questi non si escludono totalmente, se han de ricevere delli mesticci niuno, et delli casticci pochissimi el molto pochi: et questi solamente quando fussero bem experimentati et cognosciuti, et che tenessero tal vocatione et talento che bastessero per ricompensa della progenie naturale. Et la ragione è perché, oltre che questi sempre ritengono della mala qualità naturale di questa terra, sono ordinariamente deboli et fiachi in utroque homine, et sono anchora in poca stima tra gli portugesi, anchorché no tenuti nel grado delli christiani novi, perché questi sono tenuti per honorati, ma per gente di poco essere et primore ordinariamente (WICKI, 1998, p. 90-91).

Ao hierarquizar a sociedade luso-asiática, na qual, em primeiro lugar, estariam os portugueses nascidos no Velho Mundo, seguido pelos filhos de pais europeus, mas que nasceram na Índia, Valignano destinava aos castiços, aos mestiços e aos nativos posições inferiores na ordem social vigente, especialmente no que toca à

entrada na ordem religiosa. Somado ao fato de ter nascido no reino como uma condição que conferia um maior *status* social, a referência à qualidade aparece na escrita de Valignano como importante indicador de distinção e hierarquização social. Qualidades essas que foram reforçadas pelo jesuíta entre castiços e mestiços, pois recomendou que os mestiços fossem totalmente excluídos de integrarem a ordem missionária, ao passo que os castiços deveriam ser recebidos apenas se as suas vocações para o sacerdócio contrabalançassem o peso de sua ascendência (GOMIDE, 2018).

Apesar de todas as restrições postas aos nativos e aos mestiços, e, no caso da Índia, aos castiços, o que se observa é que a formação do clero nativo foi uma necessidade existente em toda a extensão do império português, mesmo que divergisse em pontos específicos conforme a região, a sociedade e a cultura de origem desse clero local.

Ao lado de construção de igrejas, confrarias, escolas e hospitais, sob o comando dos jesuítas, o clero nativo auxiliava no trabalho missionário no Estado da Índia portuguesa, importante para atingir um maior número de fiéis e para expandir a sua intervenção, aspecto fundamental para o acesso direto aos nativos, mesmo que estes fossem considerados inferiores aos europeus.

Com a fundação da Propaganda Fide, em 1622, o clero nativo passou a ter maiores chances de visibilidade e de construção de uma carreira eclesiástica, como foi o caso do brâmane Mateus de Castro, consagrado bispo e vigário apostólico nos territórios fora do domínio português na Índia. Nascido na ilha de Dívar, em Tiswadi, em Goa, aproximadamente por volta do ano de 1594, Mateus de Castro foi estudante de humanidades no colégio franciscano dos Reis Magos, na região do Bardez. Impedido de prosseguir com seus estudos religiosos na Índia, uma vez que a Igreja considerava os brâmanes inferiores intelectualmente, Castro viajou até Roma na segunda metade de 1625. No coração do cristianismo ocidental, Castro ficou sob cuidados do italiano Francesco Ingoli e do cardeal Barberini, irmão do Papa, continuando seus estudos na Congregação do Oratório de S. Filipe de Neri. Obteve, em 1631, o grau de doutor em Filosofia e Teologia, sendo também ordenado padre *ad titulum missionis* (ŽUPANOV; XAVIER, 2015) com autorização em voltar à Índia, com o objetivo e o poder de supervisionar as missões portuguesas e a conversão dos indianos.

Contudo, apesar de ter sido autorizado pelo papa a pregar na Índia, Mateus de Castro não foi bem recebido, retornando a Roma em 1636, sendo nomeado bispo de Crisópolis e vigário apostólico da região do Bijapur (ŽUPANOV; XAVIER,

2015). Segundo Célia Tavares (2007), Mateus de Castro chegou a incitar um ataque à cidade de Goa em 1653, ao estimular o sultão de Bijapur e os holandeses, além de informar sobre as debilidades da cidade a esses dois inimigos dos portugueses. Chegou a escrever uma carta endereçada aos brâmanes de Goa intitulada *O Espelho dos Brâmanes*, com o objetivo de levantar uma revolta dessa casta contra o domínio português. Como seus objetivos não foram atingidos, já que os ataques a Goa não aconteceram, voltou mais uma vez a Roma em 1658, onde faleceu em 1677.

De todo modo, sua obra *Espelho de Brâmanes* pode ser interpretada como resultado de suas experiências extra Goa, que permitiram alargar seu horizonte intelectual. Conforme analisaram Xavier e Županov (2015), as idas de Castro a Roma e seus estudos em colégios ocidentais impulsionaram a contextualização e a conexão dos brâmanes com os europeus e a importância desse grupo indiano no centro da presença portuguesa no espaço asiático:

No seu *Espelho*, os brâmanes são apresentados como o vértice da hierarquia social indiana, enquanto partilhavam, simultaneamente, a mais antiga linhagem cristã. Em vez de “diferentes”, na escrita de Castro os brâmanes tornavam-se “familiares”, muito próximos dos europeus. Ao estabelecer esta afinidade congênita entre brâmanes e cristãos, entre as cronologias europeia e indiana, Castro estava a contribuir para a construção do brâmane – do brâmane cristão – como o principal interlocutor dos poderes europeus (Xavier; Županov, 2015, p. 27).

Ainda de acordo com Patrícia Souza de Faria (2007), Mateus de Castro utilizou passagens bíblicas, tal como a evangelização da Índia pelas mãos de São Tomé e a passagem que narra que Adão foi feito a partir da terra dos quatro pontos cardeais, visto que a primeira e mais nobre era a originária do Oriente, para afirmar: “que os orientais seriam nobres por nascimento e depois de convertidos tornavam-se *iguais a todos os portugueses*, segundo as próprias palavras do bispo brâmane” (FARIA, 2007, p. 40).

Apesar de ter sido escrito no contexto das disputas jurídicas entre o padroado português e a Propaganda Fide, em meados do século XVII, o texto de Mateus de Castro é um forte exemplo para se analisar a “nobreza” dos brâmanes e os seus padrões de hierarquização, bem como entender que não devemos minimizar as relações de poder e influência dos sistemas das sociedades locais que integravam os grandes projetos de ocidentalização nos quatro cantos do mundo (GOMIDE, 2018).

No caso da Índia, ao estimularem o crescimento do clero secular indiano, os portugueses tiveram que levar em consideração o sistema de castas hindus. Os membros da casta dos brâmanes eram caracterizados por sua sabedoria sacerdotal e intelectual diante das demais castas, ocupando um lugar de destaque na ordem

social indiana. Mateus de Castro utilizou essa “nobreza” inerente aos brâmanes para qualificá-los *iguais* aos portugueses. Explorando as passagens bíblicas e a “nobreza” dos brâmanes, ele exaltava as distinções das qualidades dos nascidos na Índia e o modo como esses não deveriam ser rejeitados para exercerem cargos civis e religiosos. Ressignificou, portanto, a nobreza local diante da presença portuguesa e dos padrões de hierarquização, da distinção e da qualificação das pessoas e dos grupos sociais que regiam a sociedade moderna.

As condições e a formação de redes de contatos, mediações culturais e mestiçagens no Oriente possibilitaram o desenvolvimento de espécies de agentes internos da colonização, expressão utilizada por Ângela Barreto Xavier (2003), para indicar que a própria elite indiana convertida procurou se aproximar dos reinóis – portugueses nascidos na Europa – na intenção de indicar uma pureza de sangue e de afastar da mácula da mestiçagem, reivindicando para si privilégios e ascensão social. Aspecto esse particular da Ásia portuguesa, uma vez que na América espanhola, a questão da mestiçagem, por vezes, foi exaltada pela gente mestiçada, tal como foi o caso do Inca Garcilaso de La Vega, portador de um espírito e escrita que mesclavam tradições e ideias da sociedade ameríndia e europeia que, conforme analisado por Eliane Garcindo de Sá (2013), considerava o mestiço como resultado positivo da presença espanhola na América.

Representantes da Igreja Católica: os brâmanes da Congregação do Oratório de Goa

Outro grande exemplo de inserção de brâmanes no interior do sacerdócio católico foi o estabelecimento da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres de Goa no ano de 1682. Iniciada por quatro sacerdotes, brâmanes da região de Margão, pertencentes das terras de Salcete, a Congregação do Oratório de Goa teve sua aprovação somente no ano de 1698, pelas mãos do arcebispo D. Frei Agostinho da Anunciação, dando autorização aos oratorianos para administrar o Santíssimo Sacramento, para dar comunhão, para dar sepultura, para fazer doutrina e práticas espirituais e para sair em missão:

Fazemos saber aos que esta nosso provisão virem, que por parte dos clérigos do habito de São Pedro, que vivem congregados por autoridade de nossos antecessores na Igreja da Santa Cruz dos Milagres à semelhança da Congregação do Oratorio da Corte e Cidade de Lixboa de São Filipe Neri, nos foy exposto que eles intentavão fundar huma caza da dita igreja com seus estatutos, acomodados ao clima desta terra e aproximados, em tudo que permite a possibilidade dos naturaes da Índia, aos estatutos da Congregação de São Filipe de Neri, da Corte de Lixboa e Roma, para nella servirem <a Deos> e aos seus próximos e para os mais naturaes tenham lugar, aonde desapegados do mundo possam com exacção servir a Deos,

tratando do bem da sua salvação e juntamente da de seus próximos; porquanto os ministérios dos seus estatutos se dirigem todos ao aproveitamento espiritual dos próximos, por meyo dos santos exercícos da oração mental, praticas espirituais, missoens, administração dos sacramentos e outros de grande piedade [...] praticarem os estatutos que nos apprezentavão; administrarem o Santissimo Sacramento aos fiéis e terem sacrario, lhes era necessário preceder licença nossa na forma dos sagrados cânones; e portanto nos pedião por serviço de Nosso Senhor, lhes fizessem merce de mandar passar provisão, concedendo-lhes por ella licença e faculdade para erigir e fundar a dita Congregação do Oratorio [...] (REGO, 2009, p. 183).

Desde que foi organizada pelo padre Pascoal da Costa Jeremias, ainda em 1682, a congregação goesa ressaltava a importância da inserção de clérigos nativos para a expansão da mensagem cristã entre a população local. Na carta do bispo de Hierápolis em Isauria, o padre brãmene Custódio de Pinho destacou a necessidade de empregar religiosos locais nas práticas de conversão, especialmente por esses terem “semelhança” na língua e na cor da pele:

Pelas notícias plenas e experienda ocular que temos de vinte e tres annos que residimos nestas partes da india, em que temos corrido bastantes terras do Norte e Sul por obrigacao pastoral, sahindo proximamente a vizitar as missoes da Serra do Malavar por comissao de sua Santidade e da Sagrada Congregacao de Propaganda Fide, certificamos ser de grande servico de Deos e mayor utilidade das almas andarem nestas terras da índia operarios naturais desta teira, os quaes, pella semelhanca do idioma, cores e trato, entrao nellas com mais facilidade do que os europeos, assistindo entre estes infieis com mais asseitacao delles, com menos perigo de serem conhecidos e excluidos e com a notícia que tem de seus ritos gentilicos e barbaras seitas lhes he mais facil a despersuadi-los delles e reduzi-los a nossa santa fee catholica (NUNES, 1966, p. 51-52).

Além da semelhança na tez, os estatutos da Congregação de Goa enfatizavam a importância do domínio da língua local para facilitar a transmissão das orações, dos sermões e das pregações do evangelho, sendo as línguas nativas evidentemente mais bem aceitas entre os asiáticos do que o português.

O uso das línguas locais foi, assim, um dos pontos de maior destaque dos oratorianos na defesa de suas ações. O domínio da língua chingalá forneceu vantagens aos padres da congregação em Ceilão³⁵, principal região de atuação dos oratorianos, pois “este idioma era natural de nossos padres e fallavão com muita elegância e energia” (REGO, 2009, p. 177). Contudo, os oratorianos se destacariam, pois, além de terem maior contato com línguas nativas, como o concanim de Goa e o chingalá de Ceilão, por terem qualidades que os europeus não compartilhavam com os indianos, como a semelhança na cor e nos costumes, tal como é ressaltado ainda nos princípios do estabelecimento da congregação de Goa:

Obedecendo ao despacho de Vossa Senhoria li os estatutos da Congregação dos clérigos do Recolhimento da Santa Cruz dos Milagres, que se pretende erigir nesta Cidade de Goa; e que eu há muyto tempo, desejo ver erigida, por me persuadir que se estes reverendos

padres se unirem e conservarem no modo de vida que pretendem, poderão ao diante ser de muyto préstimo, assim para a reforma dos costumes dos seus naturaes, como tão bem para a conversão dos gentios, para a qual tem muytas qualidades que lhes facilitarão as empresas das missões, nas quaes poderão entrar e viver livremente; pois os ajudão as cores, o idioma, os costumes e o genio semelhante ao daqueles, com que hão-de tratar (NUNES, 1966, p. 51-52).

As qualidades locais, que haviam colocado os padres goeses em posição subalterna aos portugueses, foram, no contexto da formação da congregação do Oratório de Goa, o ponto crucial para a valorização de suas capacidades como religiosos. A má qualidade da terra, o péssimo clima e a debilidade da gente natural, aspectos que tantas vezes foram ressaltados por escritores do século XVI e XVII para descrever negativamente os indianos, deram espaço para a exaltação da condição do ser nativo para o trabalho missionário nas terras orientais (GOMIDE, 2018).

Tal como destaca Inês Županov (2006), os oratorianos conseguiram manipular a proximidade que tinham com as qualidades dos nativos (cor e língua) para enaltecer seu trabalho e se destacarem perante os demais religiosos. Se, por vezes, missionários de outras ordens apresentavam dificuldade no aprendizado das línguas locais asiáticas, os oratorianos tinham grande familiaridade com as línguas nativas, transcrevendo catecismos e orações em língua nativa, como o chingalá, conforme relatavam em cartas.

Conhecedores das línguas nativas e do português, os oratorianos goeses circulavam em grande medida pelas regiões de Bardez e Salcete, mas a principal área de atuação dos congregados foi em Ceilão, que, na época, já estava sob domínio holandês. O padre José Vaz foi o principal responsável pela renovação das atividades missionárias na ilha de Ceilão, sendo considerado pelos seus companheiros de congregação um exemplo de zelo e serviço aos desejos divinos na tarefa de espalhar o evangelho pelo Oriente, reconhecimento em grande medida devido à divulgação da obra *Chronologia da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres*³⁶, escrita pelo padre goês Sebastião do Rego no ano de 1746.

Além de José Vaz, outros oratorianos se destacaram no trabalho evangelizador em Ceilão, como foi o caso dos padres goeses Jacome Gonçalves, José Meneses, José Carvalho e Manoel Miranda. Estes escreveram cartas sobre períodos mais ou menos longos, meses e anos, em que trabalharam nas mais diversas regiões de Ceilão, registrando, em grande medida, as dificuldades e os avanços que o catolicismo enfrentava naquelas áreas (GOMIDE, 2018).

A Congregação do Oratório representa um ponto importante da história da presença católica no Oriente. Diante de muitos obstáculos e barreiras, a

congregação, por meio da ação de seus clérigos nativos, conseguiu levar e manter a religião católica entre as comunidades que não tinham acesso direto aos missionários. Com suas qualidades destacadas anteriormente, os oratorianos foram os principais representantes do catolicismo no Ceilão no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Considerações finais

Em 2014, o oratoriano José Vaz foi canonizado pela Igreja Católica, tornando-se o primeiro santo nascido na Ásia. A vida e a trajetória missionária de José Vaz nas terras do Ceilão marcaram a história religiosa do império português no Oriente. Entre diversas oposições, as restrições e as resistências, o enquadramento de nativos na estrutura eclesiástica católica no Oriente foi sendo construído ao longo dos tempos. Geralmente, a quantidade das ordenações de religiosos naturais do Oriente tornou possível o alargamento que a cristandade assumiu entre os mais diversos espaços por onde esteve.

À luz do padroado, e, posteriormente, da Propaganda Fide, o clero nativo se fez necessário perante os obstáculos encontrados no Oriente pela Igreja na difícil tarefa de converter, educar e vigiar os recentes cristãos que integrariam suas normas e seus estatutos. A entrada desses naturais no sacerdócio foi um instrumento utilizado tanto pela Igreja quanto pela coroa portuguesa para entrar em contato direto com as sociedades asiáticas e para manter em vigor a divulgação das normas e dos preceitos católicos entre os convertidos.

O estabelecimento da Congregação do Oratório em 1682 e, especificamente, a canonização de José Vaz, já no século XXI, representam um ponto singular dentro do contexto de presença católica no Oriente, uma vez que, de fato, a ascensão na carreira eclesiástica não era de possível alcance para a maioria dos nativos. Fundada e formada exclusivamente por clérigos nativos, a Congregação do Oratório de Goa e seus missionários ultrapassaram os limites do Estado da Índia, atingindo territórios que a coroa portuguesa não mais dominava, como foi o caso do Ceilão. Em muitas áreas da ilha, atual Sri Lanka, junto aos oratorianos, a religião católica pode ser revivida entre os ceilonenses e mantida até os dias atuais.

Por fim, torna-se fundamental notar que a atuação desse clero nativo é de grande relevância para análises mais abrangentes das diferentes frentes encontradas pela Igreja Católica de se fazer sentir no Oriente e de inserir os clérigos locais como agentes ativos no processo de expansão religiosa no Oriente.

Referências

Fontes

NUNES, M. da C. **Documentação para a História da Congregação do Oratório de Santa Cruz dos Milagres do clero natural de Goa**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966.

REGO, S. do [1746]. **Chronologia da Congregação do Oratório de Goa**. Lisboa: CHAM, 2009.

WICKI, J. **Documenta Indica**. Romae: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1988. v. 8.

Bibliografia

BIEDERANN, Z. **A aprendizagem de Ceilão**. A presença portuguesa em Sri Lankā entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598). 2005. Dissertação (Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa; École Pratique des Hautes Études, Paris, 2005.

BOSCHI, C. Estruturas eclesíásticas e Inquisição. *In*: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (org.). **História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998. v. 2.

FARIA, P. S. de. Mateus de Castro: Um Bispo “Brâmane” em busca da promoção social no Império Asiático Português (Século XVII). **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 30-43, jul.-dez., 2007.

GOMIDE, A. P. S. **Entre Goa e Ceilão**: a formação do clero nativo e as dimensões das mestiçagens no Oriente português (Séculos XVI-XVIII). 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MANSO, M. de D.; SOUZA, L. de. Matizes jesuítas: O perfil do clero nativo japonês. **Perspectivas** – Portuguese Journal of Political Science and International Relations, Braga, n. 10, p. 115-127, 2013.

MARCUSSI, A. A. A formação do clero africano nativo no Império Português nos séculos XVI e XVII. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 38-61, ago./dez. 2012.

SÁ, E. G. de. **Mestiço**: entre o mito, a utopia e a história. Reflexões sobre a mestiçagem. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013.

TAVARES, C. C. da S. O clero goês e as estratégias de inserção na hierarquia eclesíastica (século XVII) *In*: XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo. **XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p. 1-8.

THOMAZ, L. F. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

XAVIER, Â. B. **A invenção de Goa**: Poder Imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII. 2003. Tese (Doutorado em História e Civilização) – Instituto Universitário Europeu, Florença, 2003.

ŽUPANOV, I. Goan Brahmans in the Land of Promise: Missionaries, Spies and Gentiles in the 17th-18th century Sri Lanka. *In*: FLORES, J.; SOUTH CHINA AND MARITIME ASIA SERIES (ed.). **Portugal – Sri Lanka: 500 Years**. Wiesbaden: Harrassowitz and the Calouste Gulbenkian Foundation, 2006. p. 171-210.

ŽUPANOV, I.; XAVIER, A. B. Ser Brâmane na Goa da Época Moderna. **Revista História**, São Paulo, n. 174, p. 15-41, jan./jun., 2015.

³⁴ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS em 2014, sob a orientação da prof.^a dr.^a Célia Cristina da Silva Tavares, intitulada “Sob outro olhar: a narrativa jesuítica sobre o hinduísmo e sua relação com a prática missionária no sul da Índia (Século XVII)”. A dissertação teve apoio de bolsa Faperj.

³⁵ Sobre a presença portuguesa no Ceilão, ver o trabalho de Biederann (2005).

²⁶O manuscrito encontra-se na Biblioteca da Ajuda, Cód. 51 – VII – 33.

O CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS DE SÃO PAULO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA: IMPRENSA, ESFERA PÚBLICA E ENSINO RELIGIOSO³⁷

Grazyelle de Carvalho Fonseca

Introdução

O debate acerca da legitimidade do religioso no ensino básico público é uma demanda presente nas reflexões acadêmicas e envolve, inclusive, a problematização a respeito do religioso no espaço público e nas instâncias do poder político. Na perspectiva conjuntural do Brasil, trata-se de um debate que atravessa a análise da formação das maneiras de intervir no curso dos acontecimentos e de intercâmbio entre as instâncias do poder simbólico e do poder político. À vista disso, este trabalho tem por objetivo observar e analisar o posicionamento do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo acerca das ações de 1959 e 1960 sobre o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação. Como se observa na literatura, tal projeto nacional mobilizou católicos, espíritas, intelectuais, estudantes e políticos acerca da autorização do ensino religioso nas escolas públicas.

Portanto, é preciso destacarmos que o processo de elaboração do que se definiu como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) tramitou na Câmara dos Deputados Federais entre 1948 e 1961, sendo alvo de embates entre políticos, religiosos, intelectuais e empresários da educação. De acordo com Cunha e Fernandes (2012), a legitimidade do ensino religioso na escola pública já era uma questão presente no Brasil daquela época, inclusive, o ano de 1946 já tinha sido um momento em que homens com diferentes posicionamentos políticos³⁸ discutiram acerca da laicidade do ensino público ou a limitação do ensino religioso para horários extracurriculares. Porém, somente em 1959 que o projeto teria retomado à sua efervescência, a partir da proposta do deputado de direita Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), abrindo-se discussões acerca do ensino público e do privado, bem como da presença do ensino religioso nas escolas públicas.

Nesse momento, forma-se uma arena de disputas entre educadores, estudantes, espíritas, católicos e maçons. A partir do “Manifesto dos Educadores”, redigido por Fernando Azevedo e publicado em 1º de abril de 1959, iniciou-se uma onda de manifestos em defesa da escola pública enquanto promotora da democracia e do

desenvolvimento nacional. Vale destacarmos que, a partir da ação do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, também foi realizada a I Convenção Espírita em Defesa da Educação Pública (julho de 1960), originando a “Declaração Espírita de Princípios Educacionais”. Com isso, é preciso nos atentarmos à importância da ação da imprensa nesse processo, funcionando como um espaço público de circulação de ideias e controvérsias, assim como agenciando o curso dos acontecimentos. Seguindo essa perspectiva, Cunha e Fernandes aproximaram o “Manifesto dos Educadores” e o apoio do jornal:

É possível que esse manifesto tenha iniciado a Campanha de Defesa da Escola Pública, um grande movimento de mobilização, predominantemente paulista, com o apoio aberto e intenso do jornal O Estado de São Paulo. Cumpre lembrar que Fernando Azevedo, relator daquele documento, começou sua carreira educacional como redator desse diário (CUNHA; FERNANDES, 2012, p. 854).

Com base na premissa anterior, pretendemos realizar a seguir uma breve reflexão sobre os discursos do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, publicados no periódico carioca *O Semanário*³⁹. Como o Clube dos Jornalistas Espíritas atuou na esfera pública em defesa de um ensino laico? Quais foram os argumentos católicos em defesa do ensino confessional? Como a permanência do ensino religioso é compreendida como legítima por parte da Igreja Católica? Por outro lado, como os espíritas defenderam a presença do ensino religioso?

A fim de compreender tais questões, partimos da compreensão de esfera pública enquanto espaço limítrofe entre as instâncias do público e do privado, por meio do qual se estabelecem discussões mediante razões (HABERMAS, 2014). Com isso, de acordo com Paula Montero (2012), pensar a esfera pública é lidar com os fluxos discursivos produzidos por um constante processo histórico de legitimação e de uma dinâmica simbólica tanto de quem produz, quanto daquilo que se pode ser discutido. Isto é, pensar a esfera pública é buscar se aproximar do processo constituído pelas controvérsias que originam as “configurações de visibilidades” (MONTERO, 2012).

Imprensa e espiritismo: o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo

Desde a sua constituição, na França oitocentista, o espiritismo se preocupou com a divulgação doutrinária por meio da imprensa – como pela criação da *Revue Spirite*, em 1858, por Allan Kardec⁴⁰ –, assim como de livros, que hoje são chamados de “codificação espírita”. No Brasil, por sua vez, a inserção do espiritismo ocorreu por profissionais liberais – médicos, advogados, jornalistas – da elite e de funcionários da corte, sendo a imprensa uma via importante de difusão, circulação e

recepção do espiritismo, importado junto a outras ideias francesas. Entre outros jornalistas desse período, destaca-se a atuação do jornalista baiano Luiz Olympio Telles de Menezes (1828-1893) como um dos primeiros tradutores das obras de Allan Kardec (LEWGOY, 2008) na década de 1860, além de ter fundado o primeiro jornal espírita *Écho D'Além-Túmulo* (1869-1870).

Temos observado o espaço da imprensa não somente composto por intelectuais, mas também enquanto uma arena discursiva de construção de legitimidade doutrinária, de discussão e de opinião de assuntos relativos à sociedade civil. Se a imprensa é um veículo importante para a divulgação doutrinária, um grupo de jornalistas espíritas compreendeu que seria importante se unir em um associativismo, exercendo tanto a profissão de jornalista, quanto defendendo a confissão religiosa diante de diferentes disputas – internas do próprio espiritismo e externas, como do catolicismo e protestantismo.

Então, instituiu-se o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo, fundado no ano de 1948 e ativo até o ano de 1970. Apesar de englobar os jornalistas, o clube também contava com a participação de escritores. Inclusive, a participação de escritores foi aberta desde os primeiros anúncios nos jornais acerca da sua fundação, assim como colaborou com a organização do II Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas (1958)⁴¹. A demanda inicial do clube era discutir acerca de assuntos pertinentes à doutrina: divulgação e articulação das demandas da religião à sociedade civil. Entre os associados fundadores, podem-se destacar os seguintes: José Herculano Pires, dos *Diários Associados*; Demétrio Abraão Nami, do *Diário do Comércio*; Wandick de Freitas, do *Jornal Folha de Notícias*; o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; entre outros (RIZZINI, 2000).

É preciso apontarmos que o período de fundação do clube, em 1948, antecede a grande mudança editorial do jornalismo: em 1950, inicia-se o processo de profissionalização do jornalista; o texto se distancia mais do caráter literário e, por conseguinte, propõe-se mais informacional, logo, o jornalismo atravessa uma modernização empresarial (gráfica, editorial) e uma textual (linguística); dá-se início ao processo de constituição de legitimidade do jornalismo, propondo-se carregado de função social, carregado da “aura de fidelidade dos fatos” (RIBEIRO, 2007). Embora nessa época os jornais já tivessem caráter noticioso, a posição do clube sobre a questão sociopolítica é de caráter opinativo, calcada no objetivo de abarcar interesses da coletividade. Uma parcela dos associados era composta por funcionários dos *Diários Associados*, empresa na qual um de seus jornais, o *Diário de*

São Paulo, tinha a coluna espírita “Irmão Saulo”, escrita por José Herculano Pires, sócio fundador do clube. Sendo assim, o clube contava com facilidade de espaço de circulação de ideias na imprensa, bem como também buscava atuar na cultura e em aspectos inerentes à sociedade civil.

Conforme Aubrée e Laplantine (2009), de modo geral, as preocupações dos militantes espíritas do estado de São Paulo eram mais relativas às questões sociais do que propriamente políticas, cuja espiritualidade se expressava dissociada do político. O engajamento político mais expressivo dos correligionários espíritas teria sido a “Coligação Nacional Pró-Estado Leigo”, fundada em 1931, no Rio de Janeiro, a fim de formar oposição acerca da possibilidade retomada do catolicismo como religião do Brasil, assim como defender a liberdade de culto. De acordo com os autores, a preocupação espírita com aspectos mais sociais que políticos se justificaria a partir da noção de reencarnação, a qual daria “às desigualdades sociais flagrantes justificativas que não autorizavam os espíritas a encarar soluções políticas susceptíveis de transformar a ‘ordem das coisas’” (AUBRÉE; LAPLANTINE, 2009, p. 177).

Entretanto, assim como na questão da coligação nacional, os espíritas buscaram intervir na política, enquanto membros da sociedade civil, a fim de discutir acerca da legitimidade do ensino religioso e da presença do catolicismo na escola pública. Conforme Dora Incontri (2003), a preocupação com a educação pública remonta à sua fundação na França, onde se observa a atuação de Rivail (antes de assumir o pseudônimo Allan Kardec) como um pedagogo em defesa da escola pública enquanto instrumento e parte das missões social e humana. A educação adquire conotação iluminista, pensada como catalisadora da “evolução social”. Então, no que concerne ao Brasil, Incontri (2003) afirma que a ação em defesa da escola pública, em 1960, foi uma forma de retomar a tradição da liga de ensino francesa liderada por Rivail, visto que a campanha fora idealizada por José Herculano Pires, militante da pedagogia espírita kardecista. Todavia, pergunta-se: como o discurso da defesa espírita acerca da escola pública é articulado para um público amplo? Pretendemos refletir essa questão no item a seguir.

Publicações do Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo sobre o Projeto de Diretrizes e Bases na imprensa

A Proclamação da República é compreendida como um marco temporal para se pensar a laicidade na literatura acadêmica, pois, a partir desse momento, Igreja e Estado são oficialmente dissociados. Conforme Giumbelli (2008), ensino, registros civis, casamento e cemitério deixam de ser inerentes à Igreja e tornam-se

secularizados. Então, abrem-se precedentes para a demanda da liberdade religiosa e da igualdade confessional. Entretanto, a partir da Constituição de 1934, a Igreja Católica adquire a concessão do Estado para o ensino religioso, bem como a validação civil para o casamento religioso.

Logo, Estado e Igreja continuaram em um processo de “colaboração” para a fundamentação dos preceitos morais e comportamentais da sociedade civil. Além disso, conforme Arribas (2011), a partir da via republicana laica, o território brasileiro experimenta um movimento migratório de crenças advindas com imigrantes (japoneses, judeus, sírio-libaneses e assim por diante), com a difusão de diferentes expressões religiosas.

Quanto ao espiritismo kardecista, ele passou por um processo de conformação ao contexto brasileiro, constituindo-se no que se chamou de “espiritismo à brasileira” (STOLL, 2003), pois precisou reagir às pressões do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891, as quais criminalizavam as práticas mediúnicas e autorizavam práticas higienistas tanto policiais quanto judiciárias. Já na primeira metade do século XX, o espiritismo tinha certa imunidade para a permanência na esfera pública, visto que buscou enfatizar aspectos da cura terapêutica/mediúnica, além de abarcar ideais cristãos do catolicismo popular e a ênfase na prática da caridade. Porém, vale destacarmos que os espíritas se aproximaram do Estado pela via assistencial (GIUMBELLI, 2008).

Essa situação de “colaboração” entre Igreja Católica e Estado também teria se dado na formulação do Projeto de Diretrizes e Bases, no Ministério da Educação, desde 1948, a fim de adquirir autorização do ensino religioso nas escolas públicas, além das escolas confessionais pagas. Logo, assim como afirma Montero (2012), é importante destacarmos que, desde o início da República até 1970 (periodicidade que abarca o caso em análise), a Igreja atuou em contrapartida às forças que buscavam delimitar atos civis e religiosos, tais como positivistas e anticlericais, visto que já era força política notória desde o período colonial.

Para católicos como o cardeal Dom Jaime, o interesse católico pelo ensino confessional seria diferente de dominar. Tratar-se-ia de uma busca por liberdade que qualquer confissão religiosa deveria se interessar para a formação moral dos seus adeptos. Então, no *Jornal do Brasil*, em 31 de janeiro de 1960, a coluna “A Voz do Pastor” transcreve a fala do cardeal Dom Jaime de Barros à Rádio Vera Cruz, na qual o Cardeal defende o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e afirma o ensino religioso como representação da democracia. Ele defende que o

ensino religioso é base da missão católica de educação da família brasileira e de colaboração com o Poder Legislativo. Segundo o cardeal,

[...] a Igreja se encontra munida de autoridade e jurisdição neste campo, ninguém o porá em dúvida sem renegar a palavra do Divino Mestre válida não só para os apóstolos, mas também para seus sucessores, pois estes e não aqueles é que poderiam realizá-la em toda a sua plenitude: “Ensinai todas as gentes”, (Mt, 28, 19). Portanto a Igreja não se acha desligada, nem intrusa nas atividades ensinantes e formativas (BARROS, 1960, s/p).

Na semana de 12 a 18 de março de 1960, o nacionalista liberal *O Semanário* publicou uma nota do clube (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPÍRITAS, 1960a) na qual se afirma que teria sido deliberada na última reunião a necessidade de dirigir ao Senado um manifesto de repulsa e de alerta aos perigos do Projeto de Diretrizes e Bases. De acordo com o clube, o projeto estava na contramão do desenvolvimento da educação pública. Por fim, justifica-se a sua atuação nessa demanda por meio do argumento de que, entre os jornalistas espíritas associados, uma parcela era composta por professores que atuavam em diferentes graus de ensino.

É importante destacarmos que, nessa nota, o clube se insere na gama dos intelectuais. Isso nos leva ao encontro da definição de intelectual espírita de Arribas (2014). De acordo com a autora, a autoridade intelectual ou ideológica baseia-se no intelectualismo como forma de articular o humano e o divino, como forma de auxiliar nas demandas tanto materiais quanto espirituais. Portanto, o “intelectual espírita, emerge frequentemente sobre um fundo de probabilidade, isto é, de afinidade eletiva entre mensagem religiosa e situação social de classe ou de *status*” (ARRIBAS, 2014, p. 155). Ou seja, segundo a autora, o intelectual espírita é respeitado por sua bagagem intelectual e pela combinação do âmbito pessoal e interpessoal, porém, suas condutas morais não são consideradas tais como as de um “profeta”, embora o saber intelectual forneça conforto e autoridade para se tornar porta-voz do grupo. Portanto, de acordo com a nota, a ação do grupo em prol da educação leiga se legitima pelos fatos de haver professores de diferentes graus de ensino e de haver intelectuais.

Nessa batalha acerca da educação, observa-se, de um lado, um embate com a Igreja Católica, de outro, a defesa de ideias nacionalistas. De maneira geral, desde sua inserção no Brasil, o espiritismo travou embates com a Igreja Católica, inclusive, ganhando aderência por parte de sujeitos anticlericais. Por outra via, alguns aspectos do catolicismo foram assimilados, culminando no que se chamaria, na década de 1930, de “cristianismo redivivo”, com Francisco (Chico) Cândido Xavier. Então, presencia-se a constituição de um espiritismo patriótico, expresso

em “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” (1938)⁴², psicografado por Xavier e publicado pela Federação Espírita Brasileira.

No “Manifesto dos Jornalistas Espíritas em Defesa da Escola Pública”, publicado no periódico carioca *O Semanário*, na semana de 19 a 25 de março de 1960, o clube critica o projeto enquanto articulação entre forças políticas e religiosas. Logo, para o clube, o ensino religioso nas escolas públicas seria um retorno ao período medieval, visto que se trataria de interesses confessionais. A escola pública é defendida como um ponto de convergência entre diferentes opiniões e crenças. Argumentam:

Nascida na Revolução Francesa, como reação ao dogmatismo escolástico e aos privilégios feudais, a Escola Pública tornou-se um verdadeiro instrumento da educação em todo o mundo civilizado. Graças a ela, o mundo moderno pôde libertar-se dos princípios retrógrados que imperavam no ensino religioso antigo, amesquinhando a consciência dos povos, através de um dogmatismo grosseiro e agressivo que levou Giordano Bruno à fogueira e exigiu o silêncio aviltante de Galileu. Ainda Hoje, os resquícios desse medievalismo opressivo se fazem sentir dolorosamente em nações dominadas pelo passado e sujeitas a ditaduras teológicas, nas quais o ensino e a cultura são medidos pelos interesses confessionais dominantes (CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO, 1960b, p. 10).

No argumento do manifesto acima, o clube enfatiza o ensino público laico em detrimento do ensino religioso, evidenciando que a perda de amarras da religião é uma característica da modernidade. Nesse sentido, a escola pública francesa é mencionada como um modelo de representatividade do “mundo civilizado” e de “reação ao dogmatismo escolástico”. De fato, já no século XX, o ensino público francês apresentava tendências de separação entre Estado e religião, bem como de relegar a religião ao privado. Entretanto, conforme Werebe (2004), o processo de laicização do ensino público francês só ocorreu a partir de 1880, com a atuação de Jules Ferry (um republicano e anticlerical) para tornar a escola primária pública e gratuita, sem símbolos religiosos e com professores leigos. Assim, o ensino de religião seria permitido somente em horário extracurricular, na França. Porém, apenas com uma lei promulgada em 1905 que a França instituiu oficialmente a dissociação entre Estado e Igreja. Inclusive, essa “lei de separação” é apontada na literatura acadêmica como um ponto-chave para compreender o processo de laicidade francesa, visto que, a partir dela, o Estado francês procurou delimitar o espectro de atuação da religião na sociedade por meio das associações de culto (GIUMBELLI, 2013).

Diante dessas demandas, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo promove a I Convenção Espírita em Defesa da Escola Pública, entre 11 e 16 de julho, na Federação Espírita do Estado de São Paulo (Feesp). Entre os

representantes das entidades espíritas presentes, estavam os membros da Feesp, da União das Sociedades Espíritas (USE), da Associação Metropolitana de Assistência, da Liga Espírita do Estado de São Paulo, do Instituto de Cultura Espírita do Brasil (RJ), entre outros. A convenção também recebeu apoio e a presença de frentes políticas, tais como o Partido Socialista Brasileiro, a Frente Nacionalista de São Paulo, o Movimento Renovador Sindical e comissões de defesa da escola pública de diferentes lugares de São Paulo. Inclusive, a convenção contou com a participação de Florestan Fernandes, cuja reportagem publicada no *Semanário*, entre 8 e 12 de agosto de 1960, enfatiza que o educador afirmou não ser espírita, mas agnóstico e socialista (CLUBE DOS JORNALISTAS ESPIRITAS DE SÃO PAULO, 1960c).

O que foi a I Convenção Espírita em Defesa da Educação? Foi um evento organizado pelo Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo com o objetivo de realizar uma “defesa da escola pública”, bem como de rejeitar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A ideologia política principal era de caráter liberal e nacionalista, mas se aliou às outras frentes, como mencionamos. Durante a abertura, o jornalista espírita José Herculano Pires, então presidente do clube, deixou claro o objetivo da convenção: apoiar a escola pública a partir da defesa da laicidade, rejeitar as interferências do religiosas e exigir do Estado a responsabilidade pela educação nacional.

A partir desse evento, os jornalistas espíritas elaboraram a “Declaração Espírita de Princípios Educacionais”, direcionada à Câmara Federal e ao Senado, para reverter o projeto. Com isso, eles buscaram chamar atenção das bancadas paulistas para: o ensino livre, gratuito e laico; o ensino particular somente na modalidade de supletivo e leigo; e a exclusão do ensino religioso facultativo. Entretanto, no aspecto doutrinário, a declaração defendeu a manutenção e a instituição de escolas espíritas a fim de evitar que filhos de pais espíritas tenham filhos influenciados ou coagidos pelas escolas confessionais particulares ou pela presença do ensino religioso facultativo nas escolas públicas daquele momento. Ao mesmo tempo, também defendiam a pesquisa científica acerca da fenomenologia espírita, bem como a difusão do espiritismo como a explicação para as causas do universo.

Segundo Jorge Rizzini (2000), biógrafo de José Herculano Pires, o jornalista espírita teria escrito uma carta ao também jornalista espírita Deolindo Amorim sobre a convenção:

Estamos grandemente confiantes no êxito da Associação [Associação Espírita em Defesa da Escola Pública], e simplesmente empolgados pelos resultados brilhantes da Convenção. O próprio Wantuil (Herculano refere-se ao presidente da Federação Espírita Brasileira, Wantuil de Freitas) já nos comunicou a remessa de telegrama da Federação ao Senado e

mandou cópias de telegramas e ofícios enviados às Federações filiadas, de todo o país, solicitando providências no mesmo sentido. A Convenção, portanto, embora partindo do Clube, transformou-se numa tomada de posição do movimento espírita. Foi a nossa mais bela vitória, graças a Deus (RIZZINI, 2000, p. 114-115).

Entre 2 e 8 de agosto de 1960, *O Semanário* retoma a nota do clube, agora assinada por “Irmão Saulo”, pseudônimo do jornalista espírita José Herculano Pires. A partir do título “O dever das instituições espíritas: a defesa da educação democrática”, o texto confere responsabilidade às instituições espíritas na atuação acerca do projeto de lei. De acordo com o texto, o ensino religioso na escola pública tinha teor sectarista, enquanto a escola pública deveria ser democrática, gratuita e com inclusão entre pobres e ricos. Além da defesa da educação democrática, contra o subsídio público às escolas privadas e confessionais, tratava-se também de uma oposição ao catolicismo (IRMÃO SAULO, 1960).

Considerando que a Igreja Católica sempre participou ativamente na sociedade civil republicana, tanto na construção simbólica quanto dos direitos culturais coletivos (MONTERO, 2012), mesmo que o “Irmão Saulo” não tenha nomeado diretamente a Igreja Católica, sabia-se à época que ela era uma das maiores interessadas no domínio do ensino confessional. Inclusive, a Igreja Católica teria exercido grande influência no projeto, desde a sua elaboração no Ministério da Educação (1948) até os trâmites na Câmara dos Deputados, assim como também foi alvo de críticas por parte de espíritas, intelectuais e maçons. Devido a isso, na redação final de 1961, o ensino religioso em escolas públicas foi sancionado sem ônus financeiro para o Estado (CUNHA; FERNANDES, 2012).

Mais adiante, ainda na publicação do “Irmão Saulo”, o texto delimita alguns lugares nos quais a educação religiosa poderia estar presente: em casa ou nos templos e não na escola. Logo, a educação religiosa é destinada ao âmbito do privado. Além do mais, a presença do religioso no espaço público exerceria a função de divisão entre as pessoas e seria oposta ao “esclarecimento”. Diz “Irmão Saulo”:

Educação religiosa se dá em casa, no lar, ou nos templos. Nem mesmo a educação religiosa facultativa deve ser dada na escola, porque as aulas de religião servem para dividir as crianças e favorecer as tendências sectárias dos professores menos esclarecidos. [...] Cruzar os braços ante o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é entregar o ensino e a educação, no Brasil, às forças sectárias que há muito desejam controlá-lo [...] (SAULO, 1960, p. 10).

Na resolução final, houve alguns ganhos para a Igreja Católica: na nova LDBEN, permaneceu o texto da Liga Eleitoral Católica (LEC) presente na Constituição de 1946⁴³; embora facultativo, o ensino religioso seria ministrado em horários escolares, de acordo com a confissão do aluno ou do responsável; a classe formada

não necessitaria de um número mínimo de corpo discente; bem como o professor deveria ser registrado por uma autoridade religiosa (CUNHA; FERNANDES, 2012). Diante daquele cenário, José Herculano Pires mudaria de posição quanto ao ensino laico anos mais tarde, visto que teria reconhecido a necessidade da pedagogia espírita como necessidade e projeto de formação do sujeito:

Reconhecendo que a Religião corresponde a uma exigência natural da condição humana e a uma exigência da consciência humana, e que pertence de maneira irrevogável ao campo do Conhecimento, devemos reconduzi-la à escola, mas desprovida da roupagem imprópria do sectarismo. Temos de introduzir nos currículos escolares, em todos os graus de ensino, a disciplina Religião ao lado da Ciência e da Filosofia. Sua necessidade é inegável, pois sem atender aos reclamos do transcendente no homem não atingiremos os objetivos da paidéia grega: a educação completa do ser para o desenvolvimento integral e harmonioso de todas as suas possibilidades (PIRES, 1985, p. 41 *apud* INCONTRI, 2003, p. 8).

A relação entre espíritas e católicos se expressa, portanto, de maneira ambivalente, cujas disputas por espaço e pela defesa da laicidade republicana eram importantes para a permanência do espiritismo enquanto expressão religiosa. Além disso, é também uma estratégia para defender a esfera pública enquanto um debate mediante razões, sendo a defesa da educação pública um dos temas de discussão que afetariam os interesses da sociedade civil. Correlato a isso, observamos que a demanda pela secularização se expressa em sua dimensão de privatização da religião (quando “Irmão Saulo” aborda o ensino do religioso no lar ou no templo, por exemplo), que foi compreendida como uma tendência histórica moderna e integrante de uma condição normativa da democracia política liberal (CASANOVA, 2006).

Concomitantemente, o caso analisado nos remete ao debate entre Habermas e Taylor (2011), cujo argumento habermasiano de tradução do discurso religioso na esfera secular faz-se necessário, pois tal discurso tem intenção de adentrar, justificar, afetar e formular as decisões políticas e judiciárias. Logo, a tradução ou secularização do jogo religioso é uma via de justificação para interferir nas decisões estatais, já as “influências religiosas pertencem a um conjunto de discurso no qual não é simplesmente movido com um ponto de vista, ou com uma interpretação cognitiva relativa ao domínio da vida humana” (HABERMAS; TAYLOR, 2011, p. 63)⁴⁴. No caso do clube, a influência do discurso religioso é combinado com o político como via de legitimação doutrinária e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do religioso aparece como constituição do indivíduo, sendo a deslegitimação do catolicismo enquanto instituição autêntica para o ensino religioso na escola pública também um reconhecimento da sua potência de articular as demandas sociais.

Considerações finais

O clube buscou combinar a legitimidade de classe (jornalista) e o espaço na imprensa com a autodenominação espírita como forma de demarcar que seguidores da doutrina espírita também estariam preocupados com os interesses sociais. Apesar da preocupação com as classes mais pobres, a defesa era pela via liberal. É preciso ter em consideração que o espiritismo é uma doutrina letrada e que valoriza a intelectualização do sujeito. Além disso, ao demarcar que a autorização do ensino religioso em escolas públicas é um retorno ao período medieval, o Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo defende a laicidade e a dissociação da Igreja Católica dos outros domínios ligados à formação do saber e do simbólico. Concomitantemente, defende que a Igreja Católica é ultrapassada no que diz respeito à produção científica e intelectual.

A questão da defesa espírita da escola pública evidencia a existência de tensões com o catolicismo. Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que, enquanto as práticas mediúnicas do kardecismo foram legitimadas, presenciou-se também a marginalização das práticas espirituais das classes mais baixas, que lidavam com as matrizes afro-brasileiras e chamadas de “baixo espiritismo”. Ainda na segunda metade do século XX, o espiritismo também apresentará embates com a umbanda e os próprios membros do espiritismo discutirão entre si acerca da manutenção da “pureza doutrinária”, o que nos provoca outras questões para reflexão da tese, no que concerne à ação do clube em interesses da sociedade civil: quando se defendeu o ensino leigo como democrático também abarcou a pluralidade de práticas também de natureza afro-brasileira? Falam em defesa do ensino para as pessoas pobres, mas não tangenciam com relação àquelas práticas. Quando tratam da possibilidade de manutenção e da constituição de novas escolas espíritas, também defendem um ensino confessional, porém, o espiritismo se consideraria com mais legitimidade, visto que se propõe como uma doutrina científico-filosófica e religiosa?

Referências

Fontes

BARROS, C. D. J. A voz do pastor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX. n. 26, jan. 1960.

CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO. I Convenção Espírita em defesa da educação Brasileira. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano V, n. 221, ago. 1960a.

CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO. Diretrizes e bases. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano V, n. 200, mar. 1960b.

CLUBE DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO. Manifesto dos Jornalistas Espíritas em Defesa da Educação Pública. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano V, n. 201, mar. 1960c.

IRMÃO SAULO. O dever das instituições espíritas: a defesa da educação democrática. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano V, n. 200, jul. 1960.

Bibliografia

AUBRÉE, M.; LAPLATINE, F. **A mesa, o livro e os espíritos**: gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: Edufal, 2009.

ARRIBAS, C. da G. Uma sociologia histórica do espiritismo. Anais do III Encontro nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH. Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. III, n. 9, p. 1-15, jan. 2011.

ARRIBAS, C. da G. **No princípio era o verbo**: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BALEEIRO, A.; LIMA SOBRINHO, B. **Constituições Brasileiras** – v. V: 1946. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRITO, L. “O Semanário” – Um jornal que vale por um livro – Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-15.

CASANOVA, J. Rethinking Secularization: a global comparative perspective. **The Hedgehog Review**, Charlottesville, v. 8, n. 1-2, p. 7-22, 2006.

CUNHA, L. A.; FERNANDES, V. Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 849-864, out./dez. 2012.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GIUMBELLI, E. Para estudar a laicidade, procure o religioso. In: BÉLIVEAU, V. G.; GIUMBELLI, E. (org.). **Religión, cultura e política en las sociedades del siglo XXI**. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 43-68.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2014.

HABERMAS, J.; TAYLOR, C. Dialogue: Jurgen Habermas and Charles Taylor. In: BUTLER, J.; HABERMAS, J.; TAYLOR, C.; WEST, C. **The power of religion in the public sphere**. New York City: Columbia University Press, 2011. p. 60-69.

INCONTRI, D. A contribuição espírita no debate da escola pública no Brasil. **Anais da III Jornada do HISTDEBR**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2003.

LEWGOY, B. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 84-104, 2008.

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIZZINI, J. **Herculano Pires, o apóstolo de Kardec** - o homem, a vida, a obra. São Paulo: Paideia, 2000.

STOLL, S. J. **Espiritismo à brasileira**. São Paulo: EDUSP; Curitiba: Ed. Orion, 2003.

WEREBE, M. J. A laicidade do ensino público na França. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 193-213, set./dez. 2004.

³⁷O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2019, sob a orientação da prof.^a dr.^a Joana D’Arc do Valle Bahia, intitulada “Religião e humor na contemporaneidade: representações da doutrina espírita e construção de identidades no campo

religioso”. A dissertação teve apoio de bolsa Capes.

³⁸ Entre eles, Luís Carlos Prestes (comunista), Hermes de Lima (socialista) e Aliomar Baleeiro (liberal).

³⁹ Conforme apontamos, a nossa fonte documental é do Rio de Janeiro, o periódico nacionalista *O Semanário*, o qual detinha redação tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo (BRITO, 2011). Como temos observado em nossa pesquisa de doutorado, muitas informações acerca do Clube dos Jornalistas do Estado de São Paulo são replicadas em jornais cariocas, partimos da hipótese de que isso se dá devido à presença de associados do Rio de Janeiro, bem como por ser a primeira entidade associativa dos jornalistas espíritas. Por fim, vale ressaltar que esses textos eram publicados na página sobre espiritualismo, na qual havia outros tipos de crenças, inclusive, a teosofia.

⁴⁰ Pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869).

⁴¹ O primeiro ocorreu em 1948, no Rio de Janeiro (RIZZINI, 2000).

⁴² Texto que renderia discussões acerca da veracidade da psicografia, visto que ele fora atribuído ao escritor Humberto de Campos e a família acusou plágio da obra *Brasil Anedótico*, de Campos.

⁴³ No Capítulo II, da Constituição de 1946, artigo 168, parágrafo V, verifica-se: “O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável” (BALEIRO; LIMA SOBRINHO, 2012, p. 88).

⁴⁴ Tradução nossa: “[...] religious influences belong to a kind of family of discourse in which you do not just move within a cognitive interpretation of a domain of human life”.

IANSÃ E SANTA BÁRBARA: SOCIABILIDADES MERCANTIS EM SALVADOR⁴⁵

Debora Simões de Souza Mendel

Introdução

Santa Bárbara e Iansã são figuras sagradas de forte devoção entre os soteropolitanos. Estão presentes na literatura, na música, nas gravuras, nas pinturas, nos altares domésticos e nos mercados da capital baiana, conseqüentemente marcam o imaginário festivo e cotidiano da cidade. A santa e o orixá apresentam características comuns, constantemente salientadas, e aspectos que as diferenciam. Elas integram religiões diferentes, mas isso não significa que elas estão limitadas às religiões. As devotas as distinguem, porém não as separam.

Designadas aqui como santas, essas duas figuras sacras circulam entre lugares seculares. Dessa maneira, as religiosidades a elas ligadas extrapolam os templos. Uma devoção predominantemente feminina, que representa um tipo feminino que é forte, potente, guerreiro e desafiador. Dividem a quarta-feira; o domínio das tempestades, raios e trovões; a proteção aos mercadores e às baianas de acarajé; as comidas (caruru e acarajé); a espada e a cor vermelha.

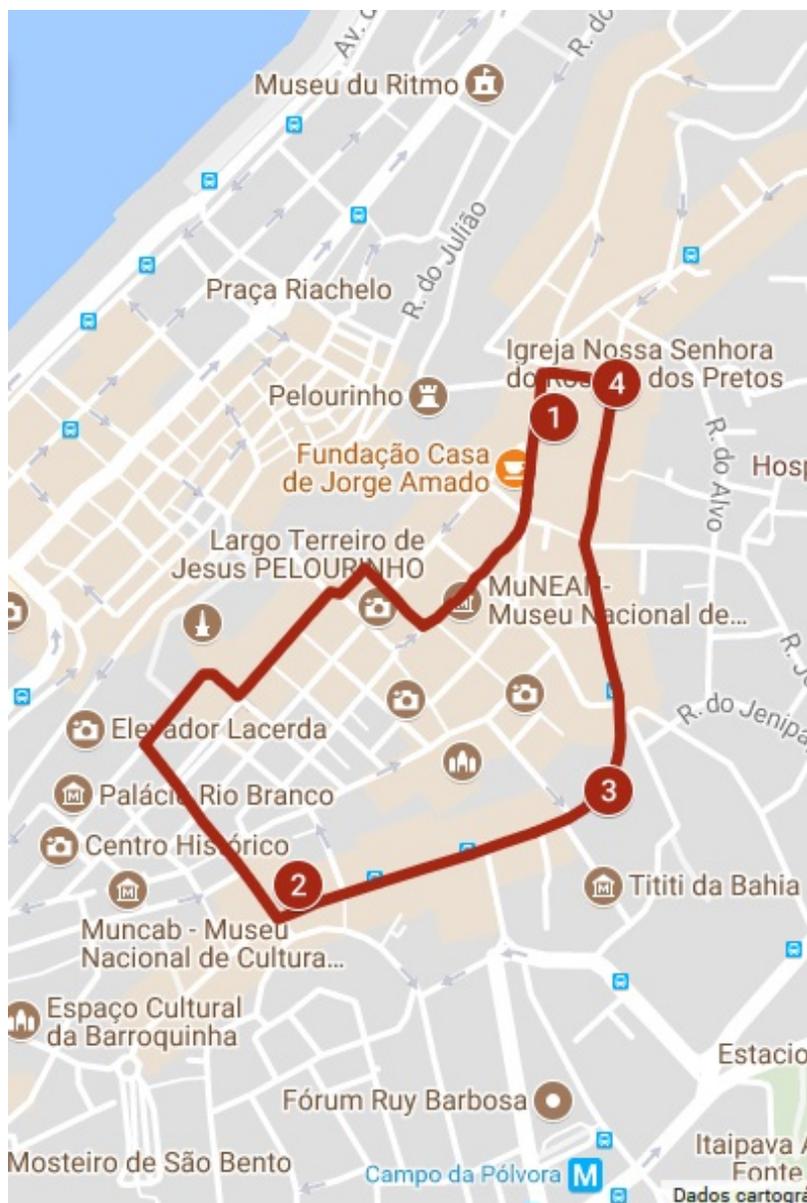
Bárbara, a jovem casta, nas representações imagéticas, aparece ao lado de uma torre e com uma espada. Também há, em outras ocasiões, um cálice, que guarda o sangue de Cristo, e uma coroa. Ela também é representada com um manto vermelho, cor que geralmente está presente nos santos mártires. Em algumas representações, a santa usa uma coroa em formato de torre de castelo; em outras, segura uma folha de palmeira. Esses diferentes elementos são combinados de diversas formas. Menos comum é a imagem segurando um ostensório⁴⁶.

“Iansã”, em iorubá, significa mãe de nove filhos. Foi esposa de Xangô (rei de Oió) e de Ogum (guerreiro que tem o domínio da metalurgia) e mãe dos Ibejis. Senhora dos raios, ventos e tempestades. O fogo é um elemento ligado a ela. É conhecida por sua força e destreza. No conjunto iconográfico da divindade, em geral, é representada como uma mulher negra formosa com curvas acentuadas, com vestes vermelhas, numa mão sua espada (alfanje) e na outra seu *eruexim* (semelhante a um espanador confeccionado com cabo de madeira, detalhes em búzios e crina de cavalo), suas principais ferramentas. Adora acarajé e nas grandes festas dos templos de candomblé os distribui. Também conhecida como Oiá, ela é denominada de

Matamba ou Babarucema pelos adeptos de candomblé da nação ketu e angola. Essa síntese foi elaborada a partir de palavras-chave retiradas do meu caderno de campo, que eu registrava logo após uma conversa ou entrevista e destacava. São ao mesmo tempo características gerais e específicas sobre as divindades, uma vez que foram organizadas a partir das construções discursivas dos interlocutores da pesquisa, entre resultados está este capítulo.

Essas são, portanto, as donas da festa do dia 4 de dezembro, momento no qual milhares de devotos vestem-se de vermelho e vão às ruas para homenagear as santas. O primeiro momento festivo é marcado, ainda de manhã, pela missa campal, seguida da procissão em que Santa Bárbara, acompanhada das imagens de São Cosme e São Damião, São Jorge, São Sebastião, São Miguel Arcanjo, São Lázaro e São Jerônimo, percorre os caminhos do Pelourinho e da Baixa dos Sapateiros. Durante o cortejo sagrado, devotas, com belas roupas (vestidos ou os trajes de baianas)⁴⁷ e cestos nas mãos, pagam suas promessas às santas ao distribuírem pequenos acarajés. Esses dois momentos são organizados pela Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos⁴⁸. No mapa apresentado a seguir estão enumeradas as paradas do cortejo religioso conforme acontece atualmente.

Figura 1 – Mapa do percurso da procissão



Legenda: 1. Igreja do Rosário dos Homens Pretos. 2. Quartel dos Bombeiros. 3. Mercado de São Miguel. 4. Mercado de Santa Bárbara

Fonte: Google Maps (c2022)

O culto a Santa Bárbara chegou a Salvador ainda no século XVII por meio de colonizadores comerciantes que provavelmente já naquela época conduziam as comemorações em louvor à santa (COSTA, 1952; FÉLIX, 1982; COUTO, 2004). Durante séculos essa festa foi organizada, exclusivamente, pelos donos de mercearias e armazéns e seus funcionários. Isso significa que as honras à santa não estavam limitadas a um templo. Contudo, em 1987 a imagem histórica foi transferida do mercado para a Igreja do Rosário, que gradualmente foi adquirindo a

responsabilidade de conduzir parte da festa. Estamos diante de um fenômeno de mais de 300 anos de existência. Todavia, a configuração atual do festejo é relativamente recente, foi somente na passagem das décadas de 1980 e 1990 do século XX que ela tomou as feições com que a conhecemos.

Na atualidade, a grande mídia destaca a função organizadora do templo, concedendo pouca atenção ao mercado, onde no mesmo dia ocorre outra festa. Nessa perspectiva, não é possível falar de festa de Santa Bárbara no singular, mas sim em festas, com ênfase no plural.

Com o intuito de apresentar essa complexidade, neste capítulo analiso reportagens de jornais, principalmente do *A Tarde*, sobre as comemorações das santas publicadas nas décadas de 1970 e 1980. Por meio dessa investigação problematizo aspectos dessa devoção, principalmente a construção da concepção de sincretismo, a importância das comidas votivas nessa celebração e a sua relação com o calendário de festas soteropolitanas.

A cidade: seus mercados e as festas

Em Salvador a devoção a Santa Bárbara teve início com colonizadores portugueses. Segundo Afonso Costa (1952), o culto a Santa Bárbara, naquela cidade, foi inaugurado pelo casal português Francisco Pereira Lago e Andreza Araújo, em 1641. Eles adquiriram um imóvel na Cidade Baixa, o qual foi dividido em diferentes partes e arrendado para outros comerciantes, ao fundo construíram uma capela, onde colocaram uma imagem da santa protetora dos comerciantes. O espaço, conhecido como Morgado⁴⁹ de Santa Bárbara, funcionou como um importante receptor e distribuidor de mercadorias vindas, principalmente, pela Baía de Todos os Santos. Vizinho de outro mercado, este dedicado a São João, eles tinham proximidade com o principal porto da cidade, que por muitos anos foi o mais movimentado de toda a colônia. Kátia Mattoso oferece uma análise que relaciona a constituição desse território ao porto.

Na realidade, durante o período colonial, a cidade de Salvador foi sobretudo o centro em que se reuniam as principais riquezas de toda a colônia. E foram, sem dúvida, exemplares as respostas que soube dar esse porto ao criar, na cidade e na sua hinterlândia, próxima ou mais distante, estruturas sociais originais, capazes de enfrentar os desafios dos homens e da natureza. Porque era necessário fazer face a uma tripla vocação: àquela ligada à sua função de cidade administrativa e religiosa; àquela ligada à sua função comercial como porto de importação e de exportação de mercadorias as mais variadas e, finalmente, àquela ligada a seu papel de redistribuidor de mercadorias, vindas da Europa, da África e da Ásia, para várias partes da colônia portuguesa (MATTOSO, 1983, p. 9).

Entre o período da fundação do mercado e o século XIX, as fontes históricas sobre essa manifestação são escassas, entre outras razões porque era uma prática religiosa fora do circuito oficial da igreja realizado por portugueses e negros. Se compararmos com a festa dedicada à Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira da Bahia, percebemos um conjunto de fontes maior do que a festa de Santa Bárbara.

Pierre Verger, na obra *Notícias da Bahia – 1850*, pontuou que a Festa de Santa Bárbara passava, no século XIX, “um pouco despercebida do grande público, pois ocorria em meio à novena de Nossa Senhora da Conceição santa de maior devoção entre os baianos” (VERGER, 1999, p. 73).

No final do século XIX inúmeras edificações da Cidade Baixa sofreram com incêndios, alguns dos quais tendo atingido o morgado e a capela. Com a gradual destruição desse lugar, os mercadores foram deslocando-se para outro ponto da urbe. De acordo com a historiadora Edilece Couto (2004), em março de 1874 na Baixa dos Sapateiros já funcionava o mercado que com o passar dos anos se transformaria no Mercado de Santa Bárbara. Ele também era chamado de Mercado dos Sapateiros, por alusão à região, ou de Mercado Municipal, porque pertencia à prefeitura. Estava localizado na antiga Rua da Vala, atual Avenida José Joaquim Seabra.

Na obra *Bahia de Todos os Santos*, Jorge Amado (1977) descreve essa região, em 1944, como uma espécie de zona intermediária entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Ele estrutura uma crítica social ao comparar a Baixa dos Sapateiros com a pequena burguesia, pois estava posicionada entre o proletariado e a grande burguesia. Segundo ele, a principal avenida da região era repleta de “comércio barato”⁵⁰; nela os operários misturavam-se com os que ali iam fazer suas compras. Por causa do progressivo empobrecimento da pequena burguesia, já não era possível diferenciá-la dos pequenos funcionários públicos, os empregados no comércio, os donos das pequenas lojas, os operários ou os artesãos. Isso não significava que os operários teriam enriquecido, mas que a pequena burguesia empobreceu (AMADO, 1977).

Jornalistas e folclorista apresentam a festa de Santa Bárbara

Como dito, progressivamente, o Mercado da Baixa dos Sapateiros, cuja proteção ficava inicialmente sob responsabilidade de Nossa Senhora da Guia⁵¹, foi transformando-se no Mercado de Santa Bárbara. Esse movimento teve início no final do século XIX, com a sucessiva chegada de comerciantes do antigo mercado da Cidade Baixa, destruído por sucessivos incêndios.

Segundo o jornalista Anísio Félix (1982), no início do século XX a festa no novo mercado era organizada, principalmente, por três devotas e comerciantes: Bibiana, Luzia e Pinda. Nesse período havia uma comissão organizadora, composta por trabalhadores, que coordenava as atividades necessárias para a realização do festejo. Nos meses que antecediam as comemorações os barraqueiros faziam um fundo, formando um cofre próprio para custear as despesas. A comissão nomeava um orador oficial e então escolhia as pessoas que seriam homenageadas. Nos dias que antecediam o festejo, entrava em ação a equipe de reparação e limpeza, incumbida do feito de “transformar o local onde se vende peixe em salão de dança” (FÉLIX, 1982, p. 7).

Os negociantes encomendavam missas festivas em alguma igreja próxima. Por exemplo: nos anos de 1929 e 1935, os comerciantes escolheram a Igreja da Rua do Passo, em 1933 a Igreja do Carmo. No dia 4 de dezembro a procissão deixava o mercado rumo a uma igreja escolhida antecipadamente. Após a celebração a procissão retornava ao mercado, onde a festa continuava com rodas de samba e de capoeira.

Além das já citadas homenagens que os comerciantes faziam para a santa, a divindade do panteão das religiões afro também recebia diversas honras. Ainda nesse período, as comemorações em louvor às santas dos raios estendiam-se por três dias e a culminância acontecia com a distribuição de caruru⁵², no dia 6 de dezembro.

Durante o trabalho de campo, certas interlocutoras, principalmente as mais idosas, elencavam elementos festivos que já não encontramos. Elementos ligados a um tempo em que apenas os barraqueiros organizavam a festa. Em suas narrativas sobre esse período, as devotas destacavam três pontos recorrentes: (1) a relação entre as festas dedicadas a Santa Bárbara e São Nicodemos, padroeiro dos trabalhadores do porto; (2) a liderança do espanhol Leopoldo Martinez, barraqueiro que por muitos anos foi presidente da comissão organizadora da festa; (3) a presença do bacalhau no caruru.

Motivada por essas narrativas, analisei textos sobre a festa do dia 4 de dezembro presentes no jornal *A Tarde*, sobretudo os publicados nas décadas de 1970 e 1980. O recorte escolhido tem o objetivo de se concentrar no período de transferência da imagem “histórica” do mercado para a igreja. Escolhi o periódico citado anteriormente por ser o maior e mais importante do estado e por sua antiguidade, tendo sido fundado em 1912.

Na década de 1970 a festa de São Nicodemos, dia 26 de novembro, abria o calendário festivo da cidade. Por causa da proximidade com a festa de Santa Bárbara, a mídia relacionava os festejos. O conjunto de homenagens ao padroeiro dos trabalhadores do porto acontecia no Cais do Carvão, na Cidade Baixa. Durante o dia havia procissão, missa, exposições folclóricas, distribuição de caruru. Conforme o jornal, havia, além da programação religiosa, “quebra-pote e cabra-cega (brinquedos folclóricos) e, às 17 horas, a distribuição dos cachimbos como em todos os anos e escolha do novo presidente dos festejos” (A TARDE, 1977). Nos dias de hoje essa celebração não inaugura o calendário festivo da cidade e não é noticiada nos meios de comunicação. Todavia, os portuários fazem suas honras ao padroeiro, reunindo uma pequena parcela da população, distante da mídia.

É possível observar, nos fragmentos dos jornais, principalmente na década de 1970 e início da de 1980, uma gloriosa festa para Iansã e Santa Bárbara organizada exclusivamente pelos barraqueiros. Segundo as notícias, o orixá dos ventos e das tempestades era mais evocado do que a santa. O caruru de 40 mil quiabos e todo o esforço para a manutenção do festejo estão presentes nesses documentos. Aparecem também os terreiros que homenageavam Iansã nesse período, com seus respectivos endereços, comidas e as oferendas dedicadas a ela no mercado.

Em 2 de dezembro de 1970, o jornal *A Tarde* noticiou com destaque numa página inteira dedicada ao festejo: “alegria de Orixá: povo vai festejar Iansã”. No mesmo ano, no dia 5 o *Jornal da Bahia* publicou uma reportagem intitulada: “festa de Iansã mostra o sincretismo baiano”. Além das já citadas informações, o periódico descreveu os primeiros movimentos do dia festivo. Destacou as saudações direcionadas a Iansã realizadas por pessoas ligadas ao candomblé. Poucos instantes depois das saudações a essa divindade foi feita uma reza à mãe de Cristo. De acordo com o jornalista, “tudo isso dava a medida exata do sincretismo que envolve as manifestações do povo na Bahia” (A TARDE, 1970, p. 2).

No ano seguinte, em primeiro de dezembro de 1971, o periódico continua a anunciar a vivacidade do festejo sob o título: “Mercado já se enfeita para a festa de Iansã” (A TARDE, 1971c, s/p); no dia 3 de dezembro, “Alvorada dará início amanhã à festa de Iansã” (A TARDE, 1971a, s/p) e dois dias depois, nova manchete: “festa de Iansã é a maior”(A TARDE, 1971c, s/p). No dia seguinte há mais uma referência: “Festa de Iansã termina: povo desce à Conceição da Praia” (A TARDE, 1971b, p. 2). Durante toda essa década foram publicadas notícias similares que contemplavam a programação do festejo, o caráter sincrético, a forte presença de povo de *axé*, o trabalho dos barraqueiros, as mulheres negras na produção do caruru etc. Um exemplar dessas reportagens que apresenta o povo comemorando no dia 4 de

dezembro Iansã e Santa Bárbara pode ser encontrado na publicação do jornal *A Tarde* do dia 2 de dezembro de 1970. Nela lemos a narrativa do circuito da procissão que se iniciava e terminava no Mercado de Santa Bárbara. A trajetória incluía igrejas próximas, visto que neste ano a igreja escolhida foi a de Nossa Senhora do Rosário.

Alegria de Orixá: povo vai festejar

[...] Yaôs entrarão em transe gritando “Ieparrê”, “Ieparrê”. As velhas contritas, puxarão rezas pedindo a Santa Bárbara que proteja os seus familiares do fogo. Os pais-de-Santo e muito doutor vão ajoelhar-se, e também erguer preces para o céu.

[...] O caruru êste ano promete ser muito melhor que o do ano passado é preparado por duas velhas mães-de-santo: D. Carmélia e D. Toninha. As duas senhoras que a 15 anos cuidam da comida de Iansã prepararão pratos para mais de 5.000 pessoas (A TARDE, 1970, p. 2).

As reportagens também versavam sobre a programação dos dias do festejo. Note-se que a comemoração no Mercado de Santa Bárbara nesse período se estendia do dia 4 ao dia 6 de dezembro.

Depois de São Nicodemus, Santa Bárbara, Sábado, 4

O programa será aberto, sábado, com alvorada, às 5 horas. Pouco depois às 8 h.30m., saída da imagem Santa Bárbara [...] para a Igreja do Carmo, onde, às 9 h.30m., será celebrada a tradicional missa festiva, seguindo-se a procissão, com parada no quartel do Corpo de Bombeiros. Domingo dia 5, festas populares no Mercado de [sic] Santa Bárbara, com apresentação de capoeira, samba de roda e maculelê. Dia 6, segunda-feira às 17 horas será servido o caruru, encerrando-se os festejos com queima de fogos de artifício e posse da diretoria para o biênio 77/78, as 21 horas (A TARDE, 1976, s/p).

Outro aspecto importante desse festejo é a forte presença dos adeptos das religiões de matrizes africanas durante essa manifestação religiosa. Jocélio Santos (2005), ao analisar reportagens de diferentes periódicos para apresentar um histórico da festa de Santa Bárbara, identifica a forte presença de líderes de diferentes terreiros, desde a segunda metade do século XIX.

Nos anos seguintes as matérias se repetiram, sempre seguindo o mesmo modelo cercado de entusiasmo pelo festejo ao orixá dos raios e das tempestades. Citando caso análogo, o jornal *A Tarde*, em 1977, apresentou a distinção entre o caruru do povo e o caruru das autoridades. Este era servido para personalidades ilustres, como o prefeito da época, Fernando Wilson Magalhães, e o governador, Roberto Santos, que marcavam presença no mercado da Baixa dos Sapateiros. Na ocasião, foi utilizado um montante de 40 mil quiabos para a preparação dos carurus. Esse número repete-se diversas vezes, tanto nos jornais da década de 1970 e início de 1980 quanto nas falas das devotas mais antigas, que ainda recordam as comemorações no mercado, denotando a memória dos tempos áureos da festa.

Contudo, na metade da década seguinte, há uma transformação no panorama. A santa começou a aparecer mais do que o orixá, ao menos nos títulos das matérias, e o festejo passou a ser anunciado como em processo de decadência, principalmente por causa da crise financeira que o mercado enfrentava.

A partir de 1985 a festa começou a perder seu brilhantismo, como apontavam as notícias do período. Com poucos recursos para investirem nas comemorações, os barraqueiros foram diminuindo o número de atrações culturais e de quiabos no caruru. No ano de 1982 o periódico anunciava as adversidades enfrentadas pelos mercadores, que, sem o apoio dos poderes oficiais, não sabiam ao certo se dariam conta da distribuição de caruru. No ano seguinte, a ausência de apoio dos órgãos públicos somava-se às dificuldades, além dos problemas físicos e estruturais do mercado. Dias antes do festejo de 1983, o jornal *A Tarde* apresentou os inconvenientes presentes no mercado que estavam impedindo as honras à santa de serem realizadas. Porém, entre os dias 5 e 7 de dezembro, o mesmo periódico anunciou a manutenção das comemorações, apesar do grande volume de contratemplos.

Num balanço da festa de 1985 há o seguinte tema no *A Tarde*: “caruru pode ter sido o último no Mercado” (A TARDE, 1985, s/p). No ano seguinte, a capa do mesmo periódico anunciou: “fé em Iansã supera os problemas” (A TARDE, 1985, p. 1). As ruas estavam lotadas, mas as condições do mercado eram preocupantes, ele estava em perigo de desabar. Contudo, em meio a tantas barracas fechadas e quebradas, o nicho da santa ainda estava preservado. Na mesma edição, na página 2, mais um trecho sobre as comemorações do dia 4: “fiéis mostram fé em Santa Bárbara debaixo de chuva” (A TARDE, 1985, p. 2). O trecho destacava os obstáculos⁵³ enfrentados pelos devotos e pelos organizadores. É possível elencar dois marcadores que indicam as transformações da festa no mercado: o primeiro é a redução do número de quiabos no caruru e o elevado número de barracas fechadas. Em 1986, por exemplo, o caruru foi de mil quiabos, nos anos anteriores, o número era bem maior. O segundo marcador indicativo é o de que no mesmo ano, num total de 40 barracas, apenas três funcionavam no local⁵⁴.

Como exposto em diversas partes do texto, no final da década de 1980, a imagem de Santa Bárbara que pertencia ao mercado foi doada para a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Mesmo os jornais anunciando a diminuição da participação dos mercadores na festa, isso não significou sua ausência completa. Apesar das dificuldades financeiras pelas quais o mercado passava, seus trabalhadores ainda se empenhavam para a organização e a manutenção do festejo.

Como podemos ver na reportagem do jornal *A Tarde* no dia 5 de dezembro de 1986, destaca-se o contraste entre a decadência financeira do mercado e a presença maciça de devotos na procissão da santa. A reportagem é apresentada com uma imagem em que centenas de devotos ocupam as ruas, tendo como descrição a seguinte legenda: “apesar das dificuldades, a tradição dos festejos em louvor à Santa Bárbara foi mantida” (A TARDE, 1986a, s/p).

Fiéis mostram fé em Santa Bárbara de baixo de chuva

O padre chegou atrasado para a missa, o mercado de Santa Bárbara ameaça desabar, o dinheiro está curto, mas não faltou fé na festa de Iansã, ontem, quando inúmeros fiéis saíram em procissão com chuva pela Baixa dos Sapateiros, assistiram a missa na Ordem 3ª do Carmo e retomaram a procissão, teve seu ponto alto na sede do Corpo de Bombeiros, do qual a santa é protetora. Ali, muitas preces se elevaram, muita água benta molhou os fiéis em transe e os bombeiros tomaram o andor de Santa Bárbara, conduzindo-a ao seu velho mercado, onde apenas seu nicho está em condições razoáveis (A TARDE, 1986b, s/p).

Essa mesma reportagem enfatiza a falta de recursos financeiros dos mercadores e, conseqüentemente, o risco de a comemoração da santa não ocorrer. A partir da leitura do texto jornalístico é possível identificar o contraste entre a beleza do andor da santa, da decoração da igreja e das roupas dos devotos com a precarização do mercado. Também podemos ver o tom de denúncia presente no artigo no seguinte trecho:

[...] nos bastidores lamentava-se que o Mercado de Santa Bárbara, que já teve mais de 40 *boxes* funcionando, hoje conte apenas com três. E o caruru, que hoje será servido a partir das 19:00 horas, terá apenas mil quiabos, quando já foi servido com mais de cinco mil (A TARDE, 1986b, s/p).

Considerações finais

Como vimos, até o final da década de 1980 as comemorações para a santa dos raios e das tempestades eram organizadas exclusivamente pelos trabalhadores do Mercado de Santa Bárbara. A antiga imagem fora doada para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, conseqüentemente esta passou a elaborar uma parcela das comemorações do dia 4 de dezembro. Atualmente as celebrações coordenadas pelos devotos do templo e pelos mercadores ocorrem independentemente.

Mesmo com as previsões pessimistas dos jornalistas, o mercado se manteve em funcionamento. A capela no interior da estrutura arquitetônica revela um espaço de devoção, que transforma o comércio em um ambiente sagrado, onde uma outra imagem recebe honras festivas e cotidianas.

As festas do dia 4 congregam grupos diferentes, os quais num tempo e espaço específicos compartilham um objetivo: celebrar as santas. Comerciantes, bombeiros

e devotos organizam um conjunto de homenagens às donas da festa com banquete sagrado (caruru) servido para os fiéis. Essa manifestação sagrada tem intenso apelo entre a população baiana, que ocupa as ruas, transformando-as num manto vermelho, para manifestar suas práticas devocionais.

O sucesso dessa manifestação produziu um fruto, isto é, o reconhecimento no campo patrimonial. No ano de 2008, a festa de Santa Bárbara recebeu o título de Patrimônio Imaterial do Estado e foi inscrita no Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) da Bahia. O registro de patrimônio foi pautado em alguns aspectos desse fenômeno, entre eles a popularidade da devoção, o seu caráter sincrético e a antiguidade da devoção na cidade. É possível afirmar que essa imagem e suas honras transitaram, ao longo dos séculos, entre templo, armazéns e mercados, tanto pela parte baixa quanto pela parte alta da capital baiana. Nesse sentido, ao observarmos a trajetória dessa imagem nos aproximamos das transformações dos diferentes espaços da cidade, sobretudo os mercantis.

Referências

Fontes

- A TARDE. **Alegria de Orixá: povo vai festejar Iansã**. Salvador, 1970.
- A TARDE. **Alvorada dará início, amanhã à festa de Iansã**. Salvador, 1971a.
- A TARDE. **Caruru pode ter sido o último no Mercado**. Salvador, 1985.
- A TARDE. **Depois de São Nicodemus, Santa Bárbara, Sábado, 4**. Salvador, 1976.
- A TARDE. **Fé em Iansã supera os problemas**. Salvador, 1986a.
- A TARDE. **Festa de Iansã é a maior**. Salvador, 1971b.
- A TARDE. **Festa de Iansã termina: povo desce à Conceição da Praia**. Salvador, 1971c.
- A TARDE. **Festa popular se privatiza por obra do seu organizador**. Salvador, 1977.
- A TARDE. **Fiéis mostram a fé em Santa Bárbara debaixo de chuva**. Salvador, 1986b.
- A TARDE. **Mercado já se enfeita para a festa de Iansã**. Salvador, 1971d.
- JORNAL DA BAHIA. **Festa de Iansã mostra o sincretismo baiano**. Salvador, 1970.

Bibliografia

- AMADO, J. **Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios**. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- BACELAR, J. A.; SOUZA, M. C. B. de. **O Rosário dos Pretos do Pelourinho**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974.
- COSTA, A. O morgado de Santa Bárbara e o seu instituidor. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia**, Salvador, ano VII, n. 7, p. 9-17, 1952.

COUTO, E. S. **Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1960-1940)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

FÉLIX, A. **Bahia pra começo de conversa**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1982.

LODY, R. **Pano da Costa**. Rio de Janeiro: Funarte, 1977. (Cadernos de Folclore, 15).

MATTOSO, K. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 1, n. 114, p. 5-20, 1983.

MENDEL, D. S. de S. **“Tem, tem, a baianinha tem”**: De prática cotidiana, comida de orixás a patrimônio cultural. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

OTT, C. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 4, n. 6-7, p. 119-126, 1968.

REGINALDO, L. **Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

RISÉRIO, A. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTOS, J. T. dos. Eparrei, Bárbara! Espetacularização e confluência de gêneros na festa de Santa Bárbara em Salvador. In: LODY, R. (org.). **Eparrei, Bárbara: fé e festa de largo do São Salvador**. Salvador: CNFCP; Rio de Janeiro: Iphan, 2005. p. 33-50.

TORRES, H. A. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. 1950. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 23, n. 23, p. 413-467, jul./dez. 2004.

VERGER, P. **Notícias da Bahia de 1850**. Salvador: Corrupio, 1999.

⁴⁵ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2014, sob a orientação da prof.^a dr.^a Joana Bahia, intitulada “Tem, tem, a baianinha tem: De prática cotidiana, comida de orixás a patrimônio cultural”. A dissertação teve apoio de bolsa Capes.

⁴⁶ O ostensório guarda a hóstia, o corpo de Cristo.

⁴⁷ O termo “baiana” é utilizado para denominar mulheres vestidas com indumentária específica (torço, bata, camisu bordado ou de renda, saia, sandália e joias) presentes em diversas festas religiosas, principalmente naquelas denominadas de *Lavagens*, nas quais elas desempenham uma função primordial. O traje de baiana denomina o conjunto de roupas utilizadas pela filha de santo nas cerimônias religiosas nos terreiros de candomblé, já nas ruas ele caracteriza as vendedoras de quitutes em tabuleiro (LODY, 1977). Sobre essa temática, ver Torres ([1950] 2004) e Mendel (2014).

⁴⁸ Essa igreja foi formada por negros africanos angola a partir da irmandade negra de mesmo nome, que na época de sua criação estava vinculada à Catedral da Sé (BACELAR; SOUZA, 1974). Também denominada de Irmandade do Rosário dos Homens Pretos às Portas do Carmo, “foi formalmente instituída no ano de 1685, tendo, na ocasião, seu compromisso aprovado pela autoria eclesiástica” (REGINALDO, 2005, p. 194). Entre os anos de 1703 e 1704 o templo foi edificado, separando-se, dessa forma, da antiga Sé. Nos primeiros anos, a fachada não tinha tantos detalhes e o tamanho era reduzido. Em torno de 1780, após um longo período juntando dinheiro, os irmãos finalmente conseguiram contratar um mestre de obras, que fez a fachada, os dois corredores laterais e as duas torres (OTT, 1968). Na contemporaneidade, além da importância arquitetônica, o templo azul no largo do Pelourinho também tem relevância sociocultural.

⁴⁹ Também encontrei grafado como “morgadio”. Esse tipo de bem, em geral, era uma herança destinada ao primogênito da família que dele obtinha sua renda, mas não poderia vender, apenas alugar.

⁵⁰ Nessa parte da cidade, os pequenos estabelecimentos comerciais poderiam ser tipificados pela nacionalidade dos seus donos. O comércio das miudezas era de responsabilidade dos árabes, os armazéns dos espanhóis, as sapatarias dos italianos etc. A região chegou a abrigar os três principais cinemas da cidade, o último tendo sido o Tupy, fundado em 1956 (RISÉRIO, 2004).

⁵¹ Por alguns anos a santa participou da procissão do dia 4 de dezembro com Santa Bárbara.

⁵² No trabalho de campo, o termo “caruru” ganha um significado mais abrangente, pois, de modo geral, não está restrito ao prato da culinária afro-baianista preparado com quiabo, temperos, camarão seco, castanha, amendoim e azeite de dendê, o qual também é conhecido por essa nomenclatura. Fala-se em “caruru” para denominar o prato composto por: caruru, vatapá, arroz, farofa, feijão (branco, preto e

fradinho), xinxim de galinha, acarajé, abará, ovo cozido, inhame, banana da terra, milho branco e pipocas. Durante a realização da pesquisa contaram-me que no caruru cada comida pertence a um orixá diferente.

⁵³ Em 1986, a missa festiva foi realizada na Igreja do Rosário, no Pelourinho. Também foi o último ano que o devoto de Santa Bárbara e barraqueiro Leopoldo foi presidente da organização da festa, após mais de 30 anos auxiliando na construção do evento.

⁵⁴ Esse número não é preciso, pois no mesmo período, em 1988, apresentou-se que o mercado tinha 58 barracas restando apenas duas. No mesmo trecho, o dono do mercado, Geraldo Correia da Cunha, citou o esvaziamento do mercado e a sua venda.

JOSÉ DA SILVA LISBOA E JOSÉ ACÚRSIO DAS NEVES: IDEIAS E CONCEITOS CRUCIAIS NA ECONOMIA DO MUNDO LUSO-BRASILEIRO NO SÉCULO XIX⁵²

Jônatas Roque Mendes Gomes

Este trabalho tem como objetivo refletir de forma comparativa sobre algumas ideias e alguns conceitos presentes nos escritos de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu (1759-1835), e de José Acúrsio das Neves (1766-1834), ambos juristas, historiadores, economistas e políticos. Analisamos como esses atores políticos se apropriaram de ideias e noções selecionadas para este trabalho, devido à sua relevância para o entendimento do período em que atuavam, na política e na economia luso-brasileira. A apropriação de ideias de autores como Adam Smith e Jean Baptista Say também é abordada ao longo do trabalho.

A economia política clássica foi um campo essencial para Acúrsio das Neves e Silva Lisboa, principalmente a partir da leitura dos autores supracitados, considerados condutores da economia ao patamar científico – é assim que Acúrsio das Neves e Silva Lisboa se referem à economia política, um campo científico – e evidenciando uma sistematização que levaria a economia a se separar como campo, mas sem apagar a relação entre política, sociedade e economia. Silva Lisboa define a economia política como “a ciência e arte de prover às necessidades e comodidades de uma Nação, para o fim da maior opulência dos particulares e do Estado” (LISBOA, 1804, p. 38). Neste trabalho, buscamos apresentar as apropriações e as reelaborações realizadas por Cairu e Neves e as suas ideias econômicas.

Na virada do século XVIII para o século XIX, em relação a preceitos econômicos, era relevante ser smithiano e, além de homens como Lisboa e Neves aderirem a parte das ideias de Smith, havia um fator imagético e simbólico, praticamente, como instrumento para um argumento de autoridade referente à economia. Estes apropriavam os escritos de Smith tendo como referência a “recuperação nacional”. O modelo estatal ou o regime não estavam em jogo para esses sujeitos políticos, mas diante das necessidades de recuperação econômica e do desenvolvimento das diferentes indústrias (agricultura, manufatura e comércio), era necessário substituir o vocabulário conceitual vigente, considerado limitado, pelo liberal (econômico), tido como científico e promissor (ALMODOVAR, 1983; CASTRO, 1985).

No mundo luso-brasileiro a inserção de princípios da economia política não tinha um sentido burguês revolucionário que visasse a uma ruptura do *status quo*, pelo contrário, um dos objetivos era a manutenção da estrutura sociopolítica, que passaria pela reforma de alguns hábitos tradicionais. Sendo assim, entendia-se que não se poderia mais se estabelecer as práticas e as leis somente levando em conta elementos tradicionais e políticos, não observando preceitos modernos, como os da economia política clássica. Houve uma certa confluência temporal entre o amadurecimento das propostas econômicas clássicas e a necessidade de novas soluções para os problemas nacionais portugueses. Um fator importante de ser destacado foi que a transmigração da corte portuguesa para a América originou condições favoráveis à execução das medidas relacionadas à economia política, como a abertura dos portos (ALMODOVAR, 2001).

José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves, que começaram a atuar em fins do século XVIII, estavam inseridos em um projeto estatal luso de “modernização” e ilustração e se formaram na Universidade de Coimbra reformada. Estadistas e pensadores que, a partir de meados do século XVIII, ganharam espaço na esfera pública, defendiam que Portugal estava atrasado política, econômica e culturalmente. Assim, reformas seriam necessárias para dar novo rumo ao Estado nacional luso.

José da Silva Lisboa

José da Silva Lisboa, natural da Bahia, ingressou em Coimbra em 1774 e formou-se em bacharel em Direito Canônico e Filosofia em 1779, um ano antes, devido à sua proficiência, já ministrava aulas de Hebraico e Grego na universidade como professor substituto, como afirma Antonio Penalves Rocha (2001). O período que Silva Lisboa viveu em Portugal foi estratégico, pois “presenciou a reformulação da política econômica portuguesa no plano interno e externo, informada pelas diretrizes inclusas no mercantilismo ilustrado do Marquês de Pombal” (NOVAIS; ARRUDA, 2003, p. 229). Lisboa pôde comprovar os acertos e os resultados das reformas pombalinas na educação, na economia e na administração portuguesa. Seria em fins do século XVIII, quando a ilustração luso-brasileira alcançou seu ápice, que Silva Lisboa iniciou sua trajetória como escritor.

Depois de formado, permaneceu alguns anos em Portugal, mas foi na Bahia que obteve maior destaque, inicialmente como professor de Filosofia Racional e Moral e Grego até 1793, quando partiu novamente para Portugal. Entre 1793 e 1797, tutelado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Silva Lisboa desenvolveu seus estudos sobre comércio e seguros marítimos, assunto que versava seu primeiro livro,

Princípios de direito mercantil e leis da marinha, em 1798 (KIRSCHNER, 2009). Posteriormente, a convite da coroa, assumiu o cargo de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, entre 1797 e 1808. Essa ocupação acabou direcionando sua carreira posterior e seus escritos vinculados à economia. Em 1797, Silva Lisboa teria tido acesso pela primeira vez à tradução de Antonio de Moraes e Silva do livro *Riqueza das Nações*, de Adam Smith (publicado originalmente em 1776), o que contribuiria para sua atuação, pois Silva Lisboa se tornou um dos principais defensores das ideias de Smith em terras lusobrasileiras. Encontramos, também, um *Compendio da obra da Riqueza das Nações*, traduzido do inglês em 1811 por Bento da Silva Lisboa, filho de Cairu.

A partir de 1808, José da Silva Lisboa deixa de ser uma figura destacada na Bahia para ganhar notoriedade no império luso. Entre outras funções, nesse ano, assumiu o cargo de censor (régio) da Imprensa Régia, o que, além de autorizador, impulsionou sua carreira como escritor – foi o autor que mais publicou no período entre 1808 e 1815, com 10 livros no total. Isso também possibilitou a notabilidade de Silva Lisboa no período joanino, foi seu papel como artífice da abertura dos portos às nações amigas.

Entre 1816 e 1817, Silva Lisboa se dedicou a estudar a história da corte portuguesa no Brasil e escreveu a *Memória dos benefícios políticos do Governo de el-rey nosso senhor d. João VI*, publicado em 1818. Esse trabalho o transformou no historiador oficial do período joanino. Anos depois desempenhou o mesmo papel com D. Pedro I, no Primeiro Reinado, na *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de 1826, que não chegou a ser completada.

Cairu foi deputado suplente na Assembleia Geral e Legislativa do Império do Brasil e assumiu a cadeira a partir de agosto de 1823. Silva Lisboa se tornou um panfletário do governo, entre 1821 e 1828, publicou nove jornais e 42 panfletos, sempre em defesa dos interesses de D. Pedro I. Os serviços prestados à monarquia renderam a José da Silva Lisboa o título de visconde de Cairu e a vaga no Senado em 1826 (ano do início do trabalho parlamentar regular no Primeiro Reinado)⁵⁶. Faremos também uma breve análise sobre as ideias de Silva Lisboa para avançar em alguns aspectos da pesquisa.

Para Antonio Rocha, Silva Lisboa “nada mais fez que legitimar as decisões dos monarcas aos quais serviu” (ROCHA, 2001, p. 20). Novais e Arruda (2003) também afirmam que Cairu foi um ideólogo do senhoriato brasileiro, mas não se reduzia a isso, pois pensava as condições necessárias para a construção do Estado nacional brasileiro. Essa atuação e o seu papel como áulico do governo também fizeram com

que Silva Lisboa fosse atacado por muitos políticos como os Andradas, Cipriano Barata, Evaristo da Veiga, João Severino Maciel da Costa e Diogo Feijó. Sem dúvidas, Silva Lisboa foi um personagem político muito polêmico e controverso. Kirschner (2009) traz uma visão interessante ao afirmar que as ideias de Cairu se encaixam na concepção de liberal do início do século XIX, ou seja, da defesa de um governo constitucional, apontando que, nesse aspecto, as ideias de Silva Lisboa se identificavam com as de Edmund Burke, que, mesmo sendo crítico da Revolução Francesa, defendia a monarquia constitucional.

José Acúrsio das Neves

José Acúrsio das Neves, proveniente da província da Beira, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra, reformada em 1787. Acúrsio das Neves era:

[...] figura controversa no seu tempo, formado segundo modelo da ilustração pós pombalina, foi um espírito reformista devotado à causa pública e um defensor da monarquia absoluta esclarecida (ARAÚJO, 2008, p. 242).

Após concluir sua licenciatura e ser habilitado como magistrado, sob a tutela de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ocupou cargos como juiz de fora e corregedor da comarca. Entre os esforços para a modernização da administração do reino luso, Neves escreveu a *Memória Geográfica, Política, Económica da Ilha Terceira*⁵⁷. Ao submetê-la ao parecer de Sousa Coutinho, resolveu aprofundar seus conhecimentos sobre economia política, iniciando sua leitura de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Após a transferência da corte para o Brasil e a invasão francesa, Acúrsio das Neves se refugiou em Beira, permanecendo até 1810. Durante o período em que esteve afastado, Neves publicou 12 fascículos dos *Escritos Patrióticos* com o objetivo de estimular a população a resistir à ocupação francesa. Também escreve a *História Geral da Invasão dos Franceses*, que relatava os fatos ocorridos durante a Guerra Peninsular, que sucedeu à chegada dos franceses a Portugal, em 1807.

A obra *História Geral da Invasão dos Franceses*, de Acúrsio das Neves, se diferenciava de outras obras históricas anteriores e contemporâneas devido à sua monumentalidade documental e à sua clara adesão a um padrão de historicidade secularizado e moderno. Nos escritos historiográficos de Acúrsio das Neves “o tempo presente projeta no devir da pátria os valores gloriosos dos antepassados, transformando assim em futuro uma parte desse passado” (ARAÚJO, 2008, p. 247). Ao escrever sua história, Acúrsio das Neves buscava não só contar ou informar, mas motivar, mostrando que no futuro (próximo), Portugal poderia recuperar sua hegemonia – no território europeu – e retomar seus tempos áureos.

Em 1810, Acúrsio das Neves se tornou desembargador da Relação do Porto, nomeado pelo príncipe regente D. João, posteriormente recebeu outros cargos administrativos, como deputado e secretário da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Durante a estadia da corte em terras americanas, Neves continuou publicando seus escritos sobre economia política, principalmente, criticando a abertura dos portos e defendendo a promoção da indústria, que, para o autor, estavam relacionados.

Acúrsio das Neves era opositorista do vintismo e por essa razão foi demitido das suas funções em 1821. José Acúrsio das Neves, mesmo não concordando com o movimento constitucionalista, concorreu e foi eleito deputado para participar das *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (1821-1822), mais conhecidas como *Cortes de Lisboa*, por Arganil, uma pequena vila lusa. Neves retornou ao funcionalismo público após 1823, com a revogação da Constituição de 1822 (ALVES, 1978). Após a morte de D. João VI, apoiou o miguelismo pelo seu caráter absolutista, escrevendo vários escritos em prol dele. Acúrsio foi próximo de D. Carlota Joaquina e do próprio D. Miguel e continuou trabalhando para o governo luso até próximo de sua morte em 1834. Apresentamos, também, algumas das ideias mais marcantes de Acúrsio das Neves para melhor compreendê-lo.

Abertura dos portos e o livre comércio

Cairu, quando defende a liberdade comercial da abertura dos portos, tinha como referencial a serem modificados o antigo sistema colonial e os aspectos da agricultura e da indústria no Brasil e em Portugal. Há coerência entre suas ações e seus princípios, inclusive em seus escritos anteriores à transferência da corte para o Brasil. “Nada seria mais esclarecedor do que a comparação [...] do percurso de Cairu com o de Acúrsio das Neves, economista português, seu contemporâneo, e que versou sobre os mesmos problemas do ângulo da metrópole” (ROCHA, 2001, p. 19).

Para Silva Lisboa, o livre comércio era uma condição crucial para o desenvolvimento do império português. A partir do discurso da defesa do “bem comum”, o Visconde de Cairu afirmava que, com a abertura dos portos, qualquer ideia de revolução para a revogação da antiga ordem colonial seria afastada. Promovendo, assim, uma reforma do sistema e a implementação de uma “ordem civil melhorada, refinada, plena de civilidade” (BARRA, 2015, p. 272-273). Para tentar convencer os comerciantes monopolistas, Lisboa defendia que o livre comércio, além de beneficiar os comerciantes no Brasil, conciliaria os interesses de diferentes setores sociais do império. Contudo, Silva Lisboa “não acreditava inteiramente na ‘mão invisível’ de Smith, eis que levava em conta algumas

especificidades do universo brasileiro” (OLIVEIRA, 1999, p. 121). Geraldo Beauclair de Oliveira se colocou contra autores que afirmavam, por exemplo, que sujeitos políticos como José da Silva Lisboa e José Acúrsio das Neves importavam as ideias de autores como Adam Smith e Jean-Baptiste Say sem nenhum filtro ou adaptação. Muito pelo contrário, estes liam e apropriavam os diversos autores lidos, alicerçados em seus lugares sociais e à realidade luso-brasileira – que era diversa, visto o local de atuação de cada um deles –, conjugando às suas convicções prévias.

No livro *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, Cairu buscou convencer seus leitores dos benefícios da abertura dos portos e demais concessões aos ingleses. Lisboa sabia que a concorrência com os comerciantes ingleses traria prejuízo aos comerciantes nacionais e, de certa forma, isso dava boas condições de defender a aliança com os ingleses que, para Silva Lisboa, era inevitável devido ao apoio destes em meio à invasão francesa e aos seus desdobramentos (FARIA JÚNIOR, 2008).

Quando da transmigração da corte real, defendendo as medidas liberais tomadas, Silva Lisboa (1809, p. 12) afirmava que, mesmo se o Brasil fosse como a China e tivesse uma vasta indústria e se “achando nele bem e extensamente aplicado o grande princípio da divisão do trabalho, de sorte que a sua riqueza corresse em vasta cópia e por muitos e diversificados canais, ainda assim não se mostra que danos pudessem resultar” de admitir produtos de outros países. A China surge aqui como um recurso retórico, se esse país, que teria uma gama de setores desenvolvidos, tinha que importar artigos de outros países, o Brasil, com suas dificuldades de diversificação e sem uma divisão do trabalho, não poderia abdicar do livre comércio com as nações aliadas. Os escritos de Cairu e principalmente o *Observações sobre o comércio franco no Brasil* são de economia, mas também muito políticos. Por isso, por vezes, Cairu deixava a teoria econômica de lado e lançava mão de argumentos persuasivos de cunho moral, religioso e político.

Cairu recorre à ideia de preço natural de Adam Smith⁵⁸ para afirmar que o livre comércio e a concorrência promoveriam a ocorrência do “bom preço” ou “preços racionáveis” (LISBOA, 1809, p. 16), ou seja, o preço que sanaria os gastos com a terra e com os salários além de contemplar os lucros do empreendedor e do comerciante. Silva Lisboa procura não aprofundar muito a discussão em torno do conceito de preço natural, principalmente no que diz respeito ao “preço mais baixo que os vendedores podem aceitar se quiserem continuar a manter seu negócio” (SMITH, 1996, p. 115) para não intensificar o embate com comerciantes luso-brasileiros reclamantes.

Acúrsio das Neves, ao falar sobre o livre-cambismo e o protecionismo, defende que deve haver liberdade de comércio, principalmente com aliados, mas que “tudo tem limites” e em relação ao maior aliado aponta que “nenhuma nação tem levado mais longe o sistema proibitivo do que a inglesa” (NEVES, 1946, p. 186). Mesmo não querendo entrar em polêmicas com a Inglaterra, em vários momentos deixa escapar um certo descontentamento com as desvantagens nas negociações entre portugueses e ingleses, para tal faz uma análise da economia lusa desde o Tratado de Methuen. Neves, partindo dessa análise, afirma que, em determinados momentos e em relação a produtos que sejam caros à riqueza nacional, um sistema mais proibitivo deve ser implementado. Tais argumentos podem parecer contraditórios se tratando de um seguidor das ideias smithianas, mas Acúrsio das Neves utilizava autores como Jean Baptiste Say e Sismondi para atenuar os argumentos de Smith. Acúrsio apontava que a obra de Adam Smith era uma referência da economia política, mas que tinha alguns vícios.

Na obra *Memória económica-política sobre a liberdade dos grãos com sua aplicação às ilhas dos Açores*, publicada em 1800, Acúrsio demonstra reflexos de sua leitura de Adam Smith pela sua referência à liberdade de comércio como algo que contribuiria para a prosperidade das nações. No texto busca argumentar que essa liberdade não é prejudicial aos interesses do povo e cita Smith para buscar respaldar sua visão. Acúrsio argumenta principalmente que a liberdade comercial combateria os monopólios dentro do reino e a partir da concorrência o povo se beneficiaria dos preços e, conseqüentemente, o Estado pela arrecadação (NEVES, 1984).

O cerne dos princípios do liberalismo econômico apropriados por Acúrsio das Neves fica claro no panorama que apresenta acerca da manufatura em Portugal e em outros países. Ao comentar o quadro luso, louva à “Mão benigna do nosso Soberano” (NEVES, 1814, p. 21) ao ajudar certas manufaturas que considera mais importantes e ainda certas isenções e os privilégios conferidos para a instalação de fábricas. Contudo, Acúrsio das Neves argumenta que, após instaladas as oficinas e as manufaturas, esses estabelecimentos não deveriam mais precisar de ajuda estatal.

O comércio, para Neves, é a “alma e vida do mundo político” (NEVES, 1946, p. 146) e estaria em pé de igualdade com a agricultura e a indústria, além de ser o fator de expansão desses outros dois setores, visto que dependiam da comercialização posterior dos produtos deles provenientes. Dessa feita, critica o gasto excessivo no comércio exterior feito pelas nações europeias, o que acarreta um empobrecimento da produtividade nacional. Para Acúrsio deveria haver um balanço entre exportação, importação e circulação interna.

Ao defender a liberdade (ou franqueza) de comércio e indústria, Neves (1814) afirma que é necessário que o governo luso nutra e conserve o sistema liberal, que segundo o autor, vinha sendo implementado em Portugal nos anos anteriores. Acúrsio ainda acrescenta que “o sistema liberal tem sido mais fácil de estabelecer no Brasil, e nos outros estados ultramarinos, do que no reino, porque ele encontrou ali menos obstáculos” (NEVES, 1814, p. 118). Para o publicista, os poucos elementos liberais estabelecidos na economia, na produção rural e manufatureira lusa desde a abertura dos portos seriam suficientes para afirmar que havia um sistema liberal no império português. Acúrsio cita Silva Lisboa para contribuir com sua constatação:

Estabeleçamos pois (diz Silva Lisboa falando do Brasil) estes princípios, pois temos campo raso, e livre de estorvos e estancos nas artes, o que não acontece na Europa, onde ainda os mais iluminados Governos são obrigados por epiqueia política a contemporar com as corporações dos comerciantes, fabricantes e monopolistas, que tem aferrado com unhas e dentes seus monopólios e absurdos privilegiados de certas indústrias particulares, à custa da indústria geral, fazendo força a nação, sendo beneficiado só de alguns indivíduos ou classe de industriosos (NEVES, 1814, p. 119).

Nesse trecho, para além da concordância entre Neves e Cairu de que as corporações seriam nocivas para a “Indústria Geral”, as afirmações de que a Europa e, principalmente, Portugal ainda estavam longe de praticar o pleno liberalismo econômico por parte de Cairu apoiam a argumentação de Acúrsio. Contudo, Acúrsio, na mesma obra *Varietades* e em outras como nas *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufatura das sedas* (NEVES, 1821), não se mostra totalmente adepto do livre-cambismo (ou livre-comércio) e defende que se deve proteger, em certa medida, a manufatura nacional, principalmente em relação à concorrência britânica. Acúrsio foi coerente, visto que sua adesão à economia política tinha como objetivo o bem do Estado, se a liberdade comercial e a concorrência inglesa estavam prejudicando uma parte portuguesa (a que Acúrsio se encontrava), não há contradição em pedir a proteção da manufatura nacional (ALMODOVAR, 1984).

Acúrsio destaca as medidas liberais supracitadas, tomadas nos primeiros anos da estada da Família Real na América portuguesa – a abertura dos portos e o Tratado de Comércio de 1810 –, que beneficiaram as mercadorias inglesas em detrimento dos produtos oriundos da antiga sede do reino. Neves (1984) ainda afirma que, com o fim do exclusivo colonial, Portugal foi muito prejudicado, pois não tinha mais a renda da reexportação de produtos oriundos da América e por as manufaturas do reino terem de importar de outros países. Para Acúrsio das Neves (1984), somadas as destruições ocorridas pela ocupação francesa, esses eventos deixaram a indústria portuguesa em frangalhos e seriam necessárias grandes reformas para recuperá-la.

Indústria/manufatura e agricultura

O uso da expressão “indústria/manufatura” neste subtítulo se deve ao uso e ao significado do termo indústria no período que estudamos. “A palavra indústria tinha às vezes um sentido amplo, significando indústria oficial, manufatureira, fabril, agrícola e até comercial” (OLIVEIRA, 1999, p. 10). Silva Lisboa (1999, p. 43) define indústria como um “trabalho ativo e assíduo”. A ideia de uma “indústria nacional” geralmente vincula-se às noções de economia e de riqueza nacional. Sendo assim, uma pessoa industriosa seria alguém engenhoso, bem-sucedido e que lograva crescimento e desenvolvimento em sua área de atuação.

O setor manufatureiro para Cairu era muito importante, mas, no Brasil, deveria ser subsidiário da agricultura. As indústrias fabris e manufatureiras deveriam estar atreladas ao setor agrícola e, ainda, ao setor da navegação, “Só podem prosperar as Fábricas auxiliares da Agricultura e Marinha, que por ora devem ser os nossos principais Laboratórios e Oficinas de trabalho produtivos” (LISBOA, 1975, p. 227). Segundo Lisboa (1999, p. 59), a colônia americana não estaria preparada estruturalmente para estabelecer fábricas de produtos de luxo ou mercadorias que demandassem alta especialização⁵⁹. Com relação aos produtos da indústria fabril relacionada aos engenhos, podemos citar pás, enxadas, talhadeiras, escavadeiras, engenhos a vapor e instrumentos e peças inerentes a estes, máquinas para o processamento do arroz e máquinas de beneficiar. Concernente à “Marinha”, propunha atividades na construção naval, como reforma e construção de barcos e navios mercantes e militares. Silva Lisboa “recomendava também o estímulo às artes comuns e o simples fabrico e o transporte das obras grosseiras” (OLIVEIRA, 1999, p. 85). Além dessas áreas manufatureiras, Cairu, em suas *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*, afirma que não há país que sobreviveria sem manufaturas e que era, também, imprescindível que as manufaturas produzissem vestimentas, móveis e grande parte dos produtos de primeira necessidade (LISBOA, 1999). Além da manufatura vinculada ao setor agrícola, Silva Lisboa entendia a agricultura, seja interna ou exportadora, como real vocação comercial do Brasil e a indústria manufatureira como a parte que cabia ao comércio estrangeiro.

Entretanto, Cairu não defendia a eterna dependência de exportações, argumentava que “nossa riqueza e indústria e, em devidos tempos, ir-se-ão introduzindo e firmando fábricas que mais convierem” (LISBOA, 1809, p. 138). Silva Lisboa denunciava certo açodamento de certos empreendedores e afirmava

que no tempo certo, após a colônia apresentar condições, se deveria avançar no campo fabril e manufatureiro.

Na atuação como deputado e secretário da Real Junta e em sua obra *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Acúrsio das Neves enfatizou a necessidade do desenvolvimento integrado à agricultura, à manufatura e ao comércio, os três setores da economia que o autor interpretava como vertentes da indústria nacional.

Acúrsio das Neves defendia projetos para o melhoramento da sociedade que envolviam a aplicação do liberalismo econômico e o desenvolvimento da indústria. A afirmação de adesão a um ideal liberal na economia pode dar margem a interpretações precipitadas ou rasas acerca da produção intelectual e atuação de Acúrsio das Neves. Como dissemos ao tratar de Silva Lisboa, os interesses, as instituições as quais estavam ligados e a realidade de seus lugares de ação influenciaram a forma como esses agentes elencados para este projeto leram Adam Smith e outros autores. Nesse sentido, as ideias colhidas dos autores de referência eram:

[...] limitadas na sua aplicação pela hegemonia conferida à ação preponderante do Estado na economia, contradição inscrita na formação do jurista [...] e que decorria [...] da sua ligação primordial à herança política do pombalismo (ARAÚJO, 2008, p. 244)⁶⁰.

Dessa feita, é compreensível sua defesa, ao mesmo tempo, da modernização e do desenvolvimento da agricultura e das manufaturas e da implementação de medidas absolutistas, como era economicamente arrojado e politicamente conservador (absolutista)⁶¹.

Segundo José Acúrsio das Neves (1946, p. 165), as máquinas “suprem a habilidade, e perícia dos obreiros, e dão obras mais perfeitas do que nunca se poderiam obter da simples mão do homem”. Acúrsio defendia que a produção dava origem à riqueza e não ao consumo. O intelectual utilizava como exemplo e argumento o caso manufatureiro/fabril inglês para embasar suas ideias. Retomando o tema de um sistema liberal ou proibitivo, em relação às manufaturas, “Há casos, em que seja necessário recorrer ao sistema proibitivo, para que a indústria estrangeira não sufoque na nascença os estabelecimentos fabris nacionais” (NEVES, 1946, p. 210-211). Ele aborda a problemática das máquinas que, por vezes, foram mal vistas por substituírem os trabalhadores e deixá-los sem trabalho, mas segundo Neves isso era temporário, pois a difusão desses produtos em larga escala faria o preço baixar e aumentar a demanda de uso, aumentando, assim, o número de trabalhadores necessários para sua produção.

Em relação à agricultura, Acúrsio das Neves (1946, p. 137) defendia a franqueza, ou seja, a liberdade na exportação dos produtos, e dava muito valor à livre circulação “sem embaraços” do que era produzido dentro do império português, independentemente de ser produzido na metrópole ou nas colônias. Contudo, seu caráter “liberalista colonizador” se manifesta quando defende a integralidade do império luso, pois, segundo Acúrsio (NEVES, 1984), as riquezas de Portugal seriam imensamente reduzidas sem suas colônias ultramarinas, afirmando que Portugal era grande por ter colônias e que, se foi grande antes, foi em um contexto em que as outras nações também não possuíam colônias.

Trabalho e a origem da riqueza

No seu livro *Varietades sobre objectos*, publicado em 1814, Acúrsio das Neves aborda a relevância que o Brasil tinha para a economia portuguesa, principalmente, após a perda de territórios no Oriente. Para Neves (1814), a administração portuguesa equivocou-se ao dar muita importância à mineração e ao não valorizar igualmente a agricultura e as “artes” — as manufaturas —, mesmo assim, não deixa de lado seu tom laudatório e engrandece o Marquês de Pombal. Afirma que o gabinete pombalino, mesmo bem intencionado, sofreu com alguns obstáculos e não tinha conhecimento dos princípios da economia política que pudessem auxiliá-lo. Defendeu a propagação dos conteúdos da economia política, baseada nos escritos de Say e Smith.

Acúrsio citou uma sentença que atribuiu sem precisar a (antigos) “Economistas” – os fisiocratas franceses – que dizia “que a terra é a única fonte produtiva da riqueza” e não a ideia que ele defendia ser mais adequada “que a verdadeira fonte é o trabalho do homem” (NEVES, 1814, p. 10-11). Noção semelhante à de Cairu na sua obra *Princípios de Economia Política*, ao apresentar as máximas econômicas de François Quesnay e, mesmo elogiando uma série de doutrinas deste, rechaça a lógica da terra como pressuposto de riqueza, o que os acercam das concepções de Adam Smith, que é referenciado por Lisboa na referida citação. Ambos os autores, ao citar essa noção, criticam a relevância atribuída à terra em detrimento do conjunto dos setores da “indústria nacional” – agricultura, manufatura e comércio.

Segundo Neves (1814), o trabalho na terra que geraria riqueza e não a terra em si, assim como nas manufaturas e no comércio, o trabalho seria o motor. Acúrsio acentua que “todas as artes, tanto de espírito como de mão, tem a sua origem comum na faculdade da invenção” (NEVES, 1814, p. 15). Silva Lisboa (1804, p. 81-82) também advoga pela valorização do trabalho do campo e da cidade como fonte da riqueza – “é o trabalho a origem e o fundamento de toda a propriedade e valor” e

“a mão e inteligência do homem é que fazem os prodígios que se veem nas Nações cultas” –, mas, ao abordar o tema da vocação da colônia portuguesa na América, argumenta que nesta se priorizasse o setor agrícola, principalmente, por suas particularidades naturais e também estruturais.

Cairu, ao defender que o trabalho produz a riqueza e não a terra, cita Edmund Burke, que, na obra *Pensamentos sobre a Carestia*, afirmou que os ricos e os proprietários de terra seriam pensionários dos pobres que em suas propriedades trabalhassem e produzem os componentes que eram consumidos seja no campo ou na cidade. Sem os trabalhadores não haveria produção, logo, os proprietários seriam dependentes dos que produzem. Entretanto, Lisboa (1804, p. 105) mais adiante faz um questionamento acerca da serventia das terras da África e da América “sendo [os povos] inimigos do trabalho e desconhecendo as ciências, indústria e comércio leal?”. O autor considera ser favorável a uma nação o uso fecundo da terra, ou seja, a transformação desta em áreas produtivas, por isso não haveria contradição em considerar os ricos dependentes dos que aram a sua terra e os povos originários americanos, por não se utilizarem do plantio na lógica que se espera – busca de excedentes e exportação –, de indolentes ou adversários do labor e da riqueza.

Silva Lisboa continua a defender a noção de impossibilidade de uma mesma nação dedicar-se de forma intensa a todos os ramos da indústria ao escrever sobre a divisão do trabalho. Inicialmente, recorre à divisão de ofícios entre os gêneros, o que chama de distinção dos sexos, afirmando que a “mulher é visivelmente destinada a amamentar e criar os filhos e fazer o manejo doméstico” e o “homem é naturalmente incitado e o mais próprio para rudes trabalhos do campo e as mais laboriosas tarefas da vida” (OLIVEIRA, 1999, p. 85). Essa divisão de trabalho — ou distinção dos sexos — já determinaria tarefas para cada um dos sexos e impossibilitaria que homens ou mulheres fizessem indistintamente todas as funções.

Cairu avança dizendo que, se é impossível para um homem abarcar todos os homens, desempenhar todas as tarefas do campo e das cidades, uma nação também não deveria cair na tentação de investir na agricultura, na manufatura e no comércio com a mesma monta. Deveria então ser removido qualquer estrutura de preferência ou restrição e deixar-se estabelecer um “sistema de liberdade natural” (OLIVEIRA, 1999, p. 89), cabendo ao soberano a proteção e a garantia de seu funcionamento.

Conclusão

Cabe trazer uma ponderação sobre o pensamento econômico luso do período elencado para este trabalho e apontar para alguns aspectos que já temos abordado sobre leituras e apropriações de ideias:

Além do sistema de economia política liberal de Adam Smith, as políticas econômicas implementadas pelos administradores coloniais portugueses sofriam a influência de matrizes tais como o mercantilismo tardio, o cameralismo germânico e a fisiocracia francesa. Tais matrizes permitiam que letrados como Acúrsio das Neves pudessem ser, ao mesmo tempo, entusiastas declarados da política econômica pombalina e adeptos das ideias econômicas liberais de Smith, enquanto outros, tais como Silva Lisboa, consideravam todo e qualquer tipo de protecionismo um anacronismo mercantilista (BARRA, 2015, p. 274).

Essas diferentes matrizes explicam porque, por vezes, atores que partem de uma mesma doutrina ou referência acabam por aderir a posições diferentes e até mesmo contrárias sobre a política econômica mais apropriada para a conservação do império português e, no caso de Cairu, após a independência, para a construção do Estado nacional brasileiro.

Em 200 anos muitas imagens de Cairu foram elaboradas, seja pelos seus contemporâneos, seja por autores que o louvavam, seja por outros que o condenavam. Muitos escritores se preocuparam somente em analisar as obras de Silva Lisboa, sem inseri-las em seu contexto social e histórico, resultando assim em avaliações incompletas e preconceituosas (NOVAIS; ARRUDA, 2003). Nesse sentido, é necessário salientar que, apesar de José da Silva Lisboa ser considerado um smithiano, este, assim como Acúrsio das Neves, fez apropriações das ideias de Adam Smith, ou seja, adaptou as ideias do autor inglês à realidade que vivia e aos seus interesses particulares e coletivos. Dessa forma, não nos surpreende que, por mais que Acúrsio das Neves e Silva Lisboa fossem adeptos das ideias de Smith, tivessem posições opostas sobre a abertura dos portos e o desenvolvimento da indústria, por exemplo. Ambos, em seus escritos, deixaram exemplos de seleções e reelaborações das ideias smithianas. Durante muito tempo, os comentadores, ao analisarem a adesão desses autores às ideias de Smith, não levaram em conta como essas leituras eram feitas e aplicadas. Entretanto, podemos entender Cairu e Acúrsio das Neves muito mais como publicistas ou “homens de letras” sobre temas da economia (e outros assuntos) do que economistas de fato (ROCHA, 2001; KIRSCHNER, 2009).

Referências

- ALMODOVAR, A. O pensamento político-económico de José Acúrsio das Neves: uma proposta de leitura. *In*: NEVES, J. A. **Obras Completas de José Acúrsio das Neves**. Porto: Edições Afrontamento, 1983. p. 15-60. 1 v.
- ALMODOVAR, A. Texto e contexto: A questão dos privilégios de novo invento em José Acúrsio das Neves. *In*: NEVES, J. A. **Obras Completas de José Acúrsio das Neves**. Porto: Edições Afrontamento, 1984. p. 499-509. 4

v.

ALMODOVAR, A. Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil. In: CARDOSO, J. L. (org.). **A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790-1822)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 111-148.

ALVES, L. A. M. José Acúrsio das Neves, o “liberalista colonizador”. **Revista História**, Porto, v. 1, n. 1, p. 351-359, 1978.

ARAÚJO, A. C. Memória e mitos da Guerra Peninsular em Portugal: A História Geral da Invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 29, p. 241-274, 2008.

BARRA, S. H. da S. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a criação do Novo Império Português na América. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 253-276, jul./dez. 2015.

CASTRO, A. O sistema económico conceitual de José Acúrsio das Neves. In: NEVES, J. A. **Obras Completas de José Acúrsio das Neves**. Porto: Edições Afrontamento, 1985. p. 5-79. 3 v.

FARIA JÚNIOR, C. de. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú**. 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KIRSCHNER, T. C. **José da Silva Lisboa**. Visconde de Cairú: Itinerários de um luso-brasileiro. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

LISBOA, J. da S. **Princípios de economia política para servir de introdução a tentativa econômica do autor dos princípios de direito mercantil**. Lisboa: Impressão Régia, 1804.

LISBOA, J. da S. **Observações sobre o comércio franco no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

LISBOA, J. da S. **Estudos do bem comum e Economia Política**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

LISBOA, J. da S. **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999.

NEVES, J. A. das. **Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política**. Tomo I. Lisboa: Impressão Régia, 1814.

NEVES, J. A. das. **Memória sobre alguns acontecimentos mais notáveis da administração da Real Fábrica das Sedas desde o ano de 1810, e sobre o seu restabelecimento**. Dirigida à Corte do Rio de Janeiro em 1819. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1821.

NEVES, J. A. das. **Idearium**. Lisboa: Edições SNI, 1946.

NEVES, J. A. das. **Obras Completas de José Acúrsio das Neves**. Porto: Edições Afrontamento, 1984. 4 v.

NOVAIS, F. A.; ARRUDA, J. J. de A. Prometeus e Atlantes na forja da nação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 225-243, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, G. B. M. de. **A Construção inacabada**. Rio de Janeiro: Eduff, 1999.

ROCHA, A. P. (org.). **Visconde de Cairú**. São Paulo: Editora 34, 2001.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

⁵⁵ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2017, sob a orientação da prof.^a dr.^a Ana Paula Barcelos, intitulada “Novo Pacto Social: As apropriações dos conceitos de Constitucionalismo e Contratualismo no processo de construção da nação no Brasil (1820-1831)”. A dissertação teve apoio de bolsa Capes.

⁵⁶ Essa vaga era vitalícia, segundo a Carta Constitucional de 1824.

⁵⁷ A Ilha Terceira é uma das nove ilhas dos Açores.

⁵⁸ “Quando o preço de uma mercadoria não é menor nem maior que o suficiente para pagar ao mesmo tempo a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do patrimônio ou capital empregado em obter, preparar e levar a mercadoria ao mercado, de acordo com suas taxas naturais, a mercadoria é nesse caso vendida pelo que se pode chamar de preço natural” (SMITH, 1996, p. 109).

⁵⁹ Na obra *Observações sobre a franqueza da indústria*, Cairu apresenta requisitos para que a implementação de fábricas complexas tivesse êxito: “I. Capitais disponíveis: III. Vasta população: III. Abundância de subsistência, e de matérias primeiras: VI. Demanda do país: V. Superioridade aos estrangeiros em barateza e perfeição de obra: VI. Difusão de inteligência: VII. Franqueza do comércio e indústria: VIII. Privilégio, prêmios e honras aos inventores nas artes e ciências” (LISBOA, 1999, p. 59).

⁶⁰ Tereza Kirschner (2009) indica que a formação em Leis da Universidade de Coimbra reformada era muito mais abrangente do que poderia se supor. Essa formação era diversificada e abrangia outras áreas do conhecimento moderno. “A noção de justiça era muito ampla e relacionava-se com tudo aquilo que dizia respeito ao bem comum do reino e dos vassalos” (KIRSCHNER, 2009, p. 24).

⁶¹ Alves (1978) afirma que Acúrsio das Neves defendia que o rei era a única pessoa capaz de sabiamente tomar medidas cruciais para a economia.

**DIMENSÕES DA POLÍTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS,
PARTIDOS E IMPRENSA**

O REAPARECIMENTO DA FLORESTA COM O MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO: A EXPERIÊNCIA NO MORRO DE VIDIGAL⁶²

Caroline Souza

A degradação de um ecossistema caracteriza-se pela perda da resiliência, da estabilidade do ambiente, da biodiversidade, diminuição das formas de propagação, entre outros fatores. Esta pode ser causada por motivos naturais e/ou humanos e o nível da degradação varia, de acordo com o tempo e a forma como a área está sendo utilizada.
(MORAES *et al.*, 2013, p. 84)

Segundo Moraes *et al.* (2013), no fragmento anterior, a degradação do meio ambiente pode ocorrer por motivos naturais, como um terremoto, ou pela ação humana como pelo desmatamento.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, esses motivos andam juntos, porque a expansão urbanística, desde a época colonial, foi feita entre o mar e os morros, fazendo com que existisse uma crise habitacional na cidade e resultando no surgimento das favelas. Isso pode ser compreendido como resultado da pressão demográfica e da ausência de planejamento urbano voltada para essas regiões, que respeitassem as redes de apoio dessas populações e dos laços que têm com o local.

Outro fator importante são as chuvas que caem sobre a cidade do Rio, no verão, pelo efeito *splash*⁶³, causado pela forte incidência em algumas regiões. Atré-ladas ao terreno íngreme das favelas que foram desmatadas para a construção de casas, essas chuvas acarretam a degradação do ecossistema da Mata Atlântica.

O Rio de Janeiro passou por diversos programas de urbanização durante o regime civil-militar que tinham como objetivo a retirada da população de baixa renda dos bairros da Zona Sul, que são os cartões-postais da cidade, para colocar essas pessoas em bairros afastados sem ou com infraestrutura inferior.

O desrespeito com a remoção dessas famílias fez tais políticas fracassarem, pois muitos moradores voltaram para as favelas aumentando a demografia das comunidades que não foram removidas e, conseqüentemente, o perigo de deslizamento. Houve, portanto, um aumento espacial das favelas da Zona Sul da cidade, resultando na derrubada de árvores e na construção de casas em encostas.

Enquanto a política habitacional for de retirada da população de baixa renda das áreas de destaque turístico e urbanístico da cidade para áreas sem estrutura

habitacional e longe das oportunidades de trabalho, o crescimento demográfico dessa população em áreas de perigo ambiental vai continuar, pois é uma reação à falta de políticas de habitação. Este trabalho busca investigar algumas ações do programa Mutirão de Reflorestamento empreendido no Morro do Vidigal, Rio de Janeiro, entre os anos de 1986 e 2009. Nosso objetivo é estabelecer uma relação entre tal programa e questões sociais da favela carioca, especialmente em relação aos seus moradores.

De um desastre para um reflorestamento

Os anos de 1990 foram marcados por grandes chuvas na cidade do Rio de Janeiro, principalmente a de fevereiro de 1996, que acarretaram graves consequências para a cidade e para seus moradores, que tiveram que conviver com enchentes e com desabamento de barragem, em virtude da pouca eficiência dos mecanismos de drenagem. Essa chuva durou oito horas, deixou o Rio de Janeiro debaixo d'água e matou 21 pessoas.

Além disso, a chuva causou problemas maiores nas favelas, principalmente no Vidigal, em que uma barragem atingiu alguns barracos, levando ao óbito seis crianças e uma grávida em virtude de um deslizamento de terra.

Esse trauma da tragédia motivou a Associação de Moradores a solicitar, na Prefeitura, o início do processo de avaliação técnica para a implantação do programa de reflorestamento na comunidade. Para se dar a implementação ao projeto, os moradores precisaram se organizar e solicitar o programa. Nesse processo é feita uma avaliação técnica do local, no qual um parecer é emitido e se diagnostica se o local tem condições ou não de receber o plano do reflorestamento.

O local no qual ocorreu o deslizamento no Vidigal foi o ponto inicial do Mutirão de Reflorestamento⁶⁴. Os destroços são expostos e lembrados no guiamento dos visitantes, pelos mutirantes:

Trabalho com o projeto de reflorestamento há 15 anos. É gratificante poder contribuir para reverter a situação de degradação ambiental das comunidades. Além do plantio, são desenvolvidas políticas de educação ambiental para que a área não seja mais depredada. Aqui no Vidigal plantamos cerca de 20 hectares, o lugar hoje é lindo, mas deixamos o alicerce da casa para lembrarmos o porquê disso tudo (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 135).

O depoimento na citação de Sérgio Moreira Melo, encarregado do Mutirão de Reflorestamento do Vidigal, mostra que a educação ambiental é muito presente na comunidade e ela se concretiza por meio de visitas e de plantações de mudas pelas crianças de colégios e de creches, na área de reflorestamento, realizadas por meio

do Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento (Pear), a respeito do qual comentaremos mais à frente.

Sérgio lembra também que no local do reflorestamento é possível ver, além das mudas que crescem, o alicerce da casa acometida pela tragédia. Assim, podemos perceber o quanto é importante para eles a memória do que aconteceu: para alertá-los, alertar as crianças dos perigos das encostas e para não esquecerem das vítimas da tragédia.

A relação dos técnicos e dos mutirantes

A relação entre os técnicos e os mutirantes é baseada no diálogo, pois os técnicos têm o conhecimento dos procedimentos de plantio, enquanto os mutirantes detêm o conhecimento sobre as pessoas e sobre a comunicação com a comunidade.

Entretanto, indo mais a fundo nessa relação, vemos que ela é norteadada pela relação do trabalho remunerado, o que possibilita os mutirantes a se manterem no projeto e a prefeitura a concretizar sua presença por meio deles na comunidade. Todavia não podemos dizer que essa relação é trabalhista, porque não é formalizada para não se ter vínculo e não precisar pagar os direitos que as leis trabalhistas estabelecem.

Segundo Alfredo (2018)⁶⁵, engenheiro florestal e técnico da prefeitura:

Um dos maiores ganhos do Mutirão, pra mim, não foi nem o ganho ambiental, mas foi o ganho de a comunidade não crescer em direção a área de risco. Porque em todas as áreas que entramos nós limitamos a área de risco e se manter o mutirão então não há invasão, porém se tirar o projeto de atuação dessas áreas aí elas serão invadidas novamente.

Logo, segundo Alfredo (2018), o maior impacto do projeto é a preservação da área de reflorestamento, que se efetua pela presença dos mutirantes, que, em contato com a prefeitura, conseguem manter locais com risco de desabamento sem habitações, o que diminui o risco de feridos e até de morte, se houver desmoronamentos.

Ainda, ele aponta um ponto negativo do programa: a necessidade da presença constante dos técnicos da prefeitura, podendo ser, até mesmo, uma pequena equipe de mutirantes. Sem tal presença a área pode ser invadida, colocando a vida dos moradores novamente em risco.

Outro problema no Vidigal é a entrada de comerciantes que desejam se estabelecer na área de reflorestamento, pois ela dá acesso à trilha do Mirante do Vidigal, que é local de passagem para muitos turistas. Desse modo, há uma disputa por esse mercado e pela área.

Este movimento entre o velho e o novo acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer (LUCHIARI, 1998, p. 15-29).

Segundo a autora da citação, o turismo consegue eleger novas paisagens que eram esquecidas, como no caso da trilha para o Mirante do Vidigal, que era um local de passagem. Porém, com o reflorestamento, esse local ganhou novos olhares e se tornou valorizado. Logo, a região valorizada tem conflitos, como o citado anteriormente.

Em virtude dessa disputa por território, resultado da rentabilidade do turismo na região e de a área não ter concorrentes, a questão do discurso da preservação ambiental torna-se preponderante por parte dos agentes públicos e dos gestores municipais. A prefeitura, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), resolveu criar uma placa, com o objetivo de informar aos turistas que a trilha é área de reflorestamento. Em 2005, as placas começaram a ser colocadas e há relatos, até 2009, a respeito de constantes discussões sobre o assunto. Por esse método, qualquer pessoa que tente estabelecer algum comércio no local estaria cometendo crime ambiental, já que áreas de preservação ambiental não admitem quaisquer invasões.

Os artigos 38 e 38A da Lei Federal 9.605/1998 explicitam algumas formas de crime ambiental contra a flora:

Artigo 38- Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

Artigo 38 A- Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção (BRASIL, 1998, p. 170).

Por meio desses artigos da Lei Federal 9.605/1998, podemos verificar que o conceito de área reflorestada está mencionado quando se refere à área de preservação permanente ou em formação, que são os casos do reflorestamento e da danificação de vegetação primária ou secundária de regeneração da Mata Atlântica, espécies plantadas pelo Mutirão de Reflorestamento. Logo, essa lei é uma ferramenta para proteger essa área tão cobiçada no Vidigal.

Porém, às vezes, a sinalização é ignorada por alguns e há danificação das mudas. Em virtude disso, os próprios mutirantes resolveram fazer um caminho, uma espécie de trilha, para os turistas passarem e para diminuir os problemas causados pelo trânsito de pessoas.

Vemos que o trânsito de pessoas é bastante prejudicial à recuperação ambiental, pois muitos turistas não têm consciência de que a área em que estão é um local de

reflorestamento. Por isso a placa foi colocada para informar que eles não podem danificar essas áreas.

No depoimento de José Carlos (2018), mutirante do Vidigal, vemos uma crítica à proteção das áreas reflorestadas:

A comunidade sempre respeitou até uma certa parte ... de vez em quando temos um problema aqui ou ali de pessoa que entra e sobe aqui, mas atualmente que tem muitos gringos subindo aqui porque as pessoas querem chegar e mexer em uma coisa ou outra e nós estamos aqui para orientar. Esses são os pequenos atritos que você pode encontrar que não temos como resolver né, até porque vem passear só e se não estivermos no momento e eles chegam e quebram árvores então quem foi? Não sabemos, porque estão subindo.

Pelo depoimento, vemos que um problema constante para o reflorestamento é o ecoturismo, especialmente no caso da favela do Vidigal, porque os turistas se encantaram com a vista do mirante na comunidade. Contudo, algumas vezes, eles não entendem ou não respeitam as áreas reflorestadas e, por esse motivo, os mutirantes e técnicos precisam ficar atentos.

Milton Santos (1998) aprofunda a discussão sobre o ecoturismo, dizendo que a globalização tem efeitos locais, pois, antes, o local tinha o tempo mais lento, em relação ao tempo global, que era considerado mais rápido. Contudo, o advento da globalização e, com ela, a criação de redes mundiais, acabou retirando o caráter de tempo lento do local e o transformou em rápido.

Dentro dessa perspectiva, observamos que a narrativa do mutirante José Carlos diz muito sobre esse conflito do tempo local, que seria mais lento, e que as árvores do reflorestamento conseguiriam ficar grandes e fortes, porque a comunidade respeita essa área e tem consciência de que as plantas em crescimento não podem ser mexidas. Em contrapartida, esse local está recebendo, agora, as influências das redes, pelo ecoturismo, e isso não é inerente à comunidade, mas aos empresários e aos governantes, os quais, como diz Milton Santos (1998), vão disputar para que seus locais de domínios se tornem atrativos e, para isso, eles utilizam tanto recursos materiais quanto imateriais.

Também vemos na narrativa de José Carlos que a comunidade respeita o reflorestamento e não invade a área reflorestada, pois foi feito um trabalho de conscientização com os moradores. Igualmente, eles deixam expostos os escombros da tragédia, resultante de um deslizamento de terra, que ocasionou o início do projeto na comunidade

Para Maturana e Varela (2001), as crises ambientais reorganizam o sistema e as crises ecológicas fazem com que os sistemas se reestruturem dentro da história.

Mas não se pode estudar somente o evento sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

A partir da visão desses autores, é possível perceber que deixar o alicerce da casa, na qual morreram uma mulher grávida e seis crianças, é uma forma de reviver a memória e de recontar a história, bem como de narrar sobre o local de reflorestamento e de segurança para uma determinada região e povo.

No entanto, o trabalho de conscientização não se resume à memória da tragédia. Os mutirantes guiam crianças de escolas pelas áreas de reflorestamento, como dito no depoimento do engenheiro florestal Alfredo, no qual explica por que foi preciso reflorestar aquele local, fazendo plantios com as crianças e falando um pouco sobre a história dos trabalhadores que passaram pelo projeto, assim resgatando a memória dos moradores.

Além disso, o Projeto Mutirão de Reflorestamento conta também com um projeto de educação ambiental, o Pear, que seleciona e capacita os agentes para atuarem nas comunidades que recebem o mutirão, mantendo as parcerias com as associações de moradores. Ele também propicia atividades educacionais para as escolas e para os membros dessas comunidades, sempre focando na formação de agentes multiplicadores.

Em 2002, o Pear contava com 65 agentes ambientais, atuando em 107 comunidades atendidas pelo Projeto Mutirão. O Pear faz parceria com as escolas municipais que estão na área da favela, para conscientizar as crianças sobre a importância do reflorestamento e, também, para que elas se sintam parte do processo, bem como as suas famílias. Isso deixou o projeto mais conhecido e com mais pessoas a favor do mutirão dentro das comunidades (COHEN, 2007).

São objetivos da educação ambiental que as crianças tomem consciência da importância do reflorestamento e, também, que as áreas reflorestadas sejam vistas como locais que possam desenvolver o contato com a natureza e de recreação.

O turismo nas favelas

O turismo nas favelas do Rio de Janeiro se popularizou após a gravação do clipe do Michael Jackson, em 1992, que teve como plano de fundo a Rocinha. Ele foi a porta de abertura para outros artistas fazerem outros trabalhos nessas localidades e mostrou para o mundo parte da vivência dentro dessas comunidades, que por anos foram negligenciadas e invisíveis a vários moradores da cidade.

O turismo teve uma grande impulsão nas favelas, depois da política de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a partir de 2000, nas

favelas no Rio de Janeiro. Esse projeto tinha o objetivo de integrar os moradores das comunidades e os policiais, diminuindo o distanciamento entre esses dois grupos.

Em 2012, foi instalada no Vidigal a UPP e isso facilitou o turismo na região, pois antes dessa unidade as pessoas tinham mais receio e preconceito de subir o morro em virtude das tensões violentas entre os grupos armados e a polícia. A UPP fez com que a presença do Estado se tornasse mais evidente, mas isso era visto com superficialidade, porque os grupos paramilitares não deixaram de atuar dentro das favelas.

Logo, a implementação das UPPs não atingiu seu maior objetivo, que era estabelecer uma relação de confiança com a comunidade e acabar com a presença e o poder dos grupos paramilitares nessas regiões.

Entretanto, elas possibilitaram o crescimento de atividades turísticas que não eram exploradas antes de sua implementação:

[...] o que é certo é que a indústria do turismo é responsável por criar maneiras de transformar, circular e consumir localidades, criando uma cultura material e uma economia de sensações que lhe é específica (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 161).

A indústria do turismo teria a capacidade de transformar locais, de maneira que sejam olhados como objetos de consumo por parte de um todo, fazendo com que sejam desejáveis pela formação de uma cultura específica que concernem. Esses locais proporcionariam novas sensações e experiências, levando ao movimento da economia do lugar.

Vale ressaltar que esse mercado turístico englobou somente algumas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, como as da Zona Sul. Pela proximidade com o centro e com os cartões postais da cidade, houve tal visibilidade do Vidigal, resultando no início das atividades turísticas na comunidade.

Pelo cenário e pela localização singulares, o Vidigal passou a ser um ponto turístico na cidade do Rio de Janeiro com o seu mirante. Apesar disso, nem todos os moradores foram privilegiados com o turismo na comunidade, pois houve a valorização de algumas regiões e isso gerou o processo de gentrificação no local, fazendo com que muitos moradores não conseguissem manter seus padrões de vida na comunidade e acabassem se mudando para outras regiões dentro ou fora do Vidigal.

Para se ter acesso ao Mirante do Vidigal, as pessoas precisam passar por uma parte da região reflorestada, levando-as a interagem e saberem que existe uma área de preservação ambiental no local. Contudo, como já sinalizamos, essa interação

algumas vezes é prejudicial ao processo de reflorestamento, pois alguns turistas não respeitam a área e jogam lixo no chão ou quebram árvores.

Entretanto, com o Pear, os moradores ajudam a conservar a área e a divulgar o reflorestamento com as placas de sinalização indicando área de proteção que auxiliam o turista a entender e respeitar esse espaço comum dos moradores da comunidade, que se tornou comum também para o mundo inteiro que a visita.

Todavia, esse contato também serve para divulgar o projeto e para obter a manutenção dele na região, porque com as mudanças de prefeito o programa corre risco de acabar devido à falta de verbas públicas, já que ele depende diretamente do dinheiro dos cofres públicos para o pagamento e o mantimento dos contratos com os mutirantes e com as comunidades.

As pessoas que trabalham no projeto estabelecem a ligação entre estado e comunidade e elas são ferramentas-chaves para a entrada da Prefeitura do Rio de Janeiro na região. Tal envolvimento gera o desenvolvimento do reflorestamento a partir do diálogo entre comunidade e o poder público, o que não havia nos programas anteriores.

Considerações finais

Este capítulo nos ajuda a entender a complexidade do Projeto Mutirão de Reflorestamento, que só foi possível diante da abertura política e do diálogo entre Estado e comunidade, que se deu após a Constituição Federal de 1988. Vimos, também, que o projeto é inovador no campo de políticas públicas sobre as favelas do Rio de Janeiro, pois é uma política democrática não imposta pelo Estado.

No caso do mutirão, as comunidades se organizavam, com suas Associações de Moradores, para requisitar o projeto na prefeitura. Desse modo, caracterizando-o como uma atividade social e comunitária, com vistas à recuperação ambiental dos morros cariocas.

Já no caso do Vidigal, o programa vai além do projeto em si, pois, com a atividade turística no local, que se fortificou com o programa, e com a localização e vista que se tem da cidade, trouxeram novos desafios e algumas tensões dentro da área reflorestada, pois o turismo exige a disponibilidade de um aparato de comodidade ao turista. Entretanto, esse aparato não pode ser montado nas áreas de atuação do projeto.

O Mutirão de Reflorestamento passou por muitas mudanças ao longo da história, porém a interação entre moradores e prefeitura ainda é superficial, pois se norteia no trabalho. Os mutirantes são uma pequena parte dos moradores da

comunidade que conseguem uma renda extra, apesar de não terem garantias trabalhistas.

Contudo, de maneira geral, a comunidade é favorecida pelo projeto por meio da diminuição de deslizamentos de terra e blocos, que vão evitar desastres ambientais na região, porém, por outra ótica, o projeto também foi usado para limitar o crescimento das favelas, criando barreiras ambientais que favorecem o Estado com a limitação de crescimento das comunidades.

Logo, esse projeto não consegue alcançar todos os seus objetivos, mas consegue estabelecer a presença do Estado pela atuação dos mutirantes dentro da comunidade, fazendo com que haja uma inteiração entre os moradores e a Prefeitura do Rio de Janeiro, ainda que limitada.

Portanto, vemos que o mutirão passou por várias etapas e teve diferentes objetivos ao longo dos anos e dos governos. Esses diferentes estágios transformaram o programa, visando à permanência da presença do Estado na comunidade. Porém, no caso do Vidigal, o programa não deixou de focar na recuperação ambiental, pois verifica-se que as proporções do desastre ambiental que deu início ao projeto não mais ocorreram após sua implementação.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 11 dez. 2015.

COHEN, M. **Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro**. 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Images of Brazil in a Global Circulation/O Brasil que se exporta: a construção da favela como atração turística**. Calgary: Calacs, 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: Um novo nexo entre o lugar e o mundo. *In*: LIMA, L. C. **Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico**. Fortaleza: Funece, 1998. p. 15-29.

MATURANA, H. R.; VARELLA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Pallas Athena, 2001.

MORAES, L. F. D. de *et al.* **Manual técnico para a restauração de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Refrescando a Memória**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/refrescando/reflorestamento/>. Acesso em: 17 dez. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁶²O presente capítulo relaciona-se com a dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2019, sob a orientação da prof.^a dr.^a Catia Antonia da Silva, intitulada “Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de

Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro”.

⁶³ Efeito *splash* é quanto a água da chuva bate no solo o infiltrando e podendo causar deslizamentos em regiões íngremes.

⁶⁴ Tal fatalidade ainda é lembrada pelos mutirantes, quando eles estão guiando os visitantes ou as escolas, no local, e mostram o alicerce da casa que foi derrubada com o deslizamento.

⁶⁵ Alfredo, engenheiro ambiental do Programa Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro.

“SONHO DE JOVENS, INCENTIVADOS POR UM VISIONÁRIO”: DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA, POLÍTICA CULTURAL FLUMINENSE E O TOMBAMENTO DO LITORAL⁶⁶

Juliane Tardeli

Introdução

Este trabalho compõe parte da pesquisa iniciada ainda no mestrado em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2013-2015) e aprofundada em minha tese de doutorado, defendida em 2020 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O tema central da tese em questão é o tombamento do litoral fluminense, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).

Neste capítulo, discuto a realização do tombamento no contexto de abertura política no Brasil, o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro e a busca por uma identidade fluminense pós-fusão. O título “*sonho de jovens, incentivado por um visionário*” reflete a centralidade da figura do antropólogo Darcy Ribeiro (vice-governador de Brizola) para esse projeto e é uma citação de seu sobrinho, Paulo Ribeiro. Ele suscita o discurso de valorização do tombamento como vanguarda, por viabilizar uma ação de proteção que abrange tanto aspectos culturais, como naturais.

O papel do Inepac para o novo estado e a identidade fluminense

Em decorrência do estabelecimento do estado da Guanabara, foi criada em 31 de dezembro de 1964 a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA). O objetivo era preservar os bens culturais da Guanabara, pois, com a mudança da sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para Brasília, inaugurada em 1960, “julgava-se que o Rio de Janeiro ficaria desprotegido” (MOTTA, 2000, p. 45).

A partir da fusão entre Guanabara e o estado do Rio de Janeiro ocorrida em 1975, o DPHA torna-se Inepac e passa por uma redefinição de paradigmas, “a nova instituição já continha em seu nome um conceito mais amplo de patrimônio” (MOTTA, 2000, p. 60).

Simone Teixeira (2008) mostra que a partir de 1977 o Inepac, em ação com o Conselho Estadual de Tombamento, passou a focar sua atuação em outros municípios do estado, distantes da capital. Pautadas na ideia de valorização dos patrimônios regionais, as primeiras gestões do Inepac buscavam a caracterização cultural do recém-formado estado do Rio de Janeiro. Esse período foi assinalado pela produção de inventários dos bens regionais, que se baseavam pelos “ciclos econômicos, situações geográficas e as diferentes fases de administração pública” (MOTTA, 2000, p. 61), que abrangeram prioritariamente as regiões do Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, e mostram a valorização da memória sobre os tempos de ouro vividos pelo estado.

As primeiras ações de valorização do caráter regional realizadas pelo Inepac originaram-se ainda nos debates ocorridos entre 1970 e 1971, lançados em dois documentos que incentivariam a descentralização das políticas de preservação dos bens culturais: o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador. As recomendações apresentadas nesses encontros, encabeçados pelo Iphan, promoveram a articulação entre os governos federal e estaduais, instituições de memória e sociedade civil. Essas ações de patrimonialização buscavam criar uma ideia de identidade cultural diferenciada para o novo estado, pós-fusão, que definiria o território como unidade diferenciada do restante do país.

A atuação do INEPAC passa então buscar o eixo que possa, ao mesmo tempo, gerar a idéia de uma identidade comum, diferenciar-se do resto da nação, não enquanto lugar do nacional, mas como lugar de si mesmo [...] Tratava-se de dizer que o modelo federal não dominava e que havia na cidade – e na sociedade – elementos que a diferenciavam do contexto imposto onerosamente pela nação (TEIXEIRA, 2008, p. 8).

Motta (2000) argumenta que, ainda que o momento tenha parecido inovador em nível conceitual, as práticas de patrimonialização continuaram sendo legitimadas por critérios de seleção restritivos, pois, nos anos iniciais de atuação, o Inepac manteve uma postura de valorização ao patrimônio edificado:

O INEPAC, embora assumisse uma crítica explícita aos limites do conceito de —patrimônio histórico e artístico e trouxesse em seu nome a ideia de — patrimônio cultural, não transpôs essa crítica para a constituição de seus quadros técnicos (MOTTA, 2000, p. 77).

A autora mostra, porém, que os critérios de seleção para as ações do instituto foram modificados durante a abertura política. Ela destaca as gestões de Manoel Diegues Júnior e de Ítalo Campofiorito, arquiteto à frente do Inepac de 1983 a 1986.

De 1979 a 1983, na gestão do sociólogo e antropólogo Manoel Diegues Júnior na direção geral e do arquiteto Ítalo Campofiorito na direção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, o principal projeto empreendido foi o atendimento às demandas das comunidades.

Nenhum processo de tombamento foi aberto no período por iniciativa do INEPAC. O Conselho Estadual de Cultura solicitou um tombamento e os demais pedidos partiram de agentes de fora do âmbito das instituições estaduais, sendo nove solicitações de iniciativa municipal e sete feitas por meio de abaixo-assinados, da mobilização de associações comunitárias e ainda da solicitação dos usuários e proprietários de imóveis. A soma desses fatores — abertura política, redemocratização e demanda externa — e ainda a falta de recursos para trabalhos que possibilitassem à instituição elaborar suas próprias propostas levaram ao fortalecimento dos trabalhos de atendimento às comunidades (MOTTA, 2000, p. 67).

A partir do trabalho iniciado por Manoel Diegues Júnior, Ítalo Campofiorito desenvolveu uma vasta campanha de tombamentos, promovendo o registro de bens naturais⁶⁷. Durante a década de 1980 o Inepac passou “à preservação de um leque mais aberto de bens de significação diversificada e exemplar. A palavra de ordem do INEPAC no miolo da década é diversidade cultural” (INEPAC, 2017, s/p).

A mudança de postura nas ações do Inepac⁶⁸ justifica-se ainda pelo contexto político de abertura e pela aproximação de seu diretor com o antropólogo Darcy Ribeiro, secretário de Cultura do Rio de Janeiro e vice-governador. O instituto adotou uma política alinhada a documentos internacionais, como a Carta de Veneza, de 1964, abrindo “novas frentes de luta na preservação do patrimônio cultural, [e] na constituição dos seus quadros técnicos” (INEPAC, 2017, s/p).

Redemocratização brasileira e política cultural fluminense

No ano de 1982 foi eleito como governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido que surgia como forte oposição à esquerda desde a distensão e as eleições de 1974 e que desequilibrou o jogo de forças existentes no Rio de Janeiro, centradas no eixo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Democrático Social (PDS)⁶⁹. A vitória de Leonel Brizola, com 34,2% dos votos válidos sobre Moreira Franco, com 30,6%, mostrou-se representativa por ele ter sido o único candidato que “não pertencia ao PDS ou PMDB, as duas principais estruturas partidárias da ocasião” (DAMASCENO, 2014, p. 84).

Tendo Darcy Ribeiro como vice-governador e secretário de ciência e cultura, o PDT desenvolveu uma campanha de investimentos no âmbito da educação, cultura e preservação, com a construção dos Centros Integrados de Educação pública (CIEPs), do sambódromo, do Corredor Cultural⁷⁰ e a efetivação de uma série de tombamentos de Unidades de Conservação (UCs); o tombamento do litoral fluminense se insere nesse contexto. Ele abrange as localidades de Paraty, São João da Barra e Niterói.

De Paraty ao norte do Estado, preservaram-se 98 km do litoral que englobam trechos da Floresta Atlântica, praias, ilhas, pontas e pontões rochosos e povoados de pescadores. Visava-se impedir a devastação desses ambientes naturais da especulação imobiliária e do turismo predatório (MOTTA, 2009, p. 53).

Trindade, Enseada do Sono, Pouso da Cajaíba, Tarituba, Paraty-Mirim, Ilha do Araújo, Praia Grande e Saco de Mamanguá – praias de Paraty – além de Itaipu, em Niterói, e a Ilha da Convivência, em São João da Barra (hoje município de São Francisco do Itabapoana), foram tombadas sob a justificativa de promoção da justiça social, com garantia de posse aos moradores tradicionais, assim como instrumento para impedir a devastação da natureza, provocada pela crescente especulação imobiliária e turística.

A idéia de se inventar uma Côte d’Azur²¹ à beira da Rio- Santos, dá uma boa idéia do ridículo dessas pretensões. Ridículo cruel, pois implica no desalojamento forçado dos habitantes primitivos e na destruição de toda uma cultura [...]. Esta cultura está ligada à fixação do homem à terra e manutenção de condições que lhe permitam continuar vivendo dela (INEPAC, 1985, p. 50).

Entender o tombamento como parte de um processo de renovação discursiva no campo das políticas públicas e influenciado pela trajetória intelectual e política de Darcy Ribeiro é fundamental. O escopo de sua política cultural estava na proteção e na expressão da cultura como “modo singular de um povo de exercer sua humanidade: audível, na língua que fala ou na forma que canta: visível, nas coisas típicas que faz; observável, nos seus modos peculiares de conduta” (RIBEIRO, 1991, p. 189).

Segundo Damasceno, a atuação pedetista gerou:

[...] uma conexão com a classe popular, considerando sua memória e suas práticas sociais como elementos dignos de serem preservados, quebrando uma concepção de patrimônio como algo sagrado, exclusivamente elitista, distinto da vida cotidiana (DAMASCENO, 2014, p. 157).

A política brizolista se alicerçou na estratégia de aproximação popular para a manutenção do seu poder.

O desenvolvimento de projetos na educação, na cultura e na segurança pública sempre em um discurso de proximidade com as massas coincidiu com a necessidade de participação destas, gerando um processo similar a um “mercado de oferta e procura” (DAMASCENO, 2014, p. 134).

No campo do Departamento de Cultura, talvez o fato mais notável tenha sido uma política de tombamentos, coordenada pelo Ítalo Campofiorito [...] O tombamento de praias, bens naturais e pertinentes à memória cultural carioca, bem como a importância do INEPAC para esse aspecto da política cultural do PDT podem ser comprovados mediante análise das reportagens do Diário Oficial sobre tombamento no período estudado (DAMASCENO, 2014, p. 152-153).

As mobilizações sociais que ocorriam no litoral do estado, ocasionadas pelas tensões provocadas principalmente pelo crescimento da especulação imobiliária e do turismo de massa, motivaram a ação de patrimonialização do litoral, pois:

Essa luta encontrou eco na atual administração a partir da vontade expressa pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência e Cultura [Darcy] em garantir a sobrevivência dos últimos aldeamentos de pescadores remanescentes do nosso litoral (INEPAC, 1985, p. 4).

Apesar de o tombamento ser um dispositivo jurídico capaz de assegurar a permanência e a preservação de áreas relevantes pelo valor histórico-cultural, ele havia então sido utilizado poucas vezes para a preservação de áreas naturais. Contudo, entre 1983 e 1986, foram determinados 40 atos de tombamento, abrigando mais de 150 bens individuais, dos quais muitos eram ambientes naturais e “monumentos ligados à memória coletiva de setores historicamente excluídos da identidade nacional oficializada nos ritos de tombamento” (MOTTA, 2000, p. 52).

A proposta do Inepac em proteger trechos de praias fluminenses que abrigavam comunidades de pescadores tinha como fim preservar as paisagens costeiras, os ecossistemas litorâneos e também viabilizar a sobrevivência de centenas de famílias. A preservação combinada de trechos e povos que (re)existiram isolados por várias gerações significaria valorizar o “colorido mosaico que hoje enriquece o Brasil pela adição, as diferenças de paisagem, de variações de usos e costumes de uma região para a outra” (RIBEIRO, 2012, p. 228).

O tombamento do litoral garantirá [em Paraty], a permanência de 600 famílias, um total de três mil pessoas, em suas terras, além de imediata diminuição da especulação imobiliária [...] “Este governo, afirma o coordenador dos tombamentos do litoral, Paulo Ribeiro, está fazendo escola. Os tombamentos, idealizados pelo professor Darcy Ribeiro, são um marco fundamental do governo Brizola e um ato ecológico pioneiro no mundo (MENDONÇA, 2009, p. 29).

A intenção base do projeto não era só uma preservação paisagística e ambiental, mas sim também uma proposta mais profunda que seria fixar as comunidades originais, caiçaras, (sic) no litoral, que estavam sumindo devido a especulação. E como determinar essa posse de terra? Tudo devia ser mapeado, as posses deveriam ser fotografadas, para poder, a partir disso, fixar o homem à terra (BRASIL, 2018, s/p).

Estabelecida a parceria entre Darcy Ribeiro e Ítalo Campofiorito,

As demandas sem limites do professor Darcy Ribeiro encontraram no pensamento do Ítalo um canal de possibilidades e desdobramentos que produziam os fundamentos necessários para cada um dos diversos tombamentos que ocorreram naquela ocasião (BITTENCOURT; LENER, 2009, p. 10).

Para a efetivação do processo de tombamento do litoral, fora organizado um grupo de três pessoas para irem em expedições de pesquisas, de norte ao sul do

litoral fluminense. Como coordenador do projeto, Darcy Ribeiro convocou seu sobrinho, hoje diretor da Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), Paulo Ribeiro.

A expedição contava ainda com o arquiteto Nazih Ahmed e o fotógrafo Ricardo Brasil. Descreve Ricardo Brasil (2018):

O intuito era no caminho irmos fotografando e parando nas pequenas comunidades para fazer os levantamentos necessários. A partir daí, utilizamos vários outros meios de transporte, pequenas traineiras, canoas de pesca, helicópteros, Kombis e a “escrota”²².

Paulo Ribeiro (2018) afirma que:

O tombamento só aconteceu porque um visionário sonhou e três jovens embarcaram no sonho. Voamos livres e sabíamos que estávamos fazendo algo importante, cheios de tesão pela vida. A campanha das diretas fervilhava o Rio, o fim da ditadura estava próximo e nós acreditando que iríamos mudar o mundo. Proteger as caiçaras da especulação imobiliária. Derrotar Roberto Marinho na Ilha Grande.

A ação de proteção aos trechos do litoral do estado do Rio de Janeiro teve, então, dois fundamentos principais: “contribuir para preservar alguns dos mais belos e importantes ecossistemas da nossa costa e garantir a permanência nessas áreas das comunidades tradicionais de pescadores” (LERNER, 2011 *apud* CAVACO; VASQUES, 2016, p. 8). O processo de tombamento mostra clara preocupação com a cultura caiçara²³ e enfatiza a necessidade de preservação do ambiente litorâneo como meio de manutenção das tradições da pesca artesanal.

Pela primeira vez, será reconhecido o valor cultural de uma associação espacial, e, por assim dizer, simbiótica, entre povoados tradicionais de pescadores e a faixa de terra emersa das águas oceânicas, onde a vida e o trabalho dos homens pulsam com a movimentação rítmica do mar (INEPAC, 1985, p. 13).

O intuito inicial era promover uma ampla ação de proteção ao litoral do Rio de Janeiro, “principalmente no litoral norte e região dos lagos” (RIBEIRO, 2018). Nesse sentido, Ilha Grande, Grumari, Cabo Frio e Arraial do Cabo foram contempladas com ações do Inepac (processos E-05/000.170/87 e E-07/201.717/84).

Conclusão

Entre 1834 e 1975, a cidade do Rio de Janeiro esteve separada politicamente do resto do estado. Mediante a fusão com o estado da Guanabara, a eleição de aspectos culturais que contemplassem à ideia de uma identidade regional tornou-se imperativa. Voltando-se para o interior do estado, ao buscar uma narrativa memorialística dos ciclos econômicos passados, o Inepac acabou por perpetuar antigas práticas patrimoniais, das quais tentava distanciar-se. Porém, no período de redemocratização e na entrada de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, o campo cultural

fluminense mudou seu viés de atuação, apostando em uma conexão com os movimentos populares.

A patrimonialização das áreas de Paraty, Niterói e São João da Barra e a sua justificativa pela manutenção do território e de modos de vida tradicionais são exemplos de um cenário de ampliação territorial, mas também conceitual, que visa refletir sobre a identidade do Rio de Janeiro alicerçada na valorização da interação entre ser humano e natureza, grupos humanos e o litoral.

Referências

Fontes

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). **Processo E-05/000.170/87, Rio de Janeiro, 1987.**

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). **Processo E-07/201.717/84, Rio de Janeiro, 1984.**

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). **E-18/300.459/85, Rio de Janeiro, 1985.**

BRASIL, R. [Entrevista cedida a] Juliene Tardeli. Rio de Janeiro, fev. 2018.

RIBEIRO, P. [Entrevista cedida a] Juliene Tardeli. Montes Claros, abr. 2018.

Bibliografia

BITTENCOURT, M.; LERNER, D. Ítalo Campofiorito e o INEPAC. *In: FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Fazimentos* (Caderno 8: Tombamentos). Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

CAVACO, A. F.; VASQUES, V. S. Preservação e Gestão da Paisagem Tombada. *In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO*, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: [s.n.], set. 2016.

CORRÊA, S. R. M. **O Programa de Cidades Históricas (PCH):** por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DAMASCENO, D. P. C. **A Volta dos Exilados:** Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e Cultura do *Povo-Novo* para o Rio de Janeiro 1983-1986. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

DIEGUES, A. C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). **Histórico**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MENDONÇA, S. M. C. Litoral Tombado. *In: FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Fazimentos* (Caderno 8 - Tombamentos). Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

MOTTA, L. **Patrimônio urbano e memória social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, D. **Testemunho**. 2. ed. São Paulo: Edições Siciliano, 1991.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TEIXEIRA, S. Um olhar sobre o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural /INEPAC na construção da identidade do Estado do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 4., 2008, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: [s.n.], 2008.

⁶⁶ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj, sob a orientação do prof. dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes, intitulada “Memórias de Itaipu: Políticas de Identidade e Proteção ao Patrimônio na Vila de Pescadores”. A dissertação teve apoio de bolsa Capes.

⁶⁷ Em um total de 26 tombamentos provisórios e/ou definitivos que foram feitos durante a gestão de Ítalo Campofiorito, 19 foram de patrimônios edificados e sete de patrimônios naturais. Considera-se o tombamento do litoral fluminense um caso especial por ter se justificado a interação entre natureza e cultura, diferenciando-se dos outros tombamentos de bens naturais, que eram justificados pelas particularidades geográficas e estéticas.

⁶⁸ Nesse período foram tombados os bondes de Santa Teresa, sítio-santuário de Bule Marx em Guaratiba, a Casa da Flor de São Pedro d’Aldeia, a Confeitaria Cavé, o Observatório Nacional, e também, nosso objeto de análise, o litoral fluminense – Grumari, Parati, Niterói, São João da Barra, Ilha Grande, Paquetá. “E houve o tombamento de catorze coretos em dez municípios, dos caminhos de Minas abertos desde o século XVIII, e do cemitério dos Ingleses, na Gamboa – Arca de Noé da cultura fluminense posta a salvo do dilúvio pelo tombamento” (PEIXOTO, 1990 *apud* INEPAC, 2017, s/p).

⁶⁹ O PDS e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) eram os antigos Aliança Renovadora Nacional (Arena) e MDB no período do regime militar, respectivamente. O Arena era o partido da situação, e o PMDB configurava-se em uma espécie de “oposição autorizada” durante a ditadura.

⁷⁰ “O Corredor Cultural é um projeto de preservação e revitalização do Centro Histórico do Rio de Janeiro e abrange Lapa, Cinelândia, Carioca, Passeio Público, Praça Tiradentes, Praça XV, SAARA e Largo São Francisco” (DAMASCENO, 2014, p. 154).

⁷¹ A Costa Azul é parte do litoral sul da França no Mar Mediterrâneo, indo de Toulon a Menton na fronteira com a Itália. Também chamada de Riviera Francesa, essa região é considerada uma das áreas mais luxuosas, caras e sofisticadas do mundo.

⁷² Apelido dado à Kombi verde, com desenhos de verduras na lataria, cedida em parceria pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). Os expedicionários faziam contato com as comunidades do litoral mediante a distribuição de sementes e cartilhas, pelo projeto “Hortas familiares”, do Banerj.

⁷³ A formação de várias das comunidades marítimas e litorâneas no Brasil se deu entre os séculos XVIII e início do século XX, cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente, da atividade pesqueira. Em tais comunidades, dispersas por todo o litoral, modos de vida e culturas locais específicas puderam emergir, diferenciando seus membros de outros grupos. Esse é o caso das comunidades caiçaras, cujos habitantes ficaram relativamente isolados na Mata Atlântica e no litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e desenvolveram uma cultura particular que os diferencia das comunidades tradicionais do interior desses estados (DIEGUES, 2017).

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: AS DIFERENTES VOZES E SUJEITOS NO INTERIOR DO PROCESSO ENTRE 2005 E 2014⁷⁴

Diego Deziderio

Em seu formato original, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política pública de incentivo à produção e à qualificação de materiais didáticos destinada a estimular a discussão e a participação de professores na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados nas escolas públicas brasileiras, nos níveis fundamental e médio. Essa política educacional é implementada pelo Governo Federal por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Básica (SEB) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Entre os maiores programas mundiais em distribuição gratuita de materiais educativos, o PNLD visa avaliar e selecionar livros de várias disciplinas, como português, matemática, ciências, história e geografia, e dicionários linguísticos para que possam ser utilizados por alunos e professores da rede pública de ensino em âmbito municipal e estadual.

Nos últimos anos o PNLD tem sido objeto de diversos estudos, entre os quais podemos destacar a relação do Estado com o mercado editorial, o saber histórico no processo de avaliação e também sobre o processo de escolha dos livros pelos professores⁷⁵. Mesmo com uma vasta gama de pesquisas que procuram demonstrar o seu interior e sua importância, o programa tem sido alvo de diversas críticas que demonstram desconhecimento sobre a complexa natureza do programa, os diversos atores envolvidos em seus processos de avaliação, assim como os diversos sujeitos que se encontram no seu interior, de maneira que nunca são dimensionadas as múltiplas vozes inseridas, bem como a dimensão acadêmica que se realiza por detrás desse processo (MIRANDA; ALVIM, 2013).

Para pensarmos a formulação dos documentos que tornam público o PNLD, é necessário que entendamos que estes têm múltiplos atores, como o Estado, os avaliadores, os editores, os autores, os movimentos sociais e os professores. Dessa forma, buscamos aqui situar alguns deles. Para isso, vejamos como entre 2005 e 2014 ocorreu o funcionamento do PNLD em suas etapas ou fases, que são:

- Elaboração de edital de convocação;
- Inscrição;
- Triagem;
- Pré-análise;
- Avaliação pedagógica;
- Elaboração do Guia de Livros Didáticos e encaminhamento para as escolas;
- Escolha das obras pelas escolas;
- Negociação, por parte do FNDE, com as editoras;
- Produção e distribuição das obras.

Todo o processo se inicia com a elaboração do edital de convocação pela comissão técnica do MEC. Essa comissão segue a seguinte composição: é presidida por um membro da Comissão Geral de Materiais Didáticos (Cogeam), e seus outros membros são um especialista de cada área de conhecimento. Reconstituída a cada processo que se inicia, essa equipe é responsável por conferir uniformidade aos editais de convocação, em conformidade com o Decreto n.º 7.084.

DECRETO Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010.

(Publicado no Diário Oficial de 27 de janeiro de 2010, Seção 1 – Edição Extra, pág. 3)

Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 11 O Ministério da Educação constituirá comissão técnica integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de:

I - subsidiar a elaboração do edital de convocação, inclusive na definição dos critérios para a avaliação pedagógica e seleção das obras;

II - apoiar o processo de pré-análise;

III - orientar e supervisionar o processo de avaliação e seleção; e

IV - assessorar aquele Ministério nos temas afetos ao PNLD e ao PNBE (BRASIL, 2010, p. 3).

A comissão técnica é formada por especialistas altamente capacitados, que são os responsáveis pela primeira voz nesse processo tão polifônico. De acordo com Margarida Dias de Oliveira (2015)⁷⁶:

Os professores que eram chamados para participar da comissão técnica, na maioria professores universitários com grande experiência de formação de professores, muitos deles com muita experiência de sala de aula, em ensino fundamental e médio, anterior a serem professores universitários, com trabalhos diversificados na área de formação de professores, às vezes em políticas

públicas, sejam estaduais, municipais e federais, programas diversos de formação de professores e de tecnologias, então essa é uma voz bastante especializada.

Nas palavras de Sonia Regina Miranda (2015)⁷⁷:

A comissão técnica é um grupo de pessoas, que tem por função ser a voz do ministério, a voz e os ouvidos do Ministério da Educação, como uma instância mesmo de proteção do Ministério da Educação, porque, se o Ministério da Educação vai gastar dinheiro público comprando livros didáticos, esse dinheiro público não pode ser mal gasto, ele não pode ser gasto com livros que comprometam gravemente a possibilidade do trabalho pedagógico, e o Ministério da Educação ele não tem no interior dos seus quadros pessoas que sejam capazes de fazer esse filtro para todas as áreas, então ele convida intelectuais de diversas áreas do conhecimento e esses grupos, são grupos plurais, não são grupos que pensem da mesma maneira, não são grupos que operam com as mesmas epistemologias, com os mesmo campos, são grupos de pessoas diferentes, que se reúnem com a tarefa de estabelecer um macro olhar sobre o que são os critérios essenciais que devem pautar essa medida de proteção ao Ministério da Educação em cada edital, então a função da comissão técnica é essa, é ser um anteparo para o ministério da educação em relação ao cuidado com o processo de avaliação.

A comissão técnica é responsável por estabelecer todos os critérios, técnicos e acadêmicos, dos editais de convocação. O processo de elaboração do edital é amplamente discutido, de forma que os sujeitos envolvidos na comissão a partir de suas condições de intelectuais, das experiências anteriores e das memórias sobre o programa constituem apreciações sobre ele.

O MEC manteve a preocupação de preservar uma memória do programa de forma que ao longo dos anos conservou e realocou alguns intelectuais no PNLD, de maneira que pessoas que participaram de um processo em determinada posição em outros processos exerceram funções diferentes. Um exemplo de permanência nos processos por nós investigados é a professora Margarida Dias de Oliveira, que esteve como Comissão Técnica da área de história nos PNLD, 2008, 2011, e 2014, exemplo de alternância é a professora Sonia Regina Miranda, que esteve como comissão técnica da área de história no PNLD 2005 e como coordenadora da área de história no PNLD 2011⁷⁸. Essa manutenção de equipe, de maneira alternada ou permanente, serviu para preservar uma memória dos processos num programa que é contínuo, a memória é muito importante, porque traduz as experiências em ações, permitindo aos editais um ganho de complexidade a cada edição.

De acordo com Maria Inês Stamatto (2015)⁷⁹:

A comissão de elaboração dos editais parte das experiências anteriores, havendo várias reuniões preparatórias em que se discutem problemas surgidos anteriormente, as inovações que se buscam incorporar, os avanços das respectivas áreas do conhecimento e a adequação a legislação vigente. O texto passa por diversas revisões e aprovação em instâncias do MEC, até a assinatura do presidente do FNDE e do Secretário da Educação Básica, quando, então, é publicado.

Além de ser responsável por conferir uniformidade aos editais, a comissão técnica também é o vínculo entre o sistema de avaliação e as políticas educacionais

no interior do PNLD. Outro papel importante é o de interlocução como eco de demandas variadas em torno da melhoria do programa, como as advindas dos movimentos sociais, do mercado editorial e das entidades científicas.

Nas palavras de Margarida de Oliveira (2015, grifos nossos):

*As demandas chegavam, sobretudo via gabinete do ministro, demandas do congresso, de deputados e senadores e também dos movimentos sociais, essas vozes chegavam até nos, a comissão. A Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão a SECADI⁸⁰, é uma voz importante de interlocução, conosco e com a COGEAM e ela trazia muitos dos movimentos sociais. **Editores e autores de livros didáticos, eles fazem visitas, interlocuções constantes ao Ministério da Educação, acho que é esse o grupo mais poderoso e que faz mais intervenção, até mais do que quem a gente gostaria que fizesse, que seria as entidades científicas. As nossas entidades, infelizmente, essa é a minha avaliação, elas estão sempre indo para fazer a crítica posterior, ela nunca faz a proposição.** Os autores e editores, eles vão na proposição, ai eles ganham um espaço, que a gente perde. Ai eu falando como professora, como militante da ANPUH, por exemplo. Então, isso é uma coisa que eu tenho falado na ANPUH e eu acho que não fui compreendida ainda e tal, mas a gente não tem um papel proativo, a gente não diz o que a gente quer a gente só vai depois, isso tá errado! Claro que esse é um papel importante nosso, mas tentar remodelar um negócio depois que a coisa já tá feita é mais complicado, seria importante se a gente estivesse dizendo o que a gente gostaria. **Então assim, quem vê de fora, vê isso como uma voz muito uníssona e não é, há um jogo, há uma disputa muito forte até a gente chegar a cada edição do programa.***

A preocupação das editoras com o PNLD se dá porque, segundo dados da Câmara Brasileira de Livros (2021), dentro do mercado editorial brasileiro o segmento dos didáticos é o mais rentável do setor, um mercado que movimentou mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição e na distribuição de obras didáticas entre os anos de 2013 e 2016, com influências até no mercado particular⁸¹.

Ainda sobre o trabalho de interlocução de diversas vozes da comissão técnica, Margarida Dias de Oliveira (2015, grifos nossos) continua:

*Nosso trabalho era sempre fruto de muitas discussões, tínhamos reuniões regulares, as vezes de 2 dias, as vezes de 3 dias, em que nós discutíamos o que nós iríamos fazer a partir de exatamente todas as demandas que chegavam. **Olha, o congresso fez uma discussão sobre isso e isso de livro didático, olha tal movimento social trouxe essa demanda, os editores pediram esse esclarecimento, então todas essas vozes chegavam pra gente né, nós mesmos membros de universidades e enquanto pesquisadores sobre a temática sabíamos o que a comunidade acadêmica estava dizendo sobre, então nós fazíamos essas discussões e posterior a essas discussões nós fazíamos, elaborávamos os editais.***

Continuando Margarida Dias de Oliveira (2015) ressalta que:

A comissão tinha que estar atenta ao que estava saindo na imprensa, o que chega de órgãos como o Ministério Público por meio de questionamentos, tudo isso chegava pra gente, tudo, absolutamente tudo, se o Ministério da Educação era acionado por algum órgão como o Ministério Público, nós recebíamos cópia do processo pra saber o que eles estavam questionando sobre aquele livro, se saía material na imprensa nós recebíamos esse material, no mínimo, no mínimo uma sinopse pra dizer, saiu essa reportagem em tal jornal, saiu essa reportagem em tal televisão, então vocês precisam ficar atentos sobre isso. A legislação estava sendo alterada, estava sendo revista, então todo tempo nós

estávamos alertas para o que estava acontecendo fosse na sociedade, fosse nos órgãos de expressão da sociedade, fosse na academia.

No que se refere, especificamente, à elaboração dos editais, podemos observar um movimento por parte dos intelectuais que compõem a comissão de tentar atribuir vozes a diferentes atores. Nesse caso, podemos constatar a participação de agentes diversos para o delineamento e para a composição dos editais por meio das demandas advindas de instâncias diversas.

Depois dos editais de convocação prontos, o próximo passo é a inscrição das editoras para participar do edital aberto pelo MEC, momento em que essas irão submeter seus livros para análise. Com o intuito de garantir a qualidade do livro como mercadoria apta a ser adquirida pelo MEC, o documento estabelece, em detalhes, as regras para a inscrição do livro didático, desde as especificações técnicas, como a gramatura do papel e o tipo de encadernação, até o conteúdo a ser apresentado nas coleções didáticas.

Na etapa seguinte ocorrem a triagem e a avaliação dos livros recebidos pelo MEC, que os encaminha para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT), para avaliação da qualidade técnica da publicação. Em seguida, os livros selecionados são encaminhados à SEB, órgão responsável pela avaliação pedagógica. Atendidas as etapas iniciais, a SEB convida universidades públicas para analisar os livros didáticos, considerando a especificidade de cada área do conhecimento.

Fechado o convênio com a universidade⁸², a SEB envia para ela as coleções, sempre descaracterizadas. Começa então a formação da equipe de avaliadores e o seu treinamento, passo essencial para afinar a equipe que participará do processo de avaliação do material a ser excluído ou recomendado. A avaliação é realizada por uma equipe de especialistas de cada área, que fica responsável por verificar se os livros estão infringindo algum dos critérios explicitados pelo edital de convocação. Como destacam as autoras Sonia Miranda e Tania de Luca (2004), a instauração de uma comissão de avaliação de livros didáticos implicou um intenso e dinâmico movimento do mercado editorial que, diante dos critérios de avaliação, passaram a reajustar os conteúdos de suas coleções a fim de garantir sua aprovação e, conseqüentemente, a garantia da compra pelo Estado.

A composição do grupo de avaliadores é feita cuidadosamente seguindo os critérios que foram estipulados pelo Decreto nº 7.084 (BRASIL, 2010, p. 4, grifos nossos),

Art. 14 A avaliação pedagógica das obras será realizada por instituições de educação superior públicas, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da

Educação, a partir das especificações e critérios fixados no edital correspondente.

§ 1º **Para realizar a avaliação pedagógica, as instituições de educação superior públicas constituirão equipes formadas por professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino.**

§ 2º **Os integrantes das equipes avaliadoras firmarão termo declarando não prestarem pessoalmente serviço ou consultoria e, ainda, não possuírem cônjuge ou parente até o terceiro grau entre os titulares de direito autoral ou de edição inscritos no processo, ou qualquer outra situação que configure impedimento ou conflito de interesse.**

A “guerra” pelo mercado editorial, que é tão lucrativo, acaba originando denúncias de que a escolha dos avaliadores poderia ser tendenciosa, unidirecional e a serviço das grandes editoras. E com o Decreto n.º 7.084, torna-se pública parte do processo de escolha, ficando clara a impossibilidade da relação dos avaliadores com os autores e com as editoras.

De acordo com Margarida Oliveira (2015, p. 5):

[...] o decreto institucionalizou uma série de práticas que nós da comissão técnica já vínhamos fazendo, nós participamos ativamente da construção desse decreto e nesse decreto nós colocamos uma série de ações que já estávamos pondo em prática nas avaliações.

Continuando, a professora relata (OLIVEIRA, 2015):

Nós garantíamos a presença da diversidade regional, não pode ter uma equipe que só tenha pessoas de 2, 3 estados, então você tem que ter gente de preferência de todo o país, no mínimo, no mínimo de todas as regiões e em todos os níveis da carreira, tanto da educação básica, quanto do ensino superior né e aí de acordo com a especificidade das disciplinas, a gente procurava fazer, garantir esse trabalho, por exemplo, em história a gente sempre procurou formar equipes que fossem especialistas em história, então que conhecessem história antiga, medieval, moderna, contemporânea, Brasil e também do ensino de história, porque essa é uma área hoje consolidada, que tem teóricos específicos, tem bibliografia específica, tem uma série de coisas.

Protagonistas do processo de avaliação, os avaliadores assumiram um papel central no cenário diversificado e plural do PNL D. E com a promulgação do Decreto n.º 7.084, estabelecem-se a transparência e os critérios de definição desses avaliadores. Nas palavras de Sonia Miranda (2015, grifos nossos):

Os avaliadores são sujeitos que emergem de contextos acadêmicos, então são contextos acadêmicos que propiciam a projeção de pessoas, algumas coisas são cuidadas, primeiro as equipes geralmente buscam pessoas de todas as regiões brasileiras né. Tem se a perspectiva e o MEC tem sempre a expectativa de que a equipe de avaliador seja uma equipe que expresse a diversidade do território brasileiro e pluralidade cultural do Brasil, segundo as equipes de avaliadores, elas normalmente tem a ver com sujeitos que tem alguma inserção acadêmica sobretudo especialmente nas redes públicas, nas faculdades públicas, são normalmente sujeitos ou são formadores de professores ou que de alguma maneira passaram pela esfera da formação de professores seja porque fizeram mestrado, seja porque fizeram uma especialização, ou seja, são indicações que dependem por tanto de rede de sociabilidade⁸³ e essas redes de sociabilidade elas são práticas sociais, elas são relações acadêmicas que você vai estabelecendo né, ao mesmo tempo eu, por exemplo,

acredito na ideia de que você tem sempre que tentar mesclar a cada processo pessoas que tenham alguma experiência com processo de avaliação e pessoas novas pra que você vá oxigenando o processo e mais do que isso, pra que você forme novos sujeitos, porque esses programas são programas que formam pessoas.

Após o processo de escolha do grupo e de treinamento dos avaliadores, começa então o processo de avaliação dos livros, seguindo os critérios estabelecidos no edital, transportados para a ficha de avaliação. Os avaliadores trabalham no sistema de duplo cego, ou seja, dois avaliadores avaliam uma obra, um não conhece quem é o outro, até determinado momento que estes se encontram para conhecer a posição do outro e o diálogo entre os dois possibilite a construção de um consenso em relação àquela obra.

A partir das fichas consolidadas elaboradas pela dupla de avaliadores que analisaram a coleção, vai ser gerado um parecer de reprovação ou de aprovação. Esse movimento é finalizado com a construção das resenhas das obras aprovadas que estarão presentes no guia do PNLD. Esses documentos são os produtos finais do processo de avaliação dos livros didáticos inscritos no programa, estando neles presentes as apreciações oficiais sobre determinada obra didática.

Concluído o processo de avaliação, em sequência tem início a confecção do guia do PNLD. De acordo com Tania de Luca⁸⁴ (2015, p. 6), a elaboração do guia é coletiva, pois “o guia é lido pela coordenação de área, pelo professor que representa o MEC, pelos técnicos do MEC, portanto, é um texto coletivo, que não tem propriamente autoria e que vinha sendo modificado no decorrer do processo”. Relata também que o MEC acompanha todas as etapas do processo, desde a elaboração do edital até a leitura final do guia.

O guia é um material público, destinado a informar aos professores acerca do universo de livros didáticos aprovados a cada edição do PNLD, além de auxiliá-los na escolha dos livros didáticos disponíveis para a adoção nas suas respectivas escolas⁸⁵. No guia do livro didático estão presentes as obras consideradas adequadas pelos pareceristas do PNLD, em conformidade com o edital e com os parâmetros mínimos exigidos para promoção do ensino-aprendizagem em cada área de conhecimento. As obras com erros graves (equivocos conceituais, reprodução de preconceitos, desatualizações, não respeito à legislação, etc.) são reprovadas, portanto, excluídas do guia.

O guia do livro didático é publicado pelo FNDE em seu portal eletrônico e em material impresso. Esse material é enviado às escolas cadastradas no censo escolar para que professores e equipe pedagógica procedam à análise das resenhas das coleções para selecionar as que melhor atendem ao projeto político-pedagógico da

escola, ao aluno e ao professor, e à realidade sociocultural das instituições. Após esse processo, a escola deve apresentar a escolha e fazer o pedido de duas obras para cada ano e disciplina.

É justamente nessa etapa final, mais próxima à escolha, compra e com a distribuição dos livros que estão as maiores críticas ao programa, como a de que o professor escolhe um livro e não o recebe. Essa é uma questão que não é da alçada do MEC, e sim do FNDE. Ou seja, da logística do processo de compra e distribuição.

De acordo com Tatiane Feitosa de Britto (2011), o percentual de escolas que deixam de enviar suas opções ao FNDE é da ordem de 20%.

A autora justifica que as principais razões desse elevado índice são exatamente o desgaste e o desencanto causados pelo fato recorrente de suas escolhas não serem contempladas.

Margarida Oliveira (2015) ressalta que:

Essa é uma questão bastante complexa, que não tem só a ver com o FNDE, por exemplo, um dos grandes problemas das secretarias de educação, toda secretaria de educação seja estadual, seja municipal, ela tem um técnico do livro didático, esse técnico é o responsável e há também uma reserva técnica, o que é uma reserva técnica? Todo livro, ele é comprado sempre em relação ao senso do ano anterior, eles compram uma quantidade a mais já prevendo a nova entrada de aluno, o que acontece é que algumas secretarias acham por bem fazer com que todas as escolas escolham um único livro porque quando há mobilidade dos alunos, você tem como repor o livro na escola, isto do ponto de vista de ter o material é importante, mas nem sempre o professor é informado sobre isso, então essa é uma decisão que passa pelo diretor da escola junto seja com as regionais do ensino, com as diretorias ou com a própria secretaria, então o professor culpa o Ministério da Educação por uma coisa que na realidade quem escolheu foi a escola, então se a escola, veja eu não estou criticando a forma que a escola tá operando, isso é autonomia da escola, mas isso tem que ser informado ao professor.

Apesar de todo o trabalho, que ocorre durante todo o processo de avaliação, com o objetivo de poder dar possibilidades distintas de escolha no guia ao professor na escola, a não garantia de que receberá a obra que selecionou acaba levando a uma situação em que o professor recebe um livro que não queria e acaba não trabalhando com aquele livro. O aluno termina sem ter o livro, o que compromete o objetivo inicial do programa, que é de garantir material didático aos alunos da rede pública.

O debate polarizado em torno do PNLD muitas vezes traz posicionamentos que desqualificam e suspeitam da legitimidade do programa. Então, o que procuramos evidenciar aqui é a natureza e a complexidade do programa e de um processo em que diversos atores e diversas vozes estão envolvidos direta ou indiretamente. O sistema de avaliação de livros didáticos realizado pelo PNLD integra o campo de

uma política pública educacional mais ampla e, nesse sentido, está atravessada pelos diferentes agentes, delineamentos e demandas próprias que se concretizam enquanto eco de reivindicações variadas em torno da melhoria da qualidade do livro didático. O nosso interesse em situar o contexto em que tais sujeitos realizam o processo de avaliação é justamente para demonstrar que os documentos que dão publicidade ao PNLD não são portadores de uma única voz e sim integram um processo polifônico.

Referências

Fontes orais

BEZERRA, Holien Gonçalves. Entrevista concedida as professoras Ângela de Castro Gomes e Tania Regina de Luca, 2013, e publicada na Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 177-210 – 2013.

DIAS, Margarida de Oliveira. Entrevista concedida a Diego Deziderio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015. 08 p.

GOMES, Ângela de Castro; LUCA, Tania Regina de. Entrevista feita com o professor Holien Gonçalves Bezerra. Revista história hoje, v. 2, nº 4, 2013, p. 177-210.

LUCA, Tania Regina. Entrevista concedida a Diego Deziderio. Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2015. 06 p.

MIRANDA, Sonia Regina. Entrevista concedida a Diego Deziderio. São Gonçalo, 27 de janeiro de 2015. 11 p.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Entrevista concedida a Diego Deziderio. São Gonçalo, 12 de julho de 2015. 05 p.

Bibliografia

ALMEIDA, F. R. **História e memória nos limites do (in)visível**: reflexões do saber histórico escolar nos livros didáticos de história. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

ALVIM, Y. C.; MIRANDA, S. R. Livros na batalha de ideias: a sedução da verdade no debate público em torno dos livros didáticos de história. *In*: GALZERANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; JÚNIOR, A. P. (org.). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história**. São Paulo: Paco Editora, 2013. p. 373-398.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRITTO, T. F. **O Livro didático, o mercado editorial e os sistemas de ensino apostilado**. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2011.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Desempenho real do mercado editorial**: série histórica. Brasília, 2021. Disponível em: http://cbl.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/S%C3%89RIE-HIST%C3%93RICA_Final.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, M. D. de. O programa nacional do livro didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. *In*: GALZERANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; JÚNIOR, A. P. (org.). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história**. São Paulo: Paco Editora, 2013. p. 357-372.

SILVA, M. S. P. da. **Pronunciamento na Audiência Pública no Senado Federal sobre o Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília: MEC, 2008.

⁷⁴ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2016, sob a orientação da prof.^a dr.^a Helenice Aparecida Bastos Rocha, intitulada “A Lei 10.639 e o Programa Nacional do Livro Didático: tensões de um processo e seus sujeitos”. A dissertação teve apoio de bolsa Faperj.

⁷⁵ Entre as pesquisas que procuram evidenciar diversos aspectos do PNLD, podemos destacar os trabalhos de Célia Cassiano, que procurou em sua tese de doutorado trabalhar a criação do PNLD e as mudanças ocorridas no mercado editorial brasileiro no final do século XX e início do XXI, o trabalho de mestrado de Fabiana Almeida, que buscou analisar o acervo de livros didáticos de história aprovados pelo PNLD 2011, a fim de perceber como a distinção entre os campos de saber da memória e da história é evidenciada e teorizada pelos autores no interior dos livros didáticos de história; Yara Alvim, que trabalhou o processo de avaliação de livros didáticos de história do PNLD dos anos de 2005 e de 2008 a partir dos elementos que perpassam sua complexidade e especificidade no interior de um esforço de reflexão em torno do procedimento histórico e sua epistemologia. Os trabalhos do Laboratório de Ensino de História (Labepeh/UFMG), coordenado por Lana Siman e Júnia Sales, em que buscaram trabalhar o processo de escolha do livro didático pelos professores de ensino fundamental em Minas Gerais, entre outros trabalhos de mesma relevância.

⁷⁶ Margarida Dias de Oliveira é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuou como representante da área de história na comissão técnica dos PNLD 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014, exercendo a função de comissão técnica durante 10 anos. Tem uma longa trajetória no campo do ensino da história com foco na formação de professores. Ainda em circunstâncias públicas participou da elaboração das orientações curriculares para o ensino médio – conhecimentos de história no ano de 2008.

⁷⁷ Sonia Regina Miranda é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atuou como representante da área de história comissão técnica do PNLD 2005 e como coordenação da área de história do PNLD 2011. Sonia Miranda tem uma vasta experiência atuando com formação de professores, anteriormente ao PNLD, atuou no sistema de avaliação de Minas Gerais no início dos anos 2000.

⁷⁸ Outros exemplos de permanência e alternância respectivamente são as professoras Maria Inês Stamatto, que esteve como coordenadora de área de história nos PNLD 2008 e 2014, e a professora Tania Regina de Luca, que esteve como coordenação de área de história no PNLD 2005 e coordenadora adjunta no PNLD 2011.

⁷⁹ Maria Inês Sucupira Stamatto é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atuou como coordenação pedagógica da área de história dos PNLD 2008, 2010, 2013, 2014 e 2015.

⁸⁰ A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) é uma importante via entre o PNLD e os movimentos sociais, sendo muitas vezes o principal canal entre o movimento social negro e o programa.

⁸¹ De acordo com Marcelo S. Pereira da Silva (2008), a aprovação ou a reprovação de uma coleção no PNLD traz consequências para o desempenho dela no mercado particular, pois muitas escolas particulares substituem o livro se ele não consta na lista de obras aprovadas pelo MEC. Nesse sentido, os livros bem avaliados acabam apresentando um bom desempenho no mercado particular.

⁸² É importante destacar que o convênio é fechado com apenas uma universidade, que passa a ser a responsável pelo processo.

⁸³ Mesmo existindo critérios rígidos, para a escolha da equipe de avaliação, não podemos deixar de destacar que essas escolhas estão sujeitas a condições e interesses dos mais diversos, inclusive das subjetividades daqueles que fazem a indicação, como é destacada na fala da professora Sonia Miranda, ao deixar claro que as escolas dependem das redes de sociabilidades.

⁸⁴ Tania Regina de Luca é professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), atuou como coordenação pedagógica de área de história no PNLD 2005 e coordenadora adjunta no PNLD 2011. Tem uma longa e reconhecida trajetória no campo da história, tendo atuado em circunstâncias públicas anteriores ao PNLD, como membro de comissão verificadora designada pelo MEC e pela Secretaria de Educação Superior (SESu), nos anos 2000, e consultora da área de história para a análise de recursos da avaliação trienal dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Capes no ano de 2002.

⁸⁵ O guia serve como um instrumento orientador das escolhas dos professores sobre os livros didáticos que serão usados nas aulas com os estudantes, o que impacta diretamente o fazer pedagógico.

A PRIMEIRA VERSÃO DA BNCC COMO OBJETO DE DISPUTAS ENTRE HISTORIADORES⁸⁶

Diogo Alchorne Brazão

Neste capítulo analisamos a repercussão sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de história quando ela se tornou pública, em sua primeira versão. Para isso são verificadas as cartas de grupos de pesquisas e de instituições acadêmicas, produzidos à época, que criticaram o material apresentado pelo Ministério da Educação (MEC). Destacamos os textos contrários ao material, especialmente aqueles que se dirigiram à nova proposta curricular apresentada no componente curricular de história.

Quando a primeira versão da BNCC veio a público no ano de 2015, iniciou-se uma multiplicação de cartas de repúdio ao conteúdo do componente curricular de história, produzindo um rico material para a compreensão do debate e para a análise de seus conteúdos e objetivos contidos em seus manifestos. Para este capítulo, o foco é direcionado às críticas referentes aos conteúdos propostos no documento⁸⁷.

Cabe destacar que as análises feitas foram fundamentadas a partir da teoria decolonial, que sensibiliza para propostas e discursos baseados na perspectiva eurocêntrica.

Análise das cartas contrárias à BNCC de história

A primeira onda de cartas referentes ao componente curricular de história foi de críticas contrárias à proposta. A maioria desses manifestos foi publicada no portal da Associação Nacional de História (Anpuh)⁸⁸, dando visibilidade à opinião de grupos de trabalho (GT)⁸⁹, além de grupos de pesquisadores de várias linhas de pesquisa que emitiram sua opinião e seu posição sobre o documento.

Neste tópico analisamos as seguintes cartas: “Nota da Associação Nacional de História sobre a BNCC”; “BNCC: Carta da ANPUH-Brasil para o secretário de educação básica do Ministério da Educação”; e “Carta crítica da ANPUH-Rio à composição do componente curricular de história na Base Comum Curricular”.

A primeira carta crítica apresentada publicamente foi apresentada pela Anpuh-Rio por meio do seminário organizado pela instituição para debater com os seus membros o conteúdo presente na BNCC de história. Esse evento ocorreu no dia 18

de novembro de 2015, foram convidados membros dos GTs ligados à seção Rio de Janeiro para serem feitos debates sobre a nova proposta curricular. Foram feitas inúmeras críticas ao documento, desde a escolha dos especialistas até os conteúdos propostos no documento de história.

[...] a Associação Nacional de História, Seção Rio de Janeiro, encara com perplexidade a forma como esse processo foi encaminhado pelo governo: a súbita composição de uma comissão e assessoria que, no caso da área de História, em apenas três meses – de junho a setembro de 2015 – elaborou uma proposta que se encontra em um franco descompasso com as questões debatidas na historiografia e na formação de professores (ANPUH, 2015, s/p).

A instituição fez duras críticas ao documento, destacando inicialmente o processo de elaboração dele, destacando o curto espaço para a construção de um documento que perduraria para os próximos anos. De fato, três meses para elaborar uma proposta curricular é um tempo limitado, ainda mais no componente curricular de história, que tem uma abrangência de temas e áreas distintas. Isso revela a segunda crítica apresentada pela Anpuh-Rio sobre a seleção dos conteúdos, que destacamos adiante.

Além das críticas relacionadas ao tempo e à ausência de convites a grupos específicos por parte do MEC, foram feitas críticas ao processo de seleção dos especialistas, tal como fez a Anpuh-Brasil (2015, s/p):

[...] é preciso reconhecer a diversidade de perspectivas como uma marca que caracteriza os campos de pesquisa da História e seu ensino. Nesse sentido, o processo de constituição da comissão elaboradora do texto curricular não poderia desconsiderar esta característica. Disto resulta a necessidade de ampliação ou reformulação da equipe de História segundo critérios que possam minimamente contemplar as demandas de suas diferentes subáreas de conhecimento (ANPUH-BRASIL, 2015, s/p).

Além da nota emitida pela associação, ocorreu o envio da carta ao secretário de educação do MEC, Manuel Palácios, na qual era destacada a necessidade de mudanças na equipe de especialistas do componente curricular de história e de ampliação do número de especialista para atender às subáreas da história.

Em nota o GT de história da África apresentou críticas ao documento em diversos pontos, que destacamos adiante. O grupo também destacou apoio a uma ampla discussão sobre a BNCC:

[...] concordamos que uma transformação como está no Ensino de História requer uma discussão mais aprofundada que considere as diferentes subáreas e a participação mais ampla de pesquisadores e professores dos diversos níveis de ensino (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

O grupo de historiadores que produziu o maior número de manifestações contrárias à primeira versão da BNCC de história foi os das áreas de história antiga

e medieval. Foram manifestos variados e com destaque aos cortes em suas áreas de atuação, porém também foram feitas críticas ao processo de escolha dos especialistas.

A carta de repúdio emitida pelo Fórum de Profissionais de História Antiga e Medieval (2015) à BNCC de história apresentou as seguintes críticas, destacando em primeiro lugar a questão do tempo de preparo do documento, em seguida destaca o processo de seleção dos especialistas:

Esta comissão reuniu um conjunto de profissionais que não reflete a diversidade observada no campo de História no país. Ademais, não houve nenhum diálogo durante o processo de elaboração da Base, fosse com os professores-pesquisadores inseridos nos diferentes segmentos, fosse com suas entidades representativas.

O critério adotado pelo MEC referente ao quantitativo de especialistas não ultrapassou o máximo de cinco membros, portanto se essa proposta de ampliação da equipe fosse levada em consideração por parte do ministério, o componente curricular de história apresentaria uma quantidade exorbitante de especialistas em comparação aos outros componentes curriculares da base.

Além das críticas referentes ao processo de escolha dos especialistas e do curto tempo para a elaboração do componente curricular de história, foram feitas diversas críticas aos conteúdos propostos no documento.

As primeiras delas foram feitas não por historiadores, mas pelo então ministro da Educação Renato Janine Ribeiro. Ele reprovou a maneira como foi formulada a história do Brasil e ainda afirmou a ausência de uma história que não fosse relacionada à África e ao Brasil. Tais afirmativas proporcionaram uma atenção direta por parte da mídia e de historiadores ao documento citado por Ribeiro. A primeira carta crítica que destacou diretamente esse fato foi a carta da ANPUH-Rio.

Essa dimensão épica da História do Brasil, na qual só faz sentido o que é extensão da formação brasileira, não nos permite o importante exercício de olhar para o que se perdeu do passado e refletir sobre uma “perda” que não se explica unicamente pelas questões do presente. Daí a importância de ampliar o horizonte da “formação” a partir de “outros” passados, estendendo os horizontes de reflexão crítica sobre perspectivas diversas, entendendo-se o aluno como sujeito histórico na construção da realidade e do conhecimento socialmente produzido (ANPUH-RIO, 2015, s/p).

Seguindo as críticas parecidas com as levantadas por Ribeiro, foram feitas críticas ao destaque dado aos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, como é apresentada na carta de pesquisadores vinculados a diversas universidades sobre a BNCC:

A falta de perspectiva de interações e de mestiçagens pelo prisma político, social, econômico e cultural está presente mesmo em diferentes formas de escravidão. Os únicos escravizados

no documento são os africanos e os indígenas (p. 253). Resistência à escravidão, se se trabalha com essa perspectiva, ainda é vista pela BNCC-História apenas como quilombos e revoltas (p. 253), o que há muito tempo, sobretudo a partir dos anos 1980, tem sido largamente superado pela historiografia brasileira sobre escravidão, muitíssimo respeitada entre especialistas e tomada como referência nos principais centros de pesquisa nacionais e estrangeiros (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

Como podemos observar, existe uma preocupação dos pesquisadores ao redigir a carta crítica à BNCC de história. O principal destaque é o uso de conceitos de forma anacrônica. Outro ponto foi acerca da centralidade na história do Brasil, que negligencia outros acontecimentos históricos, e em destacar a escravidão como “exclusiva” aos indígenas e africanos, essa proposição fortalece o imaginário e a associação especialmente do negro à escravidão, com isso se estabelecendo uma lógica de perpetuação da subalternidade do negro.

Os autores da carta continuam as suas críticas ao documento ao destacar a necessidade de inclusão do europeu na história proposta no documento curricular:

Realçar as presenças indígenas e africanas, mesmo que se evoque a lei 10.693 (10.639), não pode ser base para minimizar outras manifestações identitárias, inclusive mestiças, em suas dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas, religiosas e familiares, e tampouco as matrizes europeias da formação histórica plural do Brasil (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

Como podemos observar, os autores apresentam uma crítica ao componente de história por destacar indígenas e africanos em detrimento do europeu e propõem destacar a contribuição europeia. Entretanto, defendemos que a proposta curricular apresenta características eurocêntricas, mesmo ao apresentar rupturas em suas abordagens.

Entendemos que a afirmação feita pelos pesquisadores tem uma influência da historiografia de tradição eurocêntrica, que negligenciava o negro e o indígena para destacar o europeu. Perpetua-se com isso uma lógica de subalternidade a esses dois grupos étnicos, tal afirmação demonstra uma negativa de pertencimento a uma história que destaque o indígena e o negro tanto como o europeu teve destaque na história tradicional.

A carta escrita pelo grupo de professores universitários da área de história antiga e medieval das regiões Norte e Nordeste do Brasil apresenta críticas com a mesma linha de raciocínio, apresentando outras linhas de defesa da permanência da história antiga e medieval nos currículos escolares.

Consideramos que a História deve trazer para o primeiro plano de análise regiões e povos que tradicionalmente foram alijados da escrita oficial de nosso país e mesmo do Ocidente, porém isso não deve ser feito em detrimento das experiências humanas na antiguidade e no medievo, as quais forjaram, em grande medida, o mundo em que vivemos atualmente

(CARTA DE PROFESSORES DE ANTIGA E MEDIEVAL DO NORTE E NORDESTE SOBRE A BNCC, 2015, s/p).

No trecho citado, podemos identificar argumentos levantados pelos autores para justificar a manutenção de suas áreas nos currículos, vinculando a formação do Brasil a um passado de origem europeia, destacando a influência dessa cultura na organização do país. Em seguida identificamos outro trecho que nos proporciona uma análise mais complexa e nos ajuda a entender o principal argumento levantado pelos autores em defesa da história antiga e medieval:

Em outras palavras, a valorização dos povos ameríndios sem escrita não pode ocorrer em prejuízo do ensino da importância do surgimento da escrita na Mesopotâmia milênios antes de Cristo. Afinal, como entender nosso mundo contemporâneo sem que observemos como ele começou a ser construído? Como compreender a introdução do cristianismo na América sem conhecer o processo de afirmação e expansão do discurso cristão no Império Romano e nos séculos ditos medievais? (CARTA DE PROFESSORES DE ANTIGA E MEDIEVAL DO NORTE E NORDESTE SOBRE A BNCC, 2015, s/p).

Nesse trecho, podemos identificar a visível desvalorização das culturas indígenas e africanas ao trazer o argumento de que tais culturas não tinham escrita e que, portanto, a cultura/história europeia deveria ser mais valorizada pelo advento da escrita. Essa linha de raciocínio teve origem no século XIX, na instauração da história como ciência e da negativa de se considerar outros tipos de fontes históricas além da escrita.

Dentro dessa perspectiva, é possível identificar nesse discurso a presença da “colonialidade do saber”, que é caracterizado por Quijano (2005, 2007) como a negativa e a desqualificação de qualquer prática de conhecimento que não seja a produzida pelo europeu, logo as culturas indígenas e africanas não deveriam ser valorizadas.

A ANPUH-Rio também apresentou críticas à ausência das histórias antiga e medieval na BNCC:

Os estudos da pré e proto-histórias, assim como da Antiguidade e do Medievo – que foram descartados como conteúdos curriculares relevantes - pesquisam as movimentações populacionais entre os continentes, a circulação de ideias e objetos pelo Atlântico, pelo Mediterrâneo, Oceano Índico e até o Mar da China, não podendo ser confundidos com conteúdos eurocêntricos. Constituem campos fundamentais para o estudo de experiências humanas diversas daquelas nas quais os alunos estão inseridos, colocando em perspectiva uma história narrada como processo único e linear. Portanto, não perpetuam visões eurocêntricas, mas ao contrário as combatem (ANPUH-RIO, 2015, s/p).

Ao contrário da carta dos professores de história antiga e medieval das regiões Norte e Nordeste, a carta crítica da ANPUH-Rio aponta a necessidade do estudo de conteúdos dessas áreas, mas destaca a possibilidade de trabalhá-las sem perpetuarem a visão eurocêntrica.

No que se refere ao destaque dado à história da África, o GT de história da África emitiu uma nota sobre a BNCC de história:

É preciso apontar que o destaque dado à área de História da África na proposta atual da BNCC é de grande importância e fornece uma contribuição para o ensino de História e para o enfrentamento dos atuais desafios à plena integração social e ao exercício da cidadania no Brasil. Contudo, causa incômodo e estranheza aos historiadores brasileiros, estudiosos da África e promotores de vários eventos, debates e publicações sobre ensino e pesquisa, a elaboração de uma proposta curricular nos termos apresentados na BNCC (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

Nessa nota, o GT de história da África apresenta uma crítica à abordagem proposta pelo grupo de especialistas ao trabalhar a história do continente, o desconhecimento por parte de seus membros de uma bibliografia recente sobre o tema propicia uma tratativa desatualizada e ainda apresenta outro problema, que é a visível intenção de rompimento com o eurocentrismo, mas a manutenção da visão eurocêntrica, isto é, os especialistas propõem destacar a história da África, mas continuam contando uma história a partir da ótica do europeu. Para promover o giro decolonial, é preciso utilizar um novo arcabouço teórico, com novas perspectivas, utilizando inclusive autores de origem africana que rompem com a lógica colonial.

Além das críticas feitas à exclusão de história antiga e medieval e a uma maior inclusão da história indígena, africana e afro-brasileira, foram apresentadas críticas conceituais a pontos variados do documento. A ANPUH-Rio destacou diversos pontos do documento:

[...] no que se refere ao componente curricular de História, mostram o descompasso com as pesquisas historiográficas de ponta, ignorando todo o investimento público aplicado nas diversas subáreas dentro da História [...] Ressalta-se ainda que aspectos ultrapassados na discussão historiográfica, tais como os “ciclos econômicos”, reaparecem para se fazer menção à economia colonial brasileira, reafirmando o distanciamento da BNCC com o quadro docente que se forma hoje nas instituições de ensino superior (ANPUH-RIO, 2015, s/p).

Mais uma vez encontram-se críticas à ausência de revisão historiográfica, visto que os especialistas seguiram algumas tradições historiográficas que sofreram mudanças ao longo dos anos, especialmente no recorte temporal da história do Brasil pela perspectiva das fases da economia colonial.

A carta crítica intitulada “História da América e a BNCC”, assinada por um grupo de historiadores fluminenses, destaca o uso de conceitos eurocêntricos ao abordar conteúdos relacionados à história da América na proposta curricular:

Quem se debruça sobre o componente de História na BNCC logo perceberá que grande parte da história da humanidade não foi contemplada. [...] Os problemas da BNCC não se reduzem às ausências, também as presenças são questionáveis. História da América é uma

das áreas que está presente nesta proposta que, parafraseando a Von Martius, propõe ensinar a história do Brasil como a história da formação de seu povo, incluindo nesta formação a “mescla das raças”: índios, africanos e portugueses. Daqui se infere que África e América ganharam destaque quantitativo, mas não qualitativo. América aparece em função do Brasil, assim como Brasil aparece frequentemente fora da América. E os índios? Por vezes são brasileiros, por vezes americanos (HISTÓRIA DA AMÉRICA E A BNCC, 2015, s/p).

Além de destacarem a visão eurocentrada da BNCC ao abordar os conteúdos relativos aos povos indígenas, já que é mantido o arcabouço teórico para a proposta dos conteúdos, o recorte temporal e especialmente os temas atrelados aos povos indígenas continuam sendo analisados sob a ótica europeia. Em outra passagem destacam mais uma característica do eurocentrismo presente na base:

A “conquista da América” aparece em função da expansão ultramarina europeia (CHHI8FOA106) e não poderia ser de outra forma já que a base trabalha como conceito de conquista. Então, o mundo europeu, Renascença, artes e ciências ingressam em função do expansionismo europeu (CHHI8FOA107). A conquista e colonização tomam conta de grande parte da realidade americana entre os séculos XV e XIX, deixando pouco ou nenhum lugar para os processos de etnogênese (CHHI8FOA110, CHHI8FOA111) (HISTÓRIA DA AMÉRICA E A BNCC, 2015, s/p).

Outra vez destaca-se o próprio uso do conceito de conquista, que está diretamente relacionado à lógica de poder do europeu sobre os povos indígenas, logo apresenta nexos com o eurocentrismo. Tal visão é destacada novamente em outro trecho da carta crítica:

Ainda sobre a questão das Independências, se bem que estas são inseparáveis da Revolução Francesa e da Revolução Liberal espanhola, o certo é que há dinâmicas atlânticas bem mais abrangentes, e dinâmicas continentais (andinas) que informam esse processo. A BNCC retoma uma visão totalmente eurocêntrica ao colocar a Revolução Francesa como centro de irradiação das revoluções pela independência (CHHI8FOA111); por que não as revoluções indígenas que estremeceram as Américas? Ou a revolução americana que antes impactou na Francesa? (HISTÓRIA DA AMÉRICA E A BNCC, 2015, s/p).

Assim como destaca-se ao analisar as críticas feitas pelo GT de história da África, encontram-se críticas parecidas feitas por historiadores da área de história da América, que apontam para uma visão eurocentrada por parte dos especialistas responsáveis pela construção da BNCC de história. As críticas que permeiam o trabalho estão relacionadas a narrativas ultrapassadas no campo da história da América, mesmo sendo uma área que ganhou destaque no componente curricular de história. Para tal afirmação, que se torna pertinente ao observarmos o documento, pode ser alegada uma ausência de conhecimento de uma bibliografia atualizada sobre a área de história da América, portanto os especialistas mantiveram suas bases em uma historiografia clássica, que apresenta uma visão eurocêntrica. Logo, entendemos que tanto na área de história da África como da história da

América não foram feitas leituras com uma visão mais atual, que propõe uma ótica descentralizada da Europa, se esse “movimento” promoveria o giro decolonial²⁰.

O GT de história da África promoveu crítica parecida às feitas pelo grupo de professores fluminenses da área de história da América:

A proposta parece desconsiderar os conhecimentos apresentados por uma historiografia contemporânea internacional, inclusive africana e brasileira sobre África. Essa historiografia contemporânea é crítica à perspectiva eurocêntrica, sobretudo no que se refere à abordagem das sociedades africanas que privilegia as noções de estado e formações políticas centralizadas e hierarquizadas. [...] Isso fica evidente, por exemplo, nos objetivos apresentados para o Oitavo Ano. As referências temporais e espaciais desta unidade são altamente problemáticas, pois organiza a História da África Antiga tomando como um marco histórico central a chegada dos Portugueses (“às vésperas da Conquista”), no século XV. O uso do termo “Conquista”, que neste contexto é especialmente incômodo, expõe claramente uma narrativa eurocêntrica que o currículo supostamente deveria superar. Além disso, chama atenção a menção apenas ao “Reino” do Mali. Porque apenas “Estados Centralizados” importam? [...] Por que não falar de Jenne-Jeno caracterizada como a maior cidade da África subsaariana no século VIII, portanto antes até da expansão do Islã? A história da África novamente cai na antiga concepção de que ela só tem algum valor a partir do momento em que se assemelha aos processos históricos da Europa. As múltiplas formas de organização social e política africanas em geral não podem ser compreendidas na sua totalidade a partir dessas noções: estados, reinos e impérios. Assim, o destaque dado para os chamados grandes impérios e reinos africanos deixa de lado a grande maioria das formações sociais organizadas a partir de outros critérios, que não os de poderes centralizados. A proposta ainda evidencia a não problematização dos limites dessas formações políticas e sequer menciona as conexões e articulações políticas, sociais e econômicas entre os chamados grandes reinos e impérios e as formações sem poder centralizado ou denominadas segmentárias (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

Além da crítica feita à ausência de diversos conteúdos do campo da história da África, que contribuiriam para um melhor entendimento sobre a construção histórica desse continente e sobre as suas relações com a cultura brasileira (que aparenta ser o principal objetivo dos especialistas), foram feitas críticas às ausências epistemológicas.

As epistemologias africanas apontam que a produção do conhecimento histórico tem passado por um descentramento em relação aos centros hegemônicos. Em confronto com a episteme eurocêntrica, acenam para visões mais arejadas e sem os vícios das categorias ancoradas no paradigma do pensamento hegemônico. A base teórica dessa perspectiva está ancorada nos estudos que tratam da diversidade, pluralidade e diferença cultural. A urgência dos estudos sobre África serve não só para desfazer estereótipos e classificações arbitrárias de todo tipo, como associar a África unicamente à escravidão, como também deslocar o olhar para novas formas de produção do conhecimento histórico: anti-eurocêntrico, policêntrico, dialógico e antirracista. Estamos em um momento de abertura epistemológica propensa à polissemia de narrativas históricas, menos cartesiana e mais ansiosa por abordagens ancoradas em tradições filosóficas do sul global (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

Ainda é destacado outro ponto da presença da lógica colonial:

[...] a subtração de conteúdos relacionados à “Antiguidade” e à “Idade Média” africana é bastante problemática. O fato positivo apresentado pela BNCC de romper com a periodização estruturada a partir da História da Europa não deveria implicar a subtração da história das sociedades africanas antes do século XVI. Com isso estamos transformando a História da África, da mesma forma que a historiografia colonial fez, num apêndice da Europa e de suas histórias nacionais (GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, 2016, s/p).

Em outras palavras, a partir da perspectiva desenvolvida no componente curricular de história, a história da África que é proposta perpetua a lógica de subalternidade da África, porém o “centro” deixa de ser a Europa para ser o Brasil. Com isso, pode-se afirmar que a história da América apresenta as mesmas características.

A ANPUH-Rio (2015 s/p) em sua carta crítica também destaca preocupações com a centralidade dada ao Brasil:

[...] ao subdimensionar a importância do passado de outros povos, valorizando-se apenas o passado “brasileiro”, o texto da base incorre num sério risco de negar o próprio conhecimento histórico enquanto conhecimento do Humano, impossibilitando a articulação crítica com a construção de outras ideias de cidadania, de política e de formação de identidades, inclusive a própria identidade nacional brasileira. Isso nos coloca o risco de propor para as próximas gerações a construção de uma visão de identidade sem alteridade (ANPUH-RIO, 2015, s/p).

As principais críticas à primeira versão da BNCC de história foram especialmente para a valorização das histórias indígenas, africana e afro-brasileira; para a valorização da história do Brasil em “detrimento” da tradicional história geral; para a ausência de história antiga e medieval; e para a escolha dos especialistas do componente curricular de história, além da falta de diálogo com a Anpuh.

A carta crítica elaborada pelo colegiado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná apresentou três pontos que na opinião deles deveriam ser mudados:

Foi identificada uma série de problemas graves e cruciais no documento no que concerne ao tratamento desigual e desarticulado dos conteúdos curriculares. Dentre eles, destacamos:

1. A ênfase excessiva em História do Brasil, com significativo prejuízo da abordagem dos processos históricos mais gerais;
2. O uso de baliza temporal quase sempre referida ao século XVI (período da colonização brasileira) torna quase insignificante aos alunos as aprendizagens de outros contextos históricos, especialmente os referentes à História Antiga e Medieval, além de depor contra a noção de diversidade defendida pela BNCC;
3. Desestruturação da linha temporal, com perda das referências cronológicas e da noção de processo histórico, com conseqüente fragmentação do conhecimento histórico (UNIOESTE, 2015, s/p).

Sabemos que o documento da primeira versão do componente curricular de história apresentou inúmeros problemas, mas o documento escolheu problematizar a necessidade de romper com o eurocentrismo, e com essa proposta de rompimento foi oferecida uma nova proposta que não apresentava uma história cronológica e que rompia com a história quadripartite. Analisando esse ponto, podemos observar uma nova abordagem da história que não apresentou a história do Brasil posteriormente a inúmeros períodos da história da humanidade, passando por um “processo de desenvolvimento civilizatório” e, ao abordar a história, nos deparamos com o “atraso” em comparação à história da humanidade²¹.

Retomamos a discussão presente na maioria das cartas críticas à BNCC de história e a exclusão da história antiga e medieval. Não foi apenas a Anpuh ou os grupos de historiadores das áreas de antiga e medieval que criticaram as suas ausências. O grupo de historiadores fluminenses que assinaram o texto “História da América e a BNCC” também atentaram para essa crítica, além de eleger outros pontos em destaque:

A história da Antiguidade, da Idade Média, está ausente. A história da Idade Moderna e da Idade Contemporânea está sub-representada. A Europa moderna aparece em função das “conquistas” da América e da África. Pretende-se com esses recortes dois objetivos: primeiro trazer para o aluno um mundo mais próximo e portanto mais fácil de ser aprendido, e segundo escapar às visões eurocêtricas que tem impregnado o ensino de história desde que este constitui parte dos currículos escolares. [...] Nós nos perguntamos como poderia ser operacionalizada esta análise sem conhecer o pensamento da Renascença e da Ilustração. Excluir o conhecimento dos processos históricos europeus desde a antiguidade até o período da expansão ultramarina portuguesa (porque a ênfase é em Portugal) em lugar de gerar pensamento crítico capaz de analisar, desnudar e interpretar o eurocentrismo, nos deixará sem ferramentas para sua crítica (HISTÓRIA DA AMÉRICA E A BNCC, 2015, s/p).

Cabe destacar o argumento apresentado no trecho citado, no qual é afirmada a intenção dos especialistas em “aproximar” os conteúdos aos alunos e assim torná-los mais fáceis de serem aprendidos. Porém, não encontramos no documento nenhuma menção a essa estratégia de aprendizagem ou que tenha sido percebido ao analisarmos o material.

O GT de história antiga apresenta as mesmas questões e oferece uma alternativa para esse problema:

A proposta da atual Base Nacional Comum Curricular não fomenta ao jovem estudante o exercício de raciocínio histórico, pautado na comparação e na transversalidade. Temáticas como “escravidão”, “navegação”, “colonização”, “leitura” poderiam ser trabalhadas em sociedades/ culturas separadas no tempo e no espaço. Percebe-se um total desconhecimento, por exemplo, de propostas renovadoras no campo da História Comparada (TACLA; LIMA, 2015, s/p).

Mais uma vez encontramos afirmações infundadas com relação ao documento, pois não existe prova suficiente para sustentar a ideia do total desconhecimento das propostas do campo da história comparada por parte dos especialistas. Em outro trecho destacam a importância de os estudantes terem acesso aos conteúdos de história antiga e medieval para entenderem fatos da contemporaneidade, que é o foco principal da base.

Ao contrário do que concebem os idealizadores do currículo de História da BNCC, a História Antiga e também a Medieval não estão tão distantes dele. Como podem os jovens brasileiros entender o que representou a entrada dos tanques americanos sobre os vestígios da antiga Babilônia (no atual Iraque) ou mesmo o saque e a destruição do museu do Iraque, se nada sabem a respeito da sociedade da antiga Mesopotâmia? Vale destacar que alguns dos primeiros selos de escrita da humanidade foram roubados durante esse saque. Como podem entender os embates das guerras étnicas da Europa contemporânea sem nenhum conhecimento do Medieval? Como podem entender os usos da Antiguidade e do Medieval nos discursos políticos contemporâneos, se nada conhecem desse passado? (TACLA; LIMA, 2015, s/p).

A carta dos professores de história antiga e medieval das regiões Norte e Nordeste sobre a BNCC foi o documento que apresentou nitidamente as maiores preocupações dos profissionais da área, ao defenderem uma história eurocêntrica e em especial uma defesa da área de atuação apresentando temores por perdas futuras. Assim, tais preocupações apresentam um caráter corporativista, tendo em vista que existia uma latente preocupação por parte deles com relação aos aparentes cortes na BNCC de história em suas áreas respectivas áreas.

Entre os elementos presentes na versão da BNCC para o componente História, um dos mais controversos é a exclusão das áreas de Antiga e Medieval, que passam a ser conteúdos opcionais a serem definidos pelos docentes. Tal orientação, no que pese a importância da defesa e promoção da história Indígena, da história da África e mesmo da história da América, pode ter resultados nefastos para o ensino de História, tanto nas escolas como nas Universidades (CARTA DE PESQUISADORES SOBRE A BNCC ENVIADA À ANPUH BRASIL, 2015, s/p).

Concluem o parágrafo destacando uma visão eurocentrada:

Consideramos que a História deve trazer para o primeiro plano de análise regiões e povos que tradicionalmente foram alijados da escrita oficial de nosso país e mesmo do Ocidente, porém isso não deve ser feito em detrimento das experiências humanas na antiguidade e no medieval, as quais forjaram, em grande medida, o mundo em que vivemos atualmente (CARTA DE PESQUISADORES SOBRE A BNCC ENVIADA À ANPUH BRASIL, 2015, s/p).

Percebe-se a presença da colonialidade do saber nesse trecho ao apresentarem o argumento de destacar a história antiga e medieval ao contrário das demais culturas, por entenderem que estas foram fundamentais para a formação da sociedade ocidental. A preocupação de professores e pesquisadores das áreas de

história antiga e medieval com o corte de suas áreas da BNCC de história e a defesa de uma história sistematicamente eurocêntrica são pertinentes, porém podemos observar uma preocupação não apenas com os currículos escolares, mas também com como ficariam essas áreas de pesquisa no futuro, tendo em vista que, com o possível corte dos currículos escolares, promoveria uma reestruturação nos currículos dos cursos universitários de história, reduzindo disciplinas nas áreas citadas anteriormente. Além dos cortes nas disciplinas, ocorreriam cortes em financiamentos de pesquisas. Portanto, podemos afirmar que a preocupação dos professores e pesquisadores das áreas de história antiga e medieval não é apenas com o comprometimento da aprendizagem discente, mas também é uma defesa de suas áreas de trabalho.

Considerações finais

Com base nas análises feitas, podemos concluir que a maioria das críticas feitas por especialistas do campo da história no que se refere à primeira versão do componente curricular de história presente na BNCC apresenta pontos importantes para destacarmos, tais como os grupos mais exaltados, que eram dos historiadores das áreas de história antiga e idade média, por conta dos cortes sofridos na BNCC de história. Houve um comportamento ativo por conta da possibilidade de perder espaço no currículo e, como resultado, poderiam haver contenções nos fomentos de pesquisa. Além da atuação constante dos pesquisadores dessa área, encontramos cartas críticas feitas por historiadores que não concordaram com a mudança de eixo para o Brasil em detrimento do eixo europeu.

Devemos ressaltar que, mesmo apresentando rupturas com a lógica colonial, o documento apresenta pontos diretamente ligados à colonialidade, especialmente pelo que foi destacado pelo GT de história da África, que problematizou, com propriedade, o fato de o documento só se referir ao continente africano pela presença europeia, o que perpetua, portanto, a lógica de dominação apresentada pela historiografia clássica.

Para evitar tais problemas, contudo, não basta propor a inclusão da história africana ou indígena se o arcabouço teórico for o mesmo utilizado pelo currículo de tradição colonial. Nesse sentido, para ser apresentada uma nova visão, é preciso utilizar autores que apresentem as perspectivas africanas e indígenas, pois assim ocorrerá o rompimento total do eurocentrismo. Entendemos que os especialistas responsáveis por construir o texto preliminar da BNCC de história apresentaram um documento inovador que anunciava rupturas parciais à lógica colonial.

Mais uma vez destacamos a necessidade de se realizar o giro decolonial para ocorrer o rompimento com a lógica eurocêntrica. Para isso devem ser utilizados autores que apresentem novas abordagens epistemológicas, mesmo que os especialistas usassem autores africanos, não significaria que estavam rompendo com o eurocentrismo, pois estes poderiam manter a perspectiva eurocêntrica. Para ocorrer a quebra desse paradigma, é importante usar autores que rompem ou apresentem oportunidades de ruptura dessa lógica.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). **Nota da Associação Nacional de História sobre a Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3140-nota-da-associao-nacional-de-historia-sobre-a-base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 3 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA-RIO DE JANEIRO (ANPUH-RIO). **Carta crítica da ANPUH-Rio à composição do componente curricular História na Base Nacional Comum Curricular**. Rio de Janeiro, dez. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3130-carta-critica-da-anpuh-rio-a-composicao-do-componente-curricular-historia-na-bncc>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

CARTA aberta. Recife, nov. 2015. Disponível em: http://snh2015.anpuh.org/resources/download/1449357533_ARQUIVO_cartanorteenordeste_BNCC.pdf. Acesso em: 3 jul. 2017.

CARTA de pesquisadores sobre a BNCC enviada à Anpuh Brasil. Brasília, mar. 2016. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3365-carta-de-pesquisadores-sobre-a-bncc>. Acesso em: 3 ago. 2017.

FÓRUM DE PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL. **Carta de repúdio do Fórum de Profissionais de História Antiga e Medieval à Base Nacional Comum Curricular de História**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>. Acesso em: 10 ago. 2017.

HISTÓRIA da América e a BNCC. Brasília, dez. 2015. Disponível: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3129-historia-da-america-e-a-bncc>. Acesso em: 3 ago. 2017.

NOTA do GT de História da África da Anpuh Brasil e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-ÁFRICA) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de história. Brasília, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>. Acesso em: 10 ago. 2017.

TACLA, A. B.; LIMA, A. C. C. Um Manifesto pela História e pelas Experiências das Culturas da Antiguidade. **Anpuh**, Brasília, 29 nov. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3123-manifesto-do-gtha-sobre-a-bncc>. Acesso em: 10 ago. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE). **Manifesto público do colegiado do curso de História da UNIOESTE (campus Marechal Cândido Rondon) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular para a área de história**. Marechal Cândido Rondon, 23 dez. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiaunioeste/posts/1682755308637861>. Acesso em: 3 ago. 2017.

⁸⁶ O presente capítulo relaciona-se à dissertação defendida no PPGHS-Uerj em 2018, sob a orientação da prof.^a dr.^a Helenice Aparecida Bastos Rocha, intitulada “Entre o colonial e o decolonial: A Base Nacional Comum Curricular como Território de Disputas”.

⁸⁷ Ao utilizar o termo “conteúdo”, entendemos este como a estrutura curricular, o recorte histórico e o modelo que deve ser seguido (quadripartite ou a ruptura deste).

⁸⁸ Cabe destacar que a seção da Anpuh do Rio de Janeiro teve maior destaque nesse processo de divulgação de manifestos. Podemos afirmar que a Anpuh-RJ liderou o movimento de críticas ao documento.

⁸⁹ Os GTs são pensados como espaços da produção coletiva, que acolhem pesquisadores de uma determinada área de atuação, deles resultam discussões da área, desde de debates, criação de eventos e produções bibliográficas.

⁹⁰ Luciana Ballestrin (2013) afirma que o giro decolonial procura responder às lógicas da colonialidade do poder, ser e saber, apostando em outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e produção do conhecimento obscurecidas, destruídas ou bloqueadas pelo ocidentalismo, eurocentrismo e liberalismo dominantes. Concebe a importância da interação entre teoria e prática, buscando dialogar com a gramática das lutas sociais, populares e subalternizadas dos povos que compuseram e compõem a invenção da ideia de América Latina.

⁹¹ Na verdade estamos falando de uma história da Europa ocidental, que passou a ser compreendida como história geral.

ELEIÇÃO E O GOVERNO DEMOCRÁTICO DE GETÚLIO VARGAS: PARTIDARISMO E CAMPO POLÍTICO (1950-1953)⁹²

Daiana Maciel Areas

Na segunda metade dos anos de 1940, após o fim do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, o campo político brasileiro passou por uma intensa reestruturação com o surgimento de diversas legendas criadas por núcleos políticos já existentes – como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), ligados direta e indiretamente à herança institucional – e por outros que desejavam chegar ao poder, como a União Democrática Nacional (UDN), forjada dentro da oposição a Vargas e ao “getulismo”. A modernização da imprensa periódica no período esteve ligada diretamente a esse contexto⁹³.

As atuações do governo de Vargas, durante o Estado Novo, tinham um caráter ambivalente, apoiavam as forças que defendiam a democracia na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Simultaneamente, mantinham-se as restrições às liberdades individuais no país, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da Polícia Política. Nesse processo, a imprensa foi componente atuante no desgaste político e institucional do regime estadonovista, ainda anteriormente à extinção do DIP, em maio de 1945, convergindo para a crise que levou à retirada de Getúlio Vargas do poder, no mês de outubro.

A nova Constituição, promulgada em setembro de 1946, suscitou o restabelecimento da livre manifestação do pensamento, sem dependência da censura ou de nenhum órgão fiscalizador. Para Nelson Werneck Sodré (1999), o fim da ditadura de Vargas simbolizava um recomeço para a democracia tanto pelo restabelecimento da atuação dos partidos como pela liberdade dos meios de comunicação. Por meio do pluripartidarismo, implantado em março de 1945, e com a edição do regulamento eleitoral, nasceram os partidos “de massa”, que, para Scott Mainwaring (2001), funcionavam como agremiações que precisavam ganhar votos e atrair um amplo eleitorado, em vez de se limitarem aos grupos de elite, como ocorria anteriormente. Dessa forma, as novas legendas passavam a valorizar as bases eleitorais como forma de chegar ao poder.

Aliança e partidarismo: a eleição de 1950

Vale ressaltar que as legendas pró e anti-herança varguista foram essenciais na composição da estrutura partidária a partir de 1945. A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945²⁴, obrigava qualquer agremiação partidária a apresentar um alcance nacional. Essa lei anulou de forma concreta elementos da política brasileira que estruturavam os partidos regionalmente e que, desde a Primeira República (1889-1930), sustentavam o poder das oligarquias estaduais. O decreto lei estabelecia que, para o registro e a habilitação eleitoral, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro em cinco ou mais estados da federação (correspondendo à atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos 10 mil eleitores; e personalidade jurídica de acordo com o Código Civil (FERREIRA; DELGADO, 2003).

O regime democrático liberal foi preponderante, os governantes passaram a ser eleitos pelo voto e os partidos políticos puderam organizar-se como agremiações representantes de vários setores da sociedade brasileira. Segundo Antonio Gramsci (2000), os partidos políticos são capazes de traduzir uma visão de mundo originária da experiência histórica de um determinado grupo social, compondo-se em uma estrutura formada por indivíduos que compartilham uma mesma visão. A partir de 1945, ocorreu a distribuição e a manutenção do poder eleitoral entre as três principais legendas do país²⁵.

Ainda em 1948, ocorreu a sucessão de Eurico Gaspar Dutra na ala governista. O núcleo mineiro do PSD passou a negociar uma união intrapartidária, entre os pessedista e a UDN, objetivando o lançamento de um único candidato para o executivo federal, na legenda pessedista, e o executivo estadual mineiro, na legenda da UDN. Com isso tentavam pôr em prática a “união nacional”, cuja formalização foi em janeiro de 1949. O acordo interpartidário reuniu o PSD, a UDN e o Partido Republicano (PR), para dar sustentabilidade política a Dutra no Congresso.

Contudo, essa frente partidária não evoluiu nacionalmente, em seu objetivo de escolha de um único candidato para o executivo federal. Em março do mesmo ano, o presidente da UDN, José Eduardo Prado, afirmou que permaneceria com o acordo se o PSD escolhesse um candidato extrapartidário. Para resolver essa querela, o então governador pessedista do Rio Grande do Sul, Valter Jobim, propôs que o presidente Dutra consultasse os líderes dos partidos, para uma possível escolha de candidato. Isso incluía perguntar a Getúlio Vargas, líder do PTB, e Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP). Um dos obstáculos a essa proposta incluía a participação de Vargas no debate e na escolha da nova legenda.

Conhecida como “fórmula Jobim”, teve o apoio dos líderes Arthur Bernardes, do PR, e Nereu Ramos, do PSD. Esse último criou um impasse, pois só aceitava consulta às lideranças se seu nome fosse indicado como candidato. Para resolver esse impasse, o líder e governador de Minas à época, Benedito Valadares, propôs ao diretório nacional do PSD uma união nacional em torno de um candidato pessedista e mineiro. O PSD sugeriu alguns nomes, e no final decidiu pelo deputado federal por Minas Gerais Cristiano Machado e o paulista Altino Arantes, como vice. A chamada “fórmula mineira”, substituiu a “fórmula Jobim”, o que levou ao afastamento da UDN do acordo interpartidário ou de qualquer negociação para um único nome ao executivo federal.

O governador udenista da Bahia, Otávio Mangabeira, propôs o rompimento com Dutra e a indicação de um candidato udenista, lançando o Brigadeiro Eduardo Gomes. Foi criado um Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes, indicação homologada na convenção nacional da UDN, em maio de 1950. A candidatura do Brigadeiro recebeu o apoio do Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP), legenda de Plínio Salgado. Com o apoio do ex-integralista, o PSB afastou seu apoio a Eduardo Gomes e decidiu por lançar chapa própria, com João Mangabeira e Alípio Correia Neto.

Getúlio Vargas, senador pelo Rio Grande do Sul e líder do PTB, havia firmado um acordo, ainda em dezembro de 1949, com Ademar de Barros, governador de São Paulo e líder do PSP. Escolhido pela convenção nacional do PTB, em julho de 1950, Vargas lançou sua candidatura para o executivo federal. Teve como vice Café Filho, indicação de Barros, que foi aprovada pelo partido trabalhista em setembro do mesmo ano. O lançamento da candidatura de Getúlio Vargas pelo PTB, com apoio de Ademar de Barros do PSP, representou a “Frente Popular” temida pela UDN e por parte do PSD, devido à notoriedade de Vargas e ao caráter popular da política de Ademar de Barros, no governo de São Paulo.

Com 48,7% dos votos, Getúlio Vargas saiu vitorioso, elegendo também seu vice, pelo PSP, Café Filho. Maria Celina D’Araújo (1982) ressalta que o resultado se deu pela combinação das legendas PTB/PSP e também pelo esvaziamento da candidatura de Cristiano Machado, por parte das alas do PSD, que orientaram seus eleitores a votar em Vargas, e por parte dos eleitores comunistas, que não seguiram a orientação de alguns dirigentes do PCB, para votar em branco. “O getulismo firma-se enquanto alternativa das instituições e, na medida em que se localiza fora da estrutura partidária essa corrente traz em si uma saída apartidária para a sucessão” (D’ARAÚJO, 1982, p. 70).

A eleição e a popularidade de Vargas não lhe garantiram uma estabilidade política para o novo governo. D'Araújo (1982) enfatiza que a inconstância e a não estrutura do governo democrático de Getúlio foram para além de fatores externos, pois elementos internos de falta de coesão na base governamental contribuíram para as contradições da gestão do político petebista.

A formação do grupo de governo levou prejuízo à sustentabilidade da gestão de Vargas. O governo uniu elementos partidários antagônicos e tentou entrelaçar os projetos desses grupos a suas propostas. Nesse sentido era conveniente ter seus opositores próximos sem perdê-los de vista. Em razão dessa conjuntura, não criou uma ossatura institucional que pudesse ser sensível e auxiliasse na gerência de crises e embates com o legislativo ou com grupos da sociedade civil. O apoio popular não significava a manutenção no poder, sem o apoio das elites partidárias naquele momento.

A gênese da crise remete necessariamente às origens do governo e dos compromissos políticos que tentam estabelecer. Por força de circunstâncias diversas, Vargas, em 1950, impõe-se ao eleitorado como candidato de união, sem qualquer vínculo partidário mais consistente, e fundamentalmente baseado em sua liderança carismática e sua relação imediata e direta com as massas, com a base nesses atributos, propõe-se levar a cabo uma política conciliatória que incluía todos os partidos e todas as tendências, naturalmente desconsiderando o potencial desagregador que o getulismo representava para o sistema partidário (D'ARAÚJO, 1982, p. 72).

A UDN sofreu derrota no pleito do executivo federal, e o Brigadeiro Eduardo Gomes perdia pela segunda vez, já que tinha sido derrotado por Dutra nas eleições de 1946. Após a derrotada, a legenda udenista assumiu oposição ao governo eleito. O jornalista Carlos Lacerda, dono do recém-periódico *Tribuna da Imprensa*, colocou-se à frente de uma campanha de oposição virulenta contrária à figura de Vargas.

O *Correio da Manhã* e a oposição a Vargas

O *Correio da Manhã*²⁶ havia se colocado a favor da legenda do Brigadeiro Eduardo Gomes, pela proximidade deste com o dono do jornal, Paulo Bittencourt, pois eram amigos de infância. Não satisfeito com o resultado das eleições, chamou a atenção para a responsabilidade dos partidos e dos grupos para o resultado das urnas:

No muro das lamentações, algumas criaturas débeis e influenciáveis começam a pregar estes dizeres: Ah, se os partidos democráticos se houvessem unidos! Ah, se tivéssemos tido um candidato único! A culpa é dos brigadeiristas e udenistas.

Em primeiro lugar, a verdade incontestável é que a candidatura do Brigadeiro se constituía como solução única e insubstituível para os partidários do movimento que ele encarna e

simboliza. Não houve precipitação, não houve erro no seu lançamento. [...]

Com seu nobre desinteresse e com sua superior desambição, o próprio Brigadeiro se inclinava por uma solução conciliatória, somente tendo aceitado a sua candidatura, como mais um serviço à vida pública brasileira e um testemunho de fidelidade às esperanças nele depositadas, quando se tornou evidente que nada era possível contra o fascismo, a mesquinha e a estreiteza de vistas da direção pessedista.

E marchamos, então, com o Brigadeiro... Não temos motivos para arrependimento, nem lamentações (...). E os brigadeiristas - com exceção de um ou outro politiquês udenista, levando muito longe seus acordos regionais com Getúlio (...)

(...) Sem dúvidas, há alguma coisa podre na política brasileira, mas o foco de infecção não está colocado do lado de cá (CORREIO DA MANHÃ, 1950, p. 4).

O editorial de outubro de 1950 foi publicado após as eleições para o executivo federal e fez referência a um impasse entre as legendas contrárias a Getúlio Vargas. Segundo o jornal, o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato ideal e preparado para derrubar Vargas, mas as legendas não se entenderam numa escolha única, e o “fascismo” e a “mesquinha” na direção do PSD levaram a legenda à escolha de um outro candidato, por conseguinte houve fracionamento dos votos e esvaziamento da candidatura de Cristiano Machado.

O fascismo citado pelo jornal fazia referência a uma fração do PSD, que havia apoiado e participado do governo estadonovista de Vargas (1937-1945). Vale ressaltar que o partido foi fundado em 1945 e tinha como presidente de honra Getúlio, além de parte dos interventores ligados a ele como figuras importantes do novo partido.

O texto também faz referência a membros da UDN, que sinalizaram um acordo nacional e apoio a Dutra, em troca da escolha de um candidato único. Segundo o periódico, Eduardo Gomes seria o único candidato a livrar o país do radicalismo varguista. Em um outro editorial, no dia 26 de outubro, defendeu a legalidade do pleito e a necessidade de defender o regime presidencialista:

Um regime presidencialista sem freios constitucionais para enquadrar a ação do chefe do governo dentro dos limites de suas funções é um despotismo larvado e não um sistema democrático, sobretudo quando esse chefe seja um homem da índole do Sr Getúlio Vargas. Não há quem se considere confiante no destino de nossas instituições com a presença desse homem no poder [...] cujo passado força ao ceticismo. [...] os anteparos constitucionais serão não somente legítimos como indispensáveis (CORREIO DA MANHÃ, 1950, p. 1).

O jornal fez referência ao período estadonovista, a partir de 1937, no mesmo ano que se instituiu uma nova constituição, também houve a suspensão das atividades do senado e da câmara de deputados, além da instituição da censura aos veículos de imprensa. O *Correio* temeu a volta das limitações a essas instituições:

É hora de votar a lei de responsabilidade do chefe de governo. Marchamos para um futuro incerto. As forças armadas, a maioria do povo brasileiro expressa nas urnas e o congresso

estarão de olhos vivos fitos nos atos do presidente. Para resguardo das instituições livres, e precisa criar desde já os meios de reprimir e condenar os movimentos e gestos subversivos que venham do alto, que venham do poder. Nos próximos anos a **democracia** estará ameaçada sobretudo do alto e não de baixo, ou do povo (CORREIO DA MANHÃ, 1950, p. 1, grifos nossos).

O jornal dos Bittencourt enfatizava a importância das instituições e das forças armadas, além do voto da população para salvaguardar a democracia recentemente vivida no país, a partir do fim do regime estadonovista em 1945. As forças armadas apareceriam nos editoriais e nos artigos do *Correio* como a instituição basilar na defesa da democracia, recentemente conquistada.

O *Correio da Manhã* não era solitário em suas pontuações contra o novo governo. Os principais veículos de comunicação, escritos e falados, fizeram fileiras contra Vargas. As principais empresas de comunicação ficaram contrárias ao projeto nacionalista e à restrição ao uso de capital estrangeiro. Devemos ressaltar que essas críticas eram em sua maioria de natureza política e administrativa (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1994; CAPELATO, 1998).

O governo eleito pôde contar com o jornalista Samuel Wainer para fazer uma contrapartida favorável. Ele funda, em 1951, o jornal *Última Hora*, que recebeu ajuda financeira do banqueiro Walter Moreira Sales e do Banco Hipotecário de Crédito Real de Minas Gerais, além do apoio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal⁹⁷. O novo veículo de comunicação foi um espaço para a divulgação do projeto do governo democrático de Vargas.

Mesmo com o contraponto favorável na divulgação do governo, boa parte da imprensa, a partir de 1953, intensificou a oposição a Vargas. Carlos Lacerda, com seu jornal *Tribuna da Imprensa*, fez oposição a Getúlio. Para além das páginas do seu periódico, o jornalista utilizou a Rádio Globo, com o consentimento de Roberto Marinho e dos diretores Raul Brunini e Luiz Brunini, udenistas convictos, que davam espaço e microfones para os políticos da legenda de oposição.

No mesmo ano, Lacerda utilizou o espaço radiofônico de Marinho para atacar Samuel Wainer e acusá-lo de favoritismo político, concorrência desleal, falsidade ideológica, *dumping* etc. Além da Rádio Globo, Lacerda conseguiu espaço na TV Tupi, de Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados. Usando sempre de um tom exaltado, nos programas de TV e rádio, o jornalista fez frente agressiva ao dono do *Última Hora* e ao Governo Vargas.

Lia Calabre Azevedo (2002) destaca que Wainer objetivava provar sua inocência, solicitando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). As

sessões da CPI tiveram ampla divulgação jornalística da Rádio Globo, que gravava as sessões e depois as irradiava, seguidas dos comentários de Carlos Lacerda.

À medida que a CPI avançava, a participação de Lacerda na Rádio Globo aumentava. Em 19 de julho de 1953, depois de denegar-se a fornecer algumas informações da CPI, o proprietário do *Última Hora* teve sua prisão por 15 dias decretada, cumprindo dois terços e liberado a partir de um *habeas-corporis*. Lacerda acusou Vargas e membros do governo de ajudar Samuel Wainer.

A postura de Lacerda atrelando uma possível postura ilegal à concessão de Wainer, Vargas e membros do governo levou o chefe de polícia da capital a ameaçar de retirar a licença de funcionamento de alguns jornais e emissoras de rádio, com destaque para o espaço radiofônico de Roberto Marinho.

Lacerda continuou suas acusações e atrelou Vargas e membros do governo ao processo de concessão do jornal de Wainer. Seu discurso virulento foi replicado por outros veículos de comunicação. Como contrapartida, o chefe de polícia da capital, embasando-se nas leis 8356 de 12/12/1945 e 8543 de 03/01/1946, intimidou alguns jornais e veículos de radiodifusão, especialmente a Rádio Globo, ameaçando a retirada da concessão.

Roberto Marinho retesou em protesto contra a ameaçada, mas repreendeu os irmãos Brunini quanto ao espaço que Lacerda estava tendo no jornal. Pediu para que o governo tivesse o mesmo espaço para a divulgação de seus projetos. Raul Brunini propôs a criação de um programa para dar mais abertura a Lacerda. O programa Parlamento em Ação fazia uma análise das reuniões parlamentares do dia, seguidas de comentários inflamáveis de Carlos Lacerda. Cada vez mais agressivo em suas críticas a Vargas e aos seus aliados, o jornalista udenista ganhou cada vez mais audiência. O programa era abertamente udenista e de críticas diretas ao governo.

A crise política foi agravada em agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado na rua Toneleiros, em Copacabana. O atentado levou à morte do Major Rubens Vaz. A partir desse episódio, Lacerda responsabilizou Vargas e pediu seu afastamento imediato. Jornais como o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *O Estado de São Paulo* pediam a apuração do atentado, que havia resultado na morte de um militar, mas enfatizavam o respeito às normas do regime democrático, que possivelmente, por meio de seus preceitos, haveria de propor uma solução para a crise e o afastamento da figura de Vargas. Com o aprofundamento da crise, a posição desses veículos era de que o presidente teria que renunciar. Alzira Alves de Abreu (1996) chama a atenção para os jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*,

que apresentaram uma conduta menos visceral e pediram a exposição racional dos eventos. Diferente de outros veículos de imprensa escrita, não atribuíram a Vargas a culpa direta sobre o atentado e não defendiam a tese de resolução unilateral da crise pelas Forças Militares.

Vargas e a crise institucional

A crise no governo Vargas foi desencadeada por várias motivações. A oposição udenista, sempre virulenta, recebeu o apoio da ala conservadora do Exército. O acordo civil-militar entre parte da burguesia e Exército foi nomeado de *Cruzada democrática*. Essa aliança ganhou força, após o rompimento entre Vargas e os militares. A ruptura se deu por várias razões, em parte pela campanha e efetivação da duplicação do salário mínimo, em parte porque a burguesia receava uma certa ameaçada comunista atrelada à figura de João Goulart, ministro do Trabalho de Vargas.

O Exército se manifestou por de um documento assinado por 82 coronéis, o *Memorial dos Coronéis*, listando as insatisfações das Forças Armadas, destacando a negligência do governo com a instituição, como a falta de infraestrutura, maquinário, armamento, baixos salários e a falta de protagonismo das instituições militares. Para além, o documento ressaltava problemas na questão da segurança nacional e o posicionamento político de Vargas e de seus aliados.

[...] os coronéis alardeavam a “deterioração das condições materiais e morais” indispensáveis ao pleno desenvolvimento da instituição, cujo “perigoso ambiente de intranquilidade” se ampliava. Os coronéis conclamavam seus superiores a promover uma “campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas”, com o firme propósito de restaurar os “elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica, que [...] asseguravam ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional”. [...] Nesse sentido, teciam sérias críticas ao aumento de 100% do salário mínimo proposto por João Goulart, ministro do Trabalho recentemente nomeado.

Para os militares signatários do manifesto, além de alimentar a inflação, o aumento de 100% do salário mínimo significava um desprestígio para as Forças Armadas, [...] Tal desprestígio, argumentavam eles, funcionaria também como elemento facilitador da ação dos comunistas (COSTA, 2010, s/p).

A insatisfação exposta pelos militares e a pressão da oposição após o atentado da rua Toneleiros deixaram pouco espaço de manobra para os aliados do governo. O *Correio da Manhã* se posicionou quanto à crise institucional pedindo a renúncia do presidente, sinalizando a organização de um golpe político, que abriria caminho para uma ditadura. O jornal destacava, com preocupação, a existência de um movimento de golpe político, tanto do lado da esquerda, quanto da direita, que poderia desrespeitar o processo democrática e constitucional do Estado brasileiro.

Um sinal de maturidade política nas forças vivas da nação tem sido este estado ao mesmo tempo de lucidez e de firmeza, intransigência e serenidade, disciplina e determinação de ir até o fim em linha alta e reta: de um lado, a recusa a quaisquer soluções golpistas, vindas de baixo ou de cima, da direita ou da esquerda. Pois um golpe de força seria o caminho aberto para a ditadura, para o imprevisto, para a sucessão de “pronunciamentos”. Representaria uma última vitória, pela sobrevivência, da mentalidade caudilhesca do Sr. Getúlio Vargas. Do outro lado, porém a convicção, igualmente firme, de que a solução pacífica e honrosa para a crise é a renúncia espontânea do presidente da República. pelo constrangimento íntimo, pelo peso das circunstâncias, pelas determinações do sentimento nacional – o Sr. Getúlio Vargas se erguerá, por certo, a este gesto de desprendimento e consciência para que se mantenha de pé o regime e íntegra a Constituição, juntamente com a ordem pública e a tranquilidade nos espíritos (CORREIO DA MANHÃ, 1954, p. 4).

No dia 23 de agosto Getúlio Vargas reuniu seus colaboradores e ministros para examinar a profunda crise política. Ao analisar o panorama, Vargas decidiu licenciar-se do cargo até a conclusão das investigações, seguindo a orientação de seus colaboradores. Porém, os militares, ao serem informados, não aceitaram a solução apresentada pelo governo. Para as Forças Armadas, a renúncia ou a deposição por armas seria a solução plausível. O presidente sinalizou que não renunciaria, e na noite de 24 de agosto, deu um tiro no coração, deixando uma carta-testamento expondo os motivos de sua atitude radical.

Sua morte foi noticiada pelo Repórter Esso, na *Rádio Nacional*, sendo reverberada por todo o país, além da divulgação da carta-testamento. Na capital, o documento foi divulgado com a notícia da morte de Vargas no jornal *Última Hora*, saindo em duas edições extras. A comoção popular com o acontecido gerou represálias violentas aos detratores mais ferozes do presidente morto. *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, mesmo sendo hostilizados pelo público, publicaram a notícia dando destaque ao evento e conclamaram o vice a assumir e colocar o país na direção.

Os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* foram apedrejados e acusados por populares de terem pressionado de forma injusta Vargas, levando-o ao ato de suicídio. O episódio extremado de Getúlio Vargas impôs obstáculos aos seus opositores udenistas, que “sofreram o desconsolo e indignação das camadas populares, transformando em alvos de ira e agressões por parte da população” (CASTRO, 2013, p. 43-44). A *Rádio Globo* também sofreu o vandalismo dos revoltosos, pois atrelavam à emissora a imagem de Carlos Lacerda, que era responsabilizado pela crise e perda do presidente.

A oposição a Vargas atrelou o vandalismo e a revolta à articulação dos comunistas, porém Jorge Ferreira (2006), refutando a tese dos udenistas, destaca que os atos de depredação não poderiam ser associados aos comunistas, ou somente

a eles. Para o historiador a indignação e os conflitos populares ampliaram-se de forma desproporcional que a entropia e as depredações não estavam necessariamente atreladas à bandeira comunista ou ao incentivo de outros grupos. Os atos de revolta aos símbolos e agentes de oposição a Vargas tiveram como agentes o povo independente de seus partidos.

Conclusão

A imprensa não esqueceu a herança autoritária e personalista de Vargas do período do Estado Novo (1937-1945). No novo cenário democrático liberal, Getúlio era entendido como uma ameaça. Para o *Correio da Manhã*, a recente democracia corria riscos, pois o seu personalismo unipartidário era conflituoso e poderia levar a uma manobra continuísta e intencional.

Destacamos que a nova ordem política e econômica do Ocidente, pós-Segunda Guerra Mundial e em meio a Guerra fria, segundo o jornal dos Bittencourt, nesse contexto, não teria lugar para o protagonismo de um “líder de massa” e de suas políticas populistas. Getúlio Vargas representava uma fração da classe dominante, que tinha interesses no projeto nacionalista. Um movimento autoritário poderia fazer ruir o apoio dado ao governo democrático de Vargas.

Sem espaços para manobras, a nova gestão de Getúlio Vargas vivenciou, desde o início, um cenário de crise política somada à crise de confiança e à crise econômica, potencializadas pela oposição civil-militar, com o desfecho do atentado a Carlos Lacerda, seu principal opositor. O suicídio de Vargas não minimizou o cenário catastrófico, mas amenizou o movimento de golpe político articulado por seus opositores. O cenário de incertezas fora sentido no processo político para a escolha do novo chefe do executivo federal, em 1955.

O *Correio da Manhã*, como representante da imprensa liberal, compreendia um movimento homogeneizante. Ao se envolver nas políticas ao longo da década de 1950, levantando a bandeira da legalidade e da anticorrupção, salientou sua ligação com uma fração da classe burguesa brasileira, conservadora e ligada ao capital estrangeiro. O jornal carioca de maior alcance entre as frações da classe dominante defendeu o escopo liberal do desenvolvimento econômico, inserido no regime considerado democrático, com o aporte do capital estrangeiro.

Referências

Fontes

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1950.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1954.

Bibliografia

ABREU, A. A. de (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. *In*: GOMES, A. de C. (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 27-28.

AZEVEDO, L. C. **No tempo do rádio: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil. 1923-1960**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

CAPELATO, M. H. **Multidões em cena** – Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CASTRO, C. C. M. M. de. **O Governo Democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

COSTA, C. M. L. O Manifesto dos Coronéis. **CPDOC**, 2010. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis>. Acesso em: 5 jun. 2020.

D'ARAÚJO, M. C. S. **O segundo governo Vargas (1951-1954): Democracia, partidos e crise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FERREIRA, J. **A Democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual Editora, 2006.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **Brasil Republicano** - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e economia: opções de desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²²O presente capítulo relaciona-se à tese defendida no PPGHS-Uerj em 2020, sob a orientação do prof. dr. Gelsom Rozentino de Almeida, intitulada “O discurso do Correio da Manhã e o amálgama entre o campo político e a imprensa periódica”.

²³Fundado em 15 de maio 1945, o PTB era considerado mais “progressista” do que outras legendas surgidas no período. Organizou-se, como o PSD, a partir da máquina administrativa do Estado Novo, principalmente da estrutura sindical corporativa ligada ao Ministério do Trabalho. O PTB foi o terceiro maior partido do período democrático e tinha base predominantemente urbana, apresentando crescimento expressivo a partir do final dos anos de 1950, com a ampliação da participação parlamentar; O PSD, criado oficialmente em junho de 1945, era ligado à máquina estadonovista (as antigas interventórias), ou seja, foi fundado por políticos que desempenhavam um papel de liderança direta na administração do Estado Novo. Os diretórios estaduais do partido tinham autonomia em relação ao diretório nacional. O PSD se tornou o maior partido brasileiro no período democrático até 1964; e a UDN, fundada também em 1945, caracterizou-se por abarcar um grupo heterogêneo que tinha em comum a oposição a Vargas, e tornou-se, durante os anos de 1950, a segunda maior legenda do país. Era formada pelos “desalojados” das interventórias e se caracterizou como o mais conservador (ou “antipopulista”) entre os três grandes partidos nacionais, sendo a única das grandes legendas que não tinha vínculos com as estruturas remanescentes do Estado Novo.

²⁴A “Lei Agamenon” foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex-interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob a determinação presidencial de regulamentar as condições de transição do regime político.

²⁵A década de 1950 foi o período em que o debate em torno do melhor projeto de desenvolvimento ganhou força convergindo, segundo Sonia Regina de Mendonça (1988), em três vertentes/correntes ideológicas: 1) o projeto “liberal”, que defendia a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização, associado à UDN; 2) o projeto “nacionalista radical”, contrário à inserção de capital estrangeiro,

ligado a grupos getulistas e a setores do PTB e do PCB; e 3) o projeto nacional-desenvolvimentista, que defendia o investimento estrangeiro, sob regulação do Estado, ligado a partir de 1956 ao governo de Juscelino Kubitschek (PSD).

²⁶ O *Correio da Manhã* posicionou contrário à figura de Vargas e denunciou o risco de retrocesso às liberdades e ao regime democrático, como vivenciado no Regime Estado Novista (1937-1945). O periódico apoiou por duas vezes o Brigadeiro Eduardo Gomes, nas eleições de 1945 e 1950, por proximidade de agendas para o desenvolvimento econômico do país, só deixando de apoiá-lo em 1955, quando se aproximou do projeto do nacional desenvolvimentismo defendido por Juscelino Kubitschek.

²⁷ O jornal de Samuel Wainer não foi exceção, pois ajuda estatal era o sustentáculo mais forte das empresas jornalísticas, pois os insumos e maquinários eram importados, e manter uma redação sem financiamento do estado era impossível. O processo de modernização da imprensa se fez por empréstimos de bancos oficiais.

TRABALHISMO VS. AMARALISMO: A DISPUTA ENTRE VARGUISTAS NAS ELEIÇÕES FLUMINENSES DE 1958⁹⁸

Rafael Navarro Costa

O ano de 1958 marcou a disputa eleitoral entre antigos aliados políticos no estado do Rio de Janeiro: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), comandado por Roberto Silveira, e o Partido Social Democrático (PSD), comandado por Amaral Peixoto. O crescimento do PTB em todo o país e a ascensão de Roberto Silveira na política fluminense acabaram inviabilizando a antiga aliança entre trabalhistas e pessedistas⁹⁹. As eleições de 1958 trouxeram pela primeira vez uma participação ativa de Alzira Vargas na campanha eleitoral e na política fluminense, buscando manter a hegemonia pessedista no estado. Mas nem a atuação da herdeira de Vargas conseguiu dar a vitória aos amaralistas.

A tradicional aliança entre PSD e PTB, que já havia enfrentado dificuldades para ser formalizada nas eleições de 1954¹⁰⁰, foi rompida no contexto das eleições de 1958. A disputa eleitoral com novos contornos gerou intensas discussões dentro dos diretórios dos partidos envolvidos, sobretudo no PSD e na União Democrática Nacional (UDN).

A UDN passou a ocupar o lugar do PTB no que se refere à busca pelo apoio do partido, que poderia ajudar a definir as eleições fluminenses. Em junho de 1958, a UDN escolheu seu caminho: como resposta às derrotas impostas pelo grupo pessedista, declarou seu apoio a Roberto Silveira, indicando na chapa liderada pelos trabalhistas o candidato a vice-governador. Assim formou-se a Coligação Popular Nacionalista com PTB, UDN e Partido Democrata Cristão (PDC), tendo como candidatos Roberto Silveira para governador e Paulo Araújo para vice-governador.

Esse apoio dos udenistas aos trabalhistas fez com que o PSD tomasse suas decisões para a composição da chapa que concorreria no pleito. Getúlio Moura, político com base eleitoral na Baixada Fluminense e, principalmente, em Nova Iguaçu, foi o indicado¹⁰¹. A aposta do PSD em Getúlio Moura tinha relação com seu pertencimento a uma área que crescia tanto na economia quanto em importância política e no pouco conhecimento de Roberto Silveira naquela região. O candidato a vice-governador indicado foi Celso Peçanha, até então filiado ao Partido Social Progressista (PSP), partido que o PSD buscava apoio.

Em julho, Miguel Couto renunciou ao cargo de governador do estado para concorrer a uma vaga no senado. Seria ele o adversário de Amaral Peixoto pela vaga em jogo nas eleições. Antes de deixar o governo, Miguel Couto ingressou justamente no PSP, do paulista Adhemar de Barros. Ao ingressar no PSP, Miguel Couto assumiu a presidência do diretório fluminense. Como apoiava a candidatura de Roberto Silveira, não demorou muito para que o PSP se manifestasse oficialmente a favor do candidato trabalhista e passasse a fazer parte da Coligação Popular Nacionalista.

Roberto Silveira buscava os votos do movimento operário. Buscava esses votos mais desgarrado da questão partidária e voltado para as propostas que atendiam às demandas populares. Por outro lado, contava que o apoio udenista lhe garantisse uma quantidade de votos expressiva entre as elites econômicas estaduais. Embora a maior parte dos políticos udenistas fosse antigetulista, as derrotas para o PSD fizeram com que o sentimento de apoiar um candidato trabalhista fosse mais palatável do que apoiar o candidato do partido que lhe impusera derrotas em 1950 e 1954 por uma grande diferença de votos.

Essas mudanças, associadas ao novo cenário eleitoral que opusera PSD e PTB, foram responsáveis também por uma outra novidade na campanha fluminense: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas e esposa de Amaral Peixoto, tinha participação muito discreta nas campanhas eleitorais do estado. Todavia, na eleição de 1958, sua participação foi ativa na campanha, desde o momento da indefinição de quem seria o candidato pessedista até a busca pelos votos para Getúlio Moura, mesmo que isso fosse feito por meio das críticas a Roberto Silveira.

A participação de Alzira Vargas nas eleições de 1958

Alzira Vargas participou da organização partidária realizada ao fim do Estado Novo, tendo sido uma das articuladoras do PTB, auxiliar de gabinete de Vargas durante o Estado Novo e desempenhou relevante papel nas negociações entre Brasil e Estados Unidos durante esse período, ao lado de Amaral Peixoto.

Sempre presente em negociações e articulações políticas nacionais, Alzira Vargas esteve mais atuante no estado do Rio, cumprindo agendas sociais ao lado do governador e desenvolvendo programas de assistência social, sobretudo os ligados à Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada por Darcy Vargas, sua mãe, em 1942.

A atuação de Alzira Vargas na política fluminense ocorreu de forma mais sistemática nas eleições estaduais de 1958. Com o fim da aliança entre PTB e PSD

no estado, a utilização de Alzira Vargas na campanha eleitoral foi vista como uma forma de minimizar essa perda, uma vez que era muito ligada aos trabalhistas por sua atuação na fundação do partido e na política nacional.

Para realizar a análise da atuação de Alzira Vargas nessa campanha, utilizamos dois documentos escritos por ela em 1958. Um produzido antes das definições da aliança e dos candidatos do PSD e um após esses fatos definidos. Os dois documentos são uma espécie de convocação ao eleitorado fluminense: o primeiro para apoiar a possível candidatura Amaral Peixoto ao governo e o segundo conclamando o eleitorado fluminense a aceitar as indicações políticas do líder pessedista e criticando as posturas e práticas dos trabalhistas fluminenses, seus antigos aliados.

Em 25 de fevereiro de 1958, uma carta aberta sob o título “Ao povo fluminense” foi publicada, abordando o problema sucessório fluminense e as questões políticas que o envolviam.

Ao povo fluminense

Além de ser nosso conhecimento pessoal, verificam-se ainda, de ampla e minuciosa exposição feita pelo Presidente em exercício do partido, Sr. Barcellos Feio, que o Embaixador Amaral Peixoto envidou ingentes esforços no sentido de promover, em prol da pacificação geral dos espíritos, o congraçamento das forças políticas do Estado em torno de candidatura pessedista que não a sua.

Embora conhecesse, pelas manifestações pessoais e coletivas de todos os instantes, o pensamento dos companheiros e a verdadeira tendência do partido, não esmoreceu S. Excia. no seu propósito.

Resistindo ao sentimentalismo pessedista, o Embaixador, sinceramente empenhado na busca da solução que tinha em vista, promoveu entendimentos com várias agremiações partidárias sem que tivesse, apesar de tudo, encontrado a fórmula desejada.

É certo que houve, nessa primeira fase dos entendimentos, perspectivas ou possibilidade mesmo da União Democrática Nacional apoiar um dos nossos sugeridos.

Não se pode, entretanto, prosseguir nos entendimentos porque essa solução, como verificou-se na oportunidade, implicaria na quebra da unidade partidária e não seria, em consequência, aceita pela própria UDN, que condicionava o apoio a união do PSD em torno do nome de sua preferência.

Na segunda fase, não menores foram os esforços dispensados pelo preclaro Embaixador Amaral Peixoto para consecução do objetivo em vista.

S. Excia., que governara já por duas vezes o Estado, mantinha-se, com elevação e nobreza, no firme propósito de dar oportunidade a outros companheiros que tantos tem o partido dignos e capazes da investidura. Não o conseguiu.

Marchar isolado com outro nome, por melhor que seja, contra coligação total de partidos, seria lançar o PSD aos riscos de uma derrota e, mais que tudo, a perda do comando político do Estado que temos mantido em nossas mãos pela vontade soberana do povo fluminense, pela bravura das nossas aguerridas hostes, sob forte e protetora inspiração divina.

A direção do Estado não deve e não pode ser entregue a tentativas de experiências e muito menos a lances emocionais ou demagógicos, perturbadores da harmonia que deve reinar entre as forças propulsoras do trabalho e do progresso.

Resta-nos um caminho. Nesta hora decisiva dos destinos políticos da terra fluminense temos que empunhar uma bandeira: a bandeira da vitória simbolizada na figura excelsa de Amaral Peixoto!

Ele – estamos certos – por amor da terra que engrandeceu e, também pela glória maior da sua lenda, fará o sacrifício que ora lhe impomos.

Homem que vive no coração do povo fluminense pela obra gigantesca realizada com patriotismo, senso e equilíbrio, em duas memoráveis administrações; estadista insigne que projetou o Estado do Rio entre as maiores unidades da federação brasileira; administrador emérito que se projetou além das fronteiras do Estado, pode constituir garantia de íntima conexão da vida político-social dos fluminenses com o sentido da política nacional e com os altos destinos do país; nome que, além de possibilitar alianças, polariza a opinião pública fluminense acima das próprias lendas partidárias, é

AMARAL PEIXOTO

o candidato que, sob a graça de Deus e apoio do povo fluminense, sugerimos à próxima convenção regional para a vitória magnífica de 3 de outubro, rumo ao Ingá (AO POVO..., 1958, s/p).

Uma nova realidade se apresentava, sem a aliança entre pessedistas e trabalhistas, com a UDN podendo definir as eleições com seu apoio e sem a interferência de Getúlio Vargas. Somado a esses fatos, temos o crescimento do PTB e de Roberto Silveira como liderança política no estado após as eleições de 1954.

Alzira Vargas procurou contextualizar, de acordo com a visão pessedista, o cenário político do momento e a busca pelo entendimento por parte de Amaral Peixoto com outras lideranças e partidos para realizar o que ela chamou de “pacificação geral”. A busca por alianças na política era constante e natural para viabilizar a chegada ou a manutenção de grupos no poder. Assim também ocorria no Rio de Janeiro e o PSD, vislumbrando dificuldades para as eleições de 1958, buscava alianças com outros partidos.

Sem o PTB, que já havia a essa altura conquistado o apoio do PSP e do PDC, restou a Amaral Peixoto buscar o apoio de seus maiores adversários na política fluminense, a UDN. Por sua vez, os udenistas tinham em suas mãos boa parte do destino daquelas eleições: sinalizar o apoio ao PTB poderia acabar com o domínio amaralista e apoiar o PSD poderia ser uma tentativa de chegar ao poder novamente por meio dessa aliança, como fizeram com a eleição de Edmundo de Macedo Soares em 1947.

Alzira Vargas cita diretamente a busca por esse apoio udenista, mas que ele não foi formalizado porque o PSD temia por uma cisão interna que prejudicasse o partido. O plano de lançar uma candidatura pessedista que não fosse seu marido

somente seria possível com o estabelecimento de uma aliança capaz de levar o partido à vitória.

A partir de então, Alzira Vargas inicia uma segunda parte de sua carta. Apesar dos lamentos pelas estratégias que não se concretizaram, o PSD deveria buscar um outro caminho em que a vitória eleitoral poderia ocorrer. Se lançar um candidato que não fosse seu presidente licenciado de forma isolada não era uma conjuntura favorável, o nome que deveria ser “oferecido” aos correligionários e aos fluminenses era o do próprio Amaral Peixoto.

Devemos lembrar que essa carta foi escrita em fevereiro de 1958 e Amaral Peixoto e seus principais aliados ainda apostavam que poderiam conseguir uma aliança com PTB e UDN. A carta de Alzira Vargas recoloca o nome do ex-governador na disputa eleitoral pela sucessão que se aproximava, mas buscando observar de que forma eleitores e, principalmente, os partidos e os políticos fluminenses se posicionariam a partir do lançamento de seu nome como provável candidato ao governo pelo PSD.

No último parágrafo, a intenção de capitalizar apoios políticos fica evidente. O jogo político ganhava mais um elemento importante nesse momento de reconfiguração das alianças, em que a polarização se dava entre trabalhistas e pessedistas e não mais com os udenistas. A carta de Alzira Vargas tentava trazer de volta à política fluminense a figura de seu pai e, com isso, mesmo que isoladamente em relação ao partido, buscava o apoio de integrantes do PTB ao PSD.

Parte do diretório pessedista, sobretudo aqueles que participaram do Estado Novo e estavam no partido desde a fundação, defendiam que apenas Amaral Peixoto seria capaz de enfrentar Roberto Silveira e o PTB em 1958. Outra parte ainda aguardava as definições políticas dos demais partidos e tinham a esperança de conquistar aliados indicando um nome que não fosse o do embaixador.

Entre março e agosto de 1958 as definições que estavam pendentes foram se resolvendo, como a manutenção da candidatura petebista ao governo, a saída de Miguel Couto e do próprio Roberto Silveira para que pudessem concorrer ao senado e ao executivo estadual, o apoio da UDN aos trabalhistas e a própria posição do PSD sobre os nomes que indicaria para concorrer às eleições.

Após a escolha da chapa pessedista (Getúlio Moura a governador, Celso Peçanha como vice e Amaral Peixoto ao senado), era a hora de Alzira Vargas se pronunciar novamente. No final de setembro de 1958, são feitas considerações sobre a posição tomada pelo partido e por seu marido com relação à eleição que se aproximava.

Agora existe a construção de uma relação de afeto entre ela, o estado do Rio e os fluminenses.

É de Washington que vos envio essas palavras de afeto e solidariedade, no momento crucial em que ides novamente escolher quem vos governará e orientará nos próximos quatro anos. Não são palavras de renovação de amizade, pois desde o dia em que me adotastes como fluminense, quando comecei a me dedicar de todo coração a vossos problemas, eu me considero aceita por vós e membro de vossa família. O carinho com que me acolhestes desde o princípio, dá-me o direito de acreditar que também sou fluminense e que posso conversar francamente sobre a melhor maneira de fazer com que o Estado do Rio volte a ser o que sempre mereceu ser, por sua situação geográfica, pela qualidade do seu povo, pelas riquezas que possui, por sua tradição histórica: um dos grandes, na família brasileira (VARGAS, 1958, p. 1).

Nesse trecho podemos notar a aproximação construída por Alzira Vargas com os fluminenses. É importante lembrarmos que nesse momento a campanha já estava em curso e a carta de Alzira Vargas é mais um elemento inserido nela. Apesar de o candidato pessedista fazer parte do grupo política de Amaral Peixoto desde o Estado Novo, a campanha desenvolvida fazia referências principalmente às administrações de Amaral Peixoto e de seu grupo.

Alzira Vargas tratou em sua carta de escolhas e indicações, um tema caro àquela campanha, uma vez que tanto o candidato pessedista como o petebista os utilizavam em suas campanhas. Um dizia que era o escolhido do líder político fluminense desde o final da década de 1930 e outro utilizava o argumento de que estava no partido de Getúlio Vargas e este havia indicado que em 1958 o PTB deveria apresentar o candidato ao governo fluminense.

Eu reiterada vezes ouvi sem protestar que o vosso e meu Comandante não sabe escolher. Não o posso defender nesse setor sem pecar por orgulho, porque ele me escolheu também. É verdade que foi depois de ter escolhido ao povo fluminense para ser o Comandante de seus ideais. Aceitei ficar em segundo plano. É possível que ele tenha errado nas duas ocasiões quando nos escolheu. Quanto a mim, estou satisfeito com a escolha. E vós? Eu continuo no mesmo lugar, com as mesmas ideias, os mesmos sentimento e as mesmas convicções. Mas eu também posso estar errada. Por isso, não quero, não devo, nem posso arrastar-vos aos meus erros de julgamento, pois a decisão agora é vossa. Possa apenas perante vós me penitenciar de minha própria falta de discernimento e pedir vossa absolvições. Escolher errado é uma das ocorrências mais comuns da vida humana. Eu, por exemplo, a anos atrás, a vários anos acreditei na honestidade moral de um jovem, muito jovem, que desejava ser alguém na vida política do Estado. Transmitemi minha confiança a muita gente que o ajudou a ser o que é hoje. Pareceu-me um pouco ingênuo, mas era inteligente e aparentava sinceridade e ambição. Foi assim que, aconselhado, se inscreveu no PTB, o partido que meu pai fundou para dar aos trabalhadores líderes que os soubessem orientar e um veículo sadio para expressarem seus anseios, tantas vezes ignorados. Elegeu-se deputado estadual com auxílio e conselhos que ainda não devem estar esquecidos. Foi Secretário e depois Presidente do Partido Trabalhista, sempre assessorado. Nessa mesma linha e, quase por eliminações dos piores, foi escolhido Secretário do Interior e Justiça em 1951. Quantas vezes lhe dei conselhos maternos! Quantas vezes, com pena, ouvi as reclamações do Senhor Governador porque seu

secretário se ocupava mais dos possíveis eleitores do que da administração? Quantas vezes recebi queixas, sempre eleitorais, do Secretário que o Governador não o entendia? Nunca um pedido ou sugestão para ajuda a um sepultamento infantil, entregue a seus cuidados. Quantas vezes o ajudei em seus problemas e o ajudei em suas dúvidas? Não tem conta. Lembro-me perfeitamente do dia em que me perguntou se não o considerava com credenciais para pleitear a Vice-governança do Estado do Rio ou uma senatoria. Depois seria o Governador do Estado, estava dentro do seu esquema. Respondi com a franqueza de sempre: “É um direito que lhe assiste e o ajudarei se puder. Tenho a impressão, no entanto, de que o próximo quadriênio ainda é cedo para você”. Sua resposta foi absolutamente positiva: “De qualquer maneira, nunca agirei contra o Comandante que me tem ajudado, dos seus conselhos, nem contra o Dr. Getúlio que é minha linha política”. Jamais pensei que um dia meu jovem protegido esquecesse dessas três afirmações. Portanto, eu também já me enganei, eu também já errei, eu também tenho um “dedo podre”. Sabia que Roberto Silveira era ambicioso e trabalharia em favor de sua ambição e isso é razoável. Mas, jamais o supus capaz de usar de meios vorazes para atingir seu objetivo. Afirmar que pelo fato de estarmos servindo ao Brasil em um país onde há petróleo, estávamos desservindo a Petrobrás, criação de meu pai, seria quase cômico se não tivesse seu lado trágico. Quem são os companheiros da ambiciosa jornada política do jovem petebista? Não são os mesmos que tentaram evitar a criação da Petrobrás: que perturbaram todas as tentativas de realização concreta que o criador de seu Partido, Getúlio Vargas, idealizou e, finalmente, para não perder de todo, deturpam o sentido de uma obra que eles tinham a própria Petrobrás? Perder a fé na honestidade moral de alguém em quem se confia é pior do que ser roubado de bens materiais.

Enquanto o Vice-Governador do Estado, utilizando-se de veículos oficiais e de gasolina da ‘Standard Oil’ importada e paga a preço de ágio pelo povo que o elegeu, percorria familiarmente as residências de seus eleitores para lembrar-lhes apenas que ele se chamava Roberto Silveira, na cidade de Washington alguém se esforçava para que o déficit de nossa balança comercial não aumentasse. Não sei realmente quem trabalha mais contra a Petrobrás. Deixo esta dúvida para o vosso próprio julgamento (VARGAS, 1958, p. 1-2, grifos do original).

Podemos perceber por esse trecho da carta que a estratégia de Alzira Vargas – e da campanha pessedista – era explorar a relação de confiança nos nomes colocados na disputa. Nesse sentido, tratou das questões da indicação e da escolha a partir de uma análise de sua própria escolha ao comparar o casamento com Amaral Peixoto à relação política dele com o estado do Rio de Janeiro. Assim, tentou trazer à tona a relação de proximidade com os fluminenses.

Contudo, percebemos a mudança na estratégia da campanha quando começa a tratar da trajetória política de Roberto Silveira. Em vez de valorizar o perfil político dos candidatos pessedistas, ligando-os às sempre exaltadas realizações das administrações de Amaral Peixoto, procurou destacar o que considerava como contradições do adversário. Inicialmente, destacou que a entrada na política no PTB foi realizada com sua ajuda, pois acreditava no potencial político que poderia ser desenvolvido por ele. Nessa parte, destacamos que Alzira Vargas reforça que o PTB seria um partido para dar líderes e garantir os anseios dos trabalhadores.

Percebemos que essa construção foi explorada já na parte final do trecho reproduzido, quando destacou atitudes que não considerava cabíveis dentro dessa perspectiva: a união com grupos que foram contra a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), as viagens oficiais para a realização de campanha política e as críticas que dirigia em sua campanha a Amaral Peixoto e à sua atuação como embaixador.

Nesse sentido, a narrativa construída era a de que – diferente de Amaral Peixoto – Roberto Silveira não conseguiu estabelecer em sua trajetória política uma relação baseada na confiança nem mesmo com aqueles que foram importantes para que pudesse desenvolvê-la. Para isso, não deixou de reforçar a ideia de que para atingir seus objetivos pessoais na política fluminense não havia hesitado em quebrar laços de confiança e amizade com ela, Amaral Peixoto e Getúlio Vargas, fundador do PTB, e com os ideais do próprio partido. Nesse aspecto, a união com a UDN – outrora desejada também pelo PSD, como vimos – serviu como motivação para a crítica.

Nesse momento da campanha, havia um discurso construído pelos trabalhistas e endossado por parte da imprensa ligada aos sindicatos e trabalhadores de que Alzira Vargas e Amaral Peixoto, por estarem vivendo nos Estados Unidos desde a eleição de Juscelino Kubitschek, passaram a ser retratados como entreguistas e que estariam dispostos a estabelecer novos caminhos políticos, sociais e culturais no estado caso vencessem as eleições. Esse era um discurso importante no cenário eleitoral, uma vez que a defesa das tradições fluminenses sempre estiveram presentes em todos os outros momentos. Por conta dessas informações que circulavam pelo estado do Rio de Janeiro, a carta de Alzira Vargas menciona justamente questões relativas à Petrobras e ao trabalho realizado em Washington (AMARAL, 2016).

A campanha petebista no Rio de Janeiro também se utilizava da imagem de Vargas, sobretudo com o argumento de que era o PTB o partido fundado por Vargas, e do acordo estabelecido em 1954 com o PSD, do qual participou o ex-presidente, garantindo aos trabalhistas a indicação na eleição de 1958 do candidato ao governo.

Assim, buscando combater esse discurso, Alzira Vargas utiliza dois trechos de sua carta para tentar construir uma imagem diferente daquela que se fazia na campanha petebista: a primeira delas já transcrevemos aqui e se refere à conversa que havia tido com Roberto Silveira, quando o candidato assumia o compromisso de que, mesmo com seus anseios políticos, não se voltaria contra Getúlio, ela e

Amaral Peixoto. O outro, já no fim da sua carta, destaca a fundação dos dois partidos (PSD e PTB), que foi orientada por seu pai.

Roberto Silveira e o PTB responderam à carta de Alzira Vargas pelas páginas de *O Fluminense*. Em 28 de setembro de 1958, o jornal publicou uma matéria que ocupou toda a sua página de capa e parte da última página do jornal. Com o título “Roberto Silveira pulveriza acusações infundadas”, respondia às acusações feitas pela ex-primeira-dama. A publicação é uma reprodução integral de palestra feita em uma rádio na cidade de Campos.

Alzira Vargas buscava utilizar de seu prestígio pessoal e político, conquistado durante o período em que esteve junto ao seu pai, para trazer de volta por meio de um discurso feito em tom muito parecido com os realizados por Vargas a memória construída por Amaral Peixoto e seu grupo desde o Estado Novo. Podemos afirmar que Roberto Silveira considerava que a ação de Alzira Vargas poderia trazer prejuízos à sua campanha eleitoral, uma vez que, além de proferir em uma rádio o discurso de resposta, utilizou-se das páginas do jornal de maior circulação no Rio de Janeiro para divulgar sua versão dos fatos.

Silveira começou seu discurso lamentando que tivesse que responder ao que considerou acusações realizadas diante da fraqueza dos homens do PSD fluminense, que estaria desligado do povo. Antes de rebater as acusações feitas contra ele, a parte inicial do discurso é dominada por uma avaliação sobre o momento político do PSD-RJ. A lembrança dos acordos firmados entre o PTB e o PSD, sob as orientações de Alzira e Getúlio Vargas, não poderiam deixar de marcar presença:

O PSD fluminense, despreparado, desligado do povo, com seus homens enfraquecidos apela para a generosidade e ajuda da grande mulher que, várias vezes, salvou junto à Vargas o pessedismo impopular e entreguista, agora, comprometendo velha e sincera estima, é forçada a tentar salvá-lo da liquidação junto ao povo fluminense. A sra. Alzira Vargas, a quem se agarra o PSD tentando escapar da derrota inevitável, foi enormemente injusta ao agradecer-me (O FLUMINENSE, 1958, p. 1).

Roberto Silveira se preocupou em responder, principalmente, às acusações de falta de lealdade a Amaral Peixoto, Getúlio e Alzira Vargas. Em sua carta, a herdeira de Vargas criticava a postura de Roberto Silveira a quem auxiliou em seu ingresso no PTB e nas suas primeiras eleições para o cargo de deputado. Silveira, em seu pronunciamento, chega a considerar como ridículas as suas primeiras votações para deputado, apesar de ter sido eleito.

Ela diz que me auxiliou a ser deputado, na primeira eleição, quando o Sr. Amaral Peixoto era o todo poderoso na política fluminense. Não é verdade. Obtive apenas 1502 votos na eleição de 1947 e fui o último colocado entre os eleitos no PTB. Com o apoio de d. Alzira, naquela

fase, teria sido o primeiro. [...] Candidato a Deputado Estadual, protegido pela esposa do homem forte da política fluminense eu não teria tido essa votação ridícula de 1502 votos, numa época em que tamanho era o poderio do Sr. Amaral Peixoto que um dos mais dignos, honrados e inteligentes políticos fluminenses quando perguntado sobre qual era o seu município, a sua base eleitoral, teria respondido: meu município é o sr. Amaral Peixoto. Já nas eleições de 1950, com o Sr. Amaral Peixoto e d. Alzira fora do poder, fui reeleito com cerca de 6000 votos (O FLUMINENSE, 1958, p. 1).

No trecho reproduzido, Roberto Silveira questiona o auxílio dito por Alzira Vargas em sua primeira eleição. É interessante destacarmos que as referências feitas à influência e ao poder político do casal Amaral Peixoto na política fluminense são sempre colocadas no passado. Já há, nesse aspecto, uma relativização do poder político do grupo pessedista.

Destacamos também outros dois aspectos importantes: mais uma vez Roberto Silveira destaca sua proximidade com o povo. Dessa vez, porém, faz isso criticando o PSD-RJ, dizendo que este se distanciou do povo fluminense. Concomitante a isso, cita a questão da popularidade do PSD no Rio de Janeiro. Silveira deixa claro em sua mensagem que Alzira e Getúlio Vargas trabalharam nos bastidores da política para manter a hegemonia pessedista no estado do Rio de Janeiro. Silveira diz em sua declaração que o PSD era impopular e entreguista.

A novidade nesse contexto é o rótulo de entreguista ligado ao PSD-RJ. Certamente as críticas nesse sentido são vinculadas também ao posto ocupado por Amaral Peixoto durante o governo de Juscelino Kubitschek. Nesse aspecto, cabe destacar a participação de um outro periódico nas eleições de 1958: *A voz operária*, fundado no fim da década de 1940, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁰².

Durante a década de 1950, o PCB enfrentou uma crise interna e o jornal passou por uma reorganização. Após o Relatório Kruschew, que alavancou discussões sobre o estalinismo e a organização do Partido Comunista da União Soviética, o PCB também enfrentou tais discussões, que acabaram refletindo nas páginas e na organização do jornal. Apesar de continuar vinculado ao PCB, a partir de 1957 vários membros da *Voz Operária* deixaram o jornal. Nesse momento, assumiu a direção Mario Alves, antigo diretor de *O Fluminense* antes da venda do jornal para Alberto Torres.

A ligação com o PCB já trazia um tom muito crítico ao PSD em todo território nacional. Como circulava na capital da república, suas matérias eram de abrangência nacional, tratando desde os assuntos nacionais até as disputas políticas nos estados. No caso da disputa eleitoral no estado do Rio de Janeiro, a *Voz Operária* assumiu uma postura de apoio aos candidatos da Coligação Popular Nacionalista.

Percebemos que a estratégia do PTB de buscar votos e identificação com os trabalhadores apresentava resultados significativos, com apoio de um órgão de imprensa destinado aos trabalhadores e de lideranças sindicais, que auxiliavam na conquista do apoio e no entendimento dos mecanismos para a realização do voto.

Retomando as declarações feitas por Roberto Silveira na rádio e que foram publicadas integralmente em *O Fluminense*, o candidato ao governo respondeu também sobre as acusações de que não estaria sendo leal ao PSD e a Amaral Peixoto, que lhe haviam indicado os caminhos para seguir na política com relação à escolha do partido e à indicação aos cargos no governo e no PTB. Silveira indicou em sua palestra que não havia sido orientado por Alzira Vargas para filiar-se ao PTB quando de sua criação, mas ateu-se mais às indicações para ocupar um cargo de secretário na administração de Amaral Peixoto, a partir de 1951.

Em 1º lugar, a minha nomeação decorreu de dois fatos: 1º: o PTB, tendo apoiado com entusiasmo a candidatura de Amaral Peixoto em 1950, ficou com o direito de ocupar três secretarias. Eu fui um dos indicados pelo partido, em numerosa lista organizada pelo diretório regional. A Secretaria não foi dada a mim, mas ao PTB, que apoiou a candidatura do PSD. 2º: o sr. Amaral Peixoto escolheu o meu nome e mais dois companheiros nossos. Não foi uma deferência a mim, mas ao meu partido. O sr. Amaral Peixoto me escolheu (nunca lhe pedi a esse respeito) naturalmente, em decorrência da extrema amizade pessoal que desenvolvi e por considerar a posição firme e os esforços que desenvolvi pela sua eleição ao governo fluminense. (...) Fui eleito Presidente do PTB já como Vice-governador, depois de ter passado pelos cargos de segundo secretário interino da diretoria regional, depois efetivo, depois 1º secretário, secretário geral e, finalmente, Presidente do PTB regional e Secretário Geral do PTB Nacional, sempre eleito pelos meus colegas e sem nenhuma ingerência de D. Alzira (O FLUMINENSE, 1958, p. 1).

Nesse trecho, Roberto Silveira buscou minimizar o que Alzira Vargas classificou em sua carta como conselhos, assessoramento e indicações para ocupar os cargos no governo e no partido ao qual se filiou. Ao fazer isso, buscava demonstrar aos seus interlocutores que, além de não ter traído a confiança da família Vargas, era capaz de articular-se politicamente. Para um político jovem que disputava sua primeira eleição para um cargo no executivo e tinha como adversário o pessedismo fluminense, afirmar-se e mostrar que não tinha por prática quebrar acordos estabelecidos era fundamental para que sua estratégia de campanha tivesse êxito.

Até o dia 3 de outubro, quando 790.762 eleitores resolveriam nas urnas os rumos da política fluminense, os jornais – em especial *O Fluminense* – manifestavam suas projeções para o pleito (O FLUMINENSE, 1958).

Figura 1 – Projeções do jornal *O Fluminense*

Hoje, pelo povo fluminense:
Serão consagrados nas urnas, os candidatos da Coligação Popular Nacionalista



Volem, para Governador do Estado, em
ROBERTO SILVEIRA

ASSEGURA O GOVÉRNO tranquilidade no pleito

.....
Completa articulação entre a Justiça Eleitoral e o Poder Executivo do Estado — Estará em serviço todo o aparelhamento policial, que manterá a ordem no território fluminense
.....

O governador Tago de Barros, para a Justiça Eleitoral, dá a colaboração e ajuda de que necessita, para assegurar a tranquilidade pública no Estado, durante as eleições de hoje. A última articulação passou a ser a Justiça Eleitoral.

Medidas para tranquilizar o mercado do café
.....

O Gabinete do ministro de Fazenda publica a seguinte nota: "O Ministério de Fazenda, especificando o procedimento de licitação para o mercado de café, depois de Adolfo Marinho em Washington, determinou ao Instituto Brasileiro de Café, a BUNOC e à Comissão de Comércio que adotem os seguintes medidas que tranquilizem o mercado exportador em face de certos incidentes de uma manifestação de política

.....

com o Governo do Estado, suspensão de todos os aparelhos policiais e de todos os carros oficiais, livres e laborados em parcerias, durante reunião realizada há dias no Palácio do Itaipá.

O Governador Tago de Barros, fez sentir, uma vez mais, ao decorrer daquele encontro, de que fizessem parte o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Newton Quintela, e o chefe geral da Justiça e os membros do Conselho, Secretarias de Minas, Agricultura e Justiça, que asseguram a absoluta tranquilidade pública.

Recebida a requisição de força federal
Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio In-
terviu as solicitações enviadas por vários Juizes Fluminenses
.....

Conforme divulgamos, o T.R.E. do Estado, segundo a solicitação dos Juizes de vários municípios fluminenses a fim de assegurar a ordem, por ocasião do pleito eleitoral em face de uma absoluta tranquilidade, observado pelo representante da Justiça Eleitoral em toda a Velha Província, onde não há indícios de qualquer perturbação da ordem pública.



Volem, para vice-Governador do Estado, em
PAULO ARAÚJO



Fonte: *O Fluminense* (1958, p. 1)

O desenrolar das campanhas, com a organização de vários comícios por todo o estado, as manifestações de apoio por parte de lideranças dos trabalhadores e políticos de dentro e de fora do estado do Rio de Janeiro, além da desarticulação das principais lideranças pessedistas indicavam que o domínio do grupo amaralista poderia chegar ao fim ou, ao menos, sofrer uma interrupção.

Amaralismo e pessedismo derrotados no Rio de Janeiro

As urnas confirmaram os prognósticos dos apoiadores das candidaturas da Coligação Popular Nacionalista: Roberto Silveira e Miguel Couto Filho derrotaram Getúlio Moura e Amaral Peixoto nas disputas pelos cargos de governador e senador. A única derrota fora a de Paulo Araújo para Celso Peçanha, na disputa para vice-governador¹⁰³.

Apesar da derrota de Amaral Peixoto em sua candidatura ao senado e de Getúlio Moura para Roberto Silveira ao governo, a participação de Alzira Vargas na política fluminense e a candidatura de Amaral Peixoto ao senado, embora derrotado, foram importantes para que o PSD conseguisse impedir que sua estrutura partidária fosse perdida em detrimento do crescimento do PTB, o que poderia causar um resultado ainda pior naquela eleição.

O fato de tanto Alzira Vargas quanto Amaral Peixoto ainda morarem em Washington e este continuar exercendo as atividades de embaixador contribuíram para a derrota do PSD. Estando mais distantes do cotidiano da política fluminense e não participando do dia a dia da campanha pessedista, como em outras

oportunidades, fez o ex-governador perder, assim, parte de sua influência. Enquanto isso, Roberto Silveira se aproximava das lideranças políticas e desenvolvia tática semelhante à de Amaral Peixoto durante o Estado Novo, visitando cada município do estado do Rio, buscando apoio principalmente entre os trabalhadores, e utilizando-se das estruturas sindicais e de suas lideranças para angariar esses votos. Terminava, após uma campanha política intensa, o domínio amaralista no estado do Rio de Janeiro.

As eleições de 1958 podem ser caracterizadas, então, como aquela em que os métodos utilizados para a realização das campanhas tiveram significativas alterações e que foram ainda mais determinantes para o resultado da eleição. As eleições ganharam ainda mais importância por apresentar uma configuração diferente nas alianças políticas, com o rompimento de uma tradicional parceria entre pessedistas e trabalhistas. Nesse sentido, os trabalhistas tiveram mais habilidade nos mecanismos empregados durante a campanha política, desconstruindo a imagem configurada pelo PSD durante o período de domínio político do grupo liderado por Amaral Peixoto, forjando uma nova imagem, a de partido impopular, entreguista e distante do povo fluminense.

Referências

Fontes

AO POVO fluminense. 1958. Arquivo PSD antigo RJ, CPDOC/FGV. PSD/R de 1958.02.25/1.

VARGAS, A. **Carta aos fluminenses**. 1958. Arquivo PSD antigo RJ, CPDOC/FGV.

O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1958.

Bibliografia

AMARAL, L. P. W. do. **Niterói Operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964)**. 2016. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

CAMARGO, A. (org.). **Artes da política: diálogos com Amaral Peixoto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GOMES, A. de C. (org.). **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁹⁸O presente capítulo relaciona-se à tese defendida no PPGHS-Uerj em 2019, sob a orientação do prof. dr. Luís Reznik, intitulada “Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958)”.

⁹⁹A aliança entre trabalhistas e pessedistas era frequente nesse período. Para ver mais sobre o trabalhismo na era Vargas, ver Gomes (2005).

¹⁰⁰Em 1954 o PTB-RJ pleiteava apresentar o candidato a governador, com apoio do PSD, que indicaria o candidato a vice. O nome de Miguel Couto Filho (PSD) foi confirmado como candidato, tendo Roberto Silveira (PTB) como vice-governador. Essa aliança só foi estabelecida após intervenção de Getúlio Vargas, que definiu pelo apoio ao candidato indicado por Amaral Peixoto ao governo fluminense (CAMARGO, 1985).

¹⁰¹ Apesar das emancipações dos distritos de Caxias, Meriti e Nilópolis na década de 1940, Nova Iguaçu ainda abrangia em 1958 a área que hoje representam os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados.

¹⁰² Jornal carioca, inicialmente semanal e depois mensal, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975 e, de então até agosto de 1979, foi editado no exterior. Teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980 (AMARAL, 2016).

¹⁰³ Roberto da Silveira recebeu 376.949 votos, contra 288.692 votos de Getúlio Moura. Na disputa pelo senado, Miguel Couto Filho obteve 281.883 votos, contra 248.572 votos de Amaral Peixoto. Na única derrota da Coligação Popular Nacionalista, Celso Peçanha recebeu 299.679 votos e Paulo Araújo obteve 256.390 votos (O FLUMINENSE, 1958).

O DISCURSO DO ÊXODO RURAL NOS PERIÓDICOS *CORREIO DA MANHÃ* E *EL MUNDO*: UM ESTUDO SOBRE AS SECAS NO CEARÁ E EM SANTIAGO DEL ESTERO (1932- 1937)¹⁰⁴

Leda Agnes Simões de Melo

Introdução

O Ceará, estado do Nordeste brasileiro, e Santiago del Estero, província localizada no Noroeste da Argentina, encarnam na trajetória das suas regiões a geografia semiárida¹⁰⁵. Mais do que semelhanças com esse aspecto, visto que também há diferenças geográficas nesse sentido, a seca permeia a história desses territórios, e a uso como fio condutor deste trabalho.

A pergunta central diz respeito a uma reflexão que considera pensar como regiões que aparentemente não se comunicam no mapa da América Latina apresentam caminhos semelhantes e que as unem por meio de uma seca. Para isso, vou além da questão climática em si. Proponho, assim, compreender os semiáridos do Ceará e de Santiago del Estero por meio dos pontos de similitude que os unem e que a seca acaba por revelar. Ou seja, uma situação-limite, como uma crise climática, coloca em questão problemas conjunturais que independem do clima ou da geografia desses espaços. Falo principalmente da desigualdade social, da pobreza, da concentração da terra e da água, de uma natureza vista, por vezes, como problema e de uma população que tem em sua historicidade o tema das migrações. São esses aspectos que, dentro das diferenças inerentes a formação do Ceará e de Santiago del Estero, podem ser analisados como os caminhos que comungam as histórias dos “nortes” do Brasil e da Argentina.

Para este capítulo, situo, de maneira sumária, como os periódicos *Correio da Manhã* – localizado no Rio de Janeiro – e *El Mundo* – jornal de Buenos Aires – narraram a seca de 1932 no Ceará e a seca de 1937 em Santiago del Estero, respectivamente. A partir dos olhares de dois jornais de grande circulação no Brasil e na Argentina, pretendo mostrar como é possível perceber o tema do êxodo rural e como ele é um dos pontos que comunicam as populações cearenses e *santiagueñas*.

É válido destacar que migrar, tanto para o Ceará, quanto para Santiago del Estero, é uma questão que povoa o imaginário e que faz parte da dinâmica dessas

localidades. Independentemente de crises de grandes proporções, como o caso de uma estiagem, as pessoas dessas regiões migram e, por isso, tal ato é, por vezes, naturalizado e pouco problematizado. Dentro dessa perspectiva, o *Correio da Manhã* e *El Mundo* trazem à cena nacional o debate das migrações e o desejo, a partir dele, de analisar o uso de uma certa linguagem em torno desse tema. Por isso, neste trabalho, o êxodo rural é percebido por meio da utilização de certas palavras, narrativas e formas de ver e pensar regiões semiáridas, e não me atenho a fazer um estudo da migração em si mesma.

Dito isso, Mikhail Bakhtin (1997) nos convida a considerar que “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua”. Por isso, os modos dessa utilização são variados e podem efetuar-se “em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 1997, p. 280). Assim, “o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal [...] mas também, e sobretudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Nesse sentido, desejo refletir os discursos do *Correio da Manhã* e de *El Mundo* dentro do uso da língua como uma ferramenta importante na compreensão do mundo social. Analisar as narrativas em torno do êxodo rural é colocar em evidência, na realidade, uma trama de disputas que envolve o próprio espaço rural cearense e santiagueño. O uso das palavras interessa em específico porque elas podem nos mostrar como esses periódicos entendiam essas áreas e como isso estava conjugado às diversas ideias que se tinham sobre o sertão cearense e o chaco santiagueño.

A terra que expulsa: a narrativa das migrações no *Correio da Manhã* e em *El Mundo*

Na década de 1930, o Ceará foi assolado por uma seca que durou três anos. De 1930 a 1933 no estado esperava-se que as chuvas caíssem. Santiago del Estero, no mesmo período, desde 1935, também sofria pela ausência de chuvas. Até 1937, o ano em que a seca se tornou alarmante, a falta de água na região preocupava a população local.

Em relação ao contexto brasileiro, em que a seca de 1932 se insere, o país criava expectativas com a Revolução de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas na presidência, um processo que culminou com o fim das oligarquias no poder. De acordo com

Angela de Castro Gomes (1980, p. 25), duas foram as “forças que realizam a Revolução de 1930: tenentes e oligarquias”. A autora explica que havia:

[...] de um lado, a riqueza de um momento caracterizado pelo surgimento de um verdadeiro leque de propostas políticas que toma conta do campo político e intelectual da época [...] De outro, a imprevisibilidade e a força que dominam o curso da luta política que se desencadeia no pós-30 (GOMES, 1980, p. 26).

Para Gomes (1980) se faz fundamental refletir o governo Vargas de 1930 a 1945, problematizando uma história que toma esse período como um “bloco coeso”. Ou seja,

[...] segundo esta visão, a Revolução de 30 assinalaria um novo ponto de partida, rompendo definitivamente com o passado, com os ‘erros’ da República Velha e inaugurando o projeto político revolucionário das elites Vitoriosas de outubro (GOMES, 1980, p. 26).

Nesse aspecto, a seca de 1932 se insere em um Brasil que “veio colocar em destaque, definindo de forma mais clara e aguda, uma série de problemas que caracterizavam o impasse do sistema político da República Velha” (GOMES, 1980, p. 26). De acordo com Gomes (1980), já nas primeiras décadas era possível encontrar críticas ao modelo político liberal e, com o Governo Provisório, a situação política do país tornou-se ainda extremamente delicada.

Ao considerar esses pressupostos, é importante salientar que se tratava de um contexto no qual Vargas estava em meio a táticas e forças:

[...] traduzidas na capacidade de explorar divergências enfraquecendo oposições –, mas também sua fraqueza, explicitada na dificuldade de encontrar uma sólida base de apoio político que lhe garantisse estabilidade e até legitimidade (GOMES, 1980, p. 29)¹⁰⁶.

Já na Argentina, segundo Leandro Losada (2016), após a derrubada de Hipólito Yrigoyen em 1930, se encerrou, na história do país, um ciclo aberto em 1916 com o governo surgido do sufrágio secreto, compulsório e universal, estabelecido em 1912 pela Lei Sáenz Peña. Logo, a crise e a distorção institucional marcaram os 15 anos pós-1930. A ditadura de José Félix Uriburu foi sucedida pela presidência de Agustín Justo, com o controle do governo por meio da fraude eleitoral, uma experiência que acabaria com o golpe de 1943. Assim, em 6 de setembro de 1930, o movimento militar levou ao poder José F. Uriburu e uma nova onda conservadora foi instaurada no país. A velha oligarquia que havia perdido o poder em 1916 volta para retomá-lo em sua totalidade, como analisa José Luis Romero (1998)¹⁰⁷.

Observa-se que o Brasil e a Argentina, no que diz respeito às elites que comandavam o poder, passavam por momentos distintos. No entanto, apesar dessa diferença, no que tange ao ambiente rural, ambos desejavam que seus governos centralizadores pudessem intervir e organizar essas populações. Em ambas as tramas, as regiões semiáridas e suas secas fizeram parte do campo de força e de

disputas políticas. O Nordeste brasileiro e o Noroeste argentino, os “nortes” desses países, compunham uma história que ora se conjugava com as capitais Rio de Janeiro e Buenos Aires, respectivamente, ora estava afastada delas.

Antes de iniciar o debate propriamente dito, vale destacar que não faço um estudo das trajetórias dos jornais Correio da Manhã e El Mundo. O interesse deste capítulo é entender, considerando claramente a formação dos periódicos, que tipos de discursos eram evidenciados em meio às secas do Ceará e de Santiago del Estero. Por isso, o enfoque desta análise é o discurso e, neste caso, mais especificamente, o do êxodo rural. Certamente, a análise dos periódicos, como explica Tânia de Luca (2005), é fundamental porque revela “as ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes [...] o peso dos interesses publicitários e dos poderes do momento”.

De acordo com Raquel Discini Campos (2015), “o jornal Correio da Manhã, fundado em 1901, no Rio de Janeiro, por Edmundo Bittencourt, foi um dos impressos mais longevos e de maior repercussão social na história recente do país” (CAMPO, 2015, p. 459). Desde seus tempos de fundação, no ano de 1901, foi formado por nomes significativos das letras nacionais. A autora aponta que:

[...] nas primeiras décadas de circulação, por exemplo, contava com a colaboração e o prestígio de figuras como Rui Barbosa (de quem o fundador da empresa, Edmundo Bittencourt, havia comprado o equipamento para dar início ao negócio), Medeiros de Albuquerque, Carlos de Laet, José Veríssimo, Alberto de Oliveira, Leão Veloso, Afonso Celso, Coelho Neto, Evaristo de Moraes, Artur Azevedo, dentre outros (CAMPOS, 2015, p. 461).

O Correio se destacou também pelos seus “editoriais que canalizaram anseios coletivos”, como explica Campos (2015, p. 461), tendo como exemplos disso os “textos que ora defenderam, ora atacaram o governo varguista nos anos de 1930 e 1940”, ainda aqueles que “amparam Juscelino Kubitschek nos anos de 1950”, ou mesmo “incidiram frontalmente contra a ditadura nos anos de 1960 e 1970”.

O jornal El Mundo foi criado em 1928 por Alberto Haynes e circulou de 14 de maio de 1928 a meados de 1967. Foi o primeiro diário com tamanho menor do que os utilizados pelos periódicos que existiam na época. O perfil adotado por El Mundo se destacou pela variedade de seções para diferentes públicos, narrações, notas de costumes, com histórias, cartoons e ilustrações, que se estende por toda a década de 1930 (SARLO, 2003).

Sylvia Saítta (2000, p. 446-447) explica que El Mundo se definia como “veículo de propaganda”, ou seja, convocava os comerciantes e os empresários com anúncios chamativos para que os futuros anunciantes vendessem seus produtos

no jornal. Além disso, se caracterizava “pelo empenho num projeto de diagramação, pelo emprego rotineiro de fotos na cobertura de flagrantes urbanos, tendo contato com o entusiasmo de um grupo de escritores e intelectuais renomados” (MICELI, 1979, p. 31). Foi dessa maneira que o periódico tornou-se uma fonte de ocupação para os escritores recém-chegados ao campo intelectual, a exemplo de Roberto Arlt¹⁰⁸. Foi Arlt quem escreveu as crônicas intituladas “El infierno santiaguense”, das quais faço uma breve análise.

Portanto, ao considerar as trajetórias dos jornais, é fundamental entender como Bakhtin (1997) analisa: “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 1997, p. 280). Logo, essa dialética do discurso é um ponto importante para que possamos refletir como o Correio da Manhã e El Mundo, ao narrarem de certa maneira como se davam as migrações, se utilizaram de uma linguagem que condicionou modos de pensar esses espaços nesses contextos, ou reforçaram modos de ver essas localidades.

É importante destacar que não proponho afirmar que tudo passa pela ótica da linguagem, mas sim que ela pode ser um caminho de entendimento possível na compreensão do social, e nesse sentido a simbologia criada em torno de áreas acometidas pelo fenômeno da seca é um aporte para entendermos o que está, inclusive, para além do próprio discurso dado. Nesse sentido, as narrativas do Correio e de El Mundo podem trazer à tona, mesmo que implicitamente, os problemas conjunturais das sociedades rurais cearenses e santiagueñas e os campos de disputa em torno do território.

Começo, assim, com o trecho de Afonso de Carvalho¹⁰⁹, no Correio da Manhã, no qual ele tratava do êxodo dos cearenses desta forma:

Quanto de heroísmo anônimo há nesse perseguido pela seca! Quanta bravura, a desse desterrado [...] o da Amazônia – infecta no coração da zona tórrida; esgargalada pelas tributações de governos vandálicos [...] esses “titãs da seca” realizaram, de fato, uma das maiores conquistas brasileiras, e de que maneira! - Exilados do torrão natal, o corpo estiolado pela seca, a alma murcha pela saudade [...] Emigram de um território [...] para criar outro [...] Essa qualidade de emigrar é inata do cearense [...] Emigrar é a sua sina [...] Um dia a seca implacável dá início ao longo martírio do Ceará [...] Então o cearense emigra (CARVALHO, 1930, p. 2).

O cearense era um herói perseguido pela seca, tinha bravura, era um “titã”. O Ceará se tornava sinônimo da própria estiagem e o cearense tinha seu “corpo estiolado pela seca”. A partir daí, ele se tornava um eterno migrante, e tal condição era vista como inata a essa população. “Emigrar é sua sina”, dizia Carvalho,

reafirmando esse olhar sobre os sertões e sobre o sertanejo. Migravam de um território para criar outro, porque a seca era implacável.

A narrativa do Correio sobre os sertões, fazia parte do próprio contexto de 1930 e da busca de um passado que consolidasse uma nação autenticamente brasileira. O sertão e o sertanejo se encontravam nesse lugar do “verdadeiramente” nacional, do “tipo” puro, sem influências estrangeiras. Essa construção, muitas vezes, legitimou uma visão muito comum de que o cearense era um povo forte, que apesar de sofrer as intempéries da natureza dura, resistia, desbravava o país, colonizava terras alheias, tornava-se um verdadeiro “titã da seca”.

Quando Carvalho falava de um heroísmo histórico de um povo atingido pela seca, retratando o cearense como um migrante, acabava por consolidar o estigma nômade que colocava (e ainda coloca) o cearense em situação de mão de obra passível (vulnerável) a ser usada em outras localidades.

Como explicam Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira (1999), no contexto da década de 1930 “a ideia de aventura e desbravamento deveria mobilizar os sonhos de milhares de brasileiros, abrindo os sertões à civilização” (LINHARES; TEIXEIRA, 1999, p. 115), e a Amazônia se encontrava no conceito de sertão como o lugar de ausência do mundo civilizado. Retratar o martírio do povo cearense relacionava-se àquilo que os autores analisam para os anos de 1930, “no caso do campo, cabia enaltecer o esforço físico, o caráter quase bélico das fainas agrícolas [...] embora permanecesse sempre presente um quadro de tristeza, bem ao contrário do dinamismo da cidade” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 118).

Outro exemplo emblemático do tipo de narrativa do Correio foi relatar as migrações como um momento de caos. Neste trecho de 1932 dizia-se:

Mas, telegramas de ontem, informam que a estiagem prossegue alarmante. Continuam a emigrar os tristes retirantes na cadência monótona de seus passos. As plantações morrem antes de medrar. Os ataques as fazendas e povoados se repetem com mais frequência. E o flagelo. O flagelo prossegue em sua marcha fúnebre pelos campos ressequidos. E em face disso, o Ministro da Viação acaba de tomar novas providências e dar novas instruções para um mais eficiente ataque ao grande flagelo do nordeste (AGRAVA-SE..., 1932, p. 4).

O fragmento pode ser relacionado diretamente às disputas pelo poder naquele contexto, pois as elites locais estavam descontentes com a retirada dos sertanejos para as capitais. Fortaleza vivia, bem como as demais capitais, a tentativa de modernização e ordenamento da cidade.

Era necessário, para que a cidade progredisse, que a ordem, o embelezamento, a higienização fossem postos em prática. Quando “desordeiramente” os sertanejos – que migravam conscientemente para as capitais, posto que entendo essa migração

como um ato de resistência e não de abandono “aleatório” de sua terra – entravam nas cidades com suas famílias, desestabilizavam a elite local que não desejava solucionar o problema dos sertões nem mesmo receber esse contingente que trazia doenças e estimulava a mendicidade.

A reflexão em torno da migração de sertanejos em massa para a Amazônia ou mesmo para o Sudeste (Sul) ou para o litoral de algumas capitais do Nordeste era uma questão antiga nos sertões. Celso Furtado (2005) explica que a expansão da comercialização da borracha na Amazônia era estritamente uma questão de suprimento de mão de obra. Para o autor, a imigração de europeus para as regiões do café deixou disponíveis para o Norte a mão de obra dos nordestinos para a expansão da borracha, devido à crise do açúcar e à concorrência estrangeira em torno do algodão. Furtado explica que, após a seca de 1877, a mão de obra nordestina passou a ser orientada para a Amazônia. A concentração da população sertaneja nas cidades, devido à estiagem, facilitou o seu recrutamento. Mesmo assim, a maioria dominante da região se opunha a tal migração, pois via nela a perda de sua fonte de riqueza (FURTADO, 2005).

No contexto de 1930, percebe-se o que Verónica Secreto (2007) explica: era necessário que cada um tivesse um lugar no Brasil de Getúlio Vargas. Para isso, utilizou-se de uma metáfora espacial: “o Brasil em que cada um tinha seu lugar contrapunha aquele do passado em que nem todos os tinham. O Brasil da unidade era um somatório de lugares. O lugar do sertanejo era no sertão” (SECRETO, 2007, p. 75-76). Por isso, da mesma maneira que se estimulava a ida para a Amazônia em 1930, era necessário que se resolvessem os problemas dos sertões sem incentivar a migração do sertanejo para as capitais dos estados nordestinos ou mesmo para o Sudeste. Era preciso evitar a evasão dessa população. O migrar podia ser colocado em prática se fosse para ocupar o que Secreto chama de “espaços vazios” como a Amazônia; ao contrário disso, se fazia necessário que não se estimulasse a ida de sertanejos para outras áreas. Tais posturas mostram a contradição desse contexto e dos diversos interesses que estavam por trás das retiradas, principalmente, porque esses trabalhadores eram usados como mão de obra barata em diversos momentos da história brasileira.

Já no periódico *El Mundo*, Roberto Arlt (1937), em sua crônica intitulada “*El infierno santiaguense. Ante el avance de la sequía se ha quebrado el aguante gaucho*”, dizia:

Sin temor a exagerar puede afirmarse que el 70 por ciento del cordón silvestre de los pueblos santiaguenses ha emigrado perseguido por el hambre y la sequía. Los ranchos donde en otros tiempos cultivaban verduras y criaban gallinas que sus pobladores llevaban a mercar por el pueblo, han sido invadidos por el monte salvaje. Tres años de ausencia y estos arbustos incomedibles, salitrosos, de

talles espinosos y hojas amargas, han avanzado estúpidamente [...] Así están paralizadas millares y millares de hectáreas destinadas al cultivo del algodón. La despoblación llega a tal punto que en la zona de Colonia Dora de 2.000 colonos quedan 400. Y éstos porque no encuentran a quien vender sus tierras, sus casas, sus máquinas [...] Don Manuel Feijóo es el pastor de quinientos metros de ranchos abandonados. Nubes de tierra envuelven la iglesia y casa rectoral. Don Manuel reconsidera el paisaje quemado por el sol, el viento que levanta rojizas nubes de polvo y luego nos dice: -¡Las cosas se están poniendo malas por aquí! En Lugones ya se está muriendo el ganado mular, que es el más resistente. ¿Se darán cuenta en la capital de lo que ocurre aquí? Nos despedimos de don Manuel. Cruzamos por zonas donde mi acompañante dice: - Aquí cruzaba el Rio Dulce... Aquí cruzaba el Rio Salado... Desierto. Monte (ARLT, 1937, p. 5).

Arlt narrava o problema do despovoamento rural, questão e preocupação que também estavam na ordem do dia na capital da Argentina. Arlt falava que 70% da população santiagueña já havia migrado pela fome, pela sede, pela seca. As portas da fazenda caíram, as janelas estavam vazias. Descrevia o escritor um certo tipo de planta que em três anos de ausência seus arbustos salgados e comestíveis, de esculturas espinhosas e folhas amargas, avançavam rapidamente. O povo santiagueño havia se retirado e os ranchos foram abandonados. Pela narrativa arltiana, tudo parecia ter sido tomado pela seca, inclusive áreas em que cruzavam os rios Dulce e Salado.

De acordo com Alberto Tasso (2011), a estiagem de 1935-1937 ocasionou consequências catastróficas para a sociedade que dependia da produção para sobreviver. A seca acabou por mostrar como as políticas públicas estatais foram dispersas e tardias e não conseguiram diminuir os problemas de milhares de famílias que enfrentaram a fome, o desamparo social, as misérias e o que acarretou as grandes migrações. O êxodo em cadeia se iniciou no departamento de Loreto em direção às novas regiões fabris de Buenos Aires, como Berisso e Ensenada.

Na narrativa anterior, o padre D. Manuel questionava se na capital se sabia o que estava ocorrendo em Santiago del Estero, e Arlt afirmava que o despovoamento havia chegado a tal ponto que, na área de Colonia Dora, de 2 mil restavam 400 colonos. Isso acontecia porque eles não encontram para quem vender suas terras, casas e máquinas. Ao mesmo tempo, quando Arlt descrevia que Don Manuel falava da paisagem queimada pelo sol, o vento que levanta nuvens avermelhadas de poeira e dizia para ele em um diálogo: “As coisas estão ficando ruins por aqui!”, a natureza acabava por tornar-se o problema, senão principal, no mínimo condicionante da situação vivida pelos santiagueños. Dessa forma, o determinismo geográfico que culpabilizava o clima e o meio pela condição de vida de populações como as semiáridas foi um argumento muito comum e pouco efetivo no sentido de compreensão do todo da realidade desses espaços. Era a natureza, assim, que expulsava os seus.

Alberto Tasso e Calos Zurita (2013) analisam ainda que os censos argentinos não conseguem mensurar precisamente muitas das migrações da população de Santiago del Estero. Dessa maneira, existem as migrações referentes àqueles que transladam a outras províncias para as colheitas de milho, por exemplo, e há os que migram dentro da própria província, sem atravessar as fronteiras. Esse grupo, essa força de trabalho estacional, que por séculos existe na região, é quase invisível. Os autores, então, problematizam a naturalização do que eles chamam de “viaje migratorio” dos santiagueños. Para eles, abandonar essa impressão permite captar as dimensões econômicas, sociais e políticas de Santiago (TASSO; ZURITA, 2013, p. 34).

Em El Mundo, outro correspondente do periódico dizia:

Santiago del Estero, 19. - Informaciones que llegan del interior de la provincia dan cuenta que en Pozo Hondo, Laprida, Nueva Francia, Loreto, Suncho Corral, Villa Nueva y Arriaga la población carece de lo más elemental, ofreciéndose espectáculos conmovedores, pues mujeres, hombres y niños emigran en largas caravanas, mientras otros se dedican a pedir limosna. Continúan los asaltos a los almacenes y negocios siendo esto ya un hecho común que no llama la atención. La protesta de la población de todos estos pueblos es general, pues aún no han llegado los auxilios prometidos por las autoridades provinciales y nacionales. En esta capital hay enorme cantidad de personas que duermen a la intemperie, que han llegado a las localidades del interior (ASALTAN..., 1937, p. 5).

No trecho vê-se que a população dos ditos departamentos de Santiago del Estero não tinham o essencial, e tal situação oferecia “espetáculos comoventes”. Havia mulheres, homens e crianças que migravam em caravanas, e outros que pediam esmolas. Dizia ainda o correspondente que os assaltos aos armazéns eram fatores comuns que não chamavam mais a atenção das pessoas. Não havia, naquela época, chegado ainda os auxílios prometidos das autoridades provinciais e nacionais e a população protestava. Na capital, cujo nome também é Santiago del Estero, pessoas que chegavam do interior dormiam às intempéries.

Esse relato feito por El Mundo remete de imediato ao caso cearense e às conhecidas caravanas de migrantes que rumavam do sertão para as capitais. Tal como, por vezes, é encontrado no caso brasileiro, vê-se que havia um certo tom de pavor, como também de lamentação ao se tratar das cenas de migração. O medo dos assaltados (que para o correspondente do El Mundo já era um caso banalizado) tanto quanto da pobreza e da mendicidade que essas populações acabava por revelar casos emblemáticos de similitude com as narrativas brasileiras sobre os sertanejos.

Acredito que a postura da imprensa, por fim, reforçava estereótipos, principalmente quando relacionava o êxodo da população rural às cenas de roubos, assaltos, mendicidade ou mesmo culpabilizava a natureza pelo caos corrente. Tal

linguagem para retratar essa temática podia gerar mais insegurança em relação às populações rurais cearenses e santiagueños, como também podia não suscitar o debate necessário em torno da desigualdade social dessas áreas fruto, por exemplo, de políticas públicas pouco efetivas e da concentração dos elementos da natureza como a terra e água nas mãos de poucos.

Considerações finais

Neste capítulo considerei trazer como espaço de análise o tema do êxodo rural, por meio das narrativas encontradas nos periódicos *Correio da Manhã* e *El Mundo*. A ideia principal foi problematizar o que está no cerne da linguagem em torno de áreas acometidas pela seca quando o tema em voga são as migrações. Creio, nesse aspecto, que são fundamentais a desconstrução e a desnaturalização de certas narrativas que dizem respeito a essas populações na década de 1930, quando a necessidade de retirar-se tornou-se uma questão em suas vidas.

Podemos pensar se os discursos do *Correio da Manhã* não reforçaram uma narrativa cara ao cearense e, principalmente, aos sertanejos, ao longo dos séculos, e que considerava essas populações como acostumadas a migrar e a serem desbravadoras de terras. Em Santiago del Estero percebe-se que o caminho da narrativa é semelhante. *El Mundo*, por vezes, apesar de denunciar, principalmente nas crônicas de Arlt, as condições em que os *santiagueños* viviam em meio à seca, acabava também por naturalizar a condição de migrar em busca de trabalho e melhores condições de vida como fator condicionante da província.

Em ambos os casos, predominavam dois pontos em comum: o medo da população que se retirava, daí uma narrativa do caos, um discurso mais enfático, nesse aspecto, e outro, de uma natureza-problema causadora dos males dessas regiões. Esses fatores acabavam por colocar em questão o “ser migrante” como se fosse um traço natural de um território que não permitia muitas possibilidades de enriquecimento e prosperidade.

Proponho também refletir como o discurso pode, de fato, estar atrelado a questões sociais importantes. Se historicamente se construiu uma ideia de que essas populações são mão de obra para outras áreas e a partir disso se conduziu, inclusive, políticas públicas migratórias, é necessário pensar que uma narrativa naturalizada historicamente pode se tornar ação concreta na vida de áreas como as rurais. Isso quer dizer que certas noções sobre os semiáridos cearenses e *santiagueños* podiam manter um *status quo* de uma elite dominante que detinha os recursos naturais, e quando uma seca atingia o pequeno produtor ele acabava por migrar. Essa ação não

retirava o papel de sujeito dos cearenses e dos *santiagueños*, mas colocava em evidência que não era a natureza a causadora principal de sua necessidade de migrar, mas sim uma desigualdade social que independia da seca.

O que desejo salientar é que o discurso não está à revelia dos fatos e dos acontecimentos cotidianos a que essas populações são impostas; não é somente mera subjetividade. Pelo contrário, ele pode estar imbricado em formas de ver, pensar e agir sobre determinados espaços, ou seja, ele também faz parte do campo de disputa e domínios.

Nesse sentido, Tasso (2004) explica como Santiago del Estero foi vista habitualmente como uma província tradicional, relacionada diretamente à sobrevivência de um mundo colonial, caracterizada por sua heterogeneidade étnica e pela segmentação social, cruzadas por relações de dominação permeadas pelos processos migratórios. Essa visão, esse tipo discurso, esse elo real, acabou por rotular a região como problema e pouco se consideraram as relações sociais que conjugam os diversos poderes que atuam em Santiago del Estero.

Em uma perspectiva semelhante, os sertões do Ceará também eram vistos ora como tradicionais, por isso avessos à modernidade, ora os resgatavam como a autenticidade da nação brasileira (como nos anos de 1930). No entanto, como explica Aziz Nacib Ab'Sáber, o que restou sobre o Nordeste seco foram:

[...] observações pontuais e desconexas sobre o universo físico e ecológico, apresentado como terra “dotada de solos pobres [...] habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa (NAZIR, 1999, p. 8).

Novamente, todo esse panorama não problematiza as relações em torno da terra e da água, muito comuns aos sertões, e que levam à pobreza, à miséria e às grandes retiradas das populações.

Referências

Fontes

AGRAVA-SE a seca. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, n. 11.442, abr. 1932.

ARLT, R. El infierno santiagueño. Ante el avance de la sequía se ha quebrado el aguante gauchó. **El Mundo**, Buenos Aires, año X, n. 34.890, dic. 1937.

ASALTAN los comercios en varias poblaciones de Santiago del Estero. **El Mundo**, Buenos Aires, año X, n. 3.489, dic. 1937.

CARVALHO, A. de. Typos Regionaes, Cearense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 1.084, maio 1930.

Bibliografia

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDERMANN, J. El infierno santiagueño: sequía, paisaje y escritura en el Noroeste argentino. **Iberoamericana**, España-Portugal, ano XII, n. 45, p. 23-43, 2012.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior)
- BURITI, C. de O.; AGUIAR, J. O. Secas, migrações e representações do semi-árido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 2, n. 15, p. 7-31, 2008.
- CAMPOS, R. D. A educação do corpo feminino no Correio da Manhã (1901-1974): magreza, bom gosto e envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 45, p. 457-478, jul./dez. 2015.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome** (Dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. revista. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- EGGERS-BRASS, T. **História argentina: uma mirada crítica 1806-2018**. 4. ed. Ituzingó: Maipue, 2018.
- FREDIANI, G. Aspectos económicos en la zona semiárida de Santiago del Estero. Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria (ANAV). **Anales de la ANAV**, Santiago del Estero, 1992. p. 105-115.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GOMES, A. de C. Introdução. In: GOMES, A. de C. (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 23-39.
- GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOSADA, L. Oligarquía, aristocracia y nación. La Argentina de los años treinta según Marcelo T. de Alvear. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, Buenos Aires, n. 44, p. 108-134, 2016.
- LUCA, T. R. de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MACIEL, C.; PONTES, E. T. **Seca e convivência com o semiárido**. Adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.
- MELO, L. A. S. de. **O trabalho em tempos de calamidade: a Inspeção de Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.
- MELO, L. A. S. de. **A seca como questão política e social: os discursos em torno dos semiáridos do Brasil e da Argentina a partir dos casos do Ceará e de Santiago del Estero (1932-1937)**. 2020. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.
- MICELI, S. **Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- NEVES, F. de C. **A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. de C. (org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PONTES, E. T. M. **A convivência com o semiárido no contexto sulamericano**: segurança hídrica em Afogados da Ingazeira (Pernambuco, Brasil) e Graneros (Tucumán, Argentina). 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ROMERO, J. L. **El desarrollo de las ideas en la sociedad argentina del siglo XX**. Buenos Aires: A. Z editorada S.A, 1998.

SAÍTTA, S. El periodismo popular en los años veinte. In: FALCÓN, R. (org.). **Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)**. Nueva Historia Argentina. Tomo VI. Buenos Aires: Sudamerica, 2000. p. 435-471.

SARLO, B. **Una Modernidad periférica**: Buenos Aires 1920 y 1930. 1. ed. e 3. reimp. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

SECRETO, M. V. **Soldados da Borracha**. Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

TASSO, A. La protesta del agua. Una movilización de agricultores santiagueños en 1926. **Sociohistórica**, Buenos Aires, n. 7, p. 145-180, 2000.

TASSO, A. Un caso de expansión agraria seguido por depresión. Santiago del Estero, 1870-1940. **Población y Sociedad**, La Pampa, v. 10-11, n. 1, p. 109-136, 2004.

TASSO, A. La sequía de 1937 en Santiago del Estero. Antecedentes y consecuencias de un acontecimiento ambiental. **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero, v. 15, n. 17, p. 17-39, 2011.

TASSO, A.; ZURITA, C. Aves de paso. Los trabajadores estacionales de Santiago del Estero. **Trabajo y Sociedad**, Santiago del Estero, n. 21, p. 33-47, 2013.

TORRELLA, S; ADÁMOLI, J. Situación ambiental de la ecorregión del Chaco seco. In: BROWN, Alejandro *et al.* (org.). **La situación ambiental argentina 2005**. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2006. p. 73-90.

¹⁰⁴ O presente capítulo relaciona-se à tese de doutorado defendida no PPGHS-Uerj, em 2020, sob a orientação da prof.^a dr.^a Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, intitulada “A seca como questão política e social: os discursos em torno dos semiáridos do Brasil e da Argentina a partir dos casos do Ceará e de Santiago del Estero (1932-1937)”. A tese teve apoio da bolsa doutorado Capes e da bolsa do Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior (PDSE) da Capes.

¹⁰⁵ Sobre trabalhos relacionados às secas do Nordeste e do Ceará, destaco os de Neves (1998), Albuquerque Júnior (2011), Buriti e Aguiar (2008), Castro (1984) e Maciel e Pontes (2015). No que diz respeito à seca em Santiago del Estero e no Noroeste da Argentina, ver Tasso (2000, 2011), Torrella e Adámoli (2006), Frediani (1992) e Pontes (2014).

¹⁰⁶ Sobre o período Vargas, ver Gomes (1980, 2005) e Oliveira, Velloso e Gomes (1982).

¹⁰⁷ No que se refere a esse contexto na Argentina, ver Romero (1998) e Eggers-Brass (2018).

¹⁰⁸ Roberto Arlt escreveu suas crônicas sobre a seca *santiagueña* em todo o mês de dezembro de 1937. Sob o autor e essas crônicas, ver também Andermann (2012).

¹⁰⁹ Vale destacar que outra análise, mais introdutória, sobre esse artigo do *Correio da Manhã* foi realizada em outra ocasião e pode-se encontrar em Melo (2015).

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Sena Gomide

Doutora em História pela UFMG, mestra em História Social pela Uerj/FFP e graduada em História pela UFV. Atualmente é docente do curso de História da UEMG, unidade de Divinópolis, onde coordena o Grupo de Estudos sobre Ásia. Atua em pesquisas sobre o império português, a inquisição de Goa, missões jesuíticas, práticas de conversões religiosas e a formação de clero nativo asiático.

Orcid: 0000-0002-0192-8658

Bruno Pimentel

Doutor e mestre em História Social pela Uerj/FFP, especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II e Licenciado em História pela Uerj/FFP. Tem experiência em pesquisas que estudam as relações étnico-raciais nas representações artísticas e na Educação Básica, religiosidade afro-brasileira, materialidades, religiosidade, escrita biográfica e análise de discurso.

Orcid: 0000-0002-6730-4194

Caroline dos Santos Souza

Mestra em História Social pelo Programa de Pós-Graduação Uerj-FFP. Bacharel e Licenciada desde 2017 na UFRJ. Atua no campo da educação e meio ambiente (CSDw). Tem interesse em temas relacionados ao planejamento urbanístico na cidade do Rio de Janeiro e à história ambiental.

Orcid: 0000-0001-5034-0490

Caroline Moreira Vieira Dantas

Doutora, mestre e graduada em História pela Uerj. Tem experiência em pesquisas que estudam identidades culturais, musicalidades e religiosidades afro-brasileiras, relações raciais no campo artístico-profissional e trajetórias e protagonismos de sujeitos negros.

Orcid: 0000-0002-3431-6551

Daiana Maciel Areas

Doutora e mestra em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Uerj. Licenciada em História atuando desde 2010 na Secretaria de Educação do Estado

do Rio de Janeiro, lecionando as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia. Atua no Grupo de Pesquisa Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder (Tempo). Tem interesse em temas relacionados à república e à imprensa brasileira no século XX.

Orcid: 0000-0002-4679-535X

Débora Simões Mendel

Doutora em Antropologia Social pela UFRJ, mestre em História Social pela Uerj e licenciada em História pela Uerj.

Orcid: 0000-0001-5046-7731

Diego Deziderio

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Uerj. É licenciado em História pela Uerj/FFP. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de História, Lei n.º 10.639, história da África nos livros didáticos e Programa Nacional do Livro Didático.

Orcid: 0000-0002-2381-0140

Diogo Alchorne Brazão

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Uerj, é bacharel e licenciado em História pela UGF. Tem experiência em pesquisa no campo de História e ensino, em especial currículo, ensino de história e questões raciais.

Orcid: 0000-0002-5542-2337

Grazyelle de Carvalho Fonseca

Doutoranda em Ciência da Religião (PPCIR/UFJF), mestra em História Social (PPGHS-Uerj), bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência em pesquisas sobre comunicação e religião, com ênfase na doutrina espírita. Atualmente, pesquisa a construção de associativismo profissional e religião, buscando compreender a interação entre agentes do espiritismo, o espaço público e a imprensa. Orcid: 0000-0001-7779-2040

Jessica Ramalho Crispiniano

Doutoranda em História pela Uerj e mestra em História Social pela Uerj. Tem graduação em Turismo pela UFRRJ. Estudante no curso de História da Unirio. Formada no curso técnico de Turismo com ênfase em Hotelaria pelo CTUR. Já pesquisou na área do Turismo com ênfase em políticas públicas e alimentos e

bebidas. Atualmente pesquisa na área da História, especialmente em história e literatura e história do Rio de Janeiro no século XIX. O foco central da sua pesquisa atual são as visões sobre o Rio de Janeiro, com base na literatura de Aluísio Azevedo. Tem interesse na área da história e literatura e em temas que permeiam as cidades, o fenômeno turístico, a cultura republicana e a modernidade capitalista.

Orcid: 0000-0001-6279-1942

Jônatas Roque Mendes Gomes

Historiador. Doutorando em História pela UFF, mestre em História Social pela Uerj/FFP e graduado pela Uerj/FFP. Atua como professor da rede pública de ensino no estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, Pensamento Político Luso-Brasileiro e Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento político e social, constitucionalismo(liberal) no século XIX, conceitos políticos ibero-americanos, formação dos Estados Ibero-americanos, escrita da história e circulação cultural e de ideias. Atualmente estuda a atuação de sujeitos políticos conservadores e/ou absolutismo em meio à ascensão do constitucionalismo moderno no mundo luso-brasileiro.

Orcid: 0000-0002-9881-7638

Juliane Tardeli

Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGHIS/PUC-Rio), mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/Uerj), graduada em História pela Uerj. Docente no ensino fundamental e médio, atua como pesquisadora principalmente nos seguintes temas: patrimônio cultural, patrimônio ambiental, memória e identidade, história local e história Oral.

Orcid: 0000-0002-8840-2711

Leda Agnes Simões de Melo

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj/FFP). Mestre no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História do Brasil e História da América Latina, com ênfase em história comparada Brasil e Argentina no século XX e com centralidade no campo da História Regional. Seus estudos têm enfoque nas

áreas voltadas à análise do discurso e das representações, bem como nas reflexões em torno das regiões semiáridas do Nordeste brasileiro e do Noroeste argentino, tendo como fio condutor as secas.

Orcid: 0000-0002-6247-5584

Rafael Navarro Costa

Doutor em História Social pelo Programa de História Social da Faculdade de Formação de Professores da Uerj (FFP/Uerj), onde desenvolveu sua tese sobre eleições e partidos políticos entre 1945 e 1958. É mestre em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde desenvolveu sua dissertação sobre a política fluminense no Estado Novo. Tem graduação em História pela Uerj (2005). É técnico em Assuntos Educacionais da UFRJ, lotado na Coordenação de Formação Acadêmica de Extensão, da Pró-Reitoria de Extensão, realizando o acompanhamento, a orientação e a avaliação das ações de extensão, além de participar de processos formativos sobre as diretrizes acadêmicas da extensão. Atuou como tutor em cursos de Formação de Tutores em educação a distância, Direitos Humanos e formação continuada de profissionais da educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, formação continuada de profissionais da educação, história política, história regional, história fluminense, história cultural e historiografia. Atua também como mediador a distância do curso de História do Cederj, nas disciplinas de História dos Movimentos Sociais no Brasil (2020.1, 2021.1 e 2021.2) e História do Brasil IV (2020.2).

Orcid: 0000-0002-8464-5265

Thiago Luiz Turibio da Silva

Doutor em História Social pela UFRJ, mestre em História Social pela Uerj e graduado em História também pela Uerj/FP. Atualmente é docente do Colégio Pedro II, onde atua no Núcleo de Pesquisa em Ensino de História (Nupeh). Tem experiência em pesquisa sobre a história do cinema brasileiro e da crítica cinematográfica. Atualmente, pesquisa a relação entre pensamento crítico cinematográfico e pensamento social brasileiro.

Orcid: 0000-0001-8940-7947

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afro-brasileiras 110

Asiático 91, 97

Avaliação 11, 12, 15, 55, 63, 146, 154, 167-171, 173-178, 223

B

Brâmanes 13, 87, 91-93

C

Campo Cinematográfico 55, 61

Carybé 13, 71-79, 81-83, 85

Casa de Pensão 13, 33-35, 37, 38, 40-43, 46, 47, 49, 50

Cenário musical 13, 27

Cinema Brasileiro 55, 57, 68, 69

Clero nativo 13, 87, 88, 90, 96-98

Clube dos Jornalistas Espíritas de São Paulo 14, 99-101, 103, 106, 107, 110

Coleção Recôncavo 71, 72, 74-76, 78, 79, 83, 85

Congregação do Oratório 13, 91, 93, 95-97

Crise Política 207, 209-211

Crítica de Cinema 54, 55, 69

Currículo 190, 194-196

D

Decolonial 181, 187, 189, 196

Diferentes sujeitos 15

Diferentes vozes 15, 167

Discurso 15, 33, 35, 37, 38, 43-45, 47-49, 67, 72, 78, 103, 109, 110, 112, 132, 148, 157, 161, 186, 199, 206, 222, 223, 229, 232, 234, 240

E

Economia política 127, 128, 130, 131, 134, 135, 138, 140-142

Eleições 15, 57, 160, 203, 204, 213-215, 217, 218, 222-224, 227

Ensino de história 9, 11, 15, 16, 167, 174, 183, 187, 193, 194, 197

Ensino Religioso 14, 99, 100, 103-110, 112

Epidemias e doenças 33, 49

Espiritismo 101, 103-105, 107, 109-112

F

Favela 14, 145, 146, 150, 151, 154

Festa 14, 71, 72, 77, 80, 82, 114-126

G

Getúlio Vargas 199, 201, 202, 204, 208-211, 213, 214, 217, 219, 221-224, 231, 236

H

História Ambiental 242

História Comparada 193, 194

I

Iansã 14, 113, 119, 120, 122-125

Identidade Fluminense 157

Imprensa 13-15, 28, 30, 33, 45, 56, 57, 60-62, 68, 69, 99-103, 110, 112, 129, 142, 143, 172, 199, 203, 205-207, 209-211, 222, 225, 232, 239

J

José Acúrsio das Neves 14, 127, 128, 130-132, 137, 141, 142

José da Silva Lisboa 14, 127-130, 132, 140, 142

L

Liberdade comercial 132, 134, 135

M

Moniz Vianna 53-56, 58-67, 69

P

Patrício Teixeira 21, 28

Pesca de Xaréu 13, 71-73, 75, 76, 78, 81, 84, 85

Planejamento urbano 145

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 167, 179

Protagonismo negro 19, 21

R

Raciais 19, 21-23, 26-28, 45

Redemocratização 159, 160, 164

Religião 13, 17, 30, 36, 72, 81, 87, 89, 96, 97, 99, 102, 106, 108, 109, 112

Religiosidade 88

Representação 10, 71, 77, 79, 85, 104, 202

Rio de Janeiro 9, 13-15, 19, 21, 24, 29-31, 33-37, 42, 43, 47, 49-51, 58, 67-70, 85, 86, 98, 100, 102, 111, 112, 125, 126, 141, 142, 145-148, 151-155, 157-160, 163-166, 178, 181, 182, 196, 197, 210, 211, 213, 217, 221-228, 230, 232, 233, 241-243

S

Salvador 14, 30, 71, 85, 113, 115, 116, 124-126, 158

Santa Bárbara 14, 113-126

Seca 229-231, 233-237, 239-241, 243

Século XIX 11, 13, 14, 33-41, 43, 47, 50, 51, 117, 118, 121, 127, 130, 186

Semiáridos 229, 240, 243

T

Tombamento do Litoral 14, 157, 159, 160, 162, 163